



Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

MON

316.6

M357D

TES/MEM

VIOLÊNCIA CONJUGAL:

**ESTUDO SOBRE A PERMANÊNCIA DA MULHER EM
RELACIONAMENTOS ABUSIVOS**

TÂNIA MENDONÇA MARQUES

SISBI/UFU



1000220558

Uberlândia
2005

TÂNIA MENDONÇA MARQUES

VIOLÊNCIA CONJUGAL:

**ESTUDO SOBRE A PERMANÊNCIA DA MULHER EM
RELACIONAMENTOS ABUSIVOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Psicologia da Universidade Federal
de Uberlândia, como requisito para obtenção do
título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social e do
Trabalho.

Orientadora: Dra. Marília Ferreira Dela Coleta.

Uberlândia
2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Biblioteca

SISBI/UFU

220558



FU0003481.1-6

FICHA CATALOGRÁFICA

M357v Marques, Tânia Mendonça, 1956-

Violência conjugal : estudo sobre a permanência da mulher em relacionamentos abusivos / Tânia Mendonça Marques. - Uberlândia, 2005.

300f. : il.

Orientador: Marília Ferreira Dela Coleta.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Inclui bibliografia.

1. Mulheres - Aspectos psicológicos - Teses. 2. Violência conjugal - Teses. 3. Atribuição de causalidade - Teses. 4. Psicologia social - Teses. I. Dela Coleta, Marília Ferreira. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU: 396.1:159.9 (041.3)

Tânia Mendonça Marques

Violência conjugal: estudo sobre a permanência da mulher em relacionamentos abusivos.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social e do Trabalho.

Banca Examinadora:

Uberlândia, 31 de março de 2005.

Prof. Dr^a Maria Alice Magalhães D' Amorim – URFJ

Prof. Dr. Antônio Wilson Pagotti - UNITRI

Prof. Dr^a Marília Ferreira Dela Coleta - UFU

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, pela oportunidade e apoio à minha capacitação, em especial à prof. Dr^a Maria do Carmo Fernandez Martins, que estimulou e valorizou minhas iniciativas como pesquisadora, e por ser a primeira coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia.

À Professora Dr^a Marília Dela Coleta, minha gratidão, por sua disponibilidade, interesse e orientações, muito acima e além do dever.

A todos os funcionários da Delegacia Adida ao Juizado Especial Criminal, particularmente à Delegada Dr^a Karine A. M. C. Oliveira, pela amizade e apoio oferecido durante todo o período de realização deste trabalho, especialmente nas etapas de entendimentos institucionais e ao escrivão Marcelo, ponto de apoio sempre disponível.

Aos professores Dr^a Renata Ferrarez Fernandes Lopes e Dr. Sinésio Gomide Junior, membros da banca do Exame de Qualificação, pelo incentivo e valiosos comentários e sugestões apresentados.

À Ludimilla de Sousa Chaves e Rafaela Arantes Marengo pela inestimável ajuda na fase de coleta de dados dos arquivos das instituições. Sem suas ajudas, ela dificilmente teria sido realizada no período previsto.

Ao amigo Frederico Augusto Queiroz pela sua disponibilidade imediata e valiosa colaboração com seus conhecimentos e domínio da informática.

À Maria Inês Bachin que cooperou comigo nesta pesquisa do começo ao fim na procura de inúmeros artigos, revisão bibliográfica, por estar sempre disponível, por oferecer encorajamento e por seu grande coração.

À psicóloga Sonia de Toledo Cezar, amiga, conselheira, incentivadora de primeira hora, pela valiosa e efetiva ajuda, através do envio de livros e material necessários a este trabalho de Amarillo, Texas EUA.

Finalmente agradeço muito especialmente a várias mulheres que não podem ser mencionadas por seu nome – mulheres que me confiaram suas experiências, seus problemas e dificuldades e cuja privacidade prometi proteger.

*O amor, o desejo e a esperança, lançam as mulheres vítimas de violência
para o futuro e rouba-lhes a percepção e o exame do que é,
para entreter-lhes com o que será.*

Tânia Mendonça Marques

RESUMO

Este trabalho foi desenvolvido em duas fases. A primeira teve como objetivo caracterizar as mulheres que sofrem violência conjugal e seus parceiros agressores e determinar a prevalência das diferentes queixas, tipos de violência e incidência penal. Para cumprir a primeira etapa, foi realizado um levantamento nos arquivos da Delegacia da Mulher Adida ao Juizado Especial Criminal e do Juizado Especial Criminal de Uberlândia. Foram examinados 876 registros encontrados nos Boletins de Ocorrência (BO) no primeiro semestre de 2004, e 390 casos em andamento nos Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCO), no período de janeiro de 2003 a maio de 2004. A análise dos resultados demonstrou que a idade média das mulheres foi de 30,8 anos e de 32,31, respectivamente para BO e TCO, sendo que entre amásias e ex-amásias encontra-se a maior concentração de mulheres vítimas de violência conjugal. As mulheres residem em diferentes bairros de Uberlândia e suas ocupações variam de desempregadas e do lar até empresárias e profissionais liberais. A prevalência das queixas nos TCOs foi fim de relacionamento, e nos BOs foi motivos fúteis, seguido por ausência de motivos. A ameaça à integridade física foi o mais freqüente crime denunciado, tanto nos registros dos BOs quanto nos registros dos TCOs, respectivamente denominados, descrição da violência e incidência penal. As denúncias de violência conjugal ocorreram para casais cujo relacionamento variaram de um mês até 40 anos de vida em comum. A maior incidência de BOs ocorreu com uma periodicidade de sete dias, revelando especificamente alta taxa de violência nos finais de semana. Observou-se uma maior prevalência de ameaças devido à não aceitação do fim de relacionamento, o que evidencia que é altamente justificado o temor de se romper uma relação conjugal violenta.

Na segunda fase da pesquisa, foram avaliadas as atribuições causais para o primeiro e o último episódio de violência em uma amostragem de 71 mulheres que procuraram espontaneamente a Delegacia da Mulher de Uberlândia para registrar queixa crime contra o parceiro conjugal (TCO). A idade média das mulheres foi de 34,69 anos, com idade variando entre 17 e 59 anos, sendo a maioria branca, oriunda de diferentes religiões, profissões e bairros, e com filhos. A fase do namoro já revelava a problemática da violência para 31% das mulheres. Ciúmes, nervosismo, agressividade, uso de álcool, desconfiança de ser traído por ela e traição dele foram os fatores mais referidos como desencadeantes das agressões. As agressões físicas e psicológicas são uma rotina vivida pelas mulheres. Todas as mulheres entrevistadas conviviam com parceiros violentos. Para o estudo das causas percebidas pelas mulheres para as agressões foi apresentado um modelo proposto por Weiner que prevê que um estímulo provoca as cognições sobre suas causas, as cognições ou atribuições causais determinam respostas afetivas e expectativas de meta, assim como os comportamentos subseqüentes. Foi verificado se o foco da atribuição, sentimentos e expectativas estariam relacionados com a intenção da mulher permanecer ou romper o relacionamento conjugal. A metodologia utilizada permitiu às entrevistadas classificar as categorias de atribuição conforme preconizadas por Weiner, e também categorizar seus sentimentos. As atribuições causais foram classificadas pelas mulheres como internas para a primeira e última agressão, caracterizando-se como instáveis e controláveis para a primeira e estáveis e incontroláveis para a última. Além disso, as mulheres exibiram uma alta freqüência de culpa do parceiro por ambos os episódios de violência. As mulheres que atribuíram causas internas estáveis à violência do parceiro, que manifestaram sentimentos contra o parceiro, que apresentaram expectativas de que a situação ficaria pior caso permanecessem na relação, demonstrando perceber intenções negativas no parceiro e, expectativas de vida digna se deixar o parceiro, relataram ter intenção de romper o relacionamento. Os resultados sugerem que as mulheres têm particular dificuldade em romper o relacionamento quando atribuem causas internas

instáveis e controláveis ao parceiro e mostram maior facilidade quando atribuem causas internas estáveis incontroláveis à violência cometida pelo parceiro conjugal. Esses resultados dão suporte aos modelos psicossociais que postulam que atribuições estão relacionadas ao comportamento e, particularmente, ao que foi proposto neste estudo.

ABSTRACT

This work was developed in two phases. The first aimed to characterize women who suffer abuse from their husbands/partners and determine the prevalence of the different complaints, types of violence and penal incidence. To achieve the first phase, a survey of the files at the Women's Police Station Attaché to the Special Criminal Judgeship and the Special Criminal Judgeship of Uberlândia was performed. Eight hundred and seventy-six Police Reports (PRs), from the first semester of 2004 as well as three hundred and ninety cases in progress in Circumstanced Term Reports (CTRs) from January 2003 to May 2004 were examined. Analysis revealed that the average age of the women was 30.8 years and 32.3 years for PRs and CTRs, respectively. A higher concentration of violence was encountered in lovers and former lovers who lived or had lived together with their partners. The women reside in various neighborhoods in Uberlândia and their occupations varied from unemployed and housewives to businesswomen and liberal professionals. The prevalence of complaints in the CTRs was end of relationship, and in the PRs were futile motives, followed by lack of motives. Threatening of physical integrity was the most frequent disclosed crime in the PRs as well as in the CTRs. Accusations of violence committed by spouses occurred in couples whose relationships varied from one month to forty years of living together. The greatest incidence of PRs occurred within a periodicity of seven days and revealed a specifically higher rate of violence on the weekends. A greater prevalence of threats due to non-acceptance of ends of relationships was observed which makes it evident that the fear of ending a violent relationship is justified.

In the second phase of the research, causal attributions of the first and last violent episodes were evaluated in a sampling of seventy-one women who spontaneously sought out the Women's Police Station of Uberlândia to press charges against partners (CTRs). The average age of the women was 34.69 years, varying from 17 to 59 years. The majority of the women was white, had children and came from different religious, professional and geographical backgrounds. The dating phases of these women revealed the problematic of violence for 31% of them. Jealousy, anger, aggressiveness, alcohol use, and suspicion of being betrayed by female partner or the actual betrayal of the male partner were the factors referred as to trigger the aggressions. Physical and psychological aggressions were routine for the women. All of the women interviewed lived with their violent partners. For the study of causes of the aggression perceived by the women, the model proposed by Weiner which foresees that a stimulus provokes cognitions upon the causes of the stimulus and cognitions or causal attributions determine affective responses and hopes of goals as well as subsequent behaviors, was presented. It was verified if the focus of attribution, feelings and expectancies would be related to the intention of the woman to remain or terminate the relationship. The methodology used permitted the women interviewed to classify their attributions as proposed by Weiner, and also categorize their feelings. Attributions of cause were classified by the women as being internal for the first and last aggression characterized as unstable and uncontrollable for the first and stable and controllable for the last. Women also reported a high frequency of partner's fault for both of the violent episodes. Women who reported stable internal causes to partner's violence, who manifested feelings against their partners and who presented expectancies that the situation would worsen if they remained in the relationship revealing perceived negative intentions in their partners and hopes of dignifying lives if they were to leave their them, reported intentions of ending their relationships. Results suggest that women particularly have difficulty in terminating a relationship when they attribute unstable and uncontrollable internal causes to their partners and reveal greater facility when they attribute stable and uncontrollable internal causes to the violence committed by the partner. These

results support psychosocial models, which assume that attributions are related to behavior and particularly to the model proposed in this study.

LISTA DE TABELAS

1. Faixa etária das vítimas de violência conjugal, registrados nos Boletins de Ocorrência e nos Termos Circunstanciado de Ocorrência.....	174
2. Tipo de relacionamento entre vítima e agressor de violência conjugal, registrados em Boletins de Ocorrências e Termo Circunstanciado de Ocorrência..	175
3. Faixa etária dos autores de violência conjugal registrado nos Boletins de Ocorrência e no Termo Circunstanciado de Ocorrência.....	177
4. Principais tipos de queixas das vítimas de violência conjugal, registradas nos Boletins de ocorrências e Termos Circunstanciado de Ocorrência.....	178
5. Descrições de violência sofrida pelas mulheres registradas nos Boletins de Ocorrência e registros de Incidência penal conforme Termo Circunstanciado de Ocorrência relativos à violência conjugal.....	181
6. Análise conjunta da relação autor/vítima e descrição da violência conjugal conforme Boletins de Ocorrências registrados na Delegacia da Mulher de Uberlândia.....	183
7. Análise conjunta da relação autor/vítima e incidência penal dos casos registrados no Juizado Especial Criminal de Uberlândia, relativos à violência conjugal.....	184
8. Análise conjunta da relação autor/vítima e queixa relativa à violência conjugal. Boletins de Ocorrências registrados na Delegacia da Mulher de Uberlândia.....	185
9. Análise conjunta da relação vítima/autor e tipo de queixa dos casos registrados no Juizado de Uberlândia, relativos à violência conjugal.....	186
10. Análise conjunta da descrição da violência e da queixa relativa a violência conjugal registrados nos Boletins de Ocorrências.....	187
11. Análise conjunta da incidência penal e tipo de queixas dos casos registrados no Juizado de Uberlândia, relativos à violência conjugal.....	188
12. Distribuição de idade das mulheres vítimas de violência conjugal, entrevistadas na Delegacia da Mulher de Uberlândia.....	192
13. Distribuição do estado civil das mulheres vítimas de violência conjugal, entrevistadas na Delegacia da Mulher de Uberlândia.....	193
14. Distribuição da religião das mulheres vítimas de violência conjugal, entrevistadas na Delegacia da Mulher de Uberlândia.....	194
15. Distribuição por frequência do nível de escolaridade das mulheres vítimas de violência conjugal, entrevistadas na Delegacia da Mulher de Uberlândia.....	194

16. Distribuição da faixa etária dos parceiros das mulheres vítimas de violência conjugal, entrevistadas na Delegacia da Mulher de Uberlândia.....	196
17. Escolaridade dos parceiros das mulheres vítimas de violência conjugal, entrevistadas na Delegacia da Mulher de Uberlândia.....	197
18. Número de filhos das mulheres vítimas de violência conjugal, entrevistadas na Delegacia da Mulher de Uberlândia.....	198
19. Início das agressões sofridas por mulheres vítimas de violência conjugal, entrevistadas na Delegacia da Mulher de Uberlândia.....	200
20. Frequência da violência sofrida pelas mulheres entrevistadas na Delegacia da Mulher de Uberlândia.....	200
21. Porcentagem de ocorrência das causas gerais da violência sofrida, relatadas por mulheres vítimas de violência conjugal, entrevistadas na Delegacia da Mulher de Uberlândia.....	201
22. Classificação das causas da violência dos parceiros, segundo as mulheres entrevistadas na Delegacia da Mulher de Uberlândia.....	202
23. Porcentagem de ocorrência dos tipos de agressão utilizada pelo parceiro, na violência conjugal, conforme entrevistas realizadas na Delegacia da Mulher de Uberlândia.....	203
24. Porcentagem de ocorrência dos tipos de agressão psicológica utilizada pelo parceiro, relatadas por mulheres entrevistadas na Delegacia da Mulher de Uberlândia.....	205
25. Causas da primeira e da última agressão relatadas por mulheres entrevistadas na Delegacia da Mulher de Uberlândia.....	207
26. Frequência e porcentagem das dimensões causais, locus e estabilidade classificadas por mulheres vítimas de violência conjugal entrevistadas na Delegacia da Mulher.....	209
27. Média, desvio padrão e porcentagem das categorias causais de culpa na primeira e última agressão, classificada pelas mulheres vítimas de violência conjugal, entrevistadas na Delegacia da Mulher de Uberlândia.....	212
28. Intencionalidade atribuída à agressão do parceiro relativa à primeira e última agressão pelas mulheres vítimas de violência conjugal, entrevistadas na Delegacia da Mulher de Uberlândia.....	215

29. Evitabilidade atribuída à agressão sofrida, relativa à primeira e última agressão, segundo entrevistas realizadas na Delegacia da Mulher de Uberlândia....	215
30. Distribuição percentual dos sentimentos da vítima após a primeira e última agressão.....	216
31. Distribuição de frequência e porcentagem do comportamento das mulheres após a primeira agressão.....	219
32. Distribuição de frequência e porcentagem das dimensões básicas de enfrentamento (coping) adotado pelas mulheres, após a primeira agressão.....	220
33. Distribuição de frequência e porcentagem dos motivos de permanência no relacionamento após a primeira agressão, conforme narrativa das mulheres entrevistadas na Delegacia da Mulher.....	221
34. Expectativas após a queixa (TCO) às autoridades, conforme entrevistas realizadas na Delegacia da Mulher de Uberlândia.....	223
35. Intenção da mulher e do parceiro em continuar o relacionamento conjugal após a última agressão, conforme percepção das mulheres entrevistadas na Delegacia da Mulher de Uberlândia.....	223
36. Expectativas das mulheres diante de sua permanência no relacionamento conjugal após a última agressão.....	224
37. Expectativas da mulher diante da possibilidade de romper o relacionamento conjugal.....	225
38. Médias em atribuição de culpa, intenção e evitabilidade e resultados de análises de variância para cada tipo de causa atribuída à primeira agressão	229
39. Coeficientes de correlação (r de Pearson) entre as atribuições de culpa, de intenção e de evitabilidade da primeira agressão.....	230
40. Frequências cruzadas do tipo de causa percebida com o comportamento da mulher após a primeira agressão.....	231
41. Frequências cruzadas do tipo de causa percebida com coping após a primeira agressão.....	232
42. Frequências cruzadas da direção dos sentimentos com as expectativas sobre a qualidade do relacionamento (positivas ou negativas) após a primeira agressão.....	232
43. Frequências cruzadas da direção dos sentimentos com a ação queixa, após a primeira agressão.....	233

44. Frequências cruzadas das expectativas quanto ao relacionamento e reação de coping, após a primeira agressão.....	233
45. Frequências cruzadas das expectativas quanto ao relacionamento e denunciar o parceiro após a primeira agressão.....	234
46. Médias em atribuição de culpa, intenção e evitabilidade e resultados de análises de variância para cada tipo de causa atribuída à última agressão.....	237
47. Coeficientes de correlação (r de Pearson) entre as atribuições de culpa, de intenção e de evitabilidade da última agressão.....	238
48. Frequências cruzadas do tipo de causa percebida com a intenção de continuar com ele após a última agressão.....	239
49. Frequências cruzadas do tipo de causa percebida com as expectativas se continuar com ele após a última agressão.....	239
50. Frequências cruzadas do tipo de causa percebida para a última agressão com expectativas após a queixa.....	240
51. Re-análise com calculo da correção de Yates das frequências cruzadas da direção dos sentimentos com a intenção de continuar com ele após a última agressão.....	241
52. Frequências cruzadas da direção dos sentimentos com as expectativas se continuar com o parceiro após a última agressão.....	241
53. Frequências cruzadas da direção dos sentimentos com as expectativas se deixar o parceiro após a última agressão.....	242
54. Frequências cruzadas das expectativas se continuar com ele com a intenção de continuar com ele após a última agressão.....	243
55. Frequências cruzadas das expectativas se deixar o parceiro com a intenção de continuar com ele após a última agressão.....	243
56. Re-análise do cruzamento das expectativas se deixar o parceiro com a intenção de continuar com ele após a última agressão.....	244

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	09
RESUMO	05
INTRODUÇÃO	16
1. AGRESSÃO HUMANA	23
1.1 Agressão, violência e abuso: definições	27
1.2 As razões da violência: explicações teóricas para a agressão humana	37
1.2.1 Teorias clássicas da agressividade humana	38
1.2.2 Teorias psico-sociais da agressão	51
1.2.3 Variáveis relacionadas ao comportamento agressivo	60
a) Fatores pessoais	61
b) Fatores situacionais	64
c) Processos	66
2. VIOLÊNCIA CONJUGAL	71
2.1 Dados epidemiológicos da violência conjugal no exterior e no Brasil	77
2.2 Formas de abuso e agressão	84
2.1.1 – Abuso emocional	85
2.1.2 – Abuso físico	91
2.1.3 – Abuso sexual	92
2.1.4 – Abuso econômico	94
2.3 Causas da violência contra a mulher	96
2.3.1 Causas psicológicas	96
2.3.2 Causas culturais	101
2.4 Porque a mulher permanece no relacionamento abusivo	108

3. ATRIBUIÇÃO DE CAUSALIDADE	124
3.1 Teoria da atribuição de causalidade e percepção	124
3.2 Atribuição de causalidade e reações emocionais	135
3.3 Atribuição de causalidade e reações ao conflito interpessoal	137
3.4 Atribuição de causalidade e reações comportamentais: um modelo integrativo	141
3.5 Atribuição de causalidade e violência conjugal	146
4. JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS	155
4.1 Justificativa	155
4.2 Objetivos	156
5. MÉTODO	159
5.1 Amostra	159
5.1.1 Primeira fase	159
5.1.2 Segunda fase	162
5.2 Instrumentos	163
5.2.1 Instrumento utilizado na primeira fase	163
5.2.2 Instrumento utilizado na segunda fase	163
5.3 Procedimentos	166
5.3.1 Procedimentos de coleta de dados na primeira fase	166
5.3.2 Procedimento de análise dos dados na primeira fase	167
5.3.3 Procedimento de coleta de dados na segunda fase	167
a) Validação semântica	167
b) Entrevistas	168
5.3.4 Procedimento de análise dos dados na segunda fase	169

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO	171
6.1 Caracterização dos casos de violência conjugal registrados nos boletins de ocorrência e termos circunstanciados de ocorrência.....	171
6.1.1 Caracterização da vítima	172
6.1.2 Caracterização do autor	176
6.1.3 Magnitude da violência conjugal.....	177
6.1.4 Tipo de relação entre vítima e agressor, e sua associação à descrição da violência.....	182
6.1.5 Tipo de queixa e descrição penal / incidência penal.....	186
6.1.6 Proporção de boletins de ocorrências com violência contra a mulher no período de janeiro a junho de 2004.....	188
6.2 Caracterização dos casos de violência conjugal, conforme entrevistas realizadas.....	191
6.2.1 Descrição das participantes das entrevistas	191
6.2.2 Descrição dos parceiros	195
6.2.3 Descrição das características comuns ao casal	198
6.2.4 Descrição da violência	199
6.3 Análise das atribuições, sentimentos, expectativas e reações dos sujeitos após a agressão	207
6.3.1 Análise comparativa à primeira e à última agressão.....	207
6.3.2 Análise das relações entre as variáveis do estudo	226
a) Atribuições de causalidade, de culpa, de intenção e de evitabilidade da primeira agressão	227
b) Relação entre atribuições, sentimentos, expectativas e ações decorrentes da primeira agressão	230
c) Atribuições de causalidade, de controlabilidade, de culpa, de intenção e de evitabilidade da última agressão	235
d) Relação entre atribuições de causalidade, sentimentos, expectativas e ações decorrentes da última agressão.....	238

7. CONCLUSÕES	245
7.1 Conclusões a respeito da primeira fase	245
7.2 Conclusões a respeito da segunda fase	251
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	264
ANEXO A – Ficha de registro para transcrição dos dados de boletins de ocorrência	281
ANEXO B – Questionário sobre violência conjugal	282
ANEXO C – Consentimento da instituição para realização da pesquisa	289
ANEXO D – Termo de esclarecimento e consentimento	290
ANEXO E – Exemplos de categorização	291

INTRODUÇÃO

A violência faz parte da humanidade e é um fenômeno de difícil manejo e solução e está presente na vida da maioria das pessoas em graus maiores ou menores.

Um dos grandes problemas sociais atuais é a violência praticada em todos os níveis, seja o criminoso para roubar, o estudante para vingar-se dos colegas que o humilharam ou o pai de família que espanca e mata esposa e filhos.

Há uma presença constante da violência ao longo de toda a história. A Bíblia relata vários assassinatos e tentativas de homicídios. A poesia, a dramaturgia e a mitologia contam casos de guerras, crueldade, violência e morte causadas por seres humanos a seus semelhantes. Da mesma forma, historicamente a violência conjugal é personagem importante na literatura. Cônjuges e amantes conspiram, condenam e se executam mutuamente, e na maioria das vezes permanecem juntos até que a morte os separe, como pode ser visto, por exemplo, em “Otelo” de Shakespeare (1956, p.124) que falava dos ciúmes exagerados:

Desdêmona

Dia aziago, se nunca lhe dei motivo para tanto.

Emília

*Para os ciumentos isso pouco importa,
pois eles não precisam de motivo
para terem ciúme. São ciumentos.
São porque são. É só. O ciúme é um monstro
que a si mesmo se gera e de si mesmo nasce.*

A permanência em uma relação altamente conturbada também pode ser vista no retrato mítico mais famoso de relacionamento afetivo, o de Zeus e Hera, clássicos rei e rainha dos deuses na mitologia grega (GREENE; SHARMAN-BRUKKE, 2001). Sua vida conjugal é um catálogo de casos, temperados com ciúme, vingança e filhos ilegítimos, no entanto, de algum modo seu casamento sobrevive. Depois de uma corte altamente romântica, Zeus casou-se com Hera e parecia inebriado com ela. Entretanto, desde o início foi infiel à parceira, que se sentia

magoada e furiosamente enciumada. Os dois brigavam constantemente, e Zeus não via problemas em de vez em quando bater em Hera para silenciar suas acusações e protestos.

Hera passava a maior parte do tempo sentindo-se ferida e rejeitada. Concentrava suas energias na elaboração de planos astuciosos para humilhá-lo e se vingar. Por vezes isso parecia dar sentido à sua vida, já que ela fazia pouca coisa, além disso. No entanto, mesmo com todos esses percalços, o relacionamento dos dois continuava e a paixão entre eles ressuscitava periodicamente.

Zeus era tão ciumento quanto Hera e se mostrava adepto da postura “dois pesos duas medidas”. Até onde se sabe, é possível que os dois ainda estejam brigando e se reconciliando, magoando, enganando e quem sabe, amando um ao outro.

Porque esses dois deuses tão poderosos, ambos perfeitamente capazes de se divorciar e escolher um parceiro menos estressante, continuavam juntos?

Não há solução no casamento de Zeus e Hera. A menos que se descubra o segredo desses deuses, continuaremos perplexos com os casamentos em que essas estripulias míticas são postas em prática.

Os anos recentes trouxeram novas informações sobre a alta incidência de conflitos e violência entre casais e este problema começou a receber atenção científica.

A violência conjugal, também denominada violência na relação do casal, tem se apresentado como um grave problema social. Trata-se de um assunto permanente na mídia e que tem se convertido em alvo de políticas públicas e iniciativas privadas. É um problema que afeta o cotidiano das cidades do país e do mundo e perpassa todas as classes sociais, todos os tempos e todos os lugares e que possui proporções epidêmicas e custo social elevado.

As pesquisas nos Estados Unidos indicam que a violência contra a parceira conjugal é a primeira causa de lesões entre mulheres e isto provoca mais atendimentos médicos do que estupro, acidente de carro e assalto combinados; a cada dia quatro mulheres são assassinadas

por seu companheiro ou ex-companheiro (SOARES, 1999) e a cada quinze segundos uma mulher é vítima de agressão. Cerca de dois milhões de mulheres são, anualmente, vítimas de agressões graves (STRAUS; GELLES ; STEINMETZ, 1980; STRAUS, 1993).

Aos danos físicos somam-se os psicológicos como perda de identidade, perda de auto-estima, aniquilamento, depressão, medo, estresse, crises de angústia, insônia, dentre outros.

As conseqüências afetam não só a mulher, mas o casamento, os filhos e outros que convivem e sofrem indiretamente com as agressões.

As formas típicas de violência contra a mulher são, segundo Soares (1999): abuso físico, violência psicológica, abuso sexual e violência patrimonial.

A violência física diz respeito à ação ou omissão que coloca em risco ou causa dano à integridade física de uma pessoa; a violência psicológica refere-se a ações ou omissões que visam degradar, dominar, humilhar outra pessoa, controlando seus comportamentos, crenças e decisões através de intimidações e ameaças que impedem ou prejudicam o exercício da autodeterminação e desenvolvimento pessoal; a violência sexual inclui estupro, violação, maus tratos e abuso sexual, entre outros. A violência patrimonial consiste em *“roubar ou destruir objetos pessoais, maltratar animais domésticos, tomar dinheiro, negar necessidades básicas como alimentação e vestuário”* (SOARES, 1999, p. 67). Por outro lado, existe também a violência denominada “assédio moral”, divulgado pela primeira vez pela psiquiatra e psicanalista francesa Hirigoyen (2002). Trata-se de uma tentativa de destruição psíquica ou até física do outro, através de agressões sutis, não raramente bem sucedidas. Neste tipo de agressão “a mensagem não-dita é: ‘Eu não te amo!’, mas ela permanece oculta para que o outro não vá embora e atua sobre ele de maneira indireta” (HIRIGOYEN, 2002, p. 22). Além disso, é comum que essas manifestações de violência ocorram de forma simultânea.

A reação natural de um indivíduo diante da ameaça, da possibilidade de ser agredido, deveria ser evitar esta ocorrência. Entretanto, na situação conjugal observa-se a repetição

cíclica dos eventos de violência contra a mulher, evidenciando a continuidade do relacionamento abusivo.

Estudos realizados entre 1993 e 1999, em sete países (Canadá, Bangladesh, Camboja, Chile, Egito, Irlanda e Moldávia), demonstraram como reagiram as mulheres que sofreram violência por seu parceiro conjugal. Estes estudos verificaram que poucas são as mulheres que procuram ajuda das autoridades. A maioria busca ajuda junto à família ou amigas/os ou silencia por medo de represálias, preocupação com os filhos, falta de apoio de pessoas próximas e esperanças de que a situação de violência venha a ter um fim (DOSSIÊ violência contra a mulher, 2004).

No Brasil, ainda não se conhece a incidência desse fenômeno, principalmente pela falta de estudos sistemáticos que permitam sua compreensão global, com exceção de algumas pesquisas isoladas (SOARES, 1999; SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 1999; SAFIOTI; ALMEIDA, 1995).

O drama da violência conjugal manifesta-se tanto nas relações entre cônjuges, ex-cônjuges ou ex-parceiros, como também em outras relações afetivas incluindo noivos ou namorados. Assim, é um tipo de violência que ocorre entre homens e mulheres que se amam ou se amaram, ou que se relacionam ou se relacionaram na intimidade. Em geral o agressor conhece bem os hábitos, os sentimentos e maneiras de agir e reagir de sua vítima, o que a torna mais vulnerável aos seus ataques (TELES ; MELO, 2002). A maior prevalência de violência entre o casal é praticada pelo homem contra a parceira, apesar de também ocorrerem casos em que a mulher é a agressora do homem.

A expressão violência contra a mulher foi trazida à tona pelo movimento feminista, sendo concebida inicialmente por ser praticada contra pessoa do sexo feminino, apenas e simplesmente pela sua condição de mulher (TELES ; MELO, 2002).

Alpert (1995); Saffioti e Almeida (1995) identificam o caráter endêmico da violência contra a mulher e se deparam com várias indagações: como realizar intervenções efetivas e preventivas nessa área? Por que as intervenções não atingem o objetivo proposto? O que mantém mulheres em relações conjugais violentas? O que faz com que as mulheres desistam de levar adiante um processo de separação conjugal, ou mesmo uma denúncia de violência doméstica?

Para Braghini (2000), conforme uma visão psicanalítica, as mulheres vítimas de violência estão envolvidas em uma situação ambígua onde o amor e o ódio convivem lado a lado. Por esta razão, elas não sabem se querem ficar com o companheiro ou não, sentindo-se impossibilitadas de tomar uma decisão e de agir em consonância com a mesma. Estabelece-se, desta maneira, uma união entre estas mulheres e seus maridos violentos em nome de um laço simbólico difícil de ser desfeito. Elas, por um lado, não querem ser espancadas, e por outro, não querem perder o companheiro ideal projetado nele, “aquele que vai amá-la em qualquer circunstância” (BRAGHINI, 2000, p.49).

Para Soares (1999), romper o ciclo da violência é um processo prolongado e, por natureza, cheio de hesitações. Supor que o ato da denúncia às autoridades seja um momento definitivo desse processo é não conhecer o ciclo da violência. É ignorar a dinâmica das relações abusivas. Portanto, permanece a questão: porque uma mulher dá continuidade a uma relação violenta, mesmo depois de já ter constatado que o ciclo é repetitivo, que as promessas não se cumprem e que as fases de lua-de-mel são invariavelmente sucedidas por outro período de tensão e de explosão de violência?

Muitas são as abordagens para o estudo da agressão humana nas relações interpessoais, entretanto ainda não foi possível o efetivo controle de suas manifestações. Faz-se necessária a compreensão das variáveis preditoras do comportamento violento nas relações conjugais, bem como uma análise do relacionamento violento sob o ponto de vista da vítima. Assim, este

estudo se propõe a abordar o problema com este último objetivo, buscando conhecer como se dá a relação entre agressor do sexo masculino e agredido do sexo feminino, mais especificamente como a mulher percebe seu relacionamento, quais suas expectativas na relação com e sem o companheiro freqüentemente violento. Por que ela permanece como vítima desta violência, sofre danos físicos e/ou psicológicos e não procura romper o ciclo da agressão? Se ela tentou sem sucesso várias alternativas para resolver o problema, por que continua em um relacionamento que outras pessoas evitariam naturalmente, até mesmo pela própria preservação da integridade do organismo, por serem relações perigosas, desconfortáveis ou perniciosas?

Assim, seria possível supor, conforme a Teoria da Atribuição Causal desenvolvida por Heider (1970), especificamente conforme as categorias causais propostas por Weiner (1972), que a permanência da mulher em um relacionamento violento está relacionada à causa por ela mesma atribuída, ao comportamento do parceiro violento.

Dessa forma, fundamentada em uma perspectiva da psicologia social e tendo como base a Teoria da Atribuição de Causalidade, a presente pesquisa foi proposta para compreender-se melhor as atribuições causais pessoais ou impessoais ao comportamento violento do parceiro na relação de casal e a permanência da parceira e continuidade do relacionamento abusivo, segundo a percepção de mulheres que passaram por este tipo de vivência e que procuraram a delegacia da mulher para dar queixa de seus parceiros. De modo complementar, investigou-se algumas variáveis biográficas relacionadas com a ocorrência da violência conjugal, conforme dados coletados nos Boletins de Ocorrência e nos Termos Circunstanciados de Ocorrência.

O conteúdo deste trabalho foi dividido em sete tópicos. No primeiro item intitulado AGRESSÃO HUMANA procurou-se não perder de vista a explicação do fenômeno da violência. Para tal, fez-se uma preliminar revisão teórica sobre as possibilidades geradoras de agressividades e violências.

O segundo capítulo denominado VIOLÊNCIA CONJUGAL, refere-se ao problema da violência conjugal, aos processos psicológicos que constituem o tópico de discussão, como a mulher experimenta esta situação e as razões de sua permanência em relacionamentos abusivos.

No capítulo três deste estudo: ATRIBUIÇÃO CAUSAL foram abordadas as principais contribuições de Fritz Heider e de Weiner. Foram esclarecidos o conceito de explicação causal e o modelo de investigação de atribuição de Weiner. Contemplaram-se brevemente estudos sobre atribuição de causalidade no âmbito da violência conjugal.

No capítulo quatro: JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS, apresentou-se as justificativas, os objetivos e hipóteses da presente investigação, bem como o modelo proposto nesse estudo.

No capítulo cinco: MÉTODO descreveu-se a amostra, os instrumentos e procedimentos para coleta de dados, fazendo-se também uma exposição a respeito dos procedimentos usados para análise de dados.

Os resultados da pesquisa foram descritos e interpretados no capítulo seis: RESULTADOS E DISCUSSÃO.

O último capítulo foi reservado para uma breve discussão sobre as CONCLUSÕES E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS a respeito dos dados obtidos com a pesquisa.

Entende-se que abordar os obstáculos presentes no rompimento de uma relação conjugal violenta constitui um desafio.

Com os resultados desse estudo espera-se trazer maior conhecimento sobre a ocorrência da violência conjugal e sobre a manutenção do relacionamento abusivo, e, assim, oferecer subsídios a profissionais que trabalham com essa importante questão.

CAPÍTULO 1

AGRESSÃO HUMANA

Uma das problemáticas de fundo, a ser discutida antes da questão principal – *permanência da mulher em relações conjugais violentas* – é a violência em seu sentido mais amplo. Esta apresentação aponta como diferentes estudiosos explicam a violência e demonstra a existência de implicações e complicações vinculadas ao entendimento desse fenômeno. Este aparece diluído nas relações subjetivas e interpessoais – no trânsito, na vida em família, na criminalidade, na brutalidade das relações de trabalho, na pobreza, nas relações entre casais – que se acentuam na realidade de nossos tempos.

Para melhor compreender a violência, existe a necessidade de ultrapassar o limite das justificativas econômicas, pois ela se apresenta em múltiplas formas, sem reducionismos ou expansionismos. A violência apresenta um entrelaçamento de inúmeros fatores que são concorrentes. A violência ultrapassa os limites dos padrões de comportamento esperados pela ordem legal e social, e deixa para trás a idéia bastante difundida de que é um fenômeno que tem origem na pobreza ou em países de terceiro mundo.

A questão da violência é um desafio que ganhou atualidade, e neste estudo, ganha um relevante significado. Buscar inicialmente esclarecer o fenômeno da violência, destacando-se as contribuições das teorias clássicas e das teorias ambientais, constituiu importante aporte à compreensão da permanência da mulher em relacionamentos violentos, conforme poderá ser visto, por exemplo, através das explicações teóricas relativas à percepção da vítima sobre a intenção do agressor, dada principalmente pela Psicologia Social conforme Berkowitz (1993

a); Geen (2001); Rodrigues; Assmar; Jablonski (2001) e propiciou o reconhecimento das causas, motivações e objetivos do agente violento; das características da ação violenta; do efeito da violência para quem a sofre, bem como da própria definição da violência.

A violência não é um fenômeno novo, e sua complexidade remete um número cada vez maior de cientistas a estudá-lo. A qualidade e a profundidade do trabalho científico nessa área, contudo, pode-se assim dizer, encontram-se ainda em estágios iniciais. É difícil, portanto, saber se há realmente um interesse profundo pela destrutividade básica do ser humano normal, uma vez que, mesmo agora, os tratados sobre psicologia raramente incluem uma descrição de como a personalidade normal inclui uma propensão para a destrutividade.

Desse modo, questiona-se porque as análises apresentam um caráter que nega a problemática da violência. Charny (1998) sugere que existem duas razões básicas para isso, conforme explicações abaixo.

A priori, o homem nega a realidade da violência interminável porque se sente impotente para enfrentar o problema. Enquanto se julgar incapaz para limitar ou prevenir a violência, é bom para sua estabilidade emocional não se tornar consciente demais da possibilidade, bem real, de manifestações da mesma, sobre as quais virtualmente nada poderá fazer.

A posteriori, o homem nega também as realidades da violência porque não pode suportar sua própria destrutividade desconhecida. Esquiva-se de seu próprio potencial de cometê-la e de praticar atos destrutivos. A civilização ocidental acostumou-se a banir todos os impulsos e energias que, de qualquer maneira, estejam comprometidos com a violência, ao reino do feio, doentio, perturbado e imoral. Se se chega a reconhecer que há raízes de violência na natureza, ela é considerada como os aspectos mais primitivos ou patológicos, e em absoluto como aspectos necessários e desejáveis do ser.

Nesse sentido, para Charny (1998), o homem tenta, tanto quanto possível, afastar da consciência seu potencial destrutivo. Mesmo quando enfrenta por algum motivo a necessidade

de reconhecer a perigosa destrutividade à sua volta, ele ainda procura isolar a realidade desses fatos de qualquer reconhecimento dos impulsos violentos que identifica em sua personalidade.

Ao longo dos anos existem tentativas de formular explicações sobre a violência humana, que em sua grande maioria ocorrem através da compreensão de como forças históricas, políticas e econômicas se reúnem para legitimar a violência. Esta colocação não tem a intenção de ignorar ou minimizar de qualquer maneira a importância desses processos sócio-históricos. O problema é que, em si mesmos, esses eventos jamais explicam realmente o fenômeno do homem agredir seu semelhante.

Por conseguinte, as Ciências Sociais carecem de uma linguagem que torne possível pensar em como um ser humano, que não está clinicamente louco nem é moralmente pervertido, pode tornar-se violento. Em suas raízes, a violência do homem constitui o resultado de processos naturais, mas esses processos em si não são absolutamente idênticos aos atos concretos de violência.

Circulam numerosas opiniões no sentido de que a violência é natural e instintiva no homem, conforme pode ser visto em Freud (1930); Lorenz (1973). A conclusão mais simplista tirada desse pensamento pela maioria, no entanto, foi a de que, se é normal para o homem ser violento, então para ele não há esperança. A suposição equivocada que desencadeia essa reação é a crença em que se alguma coisa é natural ao homem, ela tem que ser sempre expressada em sua totalidade e não pode ser regulada. Poucos vêem a possibilidade alternativa de que possa haver processos naturais que sirvam a fins inteiramente sadios e que se transformarão em processos patológicos ou destrutivos apenas se não forem regulados e liberados corretamente.

Segundo Charny (1998) a natureza introduz no ser humano tanto o sentimento natural de querer destruir outros homens, quanto os desejos profundos de defender a vida e jamais liberar o potencial de destrutividade.

A natureza coloca uma série de dilemas, paradoxos e contradições interligados. A razão mais importante para as pessoas aceitarem a indicação de si mesmas como agressivas é encontrada na doutrina do pecado original.

Campbel (1990), em *O Poder do Mito*, usa a linguagem alegórica - expressão típica dos mitos -, a respeito da agressividade, alertando para a perda dos valores humanos, entre eles o sentido de mundo, e a razão de existir. Para falar sobre essas questões, recorre à mitologia e a história da criação do gênesis:

Gênesis 1: No início Deus criou os céus e a terra. A terra era sem forma e vazia, e a escuridão vagava sobre a face do abismo. E o espírito de Deus se moveu sobre a face das águas. E Deus disse: 'Faça-se a luz', e a luz se fez. Então Deus criou o homem à sua própria imagem, à imagem de Deus o criou; macho e fêmea os criou. E Deus os abençoou e Deus lhes disse: 'Sede férteis e multiplicai-vos'.

Gênesis 2: Então o céu e a terra ficaram prontos e todos os seus hóspedes. E no sétimo dia Deus terminou o trabalho que tinha realizado...

Gênesis 1: E Deus viu tudo o que tinha feito e eis que tudo era bom Mas o Gênesis continua: Vós comestes da árvore da qual ordenei que não comêsseis? O homem disse: 'A mulher que me destes para estar comigo, essa mulher me deu o fruto da árvore e eu comi'. Então o Senhor Deus disse à mulher: 'Que fizestes vós?' E a mulher disse: 'A serpente me enganou e eu comi'.

Na tradição bíblica, a vida é corrupta e todo impulso natural é pecaminoso, a menos que tenha havido o batismo. A serpente traz o pecado ao mundo. A mulher oferece a maçã ao homem. A idéia da mulher como pecadora aparece na mitologia de Pandora, mas este mito não trata dos mesmos aspectos tratados no Gênesis. Na tradição bíblica, a idéia é que a natureza, tal como a conhecemos, é corrupta, o sexo em si é corrupto, e a fêmea, como epítome do sexo, é um ser corruptor. (CAMPBEL, 1990, p.49).

Ao questionar porque o conhecimento do bem e do mal foi proibido a Adão e Eva, Campbel (1990) responde, que sem esse conhecimento, seríamos todos um bando de bebês, ainda no Éden, sem nenhuma participação na vida.

A milenar história religiosa cristã diz que os homens são concebidos no pecado, nascem em pecado, vivem e, finalmente, morrem em pecado. A doutrina do pecado original é um dos

mais poderosos princípios relativos à perversidade do homem. Esta se caracteriza pela crença de que a humanidade é pecadora e assim permanecerá por toda a eternidade, a não ser que seja salva pelo batismo.

O estudo da violência e da agressividade é um empreendimento difícil e complexo, envolvendo uma variedade de técnicas, métodos e modos de conceitualizar a natureza e o comportamento humanos.

Para explorar alguns caminhos teóricos faz-se necessário, em primeiro lugar, definir agressividade e violência, suportes para a compreensão da natureza das teorias da agressividade, que levam o ser humano a agir de forma violenta.

Essas teorias manifestam-se claramente em duas esferas intelectuais. Uma diz respeito às concepções sobre a natureza humana, isto é, sobre as propriedades pulsionais intrínsecas com que os seres humanos vêm ao mundo. A segunda concerne às concepções sobre a sociedade e seu papel na moldagem da condição do homem.

1.1 Agressão, violência e abuso: definições

Numerosos profissionais, incluindo os de Saúde Mental e Ciência Política, usam a palavra agressão para se referir a intenções hostis. Muitos pensadores, entretanto, consideraram a agressão como vitalidade e energia e usam diferentes palavras para descrever as aplicações da agressão, de maneira construtiva ou destrutiva.

Para Johnson (1979) uma das dificuldades encontradas para o estudo da agressão é que os seus proponentes tendem a se concentrar em sua própria disciplina e ignorar contribuições de disciplinas vizinhas. Isto faz com que os resultados de cada análise sejam uma abundância de

amplas generalizações, supersimplificadas, tais como: a) a agressão é um instinto universal; b) a agressão é um processo motivacional único subjacente; c) a agressão tem uma causa ou antecedente, como a dor ou a frustração; d) toda agressão é má, etc. Esta amplitude de teorizações sobre o comportamento agressivo é, ao mesmo tempo, uma indicação de ignorância, como também de preocupação. Reconhece-se que contribuições importantes podem provir de muitos campos, incluindo a Biologia, a Psicologia, a Antropologia, a Sociologia e as Ciências Políticas. A natureza do problema exige uma abordagem interdisciplinar, tanto na conceitualização como na pesquisa. Existem limitações ao tratar a agressão como um conceito estreito e unitário. Ele é um conceito multifacetado. A agressão pode ser aplicada a uma resposta específica como matar; pode ser usada para se referir a estados emocionais e atitudinais como raiva ou ódio; pode ser concebida como um traço de personalidade, um hábito aprendido, um processo biológico subjacente, etc. Além de tudo, existe a definição usual do dicionário – agressão: ação ou efeito de agredir; pancada, bordoadá, investida, ataque; provocação, hostilidade; ofensa; conduta caracterizada por intuito destrutivo (FERREIRA, 1986) – que se preocupa principalmente com o aspecto moral de um ato. Violência, por sua vez é definida como – qualidade de violento; ato violento; ato de violentar; constrangimento físico ou moral; uso da força; coação.

A dificuldade de concordar com uma definição exata e precisa da agressão revela algo sobre sua natureza, indicando que não se está lidando com um processo unitário. Por um lado, qualquer definição estreita e precisa, facilmente se depara com dificuldades. Por outro lado, conceitos mais compreensivos são tão gerais que possuem pouca utilidade. Entretanto, as definições podem ajudar a identificar a natureza geral do problema e a compreender a dinâmica do comportamento agressivo, mesmo que não haja uma única e absoluta definição. A agressão desafia definições, e em suas formas extremas é uma tragédia humana sem igual.

Em seus estudos, Saul (1956) estabelece diferença entre hostilidade e agressão, determinando que a primeira é a tendência de um organismo de fazer qualquer coisa danosa a outro ou a si mesmo. Não é simplesmente agressão: a agressão, palavra derivada do latim, e que significa mover-se ativamente, pode revestir-se de um sentido construtivo, como realizar um bom trabalho, não tem que ser hostil e, reciprocamente, a hostilidade não precisa ser agressiva e pode ser manifestada passivamente. Tampouco a hostilidade é necessariamente raiva, porquanto a raiva reflete um sentimento transitório que pode ser compatível com o amor.

Este autor considera que se pode, da forma mais completa, sem interrupção ou alteração, amar alguém, a despeito de períodos de raiva, como bem o sabe todo marido, mulher, filho, pais e amigos; isto porque, ele explica, a hostilidade é o mal fundamental no homem. Neste sentido a agressão é entendida como força natural que pode ser aplicada de forma positiva ou negativa.

Eibl-Eibesfeldt (1974) aceita basicamente a premissa de que a tendência para a agressão é inerente ao homem, mas frisa que os mecanismos de pacificação e controle são igualmente inerentes à natureza humana.

Michaud (1989, p. 11) reconhece que, etimologicamente, a raiz da palavra violência é `vis`, que significa força, energia, potência, valor, força vital. Entendendo que existe violência quando

[...] numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.

Yentzen et al. (1994) afirmam que a violência é fruto de uma história de relações humanas, de frustrações e conflitos e, ao mesmo tempo, distingue agressividade de hostilidade destrutiva, identificando hostilidade com violência. A agressividade tem raízes instintivas, a

hostilidade tem uma história de relações humanas. Assim, a violência tem suas raízes nos conflitos e frustrações decorrentes das relações interpessoais, da mesma forma que a hostilidade.

Amoretti (1992, p. 41), define violência como “[...] o ato de violentar, determinar danos físico, moral ou psicológico através da força ou da coação, exercer pressão ou tirania contra a vontade e a liberdade do outro.”

De acordo com Costa (2003, p. 30) na teoria psicanalítica, a palavra violência “[...] é empregada em contextos que tornam sua compreensão problemática [...]”. Em alguns contextos ela é associada à agressividade instintiva do homem para matar ou fazer seus semelhantes sofrer. Em outros contextos, a violência está associada a uma forma de resolução de conflitos, ou seja, “[...] não existe um instinto de violência, o que existe é um instinto agressivo que pode coexistir perfeitamente com a possibilidade do homem desejar a paz e com a possibilidade do homem empregar a violência [...]” (COSTA, 2003, p.35).

Para o autor acima referido, existem muitos equívocos a respeito da diferença entre violência e agressividade, onde, por vezes, um conceito é tomado pelo outro, como também é equivocada a idéia de que violência decorre imediatamente da agressividade. Identificar violência com agressividade significa atribuir-lhe uma qualidade biológica, mesmo que sua potência tenha suas raízes no instinto agressivo. Ainda, para ele, da mesma forma, existem confusões relativas entre a violência e o irracional e entre a violência e o descontrole emocional. A primeira não é algo necessariamente irracional e nem resulta necessariamente de descontrole emocional. A violência racional é a que se dá de maneira premeditada. A violência irracional, por sua vez, se dá através da substituição de objeto, como por exemplo, por meio de desforra contra esposa e ou filhos, de alguma situação vivida com outras pessoas.

A distinção básica entre violência irracional e agressividade instintiva é que a “[...] violência é o emprego desejado da agressividade, com fins destrutivos [...]” (COSTA, 2003,

p. 39). Ainda que de forma irracional, a violência traz a marca de um desejo que pode ser deliberado e racional ou involuntário e irracional. Por sua vez, a ação agressiva não é traduzida como violenta quando se manifesta com expressão do instinto e não exprime um desejo de destruição.

O instinto agressivo destina-se à luta pela sobrevivência e é próprio da natureza animal. No homem o instinto agressivo é uma marca de sua conduta animal. A agressividade, nesse sentido, não implica em nenhum desejo de destruir o outro, ainda que possa destruir, para atingir seu objetivo de sobrevivência. Trata-se, portanto, de necessidade e não de desejo.

As definições de violência, conforme visão do psicanalista Costa (2003), são sempre provisórias e inferidas de casos particulares, sendo usado nos mais diferentes contextos e com diferentes significados, inclusive em função das diferentes linhas ideológicas e teóricas do pensamento.

Costa (2003) condiciona que o caráter de violência é a representação que a vítima faz da força coercitiva que o atinge. *“É porque o sujeito violentado (ou o observador externo à situação) percebe no sujeito violentador o desejo de destruição (desejo de morte, desejo de fazer sofrer) que a ação agressiva ganha o significado de ação violenta.”* (COSTA, 2003, p. 39). Para o objeto em estudo, a representação da violência é o que interessa mais particularmente, posto que revela o aspecto subjetivo da mesma. Esta vista sob a ótica da vítima, pode não coincidir necessariamente com seu aspecto objetivo, ou seja, não coincidir com a ótica de quem a pratica. Quem pratica a violência faz uma representação que, apesar de possuir um caráter violento, não é necessariamente captada como tal por quem a recebe.

Dessa forma tem-se uma violência que ocorreu objetivamente, da parte de quem a praticou, mas não ocorreu subjetivamente por parte da vítima. Ou, ao contrário, é possível atribuir uma representação de natureza violenta, quando, na realidade quem a exerceu não teve nenhuma motivação neste sentido.

Costa (2003) considera que a atribuição indevida se dá por razões tais como: a relação que a vítima associa a experiências anteriores, ainda que de forma inconsciente, com a atual; a representação que o autor faz da violência cometida - poderá representar a violência apenas em nível inconsciente, e em nível consciente, esta será representada através das melhores intenções -, a vítima captará mesmo que inconscientemente esta última representação da violência.

Uma definição adequada do termo violência deve, pois, justificar o julgamento ou a atribuição que considera um ato violento.

Neste sentido, segundo Costa (2003), é impossível considerar a violência no ser humano como um evento em si, emancipada das circunstâncias. Primeiramente precisa-se considerar a agressão a partir do agente agressor, depois, a partir do agredido e, finalmente, a partir de um observador. É muito provável que se encontre três representações diferentes de um mesmo evento.

Em síntese, do ponto de vista do agressor, deve-se considerar a intencionalidade do ato, ou seja, do desejo do mesmo transmitir estímulos nocivos a outro. Para o agredido, deve-se considerar o sentimento de estar sendo agredido (percepção de intenção do agressor lhe causar danos) ou prejudicado e, quanto ao observador, deve-se considerar seus sentimentos críticos a respeito da possibilidade de ter havido nocividade no ato em questão, bem como a intencionalidade de promover a violência.

Na perspectiva da Psicologia Social, Rodrigues (1981, p. 366) define agressão como sendo “[...] *qualquer comportamento cuja finalidade é causar dano a outrem* [...]”. As noções de causalidade pessoal e impessoal desempenham um papel de extrema relevância para se definir um ato agressivo. Se um ato praticado por uma pessoa A causa dano a uma pessoa B, é necessário que se estabeleça se o ato de A foi intencional (causalidade pessoal) ou se foi devido a fatores não intencionais (causalidade impessoal). Um ato só poderá ser considerado

agressivo quando existir causalidade pessoal. Esta definição tem como elemento fundamental a intencionalidade e a liberdade de escolha por parte do agente. De modo geral, a agressão tem sido definida como todo ato realizado com a intenção de provocar dano a um ser vivo, tanto em seu aspecto físico como psicológico.

A Psicologia Social, ao estudar o fenômeno da agressão, restringe seu foco de análise às suas características psicossociais, e a considera em termos da interação entre agressor e vítima. Investiga os processos cognitivos, afetivos e comportamentais das relações suscitadas pelas interações sociais instigadoras de violência e de hostilidade de uns contra outros.

Os estudos da Psicologia Social sobre a agressão humana destacam a intencionalidade por parte do agressor, e caracterizam como agressivo apenas o ato deliberado com o objetivo de causar danos físicos e psicológicos a alguém. Na ótica desta disciplina a agressão não precisa ser necessariamente física. Neste tipo de agressão simbólica a vítima pode ser agredida por insultos, calúnias ou impedida de atingir seu objetivo. O assédio, considerado uma forma de agressão psicológica, provoca ansiedade e depressão na vítima.

Rodrigues; Assmar; Jablonski (2001) afirmam que nem sempre é possível avaliar a intencionalidade do agressor de forma inequívoca.

De modo geral, a Psicologia Social distingue a agressão humana em função das intenções subjacentes a tais comportamentos. Refere-se à **agressão hostil**, que decorre de “estados emocionais fortes, como a raiva, e tem como objetivo básico causar dano a uma pessoa ou objeto a fim de satisfazer impulsos hostis” (RODRIGUES, ASSMAR; JABLONSKI, 2001, p. 207). Por sua vez, a **agressão instrumental** visa ferir, magoar ou prejudicar alguém apenas para alcançar a finalidade de proporcionar algum objetivo ou ganho ao agressor (BERKOWITZ, 1993a).

Para Berkowitz (1993a); Baron e Richardson (1994); Bushman e Anderson (2001); Geen (2001), a agressão humana é qualquer comportamento direcionado a outro indivíduo cuja

finalidade é a de causar danos (ferir). Além disso, o agressor precisa acreditar que o comportamento irá danificar o alvo e que este é motivado a evitar o comportamento.

De acordo com Baumeister (1989), danos acidentais não são agressivos porque não são intencionais. Danos que são um produto incidental, ações de ajuda também não são agressivos, porque quem provocou o dano acredita que o alvo não está motivado a evitar a ação, como por exemplo, uma dor causada durante uma intervenção odontológica. Similarmente, a dor administrada no masoquismo sexual também não é agressiva porque a vítima não está motivada a evitá-la - deveras, a dor é efetivamente solicitada a serviço de um objetivo maior (BAUMEISTER, 1989).

Por outro lado, a violência é a agressão que têm como objetivo causar danos extremos, podendo levar à morte. Toda violência é agressão, mas muitas instâncias da agressão não são violentas. Por exemplo, uma criança empurrando outra de um triciclo é um ato de agressão, mas não é um ato de violência, segundo Anderson e Bushman (2002).

Ampliando este conceito, pode-se ainda falar de agressão hostil e agressão instrumental. Análises recentes de Bushman e Anderson (2001) concebem estas definições em dois sentidos. Primeiro, distinguindo os objetivos imediatos e dos definitivos ou últimos, deixando clara a intenção de causar danos como uma característica necessária a toda agressão, como em modelos puros de agressão hostil. Segundo são identificados diferentes tipos de agressão em termos do nível do objetivo definitivo. Assim, tanto o roubo quanto o ataque físico são atos de agressão porque ambos incluem a intenção de causar danos à vítima em um nível imediato. No entanto, eles tipicamente se diferenciam dos objetivos definitivos, com o roubo servindo primeiramente a objetivos relacionados ao lucro e o ataque servindo primariamente para ferir.

Em resumo, estas definições permitem discutir as semelhanças e as distinções entre agressão hostil algumas vezes chamada de afetiva, impulsiva ou agressão reativa e instrumental, ao mesmo tempo em que se percebe que as mesmas têm motivos mistos.

Outro elemento a ser considerado é se a violência está atrelada à agressão. Na verdade “[...] *podemos ter agressão com ou sem violência e, igualmente, violência com ou sem agressão* [...]” (BALLONE ; ORTOLANI IV, 2003a).

Portanto, uma mulher pode, por exemplo, sentir-se agredida pelo silêncio do marido, caso estivesse ansiosamente esperando por algum comentário ou diálogo, mesmo em se tratando de comentário hostil. O marido deve, por sua vez, ser consultado sobre suas intenções lesivas ao optar pelo silêncio. O silêncio pode ser motivado tanto pelo fato do marido ser calmo e amistoso, quanto por ele ter planejado ferir a mulher através do silêncio. Neste último caso, conforme Ballone (2003), estaríamos diante de um ato de agressão sem violência. Podemos observar também que a mesma cena poderia não ter um resultado agressivo, caso a mulher não se sinta agredida ou não atribua agressividade ao comportamento do marido, apesar da eventual intencionalidade agressiva do mesmo.

Assim, o constrangimento parece ser uma condição necessária da violência, mas não é uma condição suficiente. Toda violência é um ato de constrangimento, mas nem todo constrangimento é violento. A violência não precisa necessariamente da força física para se manifestar.

A violência sugere a idéia de ação, de atitude dirigida especificamente para fins avassaladores.

Costuma-se definir a violência como sendo toda ação intencional que implique a morte de uma ou mais pessoas, o constrangimento, o sofrimento ou lesões físicas ou psicológicas contra a sua vontade.

Múltiplas visões com recortes diferenciados analisam a violência de acordo com o campo conceitual onde esta se situa, seja este psíquico, social ou biológico.

É importante esclarecer ainda, que do ponto de vista psicológico, é necessário explicitar que a definição de violência como ato que causa dor ou provoca ferimentos pode ser muito

limitada para este tema, uma vez que exclui determinadas formas de abuso, como o emocional e sexual. Por outro lado, não é menos problemático incluir a negligência, a omissão, as ameaças, no rol das manifestações de violência, uma vez que estas dependem do contexto em que são proferidas e da dinâmica de cada relação. Conforme alertam Straus e Gelles (1990), não são poucas as implicações metodológicas e conseqüentemente práticas das definições de violência, abuso, negligência, etc.

A definição de violência de forma geral envolve o uso da força física ou ações brutais impostas sem consentimento. Contudo, de acordo com Lloyd (1994) violência e abuso subentendem um mesmo comportamento, sobretudo se o significado semântico da palavra violência for ampliado. A diferença entre abuso e violência é que o abuso tem uma conotação crônica de um comportamento não aceitável. O termo *abuse*, em inglês recobre tanto a agressão física, como a negligência, a violência sexual e emocional. Entretanto, sua tradução é sempre perigosa, pela conotação marcadamente sexual que a palavra têm em português. Termos como violência e abuso em diferentes línguas tem diferentes significados, por isso a precisão de comparar atos reais que ocorrem em uma cultura com os que ocorrem em outra se torna mais difícil de ser obtida. Em vista disso, ao coletar dados é preciso descrever os atos reais sobre os quais as informações serão requeridas.

Isto posto, vale ressaltar que o conceito de violência pode ser desdobrado num outro conceito: o de abuso. Por conseguinte, este é mais amplamente entendido com conotação sexual, porém, para Osório (2004), o conceito de abuso engloba todos os tipos possíveis de agressão e violência, não sendo visto apenas com conotação sexual.

Em síntese, verifica-se que a agressividade humana tem sido objeto de estudo de muitas disciplinas ou áreas do conhecimento, tais como Biologia, Medicina, Psicologia Social, Psicanálise, dentre outras, decorrendo daí diferentes explicações do que é a agressividade, e em que ela se constitui. Para alguns teóricos, ela é considerada como tendo uma função de

adaptação na luta pela vida, e para outros, a agressividade não pertence à natureza humana em seu estado natural, mas é uma criação da sociedade, mediante processo de aprendizagem social.

Destarte, apesar de ser um tema difícil e vasto, na maioria das obras pesquisadas a agressão tem sido apresentada como tendo dois significados. Por um lado, constitui, direta ou indiretamente, uma reação à dor da frustração e dos fracassos; por outro, é uma das muitas fontes de energia do indivíduo. Assim, o impulso agressivo é comum a todos os seres humanos e pode ser manobrado de maneiras distintas pelas pessoas.

1.2 As razões da violência: explicações teóricas para a agressão humana

Em tempo algum da história da humanidade foram tão generalizados e intensos a preocupação e o interesse com os problemas da violência humana. O homem reconhece que continua hoje, como nos séculos passados, sendo uma vítima de si mesmo. Assim, o homem teme os outros homens e, para dominar esse medo, tem de compreender a espécie humana e o que organiza seu comportamento.

Violência é um tema do presente e não apenas do passado. Além do mais, é um tema com o qual se aprende uma verdade sobre a natureza real da espécie humana descobrindo-se o que o homem é realmente capaz de fazer.

Para Berg (1965, p. 5):

O problema básico [...] da psicologia e de outras ciências do comportamento consiste em como lidar com a violência. [...] Pode parecer absurdo sugerir com seriedade que isso possa ser feito mesmo que aceitemos uma ou duas gerações como necessárias para

atingir essa meta. Deve ter parecido igualmente absurdo aos antigos romanos ouvir dizer que os combates sangrentos e mortais entre gladiadores deveriam ser proibidos.

O objetivo dessa seção é apresentar algumas teorias da agressividade, e examinar as formas pelas quais as diferentes teorias lidam com a questão da agressividade humana.

Serão comentados alguns autores importantes na história da psicologia e outros autores contemporâneos.

1.2.1 Teorias clássicas da agressividade humana

A origem do comportamento agressivo para um primeiro grupo de estudiosos é instintiva. Sob este prisma, o comportamento agressivo estaria relacionado a componentes biológicos e psicológicos e a agressividade é vista como um fenômeno de caráter universal, independente de movimentos classistas e históricos, estando atrelada ao ser humano, em sua essência.

Observa-se que a violência é um fenômeno pluridimensional, onde se destacam duas grandes tendências. Sigmund Freud e Konrad Lorenz figuram na linha de frente defendendo uma posição instintivista do comportamento agressivo. Nessa abordagem, o conflito humano é decorrente da discrepância entre os anseios biológicos (normalmente em busca do prazer) e as possibilidades sociais. Esse conflito resultaria na violência. A outra tendência explica o comportamento agressivo como resultante da conjugação de aprendizagens e de fatores situacionais desencadeantes.

A agressão se apresenta sob muitas nuances dentro de uma mesma perspectiva. Para Freud, existe nos homens uma agressividade inata que os instiga a comportamentos

agressivos. Lorenz (1973) postula que o instinto agressivo é condição indispensável para o próprio progresso do ser humano.

- **Sigmund Freud**

A importância do pensamento de Freud em nosso universo cultural deriva do fato de que, embora referido a um campo do saber, articula suas formulações a outros campos, como História, Antropologia, Filosofia, Biologia, Física, dentre outros, dando a sua obra uma pluridimensionalidade. Seu interesse para os fenômenos culturais e sociológicos é revelado principalmente quando escreve "*Por Que a Guerra*" (1914), "*O Futuro de uma Ilusão*" (1927), e "*O Mal Estar na Civilização*" (1930).

Sua obra é marcada por um ceticismo em relação ao homem, posto que na sua visão, a natureza humana é determinada, sobretudo, por pulsões e forças irracionais, oriundas do inconsciente, pela busca de um equilíbrio homeostático e pelas experiências vividas na primeira infância.

Em sua teoria, enfatiza as pulsões em duas categorias: os instintos de vida (Eros), que contribuem para a sobrevivência da pessoa e da espécie (por exemplo a sexualidade), e os instintos de morte (Thanatos), que compreendem as forças autodestrutivas, passíveis de voltarem-se para fora, em direção a outrem, e produtoras da agressão e da guerra. Desse modo, a abordagem freudiana encara todo o comportamento como uma manifestação de conflitos intrapsíquicos ou, de maneira mais geral, de interações dinâmicas entre forças antagônicas existentes em seu interior.

Freud (1930) mostra como o desamparo no qual o ser humano chega à vida é decisivo para a estruturação de seu psiquismo e revela que na pulsão destrutiva, agressiva, advinda da pulsão de morte, está o maior perigo à civilização.

Em sua concepção, o homem está condenado a uma forma radical de intersubjetividade que implica, a um só tempo, aproximação e afastamento. Freud (1921) utiliza na *“Psicologia de grupo e análise do eu”* a metáfora dos porcos espinhos para afirmar que o homem não suporta uma aproximação demasiado íntima com o próximo, principalmente porque a deseja. Freud afirma que as relações amorosas estão carregadas de hostilidade, nem sempre perceptível por causa do recalçamento. As relações sociais articulam-se no sentido da busca da experiência de satisfação, dado as dificuldades da condição humana, com seu desamparo, seu desconhecimento, sua perplexidade frente à morte. O laço social tem aí sua origem, estabelecendo-se nele a regulamentação moral.

Em *“O mal estar na civilização”*, o autor estabelece uma verdadeira genealogia da consciência moral, demonstrando que uma de suas funções *“consiste em manter a vigilância sobre as ações e intenções do eu e julgá-las, exercendo censura”* (FREUD, 1930, p. 139).

No texto referido, é formulada a noção da impossibilidade de cumprir a ordem expressa de um mandamento cultural, que é o de *amar o próximo como a ti mesmo*. Diante desta máxima, Freud sugere que para amar uma pessoa ela tem que ser merecedora desse amor. Para merecer o amor é necessário que ambos sejam de tal forma semelhantes que, em aspectos importantes, um possa se amar através do outro, podendo assim amar o ideal de seu próprio eu. Assim, ele descobre várias dificuldades relativas ao cumprimento desse preceito enunciado com tanta solenidade e sugere outro mandamento para substituí-lo *“Ama o teu próximo como este te ama”* (1930, p. 115), e critica um segundo mandamento que lhe parece ainda mais incorreto, que é o que diz: *“Ama os teus inimigos”* (1930, p. 115).

O amor é algo muito valioso que não pode ser jogado fora sem reflexão, um amor que não discrimina é privado de uma parte de seu próprio valor e, além disso, nem todas as pessoas são merecedoras de amor. Mais do que isso, muitas tem mais direito ao ódio e à hostilidade do que ao amor. Por trás disso tudo está a noção de pulsão de morte, formulada em 1920 em

“*Além do princípio do prazer*”, que é incorporada sobre a forma de agressividade, para pensar a relação ao próximo. É depois desse estudo que Freud passa a falar mais enfaticamente da violência existente na natureza humana e na natureza das relações interpessoais.

[...] os homens não são criaturas gentis que desejam ser amadas e que, no máximo, podem defender-se quando atacadas; pelo contrário, são criaturas entre cujos dotes instintivos deve-se levar em conta uma poderosa cota de agressividade. Em resultado disso, o seu próximo é, para eles, não apenas um ajudante potencial ou um objeto sexual, mas também alguém que os tenta a satisfazer sobre ele a sua agressividade, a explorar sua capacidade de trabalho sem compensação, utilizá-lo sexualmente sem o seu consentimento, apoderar-se de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo. — 'Homo homini lupus' .(FREUD, 1930, p. 116).

A autodetecção da existência de uma inclinação para a agressão leva a supor com justiça que ela está presente nos outros. Isso constitui um fator que perturba os relacionamentos com o próximo e força a civilização a um tão elevado dispêndio de energia. Para Freud, as paixões instintivas são mais poderosas que a razão. Nesse sentido, revela que é necessário estabelecer limites para os instintos agressivos do homem, mantendo-os sob controle, através de métodos destinados a incitar identificações entre as pessoas, daí a importância do mandamento de amar ao próximo, sendo ele plenamente justificado pelo fato de nada ir tão fortemente contra a natureza original do homem.

A coerção é um mal necessário à civilização, onde a moral atua na contenção da agressividade mútua que caracteriza o relacionamento entre os homens. Ao elaborar sua última teoria das pulsões, o autor mantém o dualismo pulsional, opondo pulsões de vida e pulsões de morte, e, neste sentido, afirma que esse conflito é posto em ação sempre que os homens se propõem a viverem em comum. O sentimento de culpa é inevitável, já que a

agressividade está na base de toda relação de amor entre as pessoas e, ao ser recalçada, manifesta-se sob esta forma.

O sadismo e o masoquismo constituem claras manifestações da pulsão de morte mesclada ao erotismo, entretanto, Freud não despreza a onipresença da agressividade e da destrutividade não eróticas em toda parte.

Na obra *"O mal estar na civilização"* (1930), a pulsão de morte, é tomada como destrutividade pura, distinta e autônoma em relação à libido, manifestando-se como inclinação para a agressão "[...] adoto, portanto, o ponto de vista de que a inclinação para a agressão constitui, no homem, uma disposição pulsional original e auto-subsistente, e retorno à minha opinião de que ela é o maior impedimento à civilização." (FREUD, p. 125).

Em decorrência dessa análise, dá ênfase à face invisível da pulsão de morte, que é a agressividade humana, entendida como disposição inata, inclinação original do homem para a crueldade e para o mal. Não vê, pois, a agressividade como um desvio, mas pensa a maldade como constitutiva do ser humano, presente em cada um como uma disposição pulsional inata - a natureza profundamente moral da humanidade está relacionada a esta inclinação humana para o mal.

Enquanto Eros atua no sentido dos reforços dos laços, da união dos indivíduos, através da identificação, a pulsão de morte atua no sentido oposto, como disjunção dessas unidades, recusa da permanência, subvertendo a força conservadora de Eros.

O mandamento "ama a teu próximo como a ti mesmo" é a base da mais forte defesa contra a agressividade humana. Entretanto, os homens não prestam atenção a tudo isso, e o preceito, apenas tem o mérito de advertir sobre o quanto é difícil obedecê-lo.

No livro *"Mal Estar na Civilização"* os instintos destrutivos do homem são tidos como responsáveis pelo mal estar na civilização, e em *"Porque a Guerra"*, Freud emprega freqüentemente a palavra violência associada à agressividade instintiva. Desta forma, a pulsão

de morte poderia gerar a violência existente na natureza humana e na natureza das relações sociais.

Freud foi o primeiro a sublinhar a autonomia fundamental dos instintos em geral, embora só muito mais tarde tenha reconhecido o instinto da agressão. Mostrou igualmente que a falta de contatos sociais e, sobretudo a sensação de não ser amado, predispõem à agressão e a facilitam-na.

Comentando a obra o “*O mal estar na Civilização*”, Gay (1989), afirma que este foi o livro mais sombrio de Freud, por estar baseado no dualismo instintivo e no sistema estrutural. Os grandes antagonistas, o amor (Eros) e o ódio (Thanatos), lutam pelo controle da vida social do homem. A agressividade visível é a manifestação exterior da invisível pulsão de morte. Peter Gay destaca que a principal preocupação de Freud era a forma como a cultura inibe a agressividade, o que se constitui na fundação do que se convencionou chamar de superego. Todavia, exalta que nem toda experiência surge do mundo exterior, e que a constituição inata, inclusive a herança filogenética de uma pessoa, desempenha seu papel, refletindo assim sobre as respectivas participações da constituição e do ambiente no desenvolvimento mental. O autor refaz a pergunta de Freud, inquirindo se a civilização é capaz de conter a pulsão humana para a agressão e a destruição.

É importante, entretanto, lembrar que Freud, ao formular os conceitos de Eros e Thanatos, sabe que o ser humano tem tanto a possibilidade de amar quanto a possibilidade de odiar.

- **Konrad Lorenz**

A observação dos hábitos dos animais e a comparação do instinto de agressão animal com o comportamento humano foi a grande preocupação de Lorenz. Suas explicações para a agressividade humana foram expostas principalmente no livro “*A Agressão: uma história*

natural do mal" (LORENZ, 1973). Nesta obra, o autor ressalta que nos animais em geral a agressividade tem um papel positivo para a sobrevivência da espécie, e que também no homem a agressividade poderia ser orientada para comportamentos socialmente úteis.

O autor defende a tese de que a espécie humana traz uma forte herança de territorialidade e agressividade, instintos estes que devem ser extravasados para se evitar distúrbios sociais. Sugere que as espécies animais estão geneticamente construídas para aprenderem tipos específicos de informação que são importantes para a sobrevivência da espécie. Descreveu o aprendizado de patos e gansos recém-nascidos: os filhotes, logo que nasciam, aprendiam a seguir a mãe, ou então, uma falsa mãe. O processo, que é chamado *imprinting* (gravação) compreende sinais visuais e auditivos do objeto "mãe" que são gravados, mesmo que sejam enganosos. Isto provoca uma resposta de acompanhamento que depois vai afetar o adulto.

Para Lorenz (1973), a agressão intra-específica, longe de ser um princípio diabólico, destruidor, como a psicanálise apresenta, é indubitavelmente uma parte essencial da organização dos instintos em vistas da proteção da vida. Mas isso é válido para qualquer outra função de qualquer outro sistema. Entretanto, o instinto da agressão destinado originalmente à conservação da espécie, pode ser avaliado em todo o seu perigo, isto é, é a espontaneidade desse instinto que o torna temível.

Se ele fosse apenas uma reação contra certos fatores exteriores, como pretendem numerosos sociólogos e psicólogos, a situação da humanidade não seria tão perigosa como é, porque nesse caso os fatores que suscitam tais reações poderiam ser estudados e eliminados com alguma esperança de êxito. (LORENZ, 1973, p. 63).

Ao estudar o comportamento de peixes em aquário descobre que, para evitar que o macho mate a fêmea, é necessário deixar no aquário um "bode expiatório", ou seja, um peixe da mesma espécie, para que o macho possa descarregar sua ira sobre o vizinho do mesmo sexo. Segundo Lorenz (1973), pode-se verificar coisa parecida nos seres humanos, uma vez que o

recalcamento da agressão se torna mais perigoso quanto mais intimamente os membros de uma espécie se conhecem, e quanto mais se compreendem e se gostam. Em tais situações, todos os estímulos que podem desencadear a agressão e o comportamento combativo intra-específico sofrem um forte abaixamento de seu limiar. Para exemplificar, cita as reações contra os movimentos dos melhores amigos, a sua tosse, a maneira de se assoarem, como se tivesse recebido uma bofetada. Entender o mecanismo fisiológico deste fenômeno, impede o assassinato do amigo, mas não diminui o sofrimento. *“A única solução para uma pessoa razoável é, no fundo, abandonar pé ante-pé a barraca (tenda ou igloo) dirigindo-se a qualquer objeto, fazê-lo voar em estilhas com o maior barulho possível.”* (LORENZ, 1973, p. 69). Isto é o que se chama de comportamento desviado ou reorientado.

O autor questiona sobre a possibilidade de impedir que a agressão intra-específica prejudique seriamente a conservação da espécie, “[...] *sem que por esse fato sejam eliminadas as suas funções indispensáveis ao interesse dessa espécie?*” (LORENZ, 1973, p.123) e sobre o por que é que as espécies que tiram proveito de uma vida social não renunciam à agressão.

As respostas para tais questões evidenciam-se no fato de que a espécie mantém inalterada a pulsão, de um modo geral útil, ou até indispensável. A solução deste problema poderia residir, na instalação, nos casos particulares onde ela poderia ter um efeito nocivo, de um mecanismo especial de inibição criado *ad hoc*. Neste ponto vê-se uma analogia com a evolução cultural do homem, vislumbrada nos imperativos mais importantes da lei de Moisés que, tal como qualquer outra lei, são interdições e não mandamentos.

O homem preserva-se no erro de não gostar de se imaginar fazendo parte do resto da natureza, opõe-se a ela como se fosse um ser de essência diferente, e em razão a isso, despreza o famoso “Conhece-te a ti mesmo”, atribuído a Sócrates, mas expressado por Quilon. Neste sentido, a preocupação de Lorenz é de alertar sobre a falta de autocrítica da humanidade.

São vários os exemplos que podem ser citados a este respeito: quando Darwin descobriu que os homens descendiam dos animais, não faltaram tentativas para reduzi-lo ao silêncio. Freud foi censurado ao tentar analisar o comportamento humano e torná-lo compreensível. Assim, falta humildade e todos os meios servem à humanidade para defender o seu amor próprio.

Lorenz (1973, p. 247) afirma que um observador imparcial nunca “[...] *teria a idéia de que o comportamento humano seria dirigido pela razão, e ainda menos por uma moral responsável [...]*”. Para esse autor os fenômenos são causados pela natureza humana e, tal como se repetem sempre, não têm causas racionais.

O entendimento deste fato não é suficiente e torna-se necessário perguntar sobre os motivos que levam os seres dotados de racionalidade a se comportar de maneira irracional. É provável que existam fatores poderosos para que os homens sejam capazes de ultrapassar os mandamentos da razão individual e sejam refratários à experiência e ao ensino.

Em capítulo sobre os mecanismos de comportamento funcionalmente análogos à moral, Lorenz (1973) fala de inibições que controlam a agressão nos diferentes animais sociais que impedem de ferir ou matar seus irmãos de raça. Na evolução do homem, tais mecanismos contra o assassinato se mostraram supérfluos, uma vez que não havia possibilidade de matar rapidamente, pois a vítima em potencial tinha muitas ocasiões para obter a graça do agressor por gestos obsequiosos e atitudes de apaziguamento.

Portanto, durante a pré-história da humanidade, não existiu nenhuma pressão para se produzir um mecanismo inibitório que impedisse o assassinato dos congêneres. Falta na espécie humana, como em outros animais menos agressivos, o respeito ao gesto de submissão feito pelo perdedor.

Isso não significa que, numa fase desprovida de responsabilidade moral, o homem fosse o mal em pessoa, já nessa fase ele era dotado de instintos sociais e das mesmas inibições de um chimpanzé, que apesar de sua irritabilidade, é uma criatura social e amável.

O comportamento agressivo e a inibição de matar representam um caso particular entre tantos outros em que as rápidas transformações da ecologia e da sociologia humanas pelo desenvolvimento cultural desequilibram mecanismos do comportamento que antes eram filogeneticamente adaptados. A função da moral é, portanto, restabelecer um equilíbrio aceitável entre os instintos do homem e as necessidades de uma ordem social.

Lorenz (1973) critica alguns filósofos contemporâneos que compartilham a idéia de que todo tipo de comportamento que serve para o bem estar da sociedade são ditados por um pensamento racional. *“Não apenas esta opinião é errada, mas é a sua contrária que é verdadeira.”* (LORENZ, 1973, p. 255). Explica ainda que se o homem não tivesse sido dotado de instintos sociais, nunca se elevaria acima do mundo animal, posto que, as tradições, a responsabilidade moral, dentre outras faculdades especificamente humanas, desenvolveram-se num ser que já vivia em sociedades organizadas antes do pensamento conceitual. A força motriz que aciona a razão provém de mecanismos de comportamento instintivo muito mais antigos que a própria razão, sendo eles a fonte do amor e da amizade, do calor afetivo, da apreciação da beleza, da insaciável curiosidade que aspira ao conhecimento científico. Com base nisso, o ser humano edificou uma enorme estrutura de normas e ritos sociais cuja função é estritamente análoga à ritualização filogenética. Quer tenham evoluído pela filogênese ou pela cultura, as normas de comportamento representam para cada ser humano normal, motivações, e são por eles sentidas como valores.

Neste sentido, para Lorenz (1973), a moral é apenas um mecanismo compensador de eficácia limitada. Dessa maneira, a dinâmica das pulsões, os diferentes tipos de comportamentos ritualizados pela filogênese ou cultura, em conjunto com a moral

responsável, formam um todo organizado. Vale ressaltar que todos os sistemas de atividades e reações inatas do homem foram construídos pela filogênese e calculados pela evolução de maneira tal que necessitam de ser completados pela tradição cultural, isto é, o homem depende tanto da tradição cultural e da responsabilidade racional, assim como as funções destas duas dependem da motivação instintiva.

No crescimento das culturas humanas existe um mecanismo incorporado em previsão de modificações gradativas. Tal fenômeno pode ser observado na tendência existente, durante a puberdade e imediatamente depois, nos seres humanos em afrouxar a obediência a todos os ritos e normas sociais, o que permite ao pensamento conceitual procurar novos ideais e talvez melhores. Neste período pós-púbere, a necessidade instintiva de pertencer a um grupo estreitamente ligado e que luta por determinados ideais é tão forte que a questão de saber o que são esses ideais não possuem valor intrínseco nem são essenciais. Neste sentido a formação de um bando de jovens reconstitui provavelmente as sociedades primitivas.

O autor citado exemplifica isso por meio do entusiasmo militante, ilustra como um comportamento filogeneticamente evoluído atua juntamente com as normas e ritos culturais e que, embora seja necessário ao funcionamento do sistema composto, pode trazer conseqüências trágicas se não for controlado por uma responsabilidade racional.

O entusiasmo militante é uma forma particular de agressão em comum, nitidamente distinta das formas primitivas da agressão individual. Entretanto, toda pessoa exposta a emoções fortes conhece os fenômenos subjetivos que acompanham as reações do entusiasmo militante: fica pronto a abandonar tudo ao apelo daquilo que, no momento em que essa emoção particular se produz, aparece como um dever sagrado; todos os obstáculos se tornam insignificantes; a instintiva inibição de ferir ou matar o próximo perde muito de sua força; as considerações de ordem racional, o espírito crítico e todos os argumentos racionais contra o comportamento ditado pelo entusiasmo militante ficam reduzidos ao silêncio por uma

espantosa inversão de valores, fazendo surgir argumentos indefensáveis, baixos e vis. Não obstante as atrocidades, há pessoas que têm a sensação de estarem absolutamente no seu direito. O pensamento e a responsabilidade moral atingem o seu nível mais baixo.

Lorenz (1973) argumenta que a tensão dirigida para um único alvo que caracteriza essa reação deve ter possuído um enorme valor de sobrevivência. Tal como o cerimonial do triunfo no ganso cendrado, o entusiasmo militante do homem é um instinto autônomo verdadeiro, tem seu próprio comportamento de apetência e os seus mecanismos de desencadeamento e, nisso, é comparável ao instinto sexual e a outras necessidades imperiosas, além do que, gera uma sensação especial de intensa satisfação. A sua força e a sua sedutora atração explicam porque homens inteligentes se comportam, por vezes, de modo tão irracional e imoral.

Esse entusiasmo surge com a previsibilidade de um reflexo, diante das seguintes situações: 1) é necessário que a unidade social com a qual o sujeito se identifica seja ameaçada; 2) presença de um inimigo detestável do qual emana o perigo que ameaça os valores do grupo; 3) a figura inspiradora de um líder; 4) presença de outros indivíduos entregues à mesma emoção.

Diante de tudo isto, Lorenz (1973) recomenda que é necessário controlar, por uma sábia responsabilidade moral, todas as adesões sentimentais, bem como é necessário anular as outras pulsões. Recomendando métodos para aliviar a agressão. Sendo um deles o de reorientar a agressão para algum objeto de substituição, como a prática de esportes. Esse método é a muito conhecido pela humanidade. O conceito de *catharsis*, ou descarga purificadora, já era familiar aos gregos. Segundo esse autor, o método mais evidente para diminuir a agressão encontra-se aplicado ao adágio "conhece-te a ti mesmo".

Assim sendo, Lorenz (1973) descobriu que muitos dos mais importantes padrões de comportamento dos animais - aqueles tradicionalmente chamados instintivos -, eram inatos e não podiam ser explicados behavioristicamente.

O comportamento do homem é fundamentalmente semelhante ao dos outros animais e está sujeito às mesmas leis causais da natureza. O critério para determinar que um certo padrão de comportamento é inato, é que este seja mostrado por todos os indivíduos normais da espécie, de determinada idade e sexo, sem nenhum aprendizado anterior e sem tentativas e erros. E este é o caso do comportamento agressivo, entre outros.

O autor explica o comportamento por causas naturais, o que não exclui ou afeta necessariamente a dignidade ou as escala de valores, - que os behavioristas consideram falsos -, nem mostra tampouco que os homens não sejam livres. Ao contrário, para Lorenz o crescente autoconhecimento aumenta o poder de autocontrole e assenta em bases sólidas as vontades. Quanto mais se compreende a causa material da agressão, mais aptos os indivíduos se tornam para tomar medidas racionais para controlá-la.

Desta forma, Lorenz (1973), em seu livro *"A agressão: uma história natural do mal"* trata do instinto do combate do animal e do homem dirigido a seu próprio congênere. Opõe-se à noção de pulsão de morte, que segundo Freud, seria diametralmente oposta a todos os instintos conservadores da vida. Para o autor, a agressividade, cujos efeitos são freqüentemente idênticos ao da pulsão de morte, é um instinto como qualquer outro e, em condições naturais contribui como todos os outros, para a preservação da vida e da espécie. Para ele, no homem que, pela sua própria ação modificou demasiado depressa as suas condições de vida, o instinto da agressão produz muitas vezes efeitos nocivos, mas os outros instintos têm resultados análogos, ainda que menos dramáticos.

1.2.2 Teorias psico-sociais da agressão

A segunda tendência, na explicação do comportamento agressivo, considera-o como resultante do aprendizado e dos fatores situacionais. O fator aprendizagem funcionaria como responsável pela formação da personalidade mais ou menos agressiva, ou seja, mais ou menos pronta a reagir agressivamente diante de determinados fatores situacionais.

Os processos tradicionais de aprendizagem (condicionamento clássico e operante) explicam grande parte do comportamento agressivo exibido pelas pessoas. Dentre os fatores situacionais capazes de provocar comportamento agressivo destacam-se a frustração, a provocação, dentre outros. As formulações teóricas de Berkowitz (1989) mostram-se bastante úteis para o entendimento do que se segue psicologicamente a uma frustração.

Segundo Anderson e Bushman (2002), cinco teorias principais sobre agressão guiam a maioria das pesquisas atuais em psicologia social. Nestas se inserem o segundo grupo anteriormente citado. Suas teorias coincidem razoavelmente, como se poderá ver a seguir.

- **Teoria da neoassociação cognitiva**

O modelo teórico de Berkowitz (1989) procura aperfeiçoar a teoria da frustração-agressão de Dollard e Miller (DOLLARD et al., 1939). Para tal, recorre ao conceito de instinto de Tinbergen, que se refere a um mecanismo biológico interno que para manifestar-se exige um objeto ou situação externa “apropriada”. Para Berkowitz (1993a), existe uma resposta agressiva inata à frustração e à raiva e a outros estados emocionais que podem ter efeitos similares à frustração, apenas quando estão presentes certos estímulos ou indícios. São eles:

alvos (pessoas ou grupo de pessoas), objetos (por exemplo, armas) e situações (um lugar, por exemplo).

Para Berkowitz (1993a) a manifestação do comportamento agressivo depende, de uma interação complexa entre as propensões inatas, respostas inibidoras aprendidas, bem como a natureza da situação social.

Berkowitz (1989, 1990, 1993a) propôs que eventos aversivos como as frustrações, provocações, ruídos altos, temperaturas desconfortáveis e odores desagradáveis produzem afeto negativo. O afeto negativo produzido por experiências desagradáveis automaticamente estimula vários pensamentos, memórias, reações motoras expressivas e respostas psicológicas associadas tanto com as tendências de luta e de fuga. As associações de luta dão vida a sentimentos rudimentares de raiva, enquanto as associações de fuga fazem surgir sentimentos de medo. Além disto, a teoria da neoassociação cognitiva assume que as pistas presentes durante um evento aversivo acabam se associando ao evento e às respostas emocionais e cognitivas desencadeadas por ele.

Na teoria da neoassociação cognitiva, pensamento agressivos, emoções e tendências comportamentais são interligadas na memória (COLLINS ; LOFTUS, 1975). Conceitos com significados similares - machucar, causar danos -, e conceitos que freqüentemente são ativados simultaneamente - atirar, arma -, desenvolvem fortes associações. Quando um conceito é carregado ou ativado, esta ativação estende-se a outros conceitos relacionados, assim como aumenta sua ativação.

A teoria da neoassociação cognitiva também inclui processos cognitivos de ordem maior, tais como avaliações e atribuições. Se as pessoas são motivadas a fazê-lo, elas podem pensar sobre como se sentem, fazendo atribuições causais para o que as levam a sentir-se de tal forma, e considerar as conseqüências de agir de acordo com seus sentimentos. Tal

pensamento deliberado produz mais claramente sentimentos diferenciados de raiva, medo, ou ambos. Isto pode também suprimir ou aumentar as tendências da ação com estes sentimentos.

A teoria da neoassociação cognitiva não apenas soma-se à hipótese anterior da frustração-agressão (DOLLARD et al., 1939), mas também provê um mecanismo causal para explicar porque eventos aversivos aumentam as inclinações agressivas, isto é, via afeto negativo (BERKOWITZ, 1989). Este modelo é particularmente apropriado para explicar a agressão hostil.

- **Teoria da aprendizagem social**

De acordo com as teorias da aprendizagem social (BANDURA, 1983; 2001; MISCHEL, 1973, 1999; MISCHEL ; SHODA, 1995), pessoas adquirem respostas agressivas da mesma forma que adquirem outras formas complexas de comportamento social - tanto por experiência direta quanto por aprendizagem por observação de outros.

A teoria da aprendizagem social explica a aquisição dos comportamentos agressivos via processo de aprendizado pela observação das ações de outras pessoas designadas como “modelos”, e provê uma útil gama de conceitos para entender e descrever as crenças e expectativas que guiam o comportamento social. A teoria da aprendizagem social, especialmente seus conceitos-chave a respeito do desenvolvimento e mudança de expectativas e como construir o mundo social é particularmente útil para entender a aquisição do comportamento agressivo e em explicar a agressão instrumental. A aprendizagem instrumental ocorre de acordo com o princípio do reforço ou recompensa. A probabilidade de repetir um comportamento que recebe reforçamento direto (como aprovação social, por exemplo) é grande (BARON, 1974). Pode-se citar como exemplo, o trabalho de Patterson;

Debaryshe; Ramsey (1989); Patterson; Reid; Dishion (1992) sobre interações familiares e desenvolvimento de padrões de comportamento anti-social.

- **Teoria do enredo (*script*)**

Huesmann (1986, 1998) propôs que quando as crianças observam violência da mídia de massa, aprendem enredos agressivos. Enredos definem situações e guiam o comportamento, ou seja, a pessoa ativa ou seleciona um enredo para representar a situação e então assume um papel neste enredo. Uma vez que um enredo foi aprendido, ele pode ser retomado algum tempo depois e ser usado como um guia para comportamento. Este método pode ser visto como uma consideração mais específica e detalhada dos processos de aprendizado social.

Enredos são grupos de particularmente bem ensaiados conceitos, altamente associados na memória, freqüentemente envolvendo ligações causais, objetivos e planos de ação (ABELSON, 1981; SCHANK ; ABELSON, 1977). Quando itens são tão fortemente ligados que formam um enredo, eles tornam-se um conceito unitário no esquema da memória.. Além disto, mesmo um enredo pouco ensaiado pode mudar as expectativas e intenções de uma pessoa envolvendo comportamentos sociais importantes (ANDERSON, 1983; ANDERSON; GODFREY, 1987; MARSH; HICKS; BINK, 1998). Um enredo freqüentemente ensaiado ganha acessibilidade e força de dois jeitos. Múltiplos ensaios criam ligações adicionais para outros conceitos na memória, aumentando assim um grande número de caminhos pelos quais ele pode ser ativado. Ensaios múltiplos também aumentam a força das próprias ligações. Assim, uma criança que testemunhou milhares de vezes o uso de armas para resolver uma disputa na televisão é propensa a ter este tipo de enredo facilmente acessível sendo generalizado para muitas situações. Em outras palavras, o enredo torna-se cronicamente acessível. Esta teoria é particularmente útil considerando-se a generalização dos processos de

aprendizagem social e da automatização (e simplificação) dos complexos processos percepção-julgamento-decisão-comportamental.

- **Teoria da transferência de excitação**

De acordo com Zillmann (1983a) pessoas em estado de excitação fisiológica tendem a ficar mais agressiva do que as pessoas que não se encontram fisiologicamente excitadas. Quanto maior o grau de excitação, maior a agressividade. Zillmann (1983) postulou que a excitação gerada por uma situação pode ser transferida para outra e intensificar o estado emocional subsequente.

Zillmann (1983b) notifica que a excitação fisiológica dissipa-se lentamente. Se dois eventos excitantes são separados por um curto período de tempo, a excitação proveniente do primeiro evento pode causar uma confusão de atribuição para o segundo. Se o segundo evento é relacionado à raiva, então a excitação adicional deve deixar a pessoa ainda mais raivosa. A noção de transferência de excitação também sugere que a raiva pode ser estendida através de longos períodos de tempo se uma pessoa conscientemente atribuiu a sua alta excitação à raiva. Assim, mesmo depois da excitação se dissipar, a pessoa continua pronta para agredir enquanto o rótulo auto-gerado de raiva persistir.

A agressão ocorre quando o indivíduo reconhece a presença da excitação, mas a atribui à situação atual. Conforme essa teoria a agressão depende de três fatores: das disposições aprendidas ou hábitos, de uma fonte de energização da excitação e por ultimo da interpretação do estado de excitação.

- **Teoria da interação social**

Tedeschi e Felson (1994) interpretam o comportamento agressivo, ou ações coercivas, como comportamentos influenciados socialmente, isto é, um ator usa ações coercivas para produzir alguma mudança no comportamento de seu alvo. Ações coercivas podem ser usadas por um ator para obter alguma coisa de valor, como por exemplo, informação, dinheiro, bens, sexo, serviços e segurança, para estabelecer justiça retributiva de erros percebidos, etc. De acordo com esta teoria, o ator é um tomador de decisões cujas escolhas são direcionadas por recompensas esperadas, custos e probabilidades de obter diferentes resultados.

A Teoria da Interação Social provê explicações de atos agressivos motivados por altos níveis de objetivos definitivos ou últimos. Mesmo agressão hostil pode ter algum objetivo racional por trás, tais como punir o provocador a fim de reduzir a probabilidade de futuras provocações. Esta teoria proporciona um excelente meio de entender os achados recentes de que a agressão é freqüentemente o resultado de ameaças à auto-estima, especialmente para uma alta auto-estima sem justificativa, como no caso do narcisismo (BAUMEISTER; SMART; BODEN, 1996; BUSHMAN ; BAUMEISTER, 1998).

Assim, de acordo com os psicólogos sociais, os atos agressivos estão baseados em múltiplos motivos e têm por característica fundamental as estruturas do conhecimento de uma pessoa. Tais estruturas se desenvolvem a partir da experiência, que por sua vez influenciam a percepção em múltiplos níveis desde padrões visuais básicos até complexas seqüências comportamentais; podem tornar-se automatizadas com o uso; são ligadas a estados afetivos e crenças, e são usadas para orientar as interpretações e respostas comportamentais das pessoas.

Finalmente, existe ainda um outro grupo de teorias que sintetiza os dois anteriores, ou seja, compatibiliza o biológico com o psicológico e o social. Trata-se do enfoque bio-psico-social. Essas teorias valorizam as descobertas da biologia, psicologia, genética e neurofisiologia, fundamentais para a compreensão do aspecto sócio-filosófico do ser humano. Igualmente, valorizam os mecanismos que resultam na transformação do biológico pelo social, como apelo da adaptação do biológico às circunstâncias vivenciais, assim como as adequações do psiquismo às exigências existenciais.

De acordo com esta tendência, há uma complementação dinâmica entre o biológico, o psicológico e o social, de forma que toda atividade humana repercute nas relações sociais, culturais e emocionais, afetando tanto a constituição biológica quanto a consciência humana.

O enfoque bio-psico-social não crê que a violência resulte apenas dos problemas de natureza econômica, como a pobreza, ou política (enfoque sociológico – papel dos fatores sociológicos no comportamento agressivo), embora entenda que estas questões sejam significativas. Desacredita também, que o aumento da violência no mundo seja exclusivamente devido ao aumento dos casos de sociopatas, psicopatas ou congêneres, embora estejam presentes na criminalidade e, ainda, que a violência não se deve aos traumas de pais separados, frustrações e conflitos com a educação infantil, etc. O enfoque bio-psico-social corrobora a fórmula Fenótipo = genótipo + ambiente (BALLONE, 2003 a).

Em síntese, pode-se dizer que devido à ampla variedade de definições para a agressão, varias perspectivas teóricas respondem sobre a gênese deste comportamento. Psicólogos sociais (RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, 2001) agruparam três categorias gerais de explicações:

a) o ser humano está, de alguma forma, “programado” para a violência por sua natureza. A base biológica para os comportamentos agressivos é defendida por psicanalistas, etólogos e sociobiólogos. Destacam-se ainda outras teorias que, embora não qualificadas como

instintivas, enfatizam a agressão como biologicamente determinada. A genética comportamental põe em evidência o papel de fatores biológicos herdados na agressão humana. Ainda numa perspectiva biológica, pesquisadores identificaram sistemas neurais que, quando ativados, aumentam a agressão. Estudos demonstram a influência bioquímica (uso de drogas, especialmente o álcool), bem como os efeitos da ação hormonal na agressividade humana.

b) a agressão é uma resposta natural à frustração, a resposta agressiva é decorrente de um impulso básico eliciado por variáveis externas. Nesta categoria enquadram-se os psicólogos sociais, que concebem a agressão através da hipótese frustração-agressão, em primeira formulação e suas revisões posteriores.

c) a agressão é resultado da aprendizagem, obtida através de normas sociais, culturais e de experiências de socialização. Esta explicação situa-se na categoria dos teóricos da aprendizagem instrumental e observacional.

Conforme foi descrito até aqui, as explicações para o comportamento agressivo encontram-se relacionadas a diferentes fatores.

Diante das colocações acima se destacam a teoria de Lorenz e a teoria psicanalítica predominantemente intrapsíquica, e as teorias psico-sociais que consideram o indivíduo como uma resultante não dos instintos e dos objetos interiorizados, mas sim do interjogo estabelecido entre o sujeito e os objetos internos e externos, em uma predominante relação de interação, a qual se expressa através de certas condutas. Aproxima a investigação psicanalítica da investigação da Psicologia social, no que diz respeito às representações e atribuições relativas ao comportamento agressivo, as quais de uma maneira ou de outra influenciarão o comportamento da vítima. A psicologia social estuda o indivíduo não como um ser isolado, mas incluído dentro de um grupo, e empreende assim, sua investigação.

A agressividade configura uma estrutura que funciona acionada por motivações psicológicas. A psicanálise ao estudá-la se ocupa mais do vínculo interno, enquanto que a psicologia social se ocupa mais do externo.

A psicanálise, embora sendo o método com maiores possibilidades de investigação profunda, contribuiu pouco para o desenvolvimento de estudos na área da interação social, por lhe faltar a verificação e a confrontação necessárias para o desenvolvimento de estudos concebidos a partir das relações sociais.

Através da psicologia social podemos obter um quadro dos motivos e das causas, em termos gerais que levam uma pessoa a se comportar de forma violenta ou mesmo permanecer em uma relação violenta enquanto vítima.

O que mais interessa do ponto de vista psicossocial é a interação (estímulos externos), enquanto que do ponto de vista da psicanálise o que mais interessa são os aspectos internos.

Importante ressaltar que os psicólogos sociais, ao responder a questão da origem da agressão humana, diferenciam-se apenas no grau em que consideram a agressão como algo inato ou aprendido, na medida em que levam em conta a influência de fatores pessoais ou ambientais como instigadores de atos agressivos e, ainda quanto aos meios que sugerem para o controle ou a prevenção da agressão.

A Psicologia social refuta a explicação da agressão em termos exclusivamente biológicos, visto que, atos instintivos para a agressão não são coerentes com a idéia da intenção do agente causar dano. Porém, isto não significa que ela negue qualquer influência de base biológica na deflagração do comportamento agressivo. Entre muitos atos agressivos a Psicologia Social reconhece 'a influencia de alguns fatores biológicos na predisposição de certos indivíduos para a agressão'. (RODRIGUES; ASSMAR ; JABLONSKI 2001, p. 213).

Considerando-se as explicações em qualquer das abordagens desenvolvidas nas diferentes áreas do conhecimento, seja no enfoque biológico, no psico-social, ou no bio-psico-social a

violência consiste em ações que ocasionam a morte de seres humanos ou que afetam prejudicialmente sua integridade física, moral, mental ou espiritual. O aspecto mais relevante da violência não está necessariamente nas lesões físicas, que muitas vezes têm um prognóstico razoavelmente bom, mas nas lesões emocionais que costumam evoluir de maneira negativa. As vítimas diretas ou indiretas (familiares, testemunhas) correm um risco de desenvolver algum transtorno emocional. Ações violentas sobre o psiquismo humano são aquelas que afetam profundamente a vida psíquica do ser humano. Submetida a ações violentas, a pessoa deixa de se auto-governar e de se auto-determinar, perdendo conseqüentemente, o domínio de seu ser e de sua liberdade.

1. 2. 3 Variáveis relacionadas ao comportamento agressivo

Pesquisas baseadas na teoria da agressão podem reduzir o nível de violência na sociedade ao aumentar o entendimento das causas da agressão e violência. Estas pesquisas mostram que fatores biológicos, ambientais, psicológicos e sociais influenciam o comportamento agressivo. Os fatores que influenciam a agressão podem ser categorizados em função das características da situação ou em função das características da pessoa na situação.

Anderson e Bushman (2002); Rodrigues; Assmar; Jablonski (2001) indicam os tipos de processos fundamentais para examinar como vários inputs de variáveis pessoais e situacionais levam ao comportamento agressivo.

a) Fatores Pessoais

Estes incluem todas as características que uma pessoa traz à situação, como características pessoais, atitudes, e predisposições genéticas. Os fatores pessoais são estáveis e demonstram consistência através do tempo, através das situações ou através de ambos. Tal consistência é o resultado do uso de esquemas, de enredos, e de outras estruturas do conhecimento (MISCHEL, 1999; MISCHEL ; SHODA, 1995). Esquema perceptivo é usado para identificar fenômenos simples como os objetos comuns do dia a dia, tais como, cadeira e pessoa, ou fenômenos complexos como eventos pessoais. Esquema de pessoa inclui crenças sobre uma pessoa particular ou grupo de pessoas. Enredos contêm informações sobre como as pessoas comportam-se sob variadas circunstâncias. As estruturas de conhecimento influenciam quais situações uma pessoa irá seletivamente procurar e quais situações ela evitará, o que contribui para uma consistência das características pessoais. Juntos os fatores pessoais podem compreender uma disposição individual para a agressão.

Assim, certas características pessoais predis põem indivíduos a altos níveis de agressão. Um recente avanço nesta área foi a descoberta de que certos tipos de pessoas que freqüentemente agredem outros, o fazem em grande parte por causa de uma suscetibilidade em direção à atribuição hostil, percepção, e expectativas preconceituosas (CRICK ; DODGE, 1994; DILL et al., 1997 apud ANDERSON ; BUSHMAN, 2002).

Outro recente avanço contradiz crenças duradouras de muitos teóricos: um tipo de alta auto-estima (e não baixa auto-estima) produz alta agressão. Especificamente, indivíduos com auto-estima inflada ou instável (narcisistas) tendem a raiva e são altamente agressivos quando sua alta auto-imagem é ameaçada (BAUMEISTER ; SMART; BODEN, 1996; BUSHMAN ; BAUMEISTER 1998).

Outro aspecto mostra que homens e mulheres diferem nas tendências agressivas, especificamente no que diz respeito à maioria dos comportamentos violentos de homicídio e ataques agravados. A proporção de homens para mulheres assassinados nos Estados Unidos é cerca de 10:1 (FEDERAL BUREAU INVESTIGATION, 1999). Estudos de laboratório freqüentemente mostram o mesmo tipo de efeito do gênero, mas a provocação dramaticamente reduz as diferenças dos gêneros em agressão física e, especificamente, os tipos de provocação diferencialmente afetam a agressão masculina e feminina (BETTENCOURT ; MILLER, 1996).

Os tipos preferidos de agressão também diferem para homens e mulheres. Homens preferem usar agressão direta, enquanto as mulheres preferem agressão indireta (OESTERMAN et al., 1998). Estudos sugerem que muitas destas diferenças resultam de experiências diferenciadas de socialização (OESTERMAN et al., 1998). No entanto, explicações evolucionárias de algumas diferenças de gênero também receberam suporte empírico (BUSS ; SHACKELFORD, 1997; CAMPBELL, 1999; GEARY, 1998 apud ANDERSON ; BUSHMAN, 2002). Por exemplo, homens ficam mais preocupados (entristecidos) por infidelidade sexual de suas parceiras do que por infidelidade emocional, enquanto o padrão oposto ocorre com as mulheres (GEARY et al., 1995).

Em todos estes exemplos, os entendimentos sobre diferenças de gênero na agressão são fortemente aumentados pela descoberta de diferenciadas reações afetivas.

Da mesma forma, muitos tipos de crenças desempenham um papel na disposição para agressão. Crenças relacionadas à eficácia são particularmente importantes (BANDURA, 1977 apud ANDERSON ; BUSHMAN, 2002). Aqueles que acreditam que podem cometer com sucesso atos agressivos específicos (*auto-eficácia*), e que estes atos irão produzir os resultados desejados (*eficácia de resultados*), são muito mais propensos a selecionar comportamentos agressivos do que aqueles que não são tão confiantes na eficácia de atos

agressivos. Crenças relacionadas à agressão significativamente prevêm futuros níveis de comportamento agressivo (HUESMANN ; GUERRA, 1997). A origem de tais crenças em crianças é freqüentemente a família (PATTERSON; DEBARSHE; RAMSEY, 1989; PATTERSON; REID; DISHION, 1992).

Um quarto aspecto inclui as atitudes que são de forma geral “avaliações que pessoas mantêm delas mesmas, de outras pessoas, de objetos e de problemas” (PETTY ; CACIOPPO 1986 apud ANDERSON ; BUSHMAN, 2002). Atitudes positivas direcionadas à violência em geral também preparam certos indivíduos para a agressão. Mais especificamente, atitudes positivas sobre violência contra grupos de pessoas específicos também aumentam a agressão contra estas pessoas. Por exemplo, atitudes sobre violência contra a mulher são positivamente relacionadas à agressividade sexual contra a mulher (MALAMUTH et al., 1995). Homens que tendem para agressão contra mulheres não são geralmente agressivos contra pessoas em todas as situações; particularmente, eles vão contra as mulheres, mas não contra homens que os provocaram (ANDERSON, 1996 apud ANDERSON ; BUSHMAN, 2002).

Valores e crenças sobre o que se deve ou não deve fazer, também desempenham um papel na disposição à agressão. Para muitas pessoas, violência é um método perfeitamente aceitável de se lidar com conflitos interpessoais, talvez seja até mesmo o método preferido. Por exemplo, o sistema de valores em partes das regiões sul e oeste dos Estados Unidos dita que afrontas contra a honra pessoal devem ser respondidos, preferivelmente, com violência (NISBETT ; COHEN 1996 apud ANDERSON ; BUSHMAN, 2002). Existem evidências de que a violência de jovens gangues, resultam de códigos similares de honra e respeito pessoal (BAUMEISTER ; BODEN, 1998 apud ANDERSON; BUSHMAN, 2002).

Em longo prazo, objetivos abstratos também influenciam a disposição do indivíduo para a agressão. Por exemplo, os objetivos principais de alguns membros de gangue são ser respeitados e temidos (HOROWITZ ; SCHWARTZ, 1974; KLEIN ; MAXSON, 1989 apud

ANDERSON ; BUSHMAN, 2002). Tais objetivos obviamente caracterizam as percepções de episódios, valores, e crenças de alguém sobre a adequabilidade de vários direcionamentos de uma ação. Similarmente, um objetivo pessoal de vida de obter riquezas pode aumentar disposição da pessoa para agressão instrumental.

Da mesma forma, os enredos de interpretação e os enredos de comportamento que uma pessoa traz para situações sociais influenciam a disposição da pessoa para a agressão (HUESMANN, 1988, 1998). Enredos são compostos de muitos dos elementos precedentes, na estrutura do conhecimento.

b) Fatores Situacionais

Fatores situacionais incluem quaisquer características importantes da situação, tais como a presença de uma provocação ou uma pista agressiva. Como os fatores pessoais, os fatores situacionais influenciam a agressão ao influenciar a cognição, o afeto e a excitação.

Pistas agressivas são os objetos que ativam conceitos relacionados à agressão na memória. Por exemplo, Berkowitz e LePage (1967) descobriram que a mera presença de armas (*versus* raquetes de *beisebol*) aumenta o comportamento agressivo de participantes raivosos pesquisados. Mais recentemente, o entendimento do efeito de armas tem sido aumentado pelo descoberta de que figuras de armas e palavras automaticamente ativam pensamentos agressivos (ANDERSON et al., 1998). Outras variáveis situacionais que aumentam a agressão, como a exposição a programas televisivos, filmes ou videogames violentos também o fazem via cognitiva (ANDERSON ; DILL, 2000; BUSHMAN, 1998).

Talvez a causa mais importante da agressão humana seja a provocação interpessoal (BERKOWITZ, 1993a; GEEN, 2001). Provocações incluem insultos e outras formas de agressão verbal, agressões físicas, interferência nos esforços de alguém na tentativa

de se chegar a um importante objetivo e coisas assim. Uma linha emergente de pesquisas preocupa-se com a violência no ambiente de trabalho, agressão e intimidação (COWIE et al., 2001 apud ANDERSON; BUSHMAN, 2002; FOLGER; BARON, 1996 apud ANDERSON; BUSHMAN, 2002). Baron (1999) descobriu que a percepção de injustiça foi positivamente relacionada à agressão no espaço de trabalho.

A frustração pode ser definida como o empecilho na obtenção de um objetivo. A maior parte das provocações pode ser vista como um tipo de frustração na qual uma pessoa foi identificada como o agente responsável pela falha ao tentar alcançar um objetivo. Mesmo as frustrações que são plenamente justificadas têm mostrado aumentar agressão contra o agente frustrante (DILL ; ANDERSON, 1995) e contra uma pessoa que não foi responsável pela falha ao tentar alcançar um objetivo (GEEN, 1968 apud ANDERSON ; BUSHMAN, 2002). Pesquisas mais recentes mostraram que agressão deslocada, na qual o alvo da agressão não é a pessoa que causou a frustração inicial, é um fenômeno sólido (MARCUS-NEWHALL et al., 2000; PEDERSEN; GONZALES; MILLER, 2000). Se tais efeitos da frustração operam primariamente influenciando as cognições, o afeto ou a excitação, isto ainda não é claro.

Outro estudo mostrou que mesmo condições não-sociais aversivas tais como temperaturas quentes, barulhos altos, odores desagradáveis, aumentam a agressão (BERKOWITZ, 1993a). Condições aversivas agudas, como a dor produzida pela imersão de uma mão em um balde de água extremamente gelada, aumentam a agressão (BERKOWITZ et al., 1981 apud ANDERSON ; BUSHMAN, 2002). Desconforto geral, tal como o produzido por sentar-se numa sala quente, pode também aumentar a agressão; este efeito é mediado ativamente por afeto negativo aumentado.

Várias drogas tais como o álcool e a cafeína podem também aumentar a agressão (BUSHMAN, 1993 apud ANDERSON ; BUSHMAN, 2002). Estes efeitos são mais indiretos que diretos; Bushman (1997 apud ANDERSON ; BUSHMAN, 2002)

descobriu que fatores facilitadores da agressão, tais como provocação, frustração, pistas agressivas, têm um efeito muito mais forte em pessoas que estão sob a influência de drogas do que em pessoas que não estão.

Os tipos de incentivos que podem aumentar a violência são tão numerosos quanto o número de objetos que as pessoas querem ou desejam. Realmente, toda a indústria de propaganda centra-se no objetivo de fazer as pessoas quererem mais coisas (KILBOURNE, 1999 apud ANDERSON ; BUSHMAN, 2002). Ao aumentar o valor de um objeto, a pessoa muda implícita ou explicitamente as proporções percebidas de custo/benefício, por isso, aumenta a agressão premeditada e a instrumental. A aparição momentânea de um incentivo, tal como o dinheiro deixado em cima de uma mesa, pode também influenciar a agressão de uma forma menos premeditada.

c) Processos

Variáveis *inputs* influenciam o resultado do comportamento final através do *estado-interno atual* que elas criam. Por exemplo, a característica pessoal de hostilidade e a exposição a cenas violentas de filmes interativamente influenciam a acessibilidade a pensamentos agressivos (ANDERSON, 1997), afeto agressivo e comportamento agressivo (BUSHMAN, 1995). Os estados internos de maior interesse dizem respeito à cognição, afeto e excitação.

Em relação à cognição, algumas variáveis *inputs* influenciam o comportamento agressivo ao aumentar a relativa acessibilidade de conceitos agressivos na memória. Frequentes ativações de um conceito resultam em torná-lo cronicamente acessível, enquanto uma ativação situacional resulta em fazer o conceito acessível por curto período (BARGH et al., 1988 apud ANDERSON ; BUSHMAN, 2002; SEDIKIDES ; SKOWRONSKI, 1990). O aumento temporário em sua acessibilidade é frequentemente chamado de preparação. Um

grupo de fatores, tais como a violência na mídia, podem ativar pensamentos agressivos (ANDERSON ; DILL, 2000; BUSHMAN, 1998).

Huesmann (1998) descreveu em detalhes o processo básico que sustenta o desenvolvimento de enredos agressivos altamente acessíveis. Similarmente, a atribuição hostil, característica tendenciosa, de crianças agressivas pode ser vista como instância de enredos relacionados à hostilidade (CRICK ; DODGE, 1994; DODGE ; COIE, 1987 apud ANDERSON ; BUSHMAN, 2002).

Variáveis *inputs* podem também influenciar diretamente o afeto, produzindo a cena para efeitos posteriores de comportamentos agressivos. Por exemplo, a dor aumenta o estado de hostilidade ou raiva (BERKOWITZ, 1993a; ANDERSON, et al., 1998). Temperaturas desconfortáveis produzem um pequeno aumento no afeto negativo geral e um grande aumento no afeto agressivo (ANDERSON; ANDERSON; DEUSER, 1996a apud ANDERSON; BUSHMAN, 2002). Exposição a filmes violentos também aumenta os sentimentos hostis (ANDERSON, 1997; BUSHMAN, 1995 ; BUSHMAN ; GEEN, 1990 apud ANDERSON ; BUSHMAN, 2002; HANSEN ; HANSEN, 1990 apud ANDERSON ; BUSHMAN, 2002).

Muitas variáveis da personalidade estão ligadas ao afeto relacionado à hostilidade. Por exemplo, a característica pessoal de hostilidade medida por escalas auto-avaliadas (como as PANAS) é positivamente relacionada ao estado de hostilidade (ANDERSON, 1997; ANDERSON; BENJAMIN; BARTHOLOW, 1998 apud ANDERSON ; BUSHMAN, 2002; BUSHMAN, 1995).

Respostas motoras expressivas são as reações automáticas que ocorrem em conjunção com emoções específicas, principalmente na face. Mesmo na infância mais tenra, a dor inesperada (injeções de imunização) rapidamente produz “uma palidez, e uma expressão de raiva por todo o rosto” (IZARD, 1991 apud ANDERSON ; BUSHMAN, 2002). Berkowitz (1993a) postula que experiências aversivas ativam diretamente programas motores que vão

além de meras expressões faciais. Esta noção combina bem com o modelo de estrutura de conhecimento em suas muitas estruturas de conhecimento (tais como os enredos) incluindo tendências de ação que são ativadas uma vez que a própria estrutura de conhecimento atingem o limite.

Excitação pode influenciar a agressão de três modos diferentes. Em primeiro lugar, a excitação proveniente de uma origem irrelevante pode energizar ou fortalecer as tendências dominantes de ação, incluindo tendências agressivas. Se uma pessoa é provocada ou de outra forma instigada a agredir no momento em que ocorre um aumento da excitação, pode resultar em altos níveis de agressão (GEEN; O'NEAL, 1969 apud ANDERSON; BUSHMAN, 2002). Em segundo lugar, a excitação produzida por origens irrelevantes (exercícios) pode ser rotulada erroneamente como raiva em situações envolvendo provocação, produzindo, assim, comportamento agressivo motivado na raiva. Este processo errôneo de rotulação tem sido demonstrado em muitos estudos de Zillmann (1983b), que nomeou o fenômeno de transferência de excitação.

A teoria da transferência de excitação sugere que este tipo de efeito da excitação pode persistir por de um longo período. Mesmo depois da excitação dissipar-se, o indivíduo pode manter uma agressividade potencial por tanto tempo quanto o rótulo autogerado de "raiva" persistir. Uma terceira, e ainda não testada, possibilidade é que raramente altos e baixos níveis de excitação podem ser estados aversivos, e podem por isso estimular a agressão do mesmo modo como outro estímulo aversivo ou doloroso.

Um grande número de variáveis situacionais influencia tanto a excitação fisiológica quanto a psicológica. Exercícios aumentam ambos, enquanto o álcool diminui ambos. Interessantemente, mudanças na excitação fisiológica e psicológica nem sempre coincidem. Altas temperaturas aumentam a frequência cardíaca enquanto simultaneamente diminuem a

excitação percebida. Isto sugere que o calor pode aumentar a agressão através do processo de excitação (ANDERSON et al., 2000 apud ANDERSON; BUSHMAN, 2002).

Os conteúdos destes três processos são altamente interconectados. A influência das cognições e excitação sobre o afeto é uma idéia que remonta a muitas gerações anteriores, como em Schachter e Singer (1962 apud ANDERSON ; BUSHMAN, 2002) e William James (1890 apud ANDERSON; BUSHMAN, 2002). O afeto também influencia a cognição e a excitação (BOWER, 1981 apud ANDERSON; BUSHMAN, 2002). Estudos têm mostrado que as pessoas freqüentemente usam seu estado afetivo para guiar os processos de inferência e julgamento (FORGAS, 1992; SCHWARZ; CLORE, 1996 apud ANDERSON; BUSHMAN, 2002). Em um nível teórico, alguém pode ver o afeto como uma parte da memória semântica que pode ser ativada via propagação do processo de ativação. Cognições hostis podem provocar sentimentos hostis mais acessíveis e vice-versa.

Dessa forma, os resultados dos *inputs* entram nos processos de avaliação e decisão através de seus efeitos na cognição, no afeto e na excitação. De acordo com Anderson et al. (1996 apud ANDERSON; BUSHMAN, 2002) os processos de avaliação e decisão estão relacionados aos processos de explicação e atribuição.

Neste sentido os processos de explicação e atribuição se estabelecem sempre em função da cognição, do afeto e da excitação. Assim, um relacionamento pode ser mais amoroso ou mais agressivo de acordo com a explicação causal construída pelo percebido na dinâmica da relação interpessoal. Além disso, não se pode concluir que o comportamento violento deva-se apenas a uma causa. Como foi visto, recentes estudos sobre tal questão mostram que fatores biológicos, ambientais, psicológicos e sociais influenciam o comportamento agressivo. Dessa forma a violência pode ser entendida como um elemento intrínseco e fundante na constituição do ser humano, favorecendo assim a existência de uma cultura da violência. A violência não é apenas produto da sociedade.

As descobertas do Projeto Genoma Humano abrem novas compreensões do intelecto e das emoções, mostra que a hereditariedade tem um papel no pensamento e comportamento humano, e nos traz novos desafios. Admitir a natureza humana, não significa endossar a violência, nem negar que a cultura não é nada. Reconhecer a natureza humana pode por os fenômenos da cultura em seu devido lugar, sem segregá-los e não implica em se obter os resultados negativos que muitos temem. Pelo contrário podem ajudar na condução de um humanismo realista e fundamentado na biologia (PINKER, 2004).

De qualquer maneira, pode-se falar em uma agressividade constitucional, e ao mesmo tempo, pode-se falar também que o mundo interno é construído pela experiência externa. Em razão a isso é fundamental descobrir como uma mulher se posiciona, diante da violência do parceiro, procurando compreender ao mesmo tempo a permanência dessas mulheres no relacionamento a partir das causas atribuídas por elas que estão em contato direto com a violência do parceiro. Para tanto, o próximo capítulo abordará, o fenômeno da violência conjugal apresentando conceitos, dados epidemiológicos, formas da violência, suas causas e fatores que ajudam a explicar a permanência da mulher em um relacionamento conjugal violento.

CAPÍTULO 2

VIOLÊNCIA CONJUGAL

O fenômeno da violência conjugal acontece no mundo inteiro e atinge mulheres em todas as classes sociais, raças, etnias, graus de instrução e em quase todas as idades. Este fenômeno tem sido conceitualizado com base na violência de gênero, também chamada violência doméstica e violência contra a mulher.

A revisão inicial da literatura nos mostra que a violência de gênero é um fenômeno complexo e polissêmico, começando pela diversidade de termos que se utilizam para se referir a este tipo específico de violência. Violência contra a mulher, violência intrafamiliar, violência conjugal, violência doméstica contra a mulher, mulher golpeada ou espancada ou mais recentemente, violência de gênero, para citar somente alguns exemplos.

Conforme definição do Conselho da Europa, violência contra a mulher é:

Qualquer ato, omissão ou conduta que serve para infligir sofrimentos físicos, sexuais ou mentais, direta ou indiretamente, por meio de enganos, ameaças, coação ou qualquer outro meio, a qualquer mulher, e tendo como objetivo e como efeito intimidá-la, puni-la ou humilhá-la, ou mantê-la nos papéis estereotipados ligados ao seu sexo, ou recusar-lhe dignidade humana, a autonomia sexual, a integridade física, mental e moral, ou abalar a sua segurança pessoal, o seu amor próprio, ou a sua personalidade, ou diminuir as suas capacidades físicas ou intelectuais. (BALLONE, 2003b, p. 2-3)

Segundo o Conselho Social e Econômico das Nações Unidas (1992), violência contra a mulher consiste em *"Qualquer ato de violência baseado na diferença de gênero, que resulte em sofrimentos e danos físicos, sexuais e psicológicos da mulher; inclusive ameaças de tais atos, coerção e privação da liberdade seja na vida pública ou privada"*. (IPAS e a violência contra a mulher, 2004).

A Comissão da APA sobre Violência e Família (AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION - APA, 1996) definiu violência doméstica como um padrão de comportamentos abusivos incluindo uma ampla gama de maus tratos físicos, sexuais e psicológicos usados por uma pessoa para conquistar poder injustamente e ou manter o abuso do poder, controle e autoridade, definição essa que está de acordo com a ótica do gênero, que é aceita em todo o mundo.

A violência praticada contra a mulher nessa ótica tem como base comum as desigualdades predominantes na sociedade, e se apresenta num continuum que vai de desigualdades salariais a tráfico internacional de mulheres e meninas (BRASIL, 2003).

Existe, portanto, um nóculo na prática e na literatura em torno da demarcação da violência doméstica e conseqüentemente em torno da violência conjugal, tanto em relação aos termos, quanto em relação às perspectivas teóricas. A APA (1996) focalizou pesquisas em psicologia sobre violência doméstica em áreas como: abuso de parceiros, violência em namoro, abuso contra crianças, abuso contra idosos e adultos sobreviventes de violência infantil. Termos como violência conjugal, violência doméstica, violência contra a mulher e violência de gênero, são utilizados indistintamente por estudiosos e ativistas, e eles se tornam intercambiáveis e acabam com freqüência se confundindo.

Os termos originalmente utilizados nos estudos na América do Norte para identificar violência doméstica incluem abuso contra as esposas, violência masculina contra parceiras, abuso de mulheres, mulheres espancadas e abuso de parceiros (GOODMAN et al., 1993). Alguns autores continuam a usar o termo "violência familiar" sinonimamente a "violência doméstica". Muitos psicólogos norte-americanos continuam a usar o termo "violência doméstica" para definir violência contra mulheres por seus parceiros, para serem mais consistentes com as definições legais, a despeito dos problemas que surgem (WALKER, 1999).

Análise da literatura de pesquisa e experiência clínica em psicologia sobre violência doméstica realizada por uma comissão da APA (1996) mostrou que cada disciplina que estuda o problema usa diferentes termos, para descrever violência doméstica. Isso atrasa a habilidade de coletar estatísticas precisas devido à dificuldade de se identificar o que deveria ser considerada violência conjugal e, por sua vez, complica a comparação de um estudo ao outro. Dessa forma, existem, dificuldades para a delimitação do fenômeno em questão, como foi constatado no panorama mundial, conforme apontado pela Organização Mundial de Saúde – OMS (2002)

De acordo com Azevedo (1985); Gregori (1993); Grossi (1998); Saffioti (2002), o conceito de violência conjugal é freqüentemente usado como sinônimo de violência doméstica ou violência contra a mulher, em razão de ocorrer na maioria das vezes no espaço doméstico e da violência ser perpetrada principalmente pelos homens.

Da mesma forma, as diferentes perspectivas que definem e classificam a violência contra a mulher, freqüentemente se superpõem e se confundem, mas apontam ao mesmo tempo para rumos diversos.

Sob uma perspectiva feminista o problema da violência conjugal é recortado pelo ângulo do gênero e, é um problema que está ligado ao poder onde, de um lado, impera o domínio dos homens contra as mulheres e, de outro, uma ideologia que lhe dá sustentação (SOARES, 1999).

Os profissionais que trabalham dentro de um enfoque de violência familiar não compartilham a visão feminista, para eles a violência é multidirecionada, e tanto homens quanto mulheres podem ser vítimas ou agressores. Nesses termos, a violência conjugal adquire sentido mais abrangente no que diz respeito à luz do referencial teórico da violência de gênero (SOARES, 1999).

Pode-se dizer que o ultimo enfoque apontado, é compatível com o modelo ecológico de violência contra a mulher, proposto pela Organização Mundial de Saúde (2002), no qual qualquer tipo de violência é resultante de uma interligação de fatores individuais, compreendidos pelos aspectos biológicos e de história de vida do sujeito, dos fatores de relacionamento que caracterizam a relação entre vítima e agressor e dos fatores culturais e ambientais, conforme comunidade e sociedade.

Ainda sobre o problema da definição, não há na literatura sobre o tema definições claras sobre quais situações constituem e quais não constituem, violência doméstica contra a mulher. Esta categorização tem sido, até agora, muito mais intuitiva do que formal (OSÓRIO, 2004).

De acordo com Osório (2004), a violência doméstica pode ser definida segundo duas variáveis: **quem** agride, e **onde** agride. Para que a violência sofrida por uma mulher esteja enquadrada na categoria “CONJUGAL”, é necessário que o agressor seja uma pessoa que frequente sua casa, ou cuja casa ela frequente, ou pessoa que more com ela – e que seja marido, noivo, namorado, amante, etc. O espaço doméstico, portanto, se torna a segunda variável delimitando o agressor como pessoa que tem livre acesso ele.

É interessante ressaltar ainda que até os anos de 1970, pouca atenção era dada ao papel da violência no espaço doméstico; este era um assunto quase impensável. Quando, no entanto, os investigadores começaram a examinar a violência familiar, eles rapidamente descobriram que ela era muito mais comum e muito mais severa do que qualquer um poderia ter pensado (BREHM, 1985)

Dada a enunciação do problema da violência conjugal, que foi mantido em segredo durante décadas, este passou a ser reconhecido e a exigir soluções (SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 1999). Em um Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe (Bogotá, Colômbia), o dia 25 de novembro de 1981 foi declarado o Dia Internacional de Não Violência Contra a Mulher (IPAS e a violência contra a mulher, 2004). A partir daí, Políticas

públicas foram implementadas para trabalhar com o problema que atualmente é considerado crime. As Delegacias de Defesa da Mulher foram os primeiros recursos encontrados como busca de “solução” à violência contra a mulher e especialmente à sua forma mais conhecida que é a violência conjugal. O crime de violência conjugal é uma transgressão da norma social e, enquadra-se na lei, sendo passível de responsabilização e punição.

Dentre os artigos do Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1940) que descrevem a maioria dos atos que se encaixam nos crimes de violência contra a mulher encontram-se:

Título I – Dos Crimes Contra a Pessoa

- Homicídio Simples - Artigo 121: *Matar alguém*; Artigo 122: *Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça* (Capítulo I – Dos Crimes Contra a Vida)
- Lesão corporal - Artigo 129: *Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem* (Capítulo II – Das Lesões Corporais)
- Calúnia - Artigo 138: *Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime*; Artigo 139: *Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação*; Artigo 140: *Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro* (Capítulo V – Dos Crimes Contra a Honra)
- Constrangimento ilegal – Artigo 146: *Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda*; Artigo 147: *Ameaçar alguém por palavra, escrito ou gesto, ou por qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave*; Artigo 148: *Privar alguém de sua liberdade, mediante seqüestro ou cárcere privado* (Capítulo VI – Dos Crimes Contra a Liberdade Individual: Seção I - Dos Crimes Contra a Liberdade Pessoal)

Título II – Dos Crimes Contra o Patrimônio

- Dano – Artigo 163: *Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia* (Capítulo IV – Do Dano)

Título IV – Dos Crimes Contra os Costumes

- Estupro – Artigo 213: *Constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça*; Artigo 214: *Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal* (Capítulo I – Dos Crimes Contra a Liberdade Sexual).

No Brasil, a lei 9.099/95 do Código Penal determina que a violência contra a mulher é crime doloso e estabelece penas alternativas para condenações. Estas penas são aplicadas aos agressores de mulheres e tem sido pago em dinheiro ou cesta básica.

Esses crimes contra a mulher podem ser de Ação Penal Pública (quem oferece denúncia é o Promotor de Justiça) ou Privada (a ação penal é encaminhada pela vítima). A lei 9099/95 que disciplina os delitos de pequeno potencial ofensivo, como lesão corporal leve e ameaça, depende da representação criminal da vítima contra o agressor.

Além disso, violência conjugal é reconhecida pela Constituição Federal do Brasil em seu parágrafo 8º., Artigo 226: *O Estado assegurará assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações*”. O Brasil é signatário de vários acordos internacionais que remetem, direta ou indiretamente, à questão do abuso, da agressão ou violência conjugal. O primeiro relatório apresentado à Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o cumprimento do Brasil à convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW, 1981 apud BRASIL, 2003), destaca o compromisso do Brasil com o Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher. Em janeiro de 2003, foi constituída a Secretaria

Especial de Políticas para Mulheres – SPM, da presidência da República, com status de ministério, como referência governamental de elaboração e execução de políticas e articulações da igualdade de gênero no governo federal. A Secretaria constituída, reafirma o compromisso firmado no primeiro relatório acima citado apresentado à ONU.

Vários acordos internacionais, como, por exemplo, a “Declaração da Eliminação da Violência Contra a Mulher”, aprovado na Assembléia Geral das nações Unidas em 1993 (SÃO PAULO, s. d.), evidenciam a magnitude do problema, que e em todas as suas formas pode ter implicações para a saúde física e psíquica da mulher, tendo tanto efeitos de longo, quanto de curto prazo.

A ONU em 1993 buscando unificar critérios estabeleceu o termo “Violência Contra as Mulheres”, que tem por base o gênero (OMS, 2002).

Neste trabalho o termo foi adotado de acordo com uma categoria mais ampla, presumindo que tanto homens quanto mulheres podem ser vítimas ou agressores, e sendo compreendida como relação de união estável formal ou informal, incluindo namoro. Neste sentido, violência conjugal será conceituada como Ato agressivo perpetrado pelo parceiro(a) íntimo(a), que determina dano físico, moral, psicológico ou econômico, através da força ou da coação, que se produz de uma forma contínua através do tempo. O conceito encerra o sujeito violento e o sujeito violentado, sua reiteração no tempo e suas conseqüências imediatas e dramáticas.

Finalizada a discussão relativa ao conceito de violência conjugal, a seguir serão apresentados dados epidemiológicos de vários países incluindo o Brasil.

2.1 Dados epidemiológicos da violência conjugal no exterior e no Brasil

SISBI/UFU
220558

Há milhares de mulheres que sofrem de alguma forma de violência nas mãos de seus maridos, noivos e namorados a cada ano. São muito poucas as que contam a alguém, seja um amigo(a), um familiar, um vizinho(a) ou à polícia. Essas mulheres provêm de vários estilos de vida, culturas, grupos, idades e religiões. Todas partilham de sentimentos de insegurança, isolamento, medo e vergonha.

De acordo com a Avaliação Nacional sobre Violência em Família (*National Family Violence Survey*) – um estudo feito com uma amostragem nacionalmente representativa de famílias americanas, desenvolvido pelos sociólogos Murray Straus, Richard Gelles e Suzanne Steinmetz de New Hampshire (1980) – em mais de um, de seis lares americanos, um cônjuge agrediu fisicamente seu (sua) parceiro(a) pelo menos uma vez durante o ano de 1975 (STRAUS; GELLES; STEINMETZ, 1980).

Dados produzidos e divulgados nos Estados Unidos, onde a violência doméstica é abundantemente pesquisada e quantificada, são eloqüentes: a cada quinze segundos uma mulher é vítima de agressão; cerca de dois milhões de mulheres são anualmente, vítimas de agressões graves (STRAUS; GELLES; STEINMETZ, 1980; STRAUS, 1993) e a cada quatro dias mulheres são assassinadas por seus parceiros ou ex-parceiros, o que significa mil e quatrocentas mulheres mortas, por ano, nestas condições (SOARES, 1999). “*Nos Estados Unidos, violência no lar é a maior causa isolada de ferimentos em mulheres, responsável por mais internações hospitalares do que estupros, assaltos e acidentes de trânsito juntos*”. (GRANT, 1995, p.25).

No Japão, a associação de investigação sobre a violência conjugal concluiu no ano de 1993, que 78,5% das mulheres que vivem com seus maridos ou companheiros sofrem maus tratos. Destas, mais da metade foram vítimas de golpes no rosto. No entanto, menos que 5% denunciaram a violência sofrida (CAMPAÑA INTERAGENCIAL CONTRA LA VIOLENCIA HACIA LAS MUJERES Y LAS NIÑAS, 1998).

Calcula-se que 40% das mulheres assassinadas no Canadá foram vítimas de homicídio pelo parceiro de relações amorosas e sexuais estáveis (THE TORONTO STAR, 1996 apud WILLIAMS, 2004). Nos Estados Unidos esta porcentagem salta para 52% (MEICHENBAUM, 1994) e no Brasil a incidência de homicídios femininos pelo parceiro é mais alta ainda, sendo cerca de 66% (MACHADO, 1998).

Segundo informe divulgado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em novembro de 2002, quase metade das mulheres que morrem por homicídio no mundo é assassinada por seus maridos ou ex-companheiros. A violência causa aproximadamente 7% dos problemas de saúde das mulheres entre 15 e 44 anos. Além de destruir centenas e milhares de vida, a violência contra a mulher causa lesões físicas, dores crônicas, depressão, comportamentos suicidas. (BALONE ; ORTOLANI IV, 2003b).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (2002), foram agredidas fisicamente por seus parceiros entre 19% a 52% das mulheres da América Latina em algum momento de sua vida, enquanto que na Suíça, Canadá, e Nova Zelândia e outros países industrializados essas taxas variam entre 20 e 29% .

Dados epidemiológicos da violência contra a mulher são bastante expressivos. Na verdade, em 1989 o Worlwatch Institute declarou a violência contra a mulher como sendo o tipo de crime mais freqüente do mundo (MEICHENBAUM, 1994).

Estatísticas dão uma noção da prevalência ao redor do mundo e principalmente em alguns países do continente americano, ainda que com importantes diferenças metodológicas de coleta de dados.

País e autor	Amostra	Tipo de amostra	Achados
Canadá (Statistics Canada, 1993)	2.300 mulheres de 18 anos ou mais	Amostra nacional representativa	25% das mulheres (29% das que alguma vez foram casadas) informam haver sido atacadas fisicamente por companheiro atual ou anterior desde os 16 anos de idade
Chile (Larrain,1993)	1.000 mulheres entre 22 e 55 anos em Santiago envolvidas em uma relação por 2 ou mais anos	Amostra aleatória estratificada	60% foram abusadas por companheiro, 26,2% foram fisicamente abusadas
Colômbia, 1990	3.272 mulheres urbanas; 2.118 mulheres rurais	Amostra nacional representativa	20% abusadas fisicamente, 33% abusadas psicologicamente, 10% estupradas pelo marido
Nicarágua, Leon (Ellsberg et al., 1998)	488 mulheres de 15 a 49 anos	Amostra representativa	52% de violência física
EUA, 1986	2.143 casais oficialmente casados ou coabitando	Amostra probabilística a nível nacional	28% reportam ao menos um episódio de violência física

QUADRO 1 - Estatística da Prevalência da Violência Contra a Mulher em Países do Continente Americano.

FONTE: Adaptado de Heise et al.(1994 apud SCHRAIBER ; D'OLIVEIRA, 1999)

Embora se tenha que ter cuidados com os resultados de pesquisas epidemiológicas, por diversas razões metodológicas, estima-se que um quarto das mulheres de todo o mundo seja vítima da violência em seus próprios lares (WILLIAMS, 2004). Dados específicos de cada país apresentam altas diferenças entre seus índices – até 50% na Tailândia, 60% em Papua, Nova Guiné e Coréia e 80% no Paquistão e no Chile (GRANT,1995).

No Brasil, conforme o Informe Nacional sobre a Situação da Violência de Gênero contra as Mulheres de dezembro de 1998, a única pesquisa nacional sobre violência no país, elaborada através de metodologia que permite comparabilidade, foi produzida em 1988 pelo IBGE, no âmbito da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD). Esse suplemento mostrou que no conjunto das vítimas de agressões físicas (lesões corporais), cerca de 44,77%

eram mulheres. As grandes diferenças entre vítimas mulheres e vítimas homens dizem respeito ao autor e ao local de ocorrência da agressão. Para as mulheres, 63% das agressões foram majoritariamente praticadas por parentes e conhecidos, na maioria homens do círculo afetivo da vítima (CAMPAÑA INTERAGENCIAL CONTRA LA VIOLENCIA HACIA LAS MUJERES Y LAS NIÑAS, 1998).

A Câmara dos Deputados divulgou pesquisa feita de janeiro de 1991 a agosto de 1992, apresentando um quadro de distribuição por tipo de violência registrada contra a mulher no país, onde se destacam os crimes de lesão corporal, ameaças e estupro como os mais recorrentes.

Tipo de crime cometido contra a mulher	Representatividade no conjunto da criminalidade contra a mulher
Lesão corporal	26,2%
Ameaças	14,4%
Estupro	1,8%
Homicídios	0,5%
Outros	60%

QUADRO 2 - Dados da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Violência contra a Mulher, 1991-1992.

FONTE: Campaña Interagencial Contra La Violencia Hacia Las Mujeres Y Las Niñas (1998).

Na ausência de dados estatísticos nacionais oficiais sistematizados e mais atualizados, os únicos dados existentes são oriundos de organizações não governamentais ou das Secretarias de Segurança Pública dos estados brasileiros.

No estado de Minas Gerais, dados da Delegacia da Mulher de Belo Horizonte apresentam a magnitude das ocorrências mais comuns da violência contra a mulher: lesões corporais, ameaças e estupro.

Tipos	1998
Lesão corporal dolosa	2.296
Estupro	410
Ameaças	1.573
Total	4.279

QUADRO 3 - Dados Estatísticos sobre Violência contra a Mulher – Belo Horizonte

FONTE: Campanha Interagencial Contra La Violencia Hacia Las Mujeres Y Las Niñas, (1998).

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) apresentou dados que mostram 411.213 mulheres vítimas de agressões leves e graves em 1999. Comparando-se esse número aos 123.131 registros obtidos pela CPI da Violência contra a Mulher em 1993, percebe-se um aumento de 70% em apenas seis anos. Entre esses casos, a lesão corporal foi o crime mais denunciado por mulheres, 113.727 ocorrências, sendo seguida pelos maus tratos psicológicos com 107.999 casos (BRIGA de marido e mulher: chegou a hora de meter a colher, 2004).

A Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (BRASIL, 2003) aponta que o número estimado de mulheres que relatam ter sido agredidas por seus maridos ou companheiros é de 300.000 mulheres a cada ano. Conforme Heise (1994) mais da metade das mulheres assassinadas no Brasil foram mortas por seus companheiros íntimos.

De acordo com a pesquisa “A mulher brasileira nos espaços públicos e privados”, que entrevistou 2502 mulheres, distribuídas em uma amostra estratificada por cotas de idade e áreas urbana e rural de 24 Estados brasileiros, realizada pela Fundação Perseu Abramo (FPA) em 2001, calcula-se que perto de 6,8 milhões de mulheres já foram espancadas ao menos uma vez na vida (11%), sendo a projeção da taxa de espancamento anual de 2,1 milhões. Estima-se ainda que quatro mulheres sejam espancadas por minuto, uma em cada quinze segundos (AGRAVAMENTO da violência de gênero, 2004). Os resultados da referida pesquisa indicam que dentre as formas mais comuns de violência destacam-se os tapas e empurrões, ou seja, as agressões físicas mais brandas (20%); a violência psíquica como xingamentos e

ofensa à conduta moral com 18%, e as ameaças indiretas através de quebra de objetos e de roupas rasgadas com 15%. As agressões físicas mais graves que provocam marcas, cortes ou fraturas foram relatadas por 11% das mulheres que sofreram espancamento (LIANE ; ROVINSKI, 2004).

De acordo com a pesquisa apresentada pela FPA ainda é muito pequeno o número de mulheres que denunciam a ocorrência da violência, e na maioria dos casos, somente quando a violência atinge números extremos. Segundo a pesquisa, 55% das denúncias informais se dão por ameaça à integridade física; 53% por espancamento; 46% por ameaça de espancamento; 44% tapas e empurrões e 43% insinuações e xingamentos que ofendem a conduta moral. Já as denúncias oficiais registradas em Delegacias de Polícia e da Mulher caem para 31% ameaça à integridade física; 21% para espancamento com marcas, fraturas ou cortes e 19% para ameaças de espancamento da própria mulher e dos filhos. (VIOLÊNCIA contra a mulher: o inimigo dorme ao lado, 2004).

O índice assustadoramente alto da violência conjugal faz com que a própria casa da mulher seja o local em que ela mais corre perigo: “é de senso comum o fato de que os homens morrem nas ruas e as mulheres morrem em casa.” (BANDEIRA, 1998, p.68).

Apesar das Delegacias de Defesa da Mulher (DDM's) e do aumento de denúncias que elas propiciaram, a impunidade continua e muitos processos não são instaurados, poucos chegam a julgamento e o número de condenados é ínfimo. A retirada da queixa, procedimento muito comum, atinge cerca de 70% dos registros (BRANDÃO, 1996), e este é um fato recorrente que vem minando a credibilidade da estratégia, já que reforça o mito de que as mulheres não “querem” mudar a sua situação e “gostam de apanhar”.

De acordo com Schraiber e D'Oliveira (1999), as mulheres que procuram a DDM têm uma visão global de seu problema, e dão um sentido bem mais complexo do que os crimes tipificados em lei, como a lesão corporal. A agressão física para algumas delas pode não ser o

problema, já que a perturbação da ordem familiar indicada por elas pode ser bem mais importante. Brandão (1996) nota, entretanto, que logo que as mulheres pesquisadas percebem que sua “queixa” não pode ser reconhecida pela instituição policial, tratam de tentar adequar sua demanda à linguagem jurídica do crime, denunciando, por exemplo, uma “ameaça”, para legitimar a reclamação de um marido que está perturbando a ordem doméstica, já que o problema assim enunciado não se enquadra em nenhum crime previsto em lei.

Considerando a expressividade dos números, e por mais objetiva que seja a pesquisa sobre a violência conjugal, esta não consegue abranger a totalidade do fenômeno, posto que os dados subestimam a verdadeira extensão do problema. Contudo, uma compreensão mais ampla pode ser adquirida ao tratar dos vários tipos de abuso que acontecem em relacionamento íntimos.

2.2 Formas de abuso e agressão

Neste trabalho, um ponto preliminar importante, diz respeito aos termos “abuso” e “agressão” que serão empregados de forma intercambiáveis ou equivalentes. Existem, contudo, autores que fazem uma diferença entre esses termos, que também são objetos de debates e disputas, como considerado no capítulo 1. Aqui, eles serão utilizados para se referir a tentativas deliberadas de ferir alguém física, psicológica, sexual e economicamente. Desta forma eles não estão envolvendo atos de omissão, a não ser que a motivação seja prejudicar.

O comportamento abusivo causa nos parceiros íntimos, e freqüentemente em outras pessoas, sofrimento e injúrias emocionais e/ou físicas. Em casos extremos, comportamentos abusivos terminam em mortes de um ou dos dois parceiros. Abusos não-letais podem cessar

quando o relacionamento acaba. No entanto, freqüentemente, o abuso continua ou piora quando o relacionamento termina. Isto pode acontecer tanto se o relacionamento termina por vontade de um dos parceiros quanto se termina por consenso.

Há diversas formas de abuso que ocorrem entre parceiros conjugais, tais como o físico e o psicológico. É freqüente o caso em que dois ou mais tipos ocorram no mesmo relacionamento. Tolman (1992), no entanto, sugere que de alguma maneira pode ser superficial separar o abuso psicológico das formas físicas de abuso, dado que as formas físicas de abuso também infligem danos emocionais e psicológicos às vítimas. Entretanto, também é possível que qualquer um destes tipos de abuso ocorram separadamente. Na verdade, o abuso emocional ocorre freqüentemente na ausência dos outros tipos de abuso. Por isso, apesar de algumas coincidências conceituais e empíricas, as várias formas de abuso também são separáveis conceitualmente e empiricamente. Além disso, os tipos de abusos são freqüentemente tratados separadamente pela comunidade científica.

A fim de otimizar o entendimento das formas de abuso e agressão elas serão desdobradas em quatro categorias relacionais, a saber: abuso emocional, abuso físico, abuso sexual e abuso econômico.

2.1.1 - Abuso emocional.

O abuso emocional é também chamado abuso ou agressão psicológica, abuso ou agressão verbal, abuso ou agressão simbólica e abuso ou agressão não física.

Straus (1979, p. 77) o conceitua como sendo *“o uso de atos verbais e não-verbais que ferem simbolicamente outra pessoa, ou o uso de ameaças para ferir outra pessoa”*. Shepard e

Campbell (1992, p. 291) consideram que o abuso emocional compreende "*comportamentos que podem ser usados para aterrorizar a vítima... que não envolvam o uso de força física.*"

Gondolf (1987), argumenta que este é um processo que provoca a influência direta de danos mentais através de ameaças ou limitações contra o bem-estar da vítima. Para Loring (1994, p.1), este é: "*[...] um processo contínuo no qual um indivíduo deprecia sistematicamente e destrói o círculo pessoal de outra pessoa. As idéias essenciais, sentimentos, percepções e características da personalidade da vítima são constantemente depreciados.*"

Pode-se assim dizer que o abuso emocional ameaça os limites do bem estar da vítima, aterroriza e provoca danos mentais. É um processo em que o agressor sistematicamente diminui e destrói o self do outro. As percepções, e as características essenciais da personalidade da vítima são reduzidas constantemente.

A violência psicológica ou agressão emocional é tão ou mais prejudicial que a física. É caracterizada por rejeição, depreciação, humilhação, desrespeito e punições exageradas. Trata-se de uma agressão que não deixa marcas corporais visíveis, mas emocionalmente causa cicatrizes indeléveis para toda a vida. O abuso psicológico/emocional é considerado uma forma importante de abuso porque muitas mulheres relatam que é tão ou mais danoso que o abuso físico que elas sofrem (Follingstad et al., 1990; Walker, 1984).

Em relacionamentos violentos, o agressor encontra múltiplas formas de subjugar sua vítima. Segundo Miller (1999), são diversas as técnicas de abuso psicológico, descritas a seguir.

Para a autora, as finalidades do abuso psicológico, conscientes ou não, são abalar a segurança da mulher com relação ao raciocínio lógico em que ela se baseou durante toda a sua vida. Num relacionamento abusivo, a mulher é visivelmente submetida a um condicionamento operante: mesmo não gostando, ela está condicionada a antecipar aquilo que agrada ao

marido, que não o irritará. O que o marido abusivo faz muitas vezes é desvirtuar o sistema de causa e efeito sobre o qual vivem, determinando um sentimento de auto-perda e de confusão.

O homem psicologicamente abusivo pode, também, tentar controlar a mulher por meio de propaganda em relação à auto-imagem dela. Assim, dia após dia ele utiliza palavras de baixo calão para referir-se a ela. Maximiza os erros da mulher e os cria quando não os encontra. Aos poucos a propaganda do homem é enraizada profundamente na auto-percepção da mulher.

A lavagem cerebral é outro meio de abuso psicológico. Esse método consiste em subjugar a mente da pessoa, pelo controle coercivo à sua vontade. Para isso, destrói-se a saúde e a força da pessoa oferecendo apenas o alimento suficiente para a sua sobrevivência, privando-a de sono adequado, isolando-a completamente do meio social em que vive, submetendo-a as idéias de que se quer introjetar de forma repetida e finalmente mantendo-a sob ansiedade constante, acabando por submeter-se ao apoio do capturador. Alterna-se o abuso verbal com a bondade e a fúria com a proteção, com o intuito de desequilibrar a pessoa completamente. Os maridos abusivos adaptam as técnicas de lavagem cerebral para manipular a vontade da esposa.

Manter a mulher em estado de ansiedade é outro método utilizado para o controle psicológico. O homem toma providências para que ela nunca tenha certeza se ele irá machucá-la, se os seus esforços irão agradá-lo, enfurecê-lo, ou se pode cumprir suas ordens adequadamente. A incerteza é uma maneira de desestabilizar a mulher psicologicamente.

Outra forma de criar ansiedade é o uso de ameaças. O homem faz-se assustador e de forma sutil desestabiliza-a através de ameaças que nunca se sabe se serão verdadeiras ou serão irreais. A ameaça pode ser dirigida aos pais da mulher, aos filhos, etc.

A privação do sono é comum. Homens não só acordam as mulheres à noite como também muitos forçam-na a manter relações sexuais a noite inteira. Assim, a saúde e a força da mulher aos poucos é deteriorada e praticamente destruída. Destrói-se a saúde tanto física como

mental. Mulheres que se convencem ser loucas aos poucos deixam de comer, entram em depressão e perdem toda a esperança de obter saúde mental. A mulher enfraquecida pela doença torna-se cada vez mais suscetível às influências do marido abusivo.

O cativo psicológico é outro tipo de abuso. Diferentemente dos seqüestros em que a pessoa fica confinada a um recinto, o marido psicologicamente abusivo mantém a mulher presa pelo desamparo aprendido, um estado mental no qual a mulher é incapaz de resistir às pressões manipuladoras do homem. Alguns profissionais se opõem à tese do desamparo aprendido, admitem, no entanto que a mulher vítima de abuso psicológico entra em depressão clínica, com sintomas semelhantes ao desamparo aprendido: perda de iniciativa, resignação, incapacidade para lidar com as tarefas mais simples do dia-a-dia. Estando completamente desorientada, a mulher busca apoio na parede mais próxima: o próprio homem que a levou para o mundo da confusão. Dessa maneira a depressão é a única saída encontrada pela mente para escapar da morte psicológica, torna-se, portanto, uma fuga para a sobrevivência.

O isolamento da mulher de todos os seus ambientes sociais também é outra técnica de abuso psicológico. Esta pode ser considerada uma sub categoria do abuso emocional, podendo ser distinguida por seu foco em interferir e destruir ou danificar a rede de apoio social da vítima, e fazê-la inteiramente, ou amplamente dependente do parceiro abusivo para obter informações, interações sociais e satisfação de necessidades emocionais. O isolamento social aumenta o poder do agressor sobre a vítima, mas também o protege. Se a vítima não tem contato com outras pessoas o agressor terá uma probabilidade menor de ter que enfrentar conseqüências legais ou sociais que podem encerrar o relacionamento.

Rompem-se ligações com os amigos da mulher, com seus familiares e proibem-na de ter emprego. Assim, pelo isolamento torna-se impossível a reconstrução de sua auto-imagem e fica mais fácil o controle mental por parte do homem abusivo. O objetivo do isolamento social é o controle. O confinamento é a maneira mais fácil de disciplinar o outro porque

através dele perde-se as próprias forças para resistir e também não se pode recorrer a forças externas. O isolamento gera o desespero. A forma de o homem isolar a mulher baseia-se na manipulação e arranjo de situações, tais como: proíbem-se os jantares de domingo, muda-se o local do encontro e aos poucos a afasta de sua família. Articulando as situações, desmarcando compromissos, cortando as reuniões de amigos, o homem socialmente abusivo passa a reduzir o mundo da mulher a seu único mundo, obrigando-a a relacionar-se somente com os amigos dele.

Se a manipulação não funciona, o homem usa o despotismo e dá ordens. Ele pode também recorrer à intimidação para exercer o controle ameaçando-a de espancá-la, matá-la, seqüestrar os filhos, etc. Somente o medo permite a manutenção do controle, não necessitando que o homem cumpra nenhuma dessas ameaças e, dessa maneira, consegue isolá-la como deseja.

Devido à autonomia que é possível atingir-se por meio do trabalho, muitos maridos não permitem que suas mulheres trabalhem. Já a escola representa outra ameaça ao relacionamento abusivo, porque permite à mulher derrubar a parede do isolamento construída pelo homem, uma vez que adquirindo conhecimento, ela pode facilmente tornar-se independente financeiramente do marido, podendo arrumar empregos e se auto-sustentar.

O isolamento também se dá por meio de privação da liberdade. O ato de trancar a mulher fora ou dentro de casa é muito usado pelo homem socialmente abusivo principalmente quando ela viola alguma regra imposta. Outro meio de vingança utilizado caso haja desobediência é privação do carro, símbolo associado à liberdade, tirando toda a gasolina, cortando fios do sistema de partida, escondendo as chaves, ou furando o pneu.

Outros comportamentos que podem levar ao isolamento social incluem: agir com ciúmes ou com suspeitas em relação aos contatos sociais da vítima; monitorar o tempo e aonde a parceira vai; restringir o uso do telefone; agir de forma que visa colocar outras pessoas contra

a parceira; evitar que a parceira busque ajuda médica ou outros tipos de ajuda e ameaçar a vida ou bem estar de outras pessoas com quem a parceira tem contato.

Para Russell (apud MILLER, 1999), o abuso emocional inclui o abuso social e psicológico, e assemelham-se às técnicas coercitivas. O controle coercitivo assume o mesmo padrão da lavagem cerebral antes discutida e pode se tornar um outro meio de exercer o controle do abuso não-físico.

A violência verbal normalmente se dá concomitante à violência psicológica. Em decorrência de sua menor força física, a mulher tende a se especializar na violência verbal, mas de fato, esse tipo de violência não é de monopólio das mulheres (BALONE; ORTOLANI IV, 2003b).

Por razões psicológicas íntimas, algumas pessoas utilizam a violência verbal “infernizando” a vida de outras, querendo ouvir, obsessivamente, confissões de coisas que não fizeram. Atravessam noites nessa tortura verbal sem fim.

Este tipo de violência existe até na ausência da palavra, ou seja, até em pessoas que permanecem em silêncio. O agressor verbal, ao ver que um comentário é esperado para o momento, se cala, emudece e, evidentemente, esse silêncio machuca mais que se tivesse falado alguma coisa.

Sendo assim, a arte do agressor está, nesses casos, exatamente, em demonstrar que tem algo a dizer e não diz.

As ameaças de agressão física ou de morte, bem como as crises de quebra de utensílios, móveis e documentos pessoais, também são consideradas violência emocional, pois não houve agressão física direta.

Dutton e Painter (1993); Loring (1994) consideram que o abuso emocional estabelece e mantém toda a dinâmica do abuso no relacionamento.

2.1.2 - Abuso físico

Também chamado de agressão ou abuso físico, violência ou abuso do parceiro íntimo, violência conjugal, doméstica, marital, no namoro ou no flerte. A agressão física no contexto das relações íntimas tem sido definida como “atos carregados com a intenção, de causar dor ou injúrias físicas contra outra pessoa” (STRAUS ; GELLES, 1986). Violência física é o uso da força com o objetivo de ferir, deixando ou não marcas evidentes. Segundo Soares (1999), no abuso físico são comuns: bater, esbofetear, empurrar, chutar, socar, queimar, sufocar, impedir de sair de casa, usar instrumentos contundentes, tais como armas e facas. Além desses aspectos apontados por Soares, o agressor pode ainda causar queimaduras por objetos e líquidos quentes.

Os ataques físicos do agressor podem variar desde ferimentos até assassinatos. Começam frequentemente com comportamentos como ameaças, xingamentos, violência na presença da vítima, como esmurrar uma mesa ou uma parede, e danos a objetos e animais. Podem chegar a privações, empurrões, dar um tapa ou um soco, atos dos quais procura se desculpar inicialmente. A agressão pode incluir esfaqueamento, pontapés, mordidas, jogar a vítima no chão. Finalmente, pode chegar a tal ponto que representa ameaça à vida ou ferimentos sérios, como fraturas (ENTENDENDO a agressão, 2004). Pode ocorrer somente uma vez ou esporadicamente e raramente em um relacionamento, mas em muitos relacionamentos é repetitivo e crônico e aumenta em frequência e severidade através do tempo. Passa-se assim de agressões físicas leves, que aumentam e tornam-se ataques mais frequentes e sérios.

O abuso do álcool e drogas é um forte agravante da violência física. A embriaguez é um estado onde a pessoa que bebe pode tornar-se extremamente agressiva, às vezes nem lembrando com detalhes o que tenha feito durante essas crises de furor e ira. Nesses casos,

além das dificuldades práticas de coibir a violência, geralmente porque quando o agressor não bebe é “excelente pessoa”, segundo as próprias esposas, ou porque é o esteio da família (BALLONE; ORTOLANI IV, 2003b).

Também portadores de Transtorno Explosivo da Personalidade são agressores físicos contumazes. Vale lembrar que estes dois tipos de transtorno podem ser tratados (BALLONE; ORTOLANI IV, 2003b).

Outros fatores que podem intensificar o abuso físico estão associados a fatores estressantes, como tensões no trabalho, desemprego, privações, doenças graves etc, e também a fatores situacionais, como presença de crianças ou adolescentes, gravidez e eventos associados a altos níveis de emoções desagradáveis e a frustração em relação ao agressor, até mesmo feriados ou esportes televisionados podem influenciar a severidade e a frequência do abuso (WALKER, 1994).

2.1.3 - Abuso sexual

Caracteriza-se pela ação que inclui comportamentos que se encaixam nas definições legais de estupro e ataques físicos a partes sexuais do corpo de uma pessoa e, a fazer demandas sexuais excessivas, com as quais a parceira não está confortável (MARSHALL, 1992; SHEPARD; CAMPBELL, 1992).

Também é definido como incluindo:

[...] sexo sem consentimento, ataque sexual, estupro, controle sexual sobre os direitos reprodutivos e todas as outras formas de manipulação impetradas pelo abusador com a intenção ou intenção percebida de causar degradações emocionais, sexuais e físicas a outra pessoa. (ABRAHAM, 1999, p. 592).

De acordo com Walker (1994), o abuso sexual dentro do contexto de uma relação de espancamento inclui uma variedade de atividades coercitivas como gestos sexuais indesejados, insistência em manter contato sexual forçado, violação dos genitais, seios ou ânus da mulher.

O abuso sexual em relações onde existe violência ocorre tipicamente nas dimensões físicas e psicológicas, mas não necessariamente ao mesmo tempo. Mulheres normalmente se entregam às demandas sexuais do homem numa tentativa de evitar mais violência física, apesar de não ser incomum que afirmem ter experiências sexuais positivas com o mesmo homem que, em certos momentos as força a atos indesejados. A mulher normalmente é incapaz de prever se, num dado momento, ocorrerá um ato positivo ou negativo (WALKER, 1994).

Assim, considera-se violência sexual a ação que obriga uma pessoa a manter contato sexual ou a participar de relações sexuais com o uso da força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule ou limite a vontade pessoal. Considera-se também como violência sexual o fato de o agressor obrigar a vítima a realizar atos sexuais com terceiros. Consta do Código Penal Brasileiro que: a violência sexual pode ser caracterizada de forma física, psicológica ou com ameaça, compreendendo o estupro, a tentativa de estupro, a sedução, o atentado violento ao pudor e o ato obsceno (DOSSIÊ Violência contra a mulher, 2004).

Ataques físicos pelo agressor são acompanhados freqüentemente por ou culminam em violência sexual em que a mulher é forçada a ter relações sexuais com o agressor ou até mesmo a participar em atividade sexual não desejada (ENTENDENDO a agressão, 2004).

2.1.4 - Abuso econômico

Ainda, segundo Miller (1999) outra forma que o homem tem de exercer controle sobre a mulher é através da supressão econômica. Esta forma de abuso pode ser considerada uma subcategoria de abuso emocional uma vez que ele exerce muito das mesmas funções do abuso emocional e tem alguns dos mesmos efeitos emocionais nas vítimas. No entanto, ele pode ser distinguido por seu foco em evitar que a vítima possua ou mantenha qualquer tipo de auto-suficiência financeira ou recursos e forçar uma dependência material da vítima em relação ao parceiro abusivo. Assim, este comportamento intenciona fazer com que a vítima dependa inteiramente do parceiro abusivo para suprir suas necessidades materiais básicas como comida, roupas e abrigo ou para suprir os meios de satisfazê-las. Cabe ainda o esclarecimento de que o desejo de isolar a vítima das outras pessoas também pode ser um dos motivos para o abuso econômico. Alguns comportamentos que podem levar uma vítima de abuso à dependência material do abusador já foram listados na categoria Abuso Emocional, mas não se limitam a eles.

O homem economicamente abusivo oferece quantias tão pequenas de dinheiro que a mulher é forçada a pedir mais. A humilhação aqui é a arma do controle. Torna a mulher completamente dependente e a deixa indefesa. Muitos nem sequer dão qualquer quantia à mulher, a qual permanece sem saber o quanto ele ganha e o porque, tendo uma vida financeira aparentemente boa, o marido ainda se recusa a dar condições melhores para a criação dos próprios filhos.

Geralmente, o homem economicamente abusivo, ao casar, toma posse das economias da mulher dizendo que vai administrar o dinheiro. Nesse caso, o homem não proíbe a mulher de trabalhar, mas exige dela o suplemento mensal de dinheiro em sua conta. O homem

economicamente abusivo exerce o controle deixando claro que pode privar sua mulher a qualquer momento do lar, de alimentos e roupas, tornando-a submissa com uma única alternativa de ir para as ruas.

Em síntese, devido às circunstâncias em que o abuso e a agressão ocorrem, e a freqüente dependência da vítima de seu agressor, de forma geral, a vítima os mantém em sigilo, e tem ainda grande dificuldade para denunciá-las.

Diante das várias modalidades do abuso, coloca-se ainda a questão das conseqüências do abuso.

Ao sofrimento pessoal decorrente das várias modalidades do abuso, somam-se prejuízos orgânicos e psíquicos, com graves conseqüências nas relações interpessoais, na família e no ambiente social. Além disso, a esses danos, também se associam perdas ou danos materiais e econômicos.

Camargo (2000) ao estudar as repercussões da violência nas mulheres revela que as ocorrências mais freqüentes são os traumas, principalmente o neurológico, por pancada na cabeça, queda ou empurrões; a gravidez indesejada, as doenças sexualmente transmissíveis; as hemorragias, lesões e infecções ginecológicas e urinárias; os distúrbios gastrintestinais que se cronificam, e os danos psicológicos causados pelo estresse constante, que podem levar à depressão e ao suicídio.

De acordo com Cascardi; Langhinrichsen; Viviam (1992) a agressão dos homens contra suas parceiras está associada a uma abundância de conseqüências psicológicas e físicas negativas para as mulheres. Segundo esses autores, mulheres que são vítimas de abuso e agressão por parte de seus parceiros, apresentam seqüelas emocionais tais como: transtornos alimentícios, gastrintestinais e do sono; crises de choro e ansiedade; diminuição da auto-estima, depressão e pensamentos suicidas. A medida em que o tempo transcorre, usualmente descuidam de seu aspecto físico e recorrem ao álcool ou a drogas; no trabalho seu

desempenho diminui de forma significativa, chegando muitas vezes a abandonar seu emprego, ou por uma decisão pessoal ou porque seu parceiro a proíbe. A violência conjugal também ocasiona perturbações emocionais severas nos filhos, que se traduzem em dificuldades escolares, alterações do sono, interações defeituosas, ansiedade e depressão.

Tais considerações enfatizam a importância do fenômeno estudado. Buscando aprofundamento do estudo da violência conjugal, o próximo tópico tratará das causas da violência conjugal, particularmente a contra a mulher.

2.3 Causas da violência contra a mulher

2.3.1 Causas psicológicas

Há um consenso considerável entre os investigadores sobre os grandes fatores associados ao abuso de esposas (GELLES, 1980 apud BREHM, 1985; STEINMETZ, 1978 apud BREHM, 1985).

Primeiro, o “ciclo da violência” parece desempenhar um papel maior. Crianças que observam a violência entre seus pais ou que são elas mesmas abusadas por seus pais são mais propensas a ter casamentos violentos. Esta história parece valer tanto para os maridos que abusam, quanto para as mulheres que são vítimas.

A experiência de violência na infância é um indicador importante do uso da violência quando adulto. Em um dos poucos estudos que coletaram informação sobre maridos que se reconheciam abusivos, Rosenbaum e O’Leary (1981 apud BREHM, 1985) descobriram que

estes homens eram mais propensos a ter tido um lar violento quando crianças do que maridos satisfeitos ou insatisfeitos que não eram violentos em seus casamentos. Os maridos que abusaram de suas esposas tendiam mais a ter sido agredidos quando crianças e era maior a probabilidade de terem testemunhado violência entre seus pais.

Dados de uma pesquisa nacional analisados por Kalmuss (1984 apud BREHM, 1985)) demonstraram um padrão similar: o nível de violência conjugal era maior para indivíduos (tanto homens quanto mulheres) que cresceram em famílias onde eram agredidos e onde presenciaram os pais agredindo um ao outro. Assim, vítimas e agressores, tanto homens quanto mulheres, dividem o mesmo tipo de experiências com a violência na infância.

Alguns dados coletados por Rosenbaum e O'Leary (1981 apud BREHM, 1985) sugerem que as crianças do sexo masculino de lares violentos podem se tornar maridos violentos porque não sabem nenhuma outra forma de lidar com conflitos.

A classe socioeconômica também é importante, sendo apontada como o segundo fator. A violência conjugal ocorre em todas as classes socioeconômicas, mas ela ocorre mais freqüentemente entre os pobres do que entre os ricos.

O terceiro fator associado com a violência conjugal pode explicar, em algum grau, esta associação entre status econômico e violência. A violência conjugal tende mais a ocorrer quando o casal está sob estresse de eventos como o desemprego do marido, problemas financeiros de qualquer tipo e gravidez da esposa. Finalmente, casais violentos são também casais isolados; eles não têm muitos amigos e eles carecem de relações próximas com parentes. Pode ser que os atos de isolamento social sejam tanto uma causa como um efeito da violência conjugal. Estar isolado pode aumentar o estresse e provocar a violência; ter um casamento violento pode levar a um retraimento nos contatos sociais.

Teorias ambientais puras continuam prevalecendo para explicar as causas da violência, e segundo essas teorias o comportamento violento é aprendido. Esta ótica, no entanto, é

questionada por outros pesquisadores. Pinker (2004), por exemplo, afirma que pais agressivos têm filhos agressivos com frequência. No entanto, o referido autor refuta a conclusão de que a agressão é aprendida dos pais em um “ciclo de violência”, e leva em conta a possibilidade de que tendências violentas podem ser herdadas além de aprendidas (PINKER, 2004, p.421).

Para Miller (1999), não existe um perfil para homens abusivos. Psiquiatras admitem a existência de psicopatologias em homens abusivos. Identificando três tipos que levam ao abuso: a) Borderline: distúrbio de personalidade que caracteriza o homem anti-social, introvertido, temperamental e hipersensível ao desrespeito interpessoal. Ele reage excessivamente, tem súbitas explosões de raiva e pode ter problemas de alcoolismo; b) Narcisista e anti-social: esse homem é autocentrado, tomando dos outros e dando apenas quando lhe convém; c) Compulsivo-dependente: esse homem é inflexível, tem baixa auto-estima e exige apoio contínuo da acompanhante.

Ainda segundo Miller (1999), pode-se identificar oito tipos de homens abusivos:

1. Incapazes de controlar seus impulsos que mudam constantemente;
2. Que exigem obediência total às regras e aplicam castigos àqueles que as infringem;
3. Rebeldes, hostis, dependentes, com baixa auto-estima;
4. Agressivos e anti-sociais;
5. Grandes e inexplicáveis mudanças de humor;
6. Externamente agradáveis, mas incapazes de lidar com a rejeição e agressivos quando sentem decepção por parte de sua companheira;
7. Excessivamente, dependentes, ansiosos e deprimidos;
8. Que só apresentam pequenos sinais das outras sete características sem que tenham nenhuma psicopatologia.

Embora traumas na infância possam resultar em psicopatologias, acredita-se que certos comportamentos derivam da utilização de mecanismos de defesa imaturos e neuróticos para atender a desejos que talvez nunca tenham sido atendidos.

Mecanismos de defesa, segundo Miller (1999), são métodos pelos quais o ser humano pode lidar com os conflitos da vida. Cada um utiliza uma defesa que funcione para si. Estes são processos inconscientes e, portanto, não tem nada a ver com decisões conscientes. A pessoa que atribui o seu fracasso a outra ou bate no filho para ficar livre desse sentimento de fracasso tem total consciência do que faz, mas não sabe o porque faz. O importante é que isso lhe traz satisfação. Classifica-se os mecanismos de defesa em três níveis de maturidade. Defesas imaturas: fantasia, projeção, agressão passiva, hipocondria, acting out; Defesas neuróticas: intelectualização, repressão, formação reativa, deslocamento, dissociação; Defesas maduras: altruísmo, contenção, humor, antecipação, sublimação. Deste modo, os homens abusivos utilizam, geralmente, três mecanismos de defesa, sendo um neurótico e/ou outros dois imaturos. A saber, repressão, *acting-out* e projeção.

A repressão é mecanismo neurótico que tira as representações sentimentais frustrantes e ameaçadoras ao ego do consciente para o inconsciente. Entretanto, quando essa gama de sentimentos não expressados vai aumentando no núcleo traumático do inconsciente, cria-se uma tensão libidinal extremamente intensa que pode ser expelida como uma erupção vulcânica por meio da violência física e não-física que trazem alívio. Esse mecanismo pode se repetir continuamente pois é uma maneira de adquirir estabilidade no aparelho psíquico.

Estatísticas indicam que uma grande quantidade de homens que sofreram abuso na infância torna-se abusivos como meio de aliviar e expelir todas as tensões psíquicas, apaziguando os conflitos do aparelho psíquico. Uma criança que sofreu abuso passa por um processo de identificação com o agressor.

No *acting-out*, para evitar a raiva, o homem vitimizador grita com a mulher, rasga suas roupas, quebra janelas do seu carro, ou seja, fazem algo para não sentir a tensão criada pelos seus sentimentos que no caso seriam demais para serem suportados. Um exemplo comum é o chute na cadeira ou o murro na parede quando se está com raiva.

Crianças que recebem educação com excesso de tolerância onde os pais são superprotetores e nunca lhe negam nada, são incapazes de desenvolver habilidades maduras para lidar com adversidades. Quando entram no mundo adulto, estes facilmente desenvolvem esse mecanismo de defesa, revelado principalmente quando a sua mulher não lhe proporciona o mesmo nível de tolerância que a mãe lhe oferecia.

A inconsistência dos pais é outra maneira de proporcionar esse mecanismo de defesa na formação da personalidade da criança. Os pais que negam, mas cedem em meios aos gritos e chutes, estão contribuindo para que mais tarde essa criança recorra ao abuso físico e não-físico para intimidar sua mulher.

Por outro lado, na projeção a pessoa mantém sua imagem íntegra e perfeita, atribuindo seus erros e fracassos a outra pessoa. O homem abusivo atribui à mulher os próprios sentimentos de fraqueza que ele não reconhece e, portanto, é capaz de agredi-la em vez de agredir a si mesmo. Através desse mecanismo, conscientemente, o homem se considera o marido perfeito e ao mesmo tempo alivia sua tensão no inconsciente.

Uma outra faceta de uma defesa inadequada está no território dos usuários de drogas, posto que estas aumentam o grau de violência, mas não podem ser tomadas como desculpas que livram o homem abusivo de sua culpa.

O agressor divide as explicações em dois grupos: desculpas e justificativas, sempre negando e projetando o abuso (na droga ou na falta de controle). “Não é minha culpa”. O espancador recorre a racionalizações padronizadas para dar sentido e normalizar seu comportamento. É culpa da mulher ou ela é que não é boa esposa ou foi em autodefesa.

Em síntese, o perfil do vitimizador relaciona-se a: abusos na infância, excesso da valorização masculina pela sociedade, baixa auto-estima, necessidade de reforçar a auto-imagem por jogos de poder, incapacidade para projetar uma afetividade salutar e também imaturidade para assumir seus próprios atos incluindo problemas pessoais e interpessoais.

Apesar destes fatores serem consistentemente citados como sendo associados à violência, outros fatores podem ser usados para ajudar a entender o que causa e mantém a violência conjugal. Muitas destas teorias ligam a violência ao poder masculino e à desvalorização da mulher.

2.3.2 Causas culturais

Segundo Miller (1999), a desvalorização da mulher é pré-histórica. O homem das cavernas arrastava a sua mulher pelos cabelos para que ela cuidasse da fogueira e dos filhos. No Egito, os homens cuidavam de suas riquezas e quebravam os dentes da mulher se elas os criticassem. Na Grécia antiga, somente ao homem era atribuída a capacidade de sentir as paixões da vida e por isso o homossexualismo era uma prática tão normal, sendo que o casamento com mulheres era visto como um mal necessário. Quando os romanos conquistaram a Grécia, as mulheres foram rotuladas como servas e como uma propriedade do homem, devendo-lhe obediência como uma escrava. Na Idade Média essa realidade permaneceu e a mulher era vista ainda como um ser inferior. O abuso físico era permitido desde que o homem espancasse a mulher com uma vara menos grossa do que o seu polegar. Os colonizadores incentivavam o espancamento de mulheres com atitudes inaceitáveis.

Na América recém-colonizada a mulher era exposta a torturas por aborrecer o marido, não tendo o direito de declarar posse de propriedades, não podendo solicitar divórcio onde o adultério era somente condenado para elas e não para o homem. Aquelas que rompiam relacionamentos eram vistas como tolas ou levianas. A história cuidou da perpetuação dessa mentalidade em diversos níveis, dentre eles tem-se o casamento. Este vínculo era uma maneira legal de subjugar a mulher, onde a mesma se via como a administradora do relacionamento, sendo ela a responsável por fazer tudo o que agradasse ao marido. O fato de ela renunciar ao nome de sua família e adotar o do marido é um indício forte desse subjugamento.

Um outro fator que contribui para a desvalorização da mulher é o próprio tratamento jurídico. Estatísticas indicam que os homens recebem melhor tratamento nos tribunais do que as mulheres. Não havia até recentemente uma Lei para a punição de estupro dentro do casamento e até hoje muitos homens acham que o sexo, seja ele forçado ou consensual, é de seu direito. Muitos advogados de defesa tentam transferir o papel de vítima da mulher para o homem, pois se ela foi estuprada foi porque ela pediu e quis. Esses advogados tentam destruir a imagem da mulher, focalizando possíveis erros e atitudes promíscuas passadas.

Para as Ciências Humanas, parte do pensamento antifeminista é atribuída a Freud que discursa a respeito da inveja que a mulher tem do pênis, símbolo de poder e autoridade. Assim, atribuíam-se níveis mais elevados de maturidade aos homens que às mulheres.

Estudos demonstram que só após a década de setenta é que foi considerada a necessidade de avaliar o abuso cometido contra esposas, sendo isto um reflexo da revolução feminista do final dos anos sessenta.

As artes reforçam mais o trabalho de artistas masculinos, sendo pouco lembradas as artistas do sexo feminino. A dificuldade de receber apoio é muito grande, principalmente

devido aos preconceitos machistas e paternalistas que elas vem sofrendo durante décadas. Muitas tiveram que usar pseudônimos para publicar suas obras.

Nas Forças Armadas existe uma completa desconsideração pelo papel feminino. Nas mais diversas guerras as mulheres são tidas como prêmios de conquista do território inimigo. O abuso sexual de mulheres em convenções também é comum pelos militares que, na maioria das vezes, saem impunes. Muitas mulheres são rotuladas de lésbicas simplesmente por rejeitar as propostas dos oficiais.

No campo da Medicina há introjeção culturalmente estabelecida de que ela é feita somente de mão-de-obra masculina, que os homens são os que melhor desempenham os serviços médicos. Isso induz a pensar sempre que quando se faz uma cirurgia, quem ali estará é um homem. Apesar das comprovações de que as mulheres são mais delicadas e cuidadosas para fazer cirurgias, nunca se imagina ser uma mulher quem realiza esse trabalho. O preconceito também atinge mulheres que são espancadas e que procuram o serviço médico para curar suas feridas.

Tradicionalmente, as instituições religiosas reforçam a inferioridade da mulher colocando-a apenas como a pessoa responsável por cuidar do esposo e dos filhos, seria este o único papel da mulher na sociedade. Além disso, em certas crenças, como na judaico-cristã, os líderes religiosos reafirmam as diferenças sexuais por meio de ensinamentos e práticas. O mal teria surgido pela mão feminina de Eva que induz o seu inocente homem ao pecado mortal. A supremacia masculina é garantida depois que o papel feminino na história foi criado a partir da imagem de santa e frágil e de prostituta promíscua.

Uma das formas de discriminação mais comum imposta às mulheres ocorre no mercado de trabalho, já que durante longos períodos da história culturalmente instituiu-se o “império machista” onde ao homem foram reservados os pagamentos mensais e as glórias trabalhistas,

enquanto que a mulher somente foi considerada capaz de exercer um tipo de trabalho - o doméstico.

Mesmo que atualmente a mulher tenha conseguido ampliar o seu espaço profissional, as diferenças ainda existem, seja no salário menor, seja nos cargos que sempre são inferiores aos dos homens. E mesmo quando estas estão em alguma posição semelhante à do homem, ainda permanecem recebendo salários inferiores aos deles.

Em suma, a história parece continuar. Enquanto muitos esforços são empreendidos na separação de brigas entre homens na rua, a briga de um homem com uma mulher somente desperta a atenção, sem que nada venha a ser feito. A noção de que briga entre marido e mulher ninguém "mete a colher" ainda permanece. Existe uma crença de que quando o homem bate na esposa é porque existe um bom motivo. O espancamento se transforma em piada, quando o homem diz que quando está bravo ele simplesmente dá um murro na esposa, um chute no cachorro e sai para a rua para refrescar a cabeça.

Muitos crimes ainda são cometidos contra a mulher. Na China ainda se valoriza o nascimento de meninos e não de meninas. No Sudão e na Somália a mutilação do clitóris ainda é feita. Em Burma e na Tailândia meninas são forçadas à prostituição. No Congo o adultério só é ilegal para as mulheres. Mulheres são obrigadas a alongar seus pescoços com aros de metal. A história e os costumes sempre prepararam o palco para os homens se sentirem livres para espancar as mulheres e subjugar-las.

Assim, por séculos as mulheres sofreram um tratamento parcial baseado em suposições sobre diferenças entre sexos. Leis e costumes puniam severamente as mulheres. Autoridades tratavam com descaso vítimas de assédio, de perseguição e de espancamento, supondo que tais crimes eram características da corte e do casamento.

A evidência de cada um dos aspectos descritos acima, relativa ao papel desempenhado pelas influências sociais, em especial pelas normas e valores no que se refere a quem é

dominante na família, e de que maneira a autoridade poderia ser impingida, foi amplamente reconhecida por pesquisadores.

Diante de tudo isso, no decorrer das últimas décadas o problema da violência contra a mulher foi examinado, através da análise feminista de gênero, que aborda a questão de forma diferenciada por correntes do movimento feminista.

Sommers (1994), distingue duas escolas do pensamento feminista. A escola que defende o feminismo da equidade que se opõe a qualquer forma de injustiça e discriminação contra mulheres, apresenta uma doutrina de igualdade e não se envolve em questões de psicologia e biologia. Por outro lado, a escola que defende o feminismo de gênero, é vinculada ao marxismo, afirma que as mulheres continuam a serem escravizadas pelo sistema de dominância masculina e possui três pressupostos sobre a natureza humana. Pinker (2004, p. 461) os coloca explicitamente:

1º) as diferenças entre homens e mulheres são construídas socialmente; 2º) “o poder” é o único motivo social que o ser humano possui, e a única maneira de compreender a vida social deve ser baseada na forma como ele é exercido; 3º) a interação humana não emerge dos motivos das pessoas em relação as outras como indivíduos, mas de motivos de grupos, como o sexo masculino dominando o feminino.

Sob essa perspectiva, nas ciências sociais o conceito de violência de gênero, é entendido como uma relação de abuso, dominação e de poder do homem sobre a mulher ao longo da história e reforçado pelo processo de socialização. Essa ótica rejeita qualquer hipótese que possa ser considerada inata ou induzida biologicamente em função da diferença de sexo.

Dobash e Dobash (1979) explicam o espancamento às esposas em grande parte ao aprendizado masculino de que poderiam bater em suas parceiras para preservar sua posição tradicionalmente superior. Os referidos autores sustentaram que “Homens que agridem suas mulheres”, estão na verdade mantendo vivas as prescrições compartilhadas na sociedade – agressividade, dominância masculina, e subordinação feminina – e eles estão usando a força

física como um meio para reforçar esta dominância. Procurando ir mais além, alguns pesquisadores da família argumentaram que as normas sociais definem, basicamente, quem é poderoso e quem é fraco dentro da família, e vêem a violência doméstica como uma manifestação de diferenças de poder numa sociedade dominada pelo sexo masculino, patriarcalmente orientada.

Entretanto, mesmo sob a perspectiva social, a visão do tema mostra-se ainda muito estreita. Para Berkowitz (1993b) pesquisadores e teóricos mostram atualmente uma crescente ênfase na natureza interacional dos fatores que produzem violência no lar. As condições exteriores à família, tais como desemprego, baixos salários, ou crenças e valores derivados culturalmente, podem ser impingidos aos membros da família afetando-lhes o relacionamento. Até mesmo o comportamento da vítima pode ter uma influência significativa na conduta do agressor. Além disso, sabe-se agora, entre outras coisas, que as mulheres tanto quanto os homens podem ser agressivas, que a violência pode ser o resultado de conflitos dentro da família, que uma proporção significativa de agressores foram, eles mesmos, expostos à violência durante a infância, e que muitos dos que espancam tendem a ser agressivos com suas esposas e filhos.

Como tem também notado um crescente número de investigadores, uma boa parte do que se tem aprendido sobre outros aspectos da agressão humana pode ajudar a explicar os motivos pelos quais esposas apanham e sofrem abusos (Berkowitz, 1993b).

Os escritores que enfatizam o papel das expectativas sociais no espancamento de esposas, basicamente culpam mais a sociedade do que os indivíduos que cometem o abuso. Sustentam, que as mulheres sofrem brutalidades porque todos nós vivemos em um sistema patriarcal que é governado por regras e padrões que apóiam a dominação do homem sobre a mulher. Nas palavras de Dobash e Dobash (1979), “o problema jaz na dominação da mulher”.

Segundo Berkowitz (1993b), pesquisas demonstram atualmente que a situação das pessoas na sociedade como um todo, a personalidade de cada membro da família, o relacionamento familiar, e até mesmo a situação imediata, podem operar conjuntamente para afetar as chances de que um agrida o outro em casa. A hipótese é a de que muitos casos de violência doméstica são basicamente semelhantes a outros atos de agressão que foram discutidos anteriormente no capítulo 1. Muitas das mesmas condições que afetam a probabilidade de uma pessoa atacar outra fora de casa, podem também influenciar as chances de que brigas e agressões ocorram no lar.

De acordo com afirmações de Berkowitz (1993b), qualquer abordagem realmente abrangente da violência doméstica deve reconhecer que a agressão é precipitada pelo encontro entre agressor e vítima. As predisposições pessoais e estresses situacionais são somente facilitadores. Essa facilidade tem que ser ativada por um evento desagradável. Embora poucos investigadores tenham dado atenção suficiente ao encontro precipitante, as pesquisas disponíveis mostram que brigar constantemente leva a mais briga e que a agressão de uma parte tem grande probabilidade de estimular a contra agressão da outra parte.

Apesar das contribuições de Berkowitz (1993b), os trabalhos sobre o tema ainda não transpuseram os muros restritos de pesquisas com base em uma concepção feminista.

De acordo com Walker (1999), a perspectiva feminista na violência doméstica é aceita em todo o mundo, onde mulheres e meninas são os primeiros alvos do abuso masculino. Para a referida autora, a violência não pode ser erradicada sem olhar cuidadosamente os assuntos relativos à socialização dos gêneros que mantém, se não facilitam realmente, tal violência nos lares.

Uma Declaração das Nações Unidas sobre Eliminação da Violência Contra Mulheres anunciou que *“a violência é parte de um processo histórico, e não é natural nem nascida do*

determinismo biológico” (PINKER, 2004, p. 418). Muitas explicações atribuem a violência à cultura. Nessa perspectiva, o problema são as crenças culturais sobre masculinidade.

Nesse contexto, parece justo dizer como uma regra geral, que homens têm mais poder que suas parceiras. Este poder maior é baseado na autoridade masculina sustentada pela cultura, no controle sobre os recursos econômicos e na força física.

Entretanto, parece possível afirmar que a sociedade encontra-se num estágio de transição do patriarcalismo para o igualitarismo. Mais e mais mulheres são empregadas e ganham acesso a bem-estar e posições de prestígio na sociedade, tanto a autoridade masculina quanto a base econômica do poder masculino estão sendo gradativamente reduzidos.

Considerando o conhecimento obtido a respeito da violência contra a mulher em termos de conceitos, dados epidemiológicos, tipos de violência e causas, permanecem ainda várias questões sem resposta. Uma delas refere-se à permanência da mulher no relacionamento abusivo. O tópico seguinte tratará dessa questão.

2.4 Porque a mulher permanece no relacionamento abusivo

A questão - Por quê uma mulher de quem o marido tem abusado fisicamente permanece com ele? - é uma das mais freqüentemente formuladas tanto por profissionais como pelo público leigo no curso de discussões sobre violência em família, e uma das mais difíceis de serem respondidas adequadamente.

A falta de conhecimento sobre esse assunto geralmente leva a interpretações errôneas, e surgem explicações superficiais e estereotipadas como: “a mulher quer ser vítima”; “a mulher

merece a violência” ou “a mulher gosta de apanhar”. Estas são concepções populares que transferem a culpa do agressor para a vítima.

A questão em si deriva da suposição de que qualquer indivíduo racional tendo apanhado e sido espancado por outra pessoa, evitaria ser vitimado novamente, ou pelo menos evitaria o agressor, inclusive por questões de sobrevivência. Infelizmente, o motivo pelo qual uma mulher permanece com seu marido abusivo não é tão simples quanto a suposição subjacente à questão.

De acordo com Gelles (1976) a decisão de ficar com um marido agressivo ou de procurar intervenção ou a dissolução de um matrimônio não está relacionada somente à extensão ou severidade da agressão física. Algumas esposas sofrem seguidos espancamentos severos ou mesmo agressões e simplesmente chamam o vizinho, enquanto outras chamam a polícia após um gesto coercitivo do marido.

Para o pesquisador acima mencionado, a suposição de que a vítima fugiria de um agressor conjugal é uma visão superficial do complexo significado subjetivo da violência intrafamiliar, da natureza do comprometimento e do enredo com a família como um grupo social e do constrangimento externo que limita a habilidade de uma mulher de procurar ajuda de fora.

Truninger (1971) encontrou que mulheres tentaram dissolver um matrimônio violento somente depois de uma história de conflito e reconciliação. De acordo com essa análise, uma esposa toma a decisão de obter o divórcio de seu marido abusivo quando não mais pode acreditar nas promessas dele de que não vai haver mais violência e nem esquecer os episódios passados de violência. Truninger (1971) postula que algumas das razões pelas quais as mulheres não rompem o relacionamento com os maridos abusivos são: (1) elas têm autoconceito negativo; (2) acreditam que seus maridos mudarão; (3) dificuldade financeira; (4) têm filhos que necessitam do suporte econômico do pai; (5) duvidam que conseguem prosseguir sozinhas; (6) acreditam que o divórcio é estigmatizado; e (7) é difícil para

mulheres com filhos conseguir trabalho. Embora a análise de Truninger (1971) tente explicar porque as mulheres permanecem com maridos abusivos, a lista não especifica quais fatores são mais relevantes na decisão da esposa de permanecer, ou buscar ajuda, ou romper o relacionamento.

Há uma quantidade de outros fatores que ajudam a explicar a decisão da esposa de permanecer, ou romper o relacionamento em casos de violência.

Segundo Miller (1999), existe uma lógica consciente ou inconsciente que, para a mulher, justificam sua permanência no relacionamento abusivo. Nesse sentido, a permuta, a falta de recursos para a sobrevivência, o medo e outros fatores emocionais são explicações que “justificam” a submissão feminina ao marido abusivo.

A mulher permanece em um relacionamento abusivo porque obtém alguma coisa que ela deseja (permuta) e apesar de pagar caro, ela faz uma escolha consciente, considerando os prós e os contras. Uma das permutas feitas está relacionada ao dinheiro. A mulher coloca-se em atitude de escolha entre desfrutar benefícios materiais e sofrer humilhação e dependência ou ir embora e se tornar livre dos sofrimentos. Outra permuta feita é a de evitar a solidão. Para muitas o maior medo não é a pobreza, mas a solidão. Uma terceira permuta é realizada para a garantia do bem estar dos filhos. O que estas mulheres não percebem é que, grandes traumas na infância derivam de brigas entre o casal.

No que diz respeito à falta de recursos para a sobrevivência, evidencia-se muitas vezes, o despreparo econômico para sair de casa, a necessidade de uma fonte de renda, e a necessidade de amparo social.

O medo do aumento do abuso caso deixe o marido é outro motivo pelo qual a mulher permanece no relacionamento. A separação é temida pela mulher, dado que o homem abusivo sente-se mais desafiado quando a mulher se liberta do seu controle. Ao sentir a perda da autoridade, o homem abusivo fará o necessário para recuperar o controle, seja através de uma

briga, seja através do assassinato da mulher. Mais mulheres são mortas depois de abandonar o relacionamento abusivo, do que quando aí permanecem.

O último fator apontado por Miller (1999) como explicação da permanência da mulher no relacionamento são os obstáculos emocionais relativos à auto-imagem. Muitas mulheres, cujas imagens foram completamente destruídas, costumam perpetuar seu sentimento de fracasso, atribuindo o problema a si mesmas e não ao marido abusivo, outras simplesmente sentem-se incapazes de ir embora devido a esse sentimento de inutilidade e de baixa auto-estima. Fatores como a culpa introjetada, a esperança da resolução do problema, ou o entorpecimento emocional, também contribuem para que a mulher não deixe seu relacionamento abusivo e doloroso.

Não obstante tais explicações, as razões pelas quais as mulheres permanecem num relacionamento abusivo são complexas e não compreendidas plenamente, gerando várias hipóteses explicativas.

Segundo Miller (1999), o masoquismo é uma explicação popular, e transfere a culpa do agressor para a vítima, o que se torna uma condição famosa como também uma permissão. A base para determinar que as mulheres são vítimas do abuso porque o desejam está, em grande parte, em Sigmund Freud, que propôs a idéia de que as mulheres tendiam a desejar a dor. Assim, as pessoas estão prontas a considerar o homem abusivo como um instrumento da necessidade de realização de uma mulher, acreditando que, na verdade, ela pode tê-lo escolhido por causa de sua habilidade para fazer justamente isto.

Dessa forma, a respeito do abuso permanece a idéia de que as mulheres dão continuidade ao relacionamento para extrair dele algum tipo de prazer ou seriam mulheres moralmente debilitadas, doentes ou perversas. Porém, há uma grande diferença entre submeter-se ao abuso e desejá-lo.

Para Emerson e Dobasch (1995 apud MILLER, 1999), as afirmações que atribuem a permanência de uma mulher numa situação abusiva ao masoquismo não somente apresentam uma explicação simplista como reforçam o direito do homem de cometer o abuso.

Se esta explicação é simplista, como justificar a permanência e o eterno retorno das parceiras que tentam escapar à relação? Como explicar o comportamento das mulheres que, mesmo depois de dar a queixa dos parceiros abusivos às autoridades das Delegacias da Mulher, retiram as queixas e retornam ao velho e conhecido ciclo da violência?

O modelo de mudança de relações familiares de Scanzoni (1972) postula que a proporção de recompensas às punições é definida subjetivamente pelas esposas e é o fator determinante da decisão de ficarem ou não casadas. A decisão de buscar ou não intervenção ou dissolução do matrimônio pode estar parcialmente baseada nas definições subjetivas arraigadas à violência (punição) e parcialmente na proporção dessa punição a outras recompensas conjugais (segurança, companheirismo, etc).

Straus (1973) afirma que o autoconceito e as expectativas de papel dos outros freqüentemente influenciam o que é considerado um nível intolerável de violência pelos membros da família. Straus (1980 apud BREHM, 1985), enfatiza que a maioria das mulheres é muito mais presa ao casamento em termos de dependência econômica e responsabilidades no cuidado com os filhos do que a maioria dos homens. Por isso, embora tanto o homem quanto as mulheres sofram violência em seus casamentos, é mais difícil para as mulheres escapar disso.

Nos estudos de Gelles (1976); Strube e Barbour (1983 apud BREHM, 1985), a independência econômica é crucial. Mulheres que deixam os relacionamentos abusivos são mais propensas a conseguirem um emprego do que aquelas que permanecem.

Strube e Barbour (1983 apud BREHM, 1985) descrevem como o comprometimento com o casamento, pode se tornar uma armadilha para esposas abusadas. Em seu estudo, as mulheres

eram mais propensas a deixar um relacionamento abusivo se o relacionamento era relativamente mais curto (quatro anos ou menos); elas também tendiam mais a deixar se não citavam espontaneamente o “amor” como razão para ficar no relacionamento. Então, quanto mais estas mulheres investiram no relacionamento em termos de tempo e afeto, mais difícil era para abandoná-lo. Assim elas permaneciam, investiam mais e mais adiante eram abusadas.

Gelles (1976), considera que o ciclo de vitimação desempenha um papel vicioso: esposas que permanecem num relacionamento abusivo e não procuram assistência tendem mais a terem sido agredidas quando crianças.

Existem duas razões inter-relacionadas pelas quais mulheres que foram expostas ou foram vítimas de violência intrafamiliar estariam inclinadas a ser vítimas de violência familiar como adultas. É possível que quanto mais experiência com a violência tenha uma mulher, maior seja sua tendência a aprovar o uso da violência na família.

Ela pode crescer com a expectativa de que maridos “devem” bater em esposas, e esta expectativa de papel pode em contrapartida se tornar o motivador para o marido usar a violência com ela. A outra explicação desses resultados integram a teoria da violência da subcultura (Wolfgang e Ferracuti, 1967, apud GELLES, 1976) com a teoria homogâmica da seleção do parceiro (Centers, 1949 apud GELLES, 1976; Ecklund, 1968 apud GELLES, 1976; HOLLINGSHEAD, 1950, apud GELLES 1976). Assim, pode-se argumentar que mulheres que cresceram em ambientes que incluíram e aprovaram a violência familiar, têm maior probabilidade de se casarem com uma pessoa que tende a usar violência.

Diante do fato de que a exposição e a experiência com a violência quando criança torna a mulher mais vulnerável a se tornar vítima da violência conjugal, pode-se questionar, até que ponto isto afeta as ações de uma esposa agredida.

Para Gelles (1976) há duas previsões alternativas que podem ser feitas. A primeira delas enfatiza que quanto menos a mulher experimenta violência em sua família de orientação,

maior a probabilidade de que veja a violência intrafamiliar como desvio, e assim, mais desejará buscar intervenção ou divórcio quando atacada por seu marido. A segunda destaca que, a exposição à violência pode proporcionar um papel modelo para a mulher de como agir quando atacada. Assim, quanto maior a violência a que foi exposta, mais saberá sobre como obter ajuda externa e buscará mais esta ajuda.

Entretanto, nenhuma das previsões alternativas é fortemente corroborada pelos dados sobre experiência e exposição à violência.

Por outro lado, de acordo com Gelles (1976) algumas linhas sugerem que a exposição à violência conjugal torna a mulher menos tolerante à violência familiar e mais desejosa de finalizar um matrimônio violento, como se verá mais adiante nesta sessão. Contudo, os dados não dão suporte à argumentação de que esta posição é generalizada entre as esposas que testemunharam a violência durante seu crescimento.

Em seu trabalho, Gelles (1976) descobriu três fatores preponderantes que influenciam a decisão das mulheres de permanecer com o marido abusivo ou de procurar intervenção.

Primeiro, quanto menos severa e menos freqüente for a violência, mais a esposa permanecerá com seu marido e não procurará socorro externo. Este resultado é quase auto-evidente no que postula que as mulheres procuram intervenção quando são severamente agredidas. Todavia, o problema é mais complexo, uma vez que severidade e freqüência da violência explicam somente parte da variância no comportamento das esposas agredidas.

Um segundo fator é quanta violência a esposa experimentou quando criança. Quanto mais foi espancada pelos pais, mais inclinada é para permanecer com o marido abusivo. Parece que a vitimação quando criança aumenta a tolerância da esposa para com a violência quando adulta.

Por último, fatores educacionais e ocupacionais estão associados à permanência com o marido abusivo. As esposas que não procuram intervenção têm menor probabilidade de haver completado o ensino médio e de estar desempregadas. Conclui-se que quanto menos recursos, menos poder e mais “presas” as mulheres estiverem ao matrimônio, mais sofrem nas mãos de seu marido sem pedir ajuda de fora da família.

Embora Gelles (1976) tenha apresentado alguns fatores que parcialmente explicam porque mulheres que sofrem abuso permanecem com seus maridos, não foi proporcionada uma resposta completa à questão levantada. A razão disto é que os fatores que influenciam as reações de uma esposa agredida são tremendamente complexos. Não se trata simplesmente da frequência ou da severidade com que uma esposa é agredida, nem do nível de escolaridade ou renda que tenha.

Algumas teorias tentam explicar as razões pelas quais uma mulher se mantém em uma relação violenta.

Strube (1988 apud ECHEBURÚA, 1998), analisa a situação baseada em três modelos teóricos que buscam dar respostas a esse fenômeno: a Teoria dos Custos e Benefícios, a Teoria da Ação Racional e a Teoria da Dependência Psicológica.

A Teoria dos Custos e Benefícios se baseia no modelo de Thibaut e Kelly (1959), o qual sugere que a decisão de ficar em uma relação violenta depende de que o benefício total dessa decisão seja maior que o custo de permanecer na situação.

A Teoria da Dependência Psicológica assinala que uma mulher permanece em uma relação violenta por seu compromisso estabelecido através do matrimônio.

Strube (1988 apud ECHEBURÚA, 1998) sugere que uma mulher só sairá de uma relação violenta assim que comparar as conseqüências positivas com as negativas e depois que analisar as possibilidades de êxito percebidas, como através do apoio de seus entes queridos.

O modelo feminista, segundo Soares (1999), oferece duas soluções básicas para esse problema.

A primeira é de ordem social e diz respeito aos comportamentos-padrão das vítimas e às atitudes e recursos da comunidade.

Rangel (2004) afirma que, há que se levar em conta o processo histórico de opressão das mulheres. Da mesma forma, razões de ordem econômica agravam as condições da vida das mulheres diante da separação. No caso das mulheres de baixa renda, esta situação pode chegar a ser dramática. No entanto a dependência econômica, segundo a pesquisadora, é apenas uma das facetas da opressão feminina. Rangel (2004) reconhece que é fundamental descobrir os mecanismos psíquicos, sociais e econômicos que mantêm a submissão feminina, particularmente a submissão de mulheres em situação de violência, para que estas possam romper os laços de dependência que as mantêm oprimidas e comecem a tomar seus destinos em suas próprias mãos, num processo de empoderamento.

Bleichmar (s. d.) enfatiza que mulheres que superam a dependência econômica permanecem envolvidas em situação de violência. Como sinaliza, o referido autor, é preciso levar em conta a dependência e a função maternal que existe em toda relação amorosa. Homens, mulheres e crianças, necessitam ser ouvidos, compreendidos e reconhecidos. As mulheres fazem isso em relação aos filhos, e os homens esperam que elas façam o mesmo em relação a eles. Da mesma forma, as mulheres esperam a mesma atitude dos homens, entretanto, os estereótipos da masculinidade se opõem a esta necessidade mútua.

O trabalho realizado por Bleichmar (s.d.) indica que, não é difícil conceber que as mulheres ao ver uma relação ameaçada, sejam capazes de mantê-la a qualquer preço.

Trata-se de uma questão vital. Uma mulher é avaliada por sua capacidade de criação (maternagem), de desenvolvimento (criação e amor) e de cuidado (do casal, da família, dos doentes) do outro. Tanto a identidade como a auto-estima feminina se constituem não em

torno do êxito pessoal, da execução de uma obra ou empresa, mas se constituem e se matam através de relações interpessoais. (BLEICHMAR, s.d., p. 49).

Para Puget (1990 apud RANGEL, 2004) a violência destrói vínculos, mas também constrói laços, e dessa forma acaba se tornando necessária, da mesma forma que a bebida o é para o alcoólatra.

Assim, as explicações delineadas por Bleichmar (s.d.); Puget (1990 apud RANGEL, 2004), procuram explicar, as razões pelas quais ainda que um relacionamento íntimo seja violento, ele pode permanecer por décadas.

Segundo Bleichmar (s.d.) o que mantém a mulher nessa condição de violência, e a faz preferir manter uma relação mesmo que violenta a perdê-la é sua identidade feminina. Em suas investigações Bleichmar (s.d.), sugere que a mulher ao romper uma relação sente que falha enquanto pessoa e entra em depressão. Dessa forma, “[...], não apenas se separa e perde um vínculo, mas também se desequilibra, se desorganiza e se desvaloriza completamente porque está falhando enquanto pessoa” (BLEICHMAR, s.d., p.50).

De acordo com essa ótica, as mulheres se valorizam em função dos sacrifícios que são capazes de fazer pelos outros, e não por si mesmas, dado a inserção de valores patriarcais em sua subjetividade.

A segunda solução oferecida pela perspectiva feminista se refere a uma patologia desenvolvida como reação a experiências traumáticas repetidas e, nos casos de violência conjugal, seria produzida pela própria relação abusiva: trata-se da “Síndrome de Estresse Pós-Traumático”.

Segundo os critérios do DSM-III-R (MANUAL de diagnóstico e estatística de distúrbios mentais, 1989) a “síndrome de estresse pós-traumático” engloba os seguintes critérios: 1) presença de um fator de estresse capaz de causar uma resposta traumática; 2) sintomas que prevalecem por mais de mês; 3) mudanças mensuráveis na memória e na cognição; 4) pelo

menos três sintomas mensuráveis de evitação; 5) pelo menos três sintomas mensuráveis de excitação (WALKER, 1993). Essas síndromes e desordens vêm freqüentemente acompanhadas do que se chamou de desamparo aprendido.

Seligman (1967 apud HUNZIKER, 1982), levou a teoria do condicionamento de Pavlov um passo à frente e desenvolveu a Teoria do Desamparo Aprendido, de acordo com a qual os maus-tratos intermitentes, durante um período de tempo tornam o indivíduo incapaz de fazer valer a sua vontade e, como resultado, submetem-se à vontade do controlador.

Esta teoria foi utilizada para analisar o comportamento das mulheres vítimas de abuso por Walker (1979).

Desamparo aprendido explica a perda da habilidade de prever resultados contingentes depois da exposição a repetidas e variáveis aleatórias de estímulos aversivos inevitáveis. Este modelo ajuda no entendimento das mudanças psicológicas em mulheres espancadas que parcialmente contam para sua permanência em relacionamentos abusivos.

Walker (1984) mediu, se os padrões aleatórios e variáveis de tratamentos de espancamento e amor administrado a mulheres espancadas por seus agressores não teriam tido um impacto psicológico similar para as cuidadosamente medidas variáveis aleatórias de estímulos aversivos administradas aos sujeitos nos laboratórios de Seligman (WALKER, 1984). Para a referida pesquisadora, isto poderia explicar a aparente perda de fé das mulheres espancadas em sua própria habilidade de prever se seus parceiros podem parar com a violência. Como aqueles nos experimentos de Seligman, mulheres espancadas parecem perder sua habilidade de escapar. No entanto, como nos animais de laboratório e nos sujeitos humanos, elas se adaptam às situações aversivas e aumentam sua habilidade de lidar com estímulos aversivos e minimizar sua dor.

A análise de Walker sugeriu que a mulher presa a um padrão de abuso, embora a princípio tenha tentado controlar o abuso do parceiro, com o tempo, ela percebia que nada do

que fizesse alteraria o relacionamento ou a libertaria. Anos depois, Walker (1993) reafirmou esta posição, e acrescentou que há mais do que desamparo aprendido na submissão de uma mulher vítima de abusos. Para a autora, mulheres submetidas cronicamente ao abuso físico e psicológico, sofrem mudanças na percepção de suas possibilidades objetivas, e perdem a capacidade plena de reagir e as esperanças de escapar das mãos do agressor.

Distorções cognitivas, tais como a minimização, *negação*, e dissociação, ou *divisão* da mente e do corpo particularmente durante épocas ruins, parecem ajudar as mulheres espancadas (e de fato ajudam, a maioria das vítimas de abusos e traumas) a enfrentar a gravidade dos incidentes. Frequentemente este comportamento é mal interpretado como passividade, quando, de fato, mulheres espancadas têm gamas de habilidades de confronto altamente desenvolvidas de aumentar a probabilidade de sobrevivência. Quando é percebido que aquelas habilidades de confronto não mais irão protegê-las ou à suas crianças, as mulheres espancadas usualmente tentam escapar, algumas vezes com a percepção de ter que matar o agressor para conseguir fazê-lo. Para Walker (1984), as percepções de mulheres espancadas de que a violência alcançou o estágio de escolha de vida ou morte, são frequentemente bem precisas.

No decorrer desse processo, a mulher introjeta a nulificação que o parceiro tenta lhe impor e, acaba desenvolvendo, em relação a ele, um sentimento de gratidão e reconhecimento.

Assim, uma variante da desesperança aprendida, também aproximada à violência doméstica na literatura feminista, é a chamada “Síndrome de Estocolmo”, segundo a qual prisioneiros ou reféns recebendo tratamento sub-humano, temendo permanentemente por suas vidas e seguranças, e vivendo em absoluto isolamento, tendem a desenvolver mecanismos de identificação e de submissão voluntária aos seus algozes (SOARES, 1999).

O conceito de desamparo aprendido aplicado às vítimas de violência doméstica foi contestado por pesquisas que sugeriam que as mulheres vitimizadas não reproduziam

eternamente um comportamento passivo, mas tendiam, crescentemente, a procurar ajuda, à medida que a violência se tornava mais freqüente e intensa (GONDOLF, 1988).

Até mesmo algumas feministas criticaram o modelo de desamparo aprendido, por considerar perigosa qualquer forma de “patologização” da mulher submetida à violência – mesmo que essa patologização se dê a posteriori.

Não há uma resposta simples a esta questão, mas há um corpo crescente de informações a respeito. De acordo com Walker (1994) algumas das barreiras mais comuns que impedem as mulheres de sair e/ou buscar ajuda são as seguintes:

a) Medo de Retribuição:

Em casos de extrema violência, a mulher espancada pode ficar para manter as crianças, ou porque teme o risco de violência maior se tentar fugir do relacionamento. Infelizmente, esse medo é totalmente justificado. Dados indicam que o período mais perigoso para uma mulher que sofre agressão é durante os dois primeiros anos após ter ido embora (BROWNE; WILLIAMS, 1989). De acordo com a Investigação Nacional do Crime realizada em 1994 pelo Departamento de Justiça dos E.U.A., 70% dos incidentes relatados de espancamento ocorrem após a separação. De acordo com Hart do *National Coalition Against Domestic Violence* (1988, apud Walker, 1994), mulheres que abandonam seus agressores têm um risco 75% maior de serem assassinadas por eles do que aquelas que permanecem.

b) Mecanismos de Resistência:

Minimização. Um sinal de que a mulher pode estar minimizando o abuso é quando diz coisas como “poderia ter sido pior”. Mesmo que a afirmativa seja objetivamente verdadeira, não significa que não estava em perigo.

Negação. Sendo uma solução de resistência mais extrema, a negação é um modo de defender-se de um conhecimento que seria muito doloroso de admitir. A negação pode também ocorrer quando o reconhecimento da verdade pode acarretar uma revolta para a qual

a mulher não está preparada, ou quando duas emoções conflitantes, tais como amar e ter medo do agressor, não podem ser conciliadas. Mulheres que sofrem agressão e outras vítimas de trauma frequentemente oscilam entre os estados de negação e de reconhecimento.

Repressão. No caso da repressão, a lembrança de um evento doloroso é eliminada da consciência.

Dissociação. Refere-se a uma alteração da consciência ou a uma ruptura da personalidade tal, que eventos que envolvem a pessoa podem ser excluídos do estado de consciência. Por exemplo, uma mulher que sofre agressão pode não vivenciar a dor de um espancamento no momento em que este ocorre. Ou pode, num outro momento, recontar histórias horríveis sobre o que ela tem sofrido como se estivesse descrevendo algo que assistiu na TV ou que aconteceu com outra pessoa. A dissociação é comumente descrita como uma ruptura do corpo com a mente.

c) Vergonha, Culpa, ou Falta de Confiança:

Mulheres que são espancadas geralmente apresentam desculpas para o agressor, refletindo sua crença de que são de alguma forma responsáveis ou culpadas pela violência.

Muitas acreditam que são as únicas a sofrer abusos, que são fracassadas, ou que não merecem ajuda.

d) Confusão ou Disfunção Cognitiva:

Confusão Cognitiva. As tentativas para conciliar as intenções não abusivas do agressor com a própria experiência da mulher do acontecido podem levar a uma confusão sobre o que é verdadeiro.

Disfunção Cognitiva. A diminuição da atenção e da concentração pode levar a déficits na habilidade para processar a informação que pode, em consequência, levar a uma incapacidade de ter atitudes realistas. Em casos de danos neurológicos, mulheres que apanham

podem também exibir tipos mais extremos de déficits na habilidade para processar informação, tal como a perda total da memória de fatos recentes.

e) Medo de Perder o Controle.

Devido à maneira pela qual as memórias são armazenadas, o ato de pensar a respeito do abuso ou de contar o que aconteceu pode fazer com que o fato seja revivido, repleto de sentimentos de terror, confusão ou dor que acompanharam o evento real.

f) Medo de Não Ser Levada a Sério ou de que o Abuso seja Trivializado.

Medo de não ser acreditada ou ter seus sentimentos com relação à importância dos eventos diminuídos. Por ignorância ou medo de tornarem-se vítimas, os ouvintes freqüentemente minimizam os relatos de mulheres agredidas.

g) Medo de que a Culpem pelo Abuso.

A tendência da vítima de culpar-se – uma atribuição que ajuda a reter a ilusão de controle sobre o futuro – é comumente reforçada não somente pelo perpetrador, que tem um interesse velado em que a mulher (a) não o abandone, ou (b) não mova uma ação legal contra ele, mas também pela sociedade em geral, e muito freqüentemente pelos terapeutas. Segundo Walker (1994), para se defender de seus próprios medos de represália ou de vitimização – ou do agressor ou de si mesma, a mulher agredida pode virar-se contra o terapeuta como uma forma de apaziguar o agressor enfurecido – os terapeutas podem minimizar o perigo à mulher.

Mulheres espancadas freqüentemente descrevem os agressores como tendo uma personalidade Dr. Jekyll / Sr. Hyde. Uma mulher espancada acredita que se de alguma forma ela encontrar a forma certa de ajudar seu homem, com quem ela tem um forte laço de amor, então a parte má dele desaparecerá. Esta crença é freqüentemente reforçada pelos “ajudantes” maus informados. Uma mulher espancada pode tentar elucidar os “lados bons” do homem, que é freqüente o único lado que ela observa durante uma relativamente curta, mas

emocionalmente intensa fase de flerte. Obviamente, isto não acontece; ao invés, “o bom lado” se encolhe na medida em que o comportamento abusivo aumenta em frequência e severidade.

Em razão a isso, a mulher geralmente tem sentimentos confusos a respeito do agressor. Ela pode amar o “bom” parceiro, e temer o “abusivo”. Qualificá-lo como abusivo pode fazê-la sentir que deve escolher um lado.

Desta forma, fica claro, que as mulheres que sofrem abuso são as primeiras a minimizar o perigo e não a superestimá-lo.

A mulher vítima de abuso, que permanece lá não o faz porque deseja, mas porque se sente incapaz de ir embora. Permanece a questão porque uma mulher fica por décadas ou anos em uma relação violenta.

Este cenário nos auxilia a pensar que embora exista pouca concordância quanto às causas das dificuldades da mulher romper com o ciclo da violência e quanto à melhor maneira de controlá-la, existe concordância de que este é um tema de considerável magnitude, uma vez que vários pesquisadores tentam desvendá-lo.

Diante disto, a investigação sobre as percepções das causas que levam um contingente enorme de mulheres a permanecer em situações de violência conjugal poderá trazer novas luzes a este problema. Nesta perspectiva, uma das vertentes teóricas em Psicologia Social que teve significativo desenvolvimento a partir da segunda metade do século XX e que continua gerando grande número de pesquisas é a Atribuição de causalidade. Baseando-se nesta orientação, o próximo capítulo trará o desenvolvimento desse conceito, o modelo integrativo de investigação de Weiner, e estudos de atribuição no campo da violência conjugal.

CAPÍTULO 3

ATRIBUIÇÃO DE CAUSALIDADE

A atribuição de causalidade, isto é, a busca de explicações a cerca do porquê das ocorrências, seria elemento poderoso para que o ser humano pudesse compreender e controlar seu comportamento, o comportamento do seu semelhante e seu próprio mundo. (DELA COLETA, 1982, p.5).

3.1 Teoria da Atribuição de Causalidade e Percepção

A abordagem da temática da percepção das pessoas, especificamente pela forma como elas explicam o seu comportamento e o dos outros, através do processo de imputação de causalidade tem origens no trabalho pioneiro de Heider (1970).

A sua emergência como domínio de investigação, os seus desenvolvimentos nos anos 70 e as suas recentes extensões para o campo da cognição social influenciaram muitos outros domínios de investigação, como por exemplo, a Psicologia do Desenvolvimento nos trabalhos de Frieze (1981); a Psicologia Educacional, com os trabalhos de Weiner (1986); a Psicologia Judicial, através dos trabalhos de Lloyd-Bostock (1979).

Heider (1970) foi dos primeiros investigadores a defender a idéia de que o equilíbrio cognitivo depende em grande parte dos processos intelectuais, inscrevendo-se assim na corrente cognitivista da Psicologia Social.

Heider (1970) centra a sua análise em dois aspectos: a) a forma como os indivíduos ajustam internamente as suas cognições de forma a estar em equilíbrio consigo próprios, e, b) os ajustamentos que fazem ao meio social em que se inserem.

Esse autor sustenta que muitos dos princípios subjacentes à percepção dos objetos sociais, isto é, das pessoas, tem paralelo na percepção de objetos não sociais. Quem percebe procura regularidades subjacentes aos fenômenos de forma a torná-los previsíveis e controláveis, ainda que no domínio dos objetos sociais, o resultado seja imperfeito.

Vale dizer que no processo perceptivo, os aspectos principais da configuração da estimulação são representados cognitivamente e sujeitos a uma interpretação. A interpretação, preferencialmente busca por estados de harmonia ou equilíbrio. Dessa forma, as situações que se caracterizam pela semelhança com as cognições são equilibradas. Por outro lado, quando existe conflito entre a situação e a cognição, por exemplo, quando A tem um comportamento negativo e o percebedor gostar de A, aquele que percebe reavaliará toda a configuração da estimulação de forma a torná-la consonante às suas cognições.

Segundo Heider (1970), a imputação de causalidade é fundamental neste trabalho cognitivo. Quem percebe, procura as razões que motivam o comportamento ou um determinado efeito social, questiona-se sobre as capacidades pessoais e intenções do agente, o contexto específico em que a ação se desenrolou, a desejabilidade social e os desejos pessoais do agente.

Dessa forma, o processo de atribuição calca-se na busca de propriedades disposicionais que possam explicar a ocorrência do evento, ou seja, na existência de fatores pessoais e ambientais mais invariáveis, isto é, que não mudam, e quando mudam seguem leis macroscopicamente visíveis (DELA COLETA, 1982).

Heider (1970) esclarece que o processo de análise das causas de um evento depende de dois conjuntos de condições, isto é, de uma combinação de forças pessoais e de forças ambientais.

Os fatos que tem origem na força pessoal, ou seja, os fatos em que a pessoa percebida causa um acontecimento intencionalmente, classificada como Causalidade Pessoal, são

analisados através de dois fatores: fator poder e fator motivacional. Heider (1970) sugere que o fator poder seja representado por *capacidade*, embora existam outras características – como, por exemplo, o temperamento – que influem no poder, a capacidade (ser capaz) é aceita como a mais importante. Por outro lado, o fator motivacional (tentar) diz respeito “*àquilo que a pessoa tenta fazer (sua intenção) e à intensidade com que tenta fazê-lo (esforço)*” (HEIDER, 1970, p.100). Assim, na causalidade pessoal a causa dos fatos se localiza na pessoa.

O modelo teórico de Heider postula a existência de uma relação entre a capacidade (*p* é capaz de causar *x* – indicando a possibilidade de uma ação) e intenção e esforço (*p* tenta causar *x* – indicando o que *p* tenta fazer e até que ponto o faz, ou seja, indicando respectivamente a direção e a intensidade da motivação). As duas forças dos fatores pessoais, são necessárias à ação e, portanto devem estar presentes, caso uma delas seja nula, a ação será explicada pelas forças ambientais.

Por outro lado, os acontecimentos estimulados pelas forças efetivas ambiental, classificadas como Causalidade Impessoal, tem sua origem fora da pessoa percebida e abrange

os acontecimentos concretos causados pelo ambiente e que a pessoa deve enfrentar – por exemplo, aquilo que a outra pessoa lhe faz, os golpes de felicidade ou infelicidade, etc.. Deve ficar claro que os acontecimentos que tem sua origem fora da pessoa incluem os provocados por outra pessoa, bem como os que decorrem do ambiente inanimado. (HEIDER, 1970, p. 188).

Neste caso os acontecimentos são heterônomos, “governados de fora”, induzidos pelo campo, e neste sentido, opostos aos autônomos, que tem sua origem na pessoa. Esse fator pode ser representado pelo contraste entre ação pessoal *versus* o que acontece à pessoa: empurrar ou ser empurrado, ser o malho ou bigorna. Neste caso, quem percebe raciocina em termos dos **fatos provocados por outra pessoa** (elogiar, ajudar, ensinar, proteger e estimular, por exemplo, são consideradas de forma geral como ações valiosas e benéficas, enquanto que

insultar, menosprezar, causar embaraço, impedir, servir de obstáculo, ferir, condenar, são casos típicos de maus-tratos), do **grau da dificuldade da tarefa** e das circunstâncias do momento, ou seja, **oportunidade** e **sorte**, sendo estes últimos os fatores mais variáveis do ambiente, do **ambiente inanimado** (barreiras, por exemplo), e da pressão potencial (promessas de benefícios, ameaça de maus tratos).

Neste sentido, o percebedor faz uma avaliação quando atribui o resultado da ação principalmente à pessoa, principalmente ao ambiente ou à conjunção das duas coisas.

O modelo teórico de Heider designa como causalidade pessoal a ação intencional. No entanto essa não é a única característica. Pode-se caracterizar a causalidade pessoal *“pela equifinalidade, pela invariabilidade dos fins, das metas, e pela variabilidade dos meios utilizados para alcançá-las, onde a intenção do sujeito é o fator central e o esforço do indivíduo pertence ao núcleo de causalidade pessoal, recebendo a capacidade uma importância secundária atuando mais na periferia do fenômeno”* (DELA COLETA, 1982, p.9).

Nesse sentido fala-se em uma causa local, o que implica dizer que a pessoa com intenção muda os meios para atingir o efeito específico ou um fim invariável. A causa local de um acontecimento é a pessoa. A essência da causalidade pessoal caracteriza-se por equifinalidade e causalidade local.

De outro lado, na causalidade impessoal, os efeitos produzidos são diferentes, ou seja, num acontecimento impessoal, não existe causalidade local, nem equifinalidade (excluindo o caso especial de equifinalidade nos sistemas físicos) isto é, não existe a convergência de diferentes meios pelos quais o mesmo objetivo pode ser alcançado. Na causalidade impessoal, *“diferentes condições ambientais conduzirão a uma grande amplitude de efeitos”* (HEIDER, 1970, p.121).

Diferente de como ocorre na causalidade impessoal, na causalidade pessoal, uma fonte externa à situação não pode alterar, de maneira simples, o resultado. Outra pessoa só poderá influenciar o resultado final através da alteração da intenção do agente, ou através da criação de uma circunstância que torne impossível para o agente, a criação do resultado. Nas palavras de Heider, "*A causalidade pessoal caracteriza o 'tentar' e é esse fato que dá grande peso às nossas interpretações de ações e ao que fazemos para influenciar as ações dos outros*" (HEIDER, 1970, p.128).

Para Heider (1970) "*Acima de tudo, é o objetivo de uma ação, sua origem na intenção da pessoa, que determina freqüentemente, o que uma pessoa faz realmente, ou o que está acontecendo*" (HEIDER, 1970, p.137)

Desta forma, a intenção é o fator central na causalidade pessoal, e isto significa que "*[] as pessoas são consideradas responsáveis por suas intenções e esforços, mas não por suas capacidades*" (HEIDER, 1970, p.132). A responsabilidade pessoal varia com a relativa contribuição de fatores originados na força ambiental e pessoal. A pessoa que percebe procura identificar, qual entre as várias condições da ação recebe maior peso, a força pessoal ou a força ambiental. Assim, a questão da responsabilidade inclui a atribuição da ação.

Além das intenções da pessoa, dos fatores de poder pessoal ou das forças ambientais (atribuição da ação), outras indicações que se referem menos à estrutura da ação, revelam intenções, dado que as intenções também podem ser, por exemplo, inferidas do conhecimento que se tem a respeito da pessoa, seu caráter, seus motivos usuais, seus desejos, suas necessidades e suas emoções.

O referido pesquisador esclarece que a atribuição de uma ação a uma determinada intenção pode estar condicionada pelas necessidades do percebedor. Nesse sentido, expectativas, necessidades, desejos, afetos e emoções, determinam a atribuição, o que pode levar a uma ausência de correlação entre os dados da situação e a atribuição. Pode-se, por

exemplo, pensar erroneamente que outra pessoa pretende fazer alguma coisa, apenas porque se deseja que isso aconteça. Nesses casos o percebedor seleciona o que é importante para ele, e não o que na realidade orientou as ações do agente. Tal “*Como as idéias da pessoa quanto ao ‘que deve ser’ e ao ‘que gostaria que fosse’, bem como quanto ‘ao que é’ a atribuição e a cognição são influenciadas por simples forças subjetivas de necessidades e desejos [...]*” (HEIDER, 1970, P. 141).

Nas relações interpessoais, os acontecimentos psicológicos são representados em cada um dos participantes. A esse respeito o autor enfatiza que:

Quando A observa o comportamento de B, ‘lê’ esse comportamento através de entidades psicológicas (e suas reações, como são orientadas por seus sentimentos expectativas e emoções, só podem ser entendidas em função de conceitos psicológicos). A, através de processos psicológicos em si mesmo, percebe esses processos em B. [...]. Evidentemente, essa análise dos processos separados existentes na percepção de outra pessoa ignora a usual interação entre p e o, e na qual as percepções que p tem de o são constantemente modificadas por aquilo que p acredita serem as percepções que o tem dele, bem como por outras questões. (HEIDER, 1970, P. 47-48).

Portanto, a percepção de pessoa não é uma via de mão única como a percepção das coisas, na percepção de pessoa existe uma reciprocidade de perspectivas.

Heider (1970) explica que uma pessoa não apenas reage ao que a outra pessoa faz, mas de forma geral reage ao que pensa que a outra percebe, sente e pensa. Por essa razão, o que geralmente determina os aspectos essenciais da relação é a suposição daquilo que ocorre no interior do outro, isto é, as idéias que se tem a respeito das condições e das percepções da outra pessoa constituem a base de nossas cognições e ações em um relacionamento interpessoal.

De acordo com a posição de Heider (1970), deve-se esperar uma correspondência entre a percepção e o objeto distal, isto é, as coisas precisam ser percebidas com suas propriedades

invariantes. Entretanto, o percepto busca reduzir elementos que causam tensão, bem como promover o equilíbrio interno. Dessa forma, a elaboração da imagem é mediada por variáveis intervenientes, que se pode dizer, consistem em um sistema particular de conceitos e esquemas interligados de forma complexa, e não apenas pelos estímulos proximais.

A explicação do outro, de si mesmo ou da situação pode ser resultado de distorções, erros e diferentes formas de perceber, determinados por algumas variáveis do ambiente e do próprio percebido, que dificultam a cognição.

Fontes comuns de erro se encontram na *inclusão deformadora* como, por exemplo, na ilusão de ótica que provoca julgamentos incorretos de comprimento de linhas, e na percepção social através do efeito halo resultado da sugestão de glória e prestígio que promove a tendência para associar o valor de um comportamento a simpatia ou antipatia pelo ator tais como: um ato é bom quando realizado por um amigo, é mau quando realizado por alguém que não gostamos ou do impacto das primeiras impressões negativas nas interações subsequentes.

Também nas relações interpessoais a percepção pode ser dificultada quando a situação significativa é parcial ou totalmente ignorada; quando existe a falsa idéia da constância da personalidade ou das motivações que persistem por trás da variabilidade comportamental; quando a situação é percebida egocentricamente, ou seja, quando a situação do outro é implicitamente suposta como igual a do percebido; quando as propriedades de uma pessoa são mediadas por aquilo que outras pessoas dizem ou escrevem sobre elas, através de boatos; quando se forma uma idéia da pessoa a partir daquilo que ela tem, desconhecendo as razões que determinaram a propriedade das coisas em questão; e devido à tendência para integrar novos dados comportamentais em falsas crenças. Tudo isso permite ao percebido perpetuar a crença de controle que se ajusta à sua necessidade de equilíbrio, bem como interferem conseqüentemente nas interpretações ou explicações dadas ao próprio comportamento ou ao comportamento do outro.

Existe ainda a questão de que o processo perceptivo permite abordagens idiossincráticas do mundo, devido a estilos pessoais de perceber. Pode-se destacar alguns estilos perceptuais individuais através de alguns conceitos, por exemplo: niveladores *versus* acentuadores, autoritários *versus* não autoritários, otimista *versus* pessimista. Essa forma pessoal de perceber, por sua vez, também provoca a interpretação dos eventos.

Portanto, a percepção constitui a base para a elaboração das interpretações, e têm fundamental importância tanto na determinação da ação do percebido, quanto naquilo que ocorre para ele mesmo.

É necessário ressaltar que de forma geral a interpretação dos eventos se ajustam à imagem que a pessoa faz de si mesma, dos outros e do ambiente, e em razão a isso, nem sempre elas se ajustam à realidade objetiva. Entretanto à vezes a situação é tão inflexível que o percebido tem pouca possibilidade de não reconhecê-la. Nesta situação, quem percebe, procura mudar o *ser capaz* e o *tentar*, tentando eliminar uma delas, com o objetivo de impedir uma ação indesejável. Nas palavras de Heider (1970):

Especificamente, se o é capaz de fazer x, p precisa fazer com que 'o não deseje fazer x', a fim de que possa impedir x, ou, pelo menos, p precisa impedir que o desejo se torne ativado como uma força na direção de x. Ou, se p sabe que o deseja x, p precisa tomar cuidado para impedir que o seja capaz de provocar x. (HEIDER, 1970, p. 141-142).

Heider (1970) afirma que são duas as condições para as possibilidades de *p* ser maltratado: quando “*o* é capaz de maltratar *p*” e quando “*o* tenta maltratar *p*”. Se *p* puder afastar uma delas estará seguro.

Importa explicar que as relações significativas podem ser representadas em uma dimensão de graus de gostar, e graus do poder de “*o*”, conforme quadro 4.

	<i>O</i> é capaz	<i>O</i> não é capaz
<i>O</i> gosta de <i>p</i>	++	+
<i>O</i> não gosta de <i>p</i>	--	-

QUADRO 4 – Dimensões de grau de gostar, e graus de poder de *o*.

FONTE: HEIDER, 1970, p.142

Na situação em que “*o*” tem grande poder para fazer algo positivo ou negativo, mas sua atitude é menos positiva em relação a “*p*” (canto inferior esquerdo), surgirão forças para provocar o afastamento “*o* não gosta de *p*”, isto é, *p* desejará que *o* goste mais dele e pode aproximar-se de *o* para conseguir isso. No caso em que as evidências mostram que *o* não gosta de *p*, a força será na direção de que *o* não seja capaz de maltratar *p*, ou para reduzir o poder de *o*, *p* poderá ainda tentar lançar-se contra *o*, (canto inferior direito).

Os princípios que orientam os esforços de *p* se focalizam no “ser capaz” ou nas condições de motivação, isto é, no tentar (intenção e esforço).

Assim, tal como em outros fenômenos psicológicos – como percepções e ações – a atribuição aparece no caso de motivos e afetos.

Considerando-se que a atribuição causal e a significação afetiva de um acontecimento exercem entre si influência mútua e são interdependentes, decorre-se que “*a significação afetiva do acontecimento influi nitidamente em sua determinação causal*” (HEIDER, 1970, p. 195). Neste sentido, a pessoa escolhe entre as possíveis causas subjacentes, que pertencem ao nível das atitudes e traços relativamente invariáveis, a que melhor se ajusta às idéias e desejos que tem tanto a seu respeito quanto a respeito das outras pessoas. Assim, as atitudes em relação ao eu também exercem influência fundamental para as interpretações das ações de outras pessoas.

Na interação entre atribuição causal e sentido afetivo, a pessoa procura incluir fatores que considera significativos de forma a elaborar uma atribuição aceitável. São dois os fatores que determinam a escolha da atribuição aceitável. O primeiro refere-se à significação afetiva do

acontecimento. A pessoa encontra uma razão que se ajuste aos desejos e necessidades de seu espaço de vida, isto é, procura uma razão que seja pessoalmente aceitável. . Em segundo lugar o que é escolhido como aceitável precisa também se ajustar às expectativas cognitivas, e devem, portanto atender às exigências derivadas da razão a respeito de ligações entre motivos atitudes, comportamento, etc. De acordo com Heider (1970, p. 197), "*O segundo fator é o da 'racionalidade' em qualquer 'racionalização'*".

Desse modo, o que influi nas ações da pessoa é aquilo que ela considera ser verdade, uma vez que a realidade só tem significação psicológica de forma indireta.

Em síntese, a teoria de Heider traz, para a psicologia científica, a maneira pela qual o ser humano lida com os problemas de relações interpessoais.

As explicações que as pessoas oferecem para as causas de seus próprios comportamentos ou do comportamento dos outros, denominado atribuição causal, é segundo Heider (1970) construído no processo de percepção interpessoal. Assim, ao mesmo tempo em que a atribuição sofre a influência do processo perceptivo, ela determina a direção das relações interpessoais.

Seu estudo mostra que as pessoas tendem a utilizar causas internas (disposicionais, próprias do indivíduo) ou externas (situacionais, conforme as circunstâncias físicas ou sociais) para explicar os acontecimentos com os quais se confrontam em seu dia a dia.

Assim, o julgamento de uma situação, de suas perspectivas de desenvolvimento futuro, e da conseqüente ação do percebido, pode depender do fato de ser feita uma atribuição causal pessoal ou impessoal. A atribuição revela o tipo de pessoa que se acredita que o outro seja, como também determinará a aproximação ou o afastamento do outro. Para Heider (1970, p.330) "*[...] tem muita importância para a interpretação do mundo social, a separação entre fatores localizados nas pessoas e os que têm sua origem no ambiente das pessoas*".

Muitas das idéias em matéria de atribuição sistematizadas por Heider foram posteriormente desenvolvidas. Perdeu-se, no entanto, a articulação com o princípio do equilíbrio. No âmbito de uma teoria geral dos processos de atribuição, Jones e Davis (1965, apud RODRIGUES 1981); Kelley (1973) foram os investigadores que mais marcaram esse campo da Psicologia Social.

Jones e Davis (1965, apud RODRIGUES 1981), se detiveram no estudo dos mecanismos através dos quais um observador realiza atribuições internas (disposições pessoais) para as ações de determinados atores, enquanto o modelo de covariação de Kelley (1967, apud VALA; MONTEIRO, 1996), procurou analisar como os indivíduos processam as informações disponíveis no mundo social e as combinam para chegar às causas dos eventos.

Segundo Kelley (1967, apud MALUF, 1994) os conceitos atribucionais foram desenvolvidos em muitas áreas da Psicologia Social por pesquisadores que analisaram diferentes fenômenos em várias direções teóricas. Em razão a isso, conforme Kelley (1978, apud MALUF, 1994), é mais indicado falar em teorias de base atribucional nos vários campos, ou então, é necessário

[...] que se faça a distinção entre 'teoria da atribuição' (a teoria sobre dados, regras, inferências, a parte cognitivo-inferencial do processo) e 'teorias atribucionais' (que admitem conceitos atribucionais e especificam suas implicações nos vários domínios sócio-psicológicos). (KELLEY, 1978 apud MALUF, 1994, p.40).

Finalizando, a teoria da atribuição está interessada em como os indivíduos interpretam eventos, no âmbito da análise ingênua, e como isto se relaciona a seu pensamento e comportamento, supõe que as pessoas tentam determinar porque as pessoas fazem o que fazem, isto é atribuem causas ao comportamento.

Para os nossos propósitos, tão fundamental quanto conhecer a teoria da atribuição é verificar as dimensões causais propostas por Weiner, e como essas dimensões afetarão as reações emocionais e conflitos interpessoais, que serão tratados nos próximos tópicos.

3.2 Atribuição de causalidade e reações emocionais

A constante busca de explicações causais por parte do ser humano dirige-se a diferentes eventos vivenciados por ele. Dentre estes, observa-se a necessidade das pessoas em saber porque alguém por quem se interessam, ou se dedicam, não lhe correspondem a atenção e o afeto, ou porque obtiveram fracasso ou sucesso na realização de uma tarefa (DELA COLETA; GODOY, 1986)

Weiner (1972), tendo como referência o trabalho de Heider (1970), desenvolveu um modelo de atribuição aplicado ao ultimo aspecto acima citado, ou seja, à busca de explicações para o sucesso e o fracasso no desempenho de tarefas. De acordo com o autor, as explicações causais para situações dessa natureza se enquadram freqüentemente em quatro categorias básicas: capacidade, esforço, sorte e dificuldade da tarefa (WEINER et al., 1972). Estas categorias resultariam da combinação de duas dimensões: *locus da causa* (interno ou externo) e *estabilidade da causa* (estável ou instável). Posteriormente, Weiner (1979) classificou essas explicações causais em três dimensões distintas. São elas:

a) *Locus da causa*, que se refere à localização da causa no próprio indivíduo (interna) ou na situação (externa). Às causas internas são freqüentemente associados o esforço, a capacidade e o estado de ânimo, enquanto ajuda de outras pessoas, dificuldade de tarefa e acaso estão associadas às causas externas;

b) *Estabilidade*, que diz respeito à natureza temporal da causa, isto é, ao fato de ela perdurar no tempo (estável) ou não (instável). Esforço estável, capacidade, dificuldade da tarefa e ajuda estável estão relacionadas a fatores estáveis, enquanto esforço instável, estado de ânimo, ajuda instável e acaso relacionam-se a fatores instáveis;

c) *Controlabilidade*, que se associa à influência volitiva que pode (controlável) ou não (incontrolável) ser exercida sobre a causa. A esse grupo são freqüentemente associados esforços estáveis, esforço instáveis e ajuda como sendo controláveis, enquanto acaso, capacidade e ânimo como incontroláveis.

Dessa forma, a habilidade constitui uma causa interna, estável e incontrolável; o esforço, uma causa interna, instável e controlável; o acaso, uma causa externa, instável e incontrolável e a dificuldade da tarefa, uma causa externa, estável e incontrolável.

Weiner (1995) postula que nem todas as pessoas sentem a mesma emoção quando expostas a uma mesma situação (HASTORF; SCHNEIDER ; POLEFKA, 1973, apud DELA COLETA; GODOY, 1986), o que mostra a importância dos aspectos cognitivos, bem como da atribuição de causalidade com relação às emoções. Assim, conforme Dela Coleta e Godoy (1986), diferentes atribuições a um mesmo evento são capazes de gerar variadas e até mesmo antagônicas reações emocionais.

Pesquisas sobre atribuição de causalidade e reações emocionais têm demonstrado que as conseqüências afetivas da obtenção de sucesso ou de fracasso na realização de uma tarefa variam em intensidade, conforme a importância do evento, a expectativa do sujeito em relação ao resultado e a atribuição causal que faz (WEINER, 1979).

As reações emocionais dos indivíduos variarão diante do sucesso ou fracasso na realização de uma tarefa, visto que são influenciadas, direta ou indiretamente, por fatores de sua história de vida (antecedentes) e pelas causas a que ele atribui o resultado, tomando-se em consideração as dimensões em que se enquadram tais causas, e que exercem influência sobre as expectativas e o comportamento futuro dos indivíduos (WEINER; RUSSELL; LERMAN, 1978).

3.3 Atribuição de causalidade e reações ao conflito interpessoal

O conflito humano é uma área de estudo onde a teoria da atribuição tem muitas implicações por serem as atribuições extremamente evidentes no conflito (SILLARS, 1981).

Diversos problemas ocorrem nos conflitos interpessoais devido às atribuições, tema que foi estudado inicialmente por teóricos da família (BATESON; JACKSON, 1964 apud SILLARS, 1981; WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 1967 apud SILLARS, 1981).

Esses autores usam o termo 'pontuação' para se referirem a exemplos em que duas pessoas têm diferentes percepções no que diz respeito a qual ato numa seqüência é estímulo e qual é resposta (i.e., quem está iniciando um conflito). A designação de causa e efeito é assumida pelos teóricos como arbitrária por causa da causalidade recíproca em interações interpessoais. Ainda assim, pessoas são freqüentemente cegas para a causalidade recíproca. Ambos os indivíduos de um par podem perceber suas ações como provocadas por ações anteriores de seu parceiro e, assim, demonstrar comportamentos que contribuem pra um ciclo destrutivo ou disfuncional. (SILLARS, 1981, p. 282).

Por quê os parceiros falham em perceber a causalidade mútua dos conflitos no relacionamento? Sillars (1981) sugere que as características da relação interpessoal criam confusão de informações. Numa situação onde as ações de uma pessoa são baseadas em atribuições à outra pessoa, as verdadeiras intenções e disposições desta serão difíceis de acessar porque suas próprias ações são, da mesma forma, baseadas nas atribuições feitas ao comportamento da primeira pessoa. Além disso, os principais envolvidos podem ter uma necessidade de simplificar suas estruturas cognitivas para reduzir a sobrecarga de informações e facilitar a ação.

Diferenças atribucionais ator-parceiro são provavelmente mais comuns e pronunciadas em conflitos interpessoais do que na maioria dos contextos sociais. Os sujeitos atores tendem a interpretar mal a intenção do parceiro, a superatribuir responsabilidade pelos conflitos ao parceiro, a superestimar a estabilidade dos conflitos. As atribuições estáveis estão implícitas na tendência de dar explicações negativas, estáveis para o comportamento do parceiro. As três dimensões de atribuições afetarão tipicamente a escolha da estratégia de resolução do conflito pelo indivíduo.

Atribuições de intenção foram definidas como um importante agente em conflitos (intencionalidade da causa). Os estudos nesta área demonstram que a cooperatividade de um indivíduo depende das intenções atribuídas ao parceiro ou oponente. Do mesmo modo, estratégias integrativas terão pouca utilidade se for esperado que o parceiro resista a propostas integrativas ou de compromissos e assim por diante. Desse modo, podemos supor que estratégias de conflito integrativo serão utilizadas principalmente quando é esperado que o parceiro coopere. (SILLARS, 1981).

O local percebido da causalidade ou responsabilidade pelo conflito (*locus da causa*) é um fator determinante primário de reações emocionais e avaliativas. A esse respeito, Sillars (1981, p. 286) sugere que *“estratégias integrativas de conflito são mais prováveis quando os conflitos são atribuídos à própria pessoa e estratégias distributivas são mais prováveis quando a responsabilidade é atribuída ao parceiro”*.

A atribuição de causalidade estável versus instável (estabilidade da causa) para o conflito afeta o incentivo à comunicação entre os principais envolvidos. Causas de conflito estáveis, tais como características da personalidade, são difíceis de mudar ou controlar. Conseqüentemente, se as pessoas atribuírem os conflitos a fatores como “conflito de personalidade” ou “total incompatibilidade”, haverá pouco incentivo para a comunicação. A passividade é, por conseguinte, uma estratégia plausível para lidar com o conflito. Assim,

estratégias de conflito integrativas são menos prováveis, enquanto as passivo-indiretas são mais prováveis quando os conflitos são atribuídos a fatores estáveis versus instáveis.

Os resultados de dois estudos de Sillars (1981) sobre conflitos entre companheiros de quarto numa universidade indicaram que os sujeitos atores tendem a superatribuir a responsabilidade pelo conflito ao parceiro ou adversário e a subestimar os efeitos do seu próprio comportamento. Em ambos os estudos, a culpa direcionada ao outro e a estabilidade percebida dos conflitos foram maiores quando a satisfação foi menor, os conflitos foram mais importantes e a frequência de conflitos entre companheiros de quarto foi maior.

Isso parece sugerir que grandes diferenças entre ator e parceiro são indicativas de relacionamentos em deterioração e inabilidade para lidar com conflitos.

A intensidade dos conflitos pode aumentar as discrepâncias atribucionais ator-parceiro pelas seguintes razões: (a) os conflitos mais importantes e intensos são mais uma ameaça à auto-estima e, dessa forma, deve aumentar a tendência ego-defensiva; (b) conflitos mais emocionais devem exagerar os efeitos evidentes do comportamento emocional; (c) a comunicação é tipicamente constrangida em conflitos mais emocionais e a comunicação que de fato ocorre pode ser usada para enganar ou coagir. Assim sendo, enquanto os conflitos se intensificam, as discrepâncias informacionais ator-parceiro são exageradas porque os participantes dividem menos informações e a informação que é compartilhada tenderá ao descrédito.

Sillars (1981) conclui que as atribuições e tendências atribucionais podem afetar o ajuste do relacionamento pela influência na maneira com que os indivíduos manipulam os conflitos. Grandes diferenças atribucionais ator-parceiro provavelmente reduzem a habilidade do par na condução de conflitos através de uma comunicação construtiva.

Outro modelo cognitivo para o estudo do conflito é apresentado por Brehm (1985). As várias conexões que existem entre a perda do controle, atribuições causais, e esforços para estabelecer o controle estão diagramados na Figura 1.

A respeito dos processos demonstrados na Figura 1, é possível perceber que, exceto pelas atribuições a fatores situacionais controláveis, nenhuma das outras atribuições (até aquelas direcionadas a outros fatores controláveis) estão fora de seus custos psicológicos. Quando o sujeito ator acredita que o parceiro é o culpado pelo conflito no relacionamento, provavelmente sentirá uma grande parcela de raiva. Particularmente, haverá sentimento de raiva se pensar que o parceiro poderia ter controlado seu comportamento, porém não o fez.

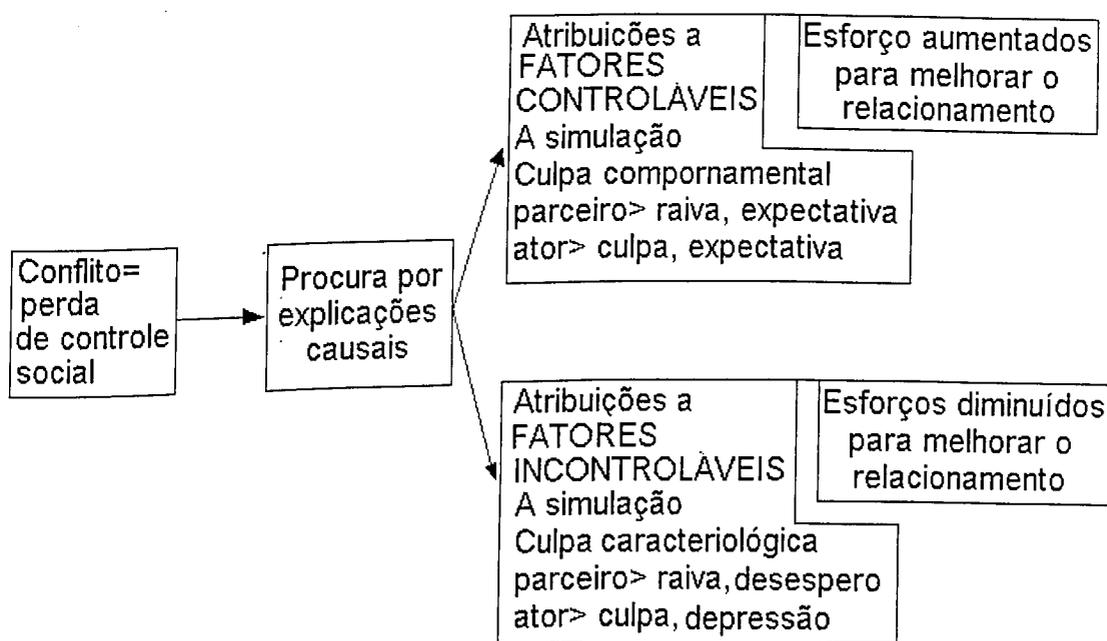


FIGURA 1 - Controle e Atribuições Causais Durante o Conflito

FONTE: BREHM, 1985.

Neste modelo Brehm (1985) propõe que a controlabilidade da causa atribuída ao conflito determina as emoções (culpa, raiva, etc.) e o comportamento subsequente.

Na seqüência será apresentado o modelo integrativo proposto por Weiner.

3.4 Atribuição de causalidade e reações comportamentais: um modelo integrativo

Weiner (1972) seguiu de perto as contribuições dos princípios teóricos de Heider, e desenvolveu uma estrutura teórica que se tornou um paradigma de pesquisa de grande importância na psicologia social.

A teoria de Weiner (2004) foi aplicada extensamente na educação, na lei, na psicologia clínica e no domínio da saúde mental

Weiner (1974) como já citado, identificou a capacidade, o esforço, a dificuldade da tarefa, e a sorte como os fatores mais importantes que afetam atribuições de realização. Classificou as atribuições ao longo de três dimensões causais: *locus da causa*, da estabilidade e da controlabilidade.

Estudos sobre atribuição de causalidade relacionada ao comportamento foram desenvolvidos a partir dos anos 60. Destes estudos, Weiner (1972) concluiu que poderiam ser retirados dois paradigmas. Um dos paradigmas de pesquisa relaciona a atribuição causal à expressão afetiva. Em um dos experimentos, (LAZARUS et al., 1965 apud WEINER, 1972), foram obtidos resultados que confirmam a hipótese básica de que a cognição afeta as reações emocionais. O estudo mostrou que as avaliações cognitivas diminuem a resposta emocional ao filme exibido no experimento se comparadas ao grupo de controle, não exposto ao estímulo.

Em resumo, Lazarus e seus associados mostraram que as reações emocionais são uma função das cognições relacionadas ao estímulo percebido. Além disso, sugerem que a seqüência emoção-motivação postulada seja alterada, e motivação e emoção sejam ambas vistas como respostas que seguem a avaliação cognitiva da situação de estímulo. As emoções,

então, tornam-se importantes em si mesmas, e a motivação torna-se mais intimamente associada à cognição do que ao afeto.

O segundo paradigma relaciona a atribuição causal à expectativa de sucesso.

Deste modo, Weiner et al. (1972) sugerem que um modelo de ação atribucional geral deva incorporar a influência da atribuição causal em ambos, afeto e expectativa, assumindo a forma conforme demonstrado na Figura 2.

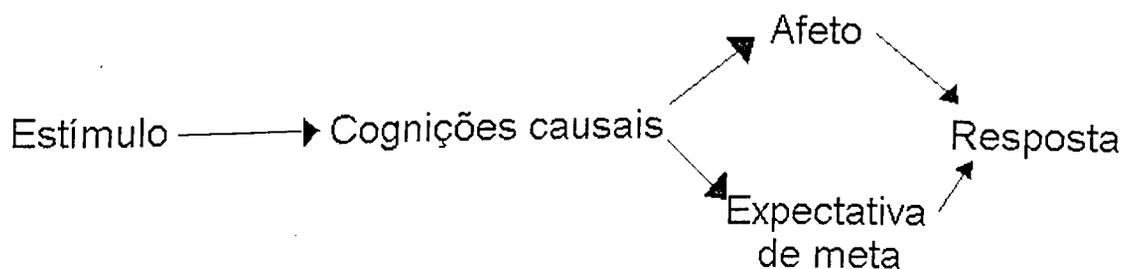


FIGURA 2 - Modelo atribucional de ação (WEINER et al., 1972)

O modelo de Weiner indica que um estímulo provoca as cognições sobre as causas de um resultado comportamental, as cognições determinam respostas afetivas e expectativas de meta assim como comportamentos subsequentes. Pode-se dizer que o estímulo envolve

“as condições antecedentes, que por sua vez determinam ou co-determinam a mediação cognitiva que resulta numa atribuição causal, onde são identificadas as seguintes dimensões: locus da causa, estabilidade e controlabilidade, que terão efeitos primários diferenciados a nível cognitivo, afetivo e da ação e que serão acompanhados de outras conseqüências, como por exemplo intensidade de desempenho, persistência e escolha” (WEINER, 1979, p. 18).

Vale ressaltar ainda que, de acordo com Weiner (1979) a conceituação das dimensões da atribuição causal ainda estão em processo de construção, sendo, portanto, este o motivo de controvérsias na análise das pesquisas:

Embora pareça haver consenso de que uma atribuição é uma explicação dada para um evento (FINCHAM, 1983; SILLARS, 1985), pouca atenção explícita foi devotada para a

especificação mais precisa no que concerne às dimensões necessárias para caracterizar uma explicação causal. Isso talvez não seja surpreendente, pois são comuns na literatura básica sobre psicologia social controvérsias a respeito da conceituação e medida das atribuições.

Pode-se argumentar, no entanto, que uma resolução para a confusão das atribuições causais, ou explicações para a ocorrência de um evento, adviria da definição de um conjunto de dimensões irreduzível e finito no qual todas as causas possam ser julgadas.

Weiner (1986, p. 44) voltou-se para essa tarefa, e através de uma revisão do corpo de pesquisa e teoria concluiu que há *"uma agradável simplicidade para a estrutura atribucional [...] umas poucas dimensões básicas subjazem à organização da explicação causal"*. Em particular, parece que a taxonomia das atribuições causais abrange o *locus*, a estabilidade e as dimensões de controle de tal forma que uma causa é julgada de acordo com sua localização, até que ponto flutua ou permanece constante, e até que grau é controlável ou incontrolável.

Weiner (1986) também reconheceu a possibilidade de que uma taxonomia causal abrangente pode requerer inclusão das dimensões: específica versus global e não intencional versus intencional. Entretanto, a dimensão específica versus global não emergiu em análises empíricas das dimensões subjacentes das causas percebidas (WIMER; KELLEY, 1982), em pesquisas realizadas em áreas de conteúdo relativamente circunscritas (por exemplo – sucesso e fracasso no domínio da realização).

Por outro lado, a segunda dimensão considerada por Weiner (1986), não intencional versus intencional, diferente das dimensões de *locus*, estabilidade e controlabilidade, não é propriedade de uma causa, mas uma característica imputada a um indivíduo que realiza um evento. Como consequência, Weiner(1986) designou à dimensão da intenção um papel menor em sua taxonomia causal. É importante notar, contudo, que a ênfase do trabalho de Weiner é nas dimensões da atribuição causal.

Sobre as dimensões de atribuição é importante esclarecer que alguns psicólogos (BREWIN; ANTAKI, 1987 apud FINCHAM; BRADBURY, 1988; FINCHAM; JASPARS, 1980 apud FINCHAM; BRADBURY, 1988; SHULTZ; SCHLEIFER, 1983) na tentativa de especificar os tipos de atribuição distinguem atribuições causais das atribuições de responsabilidade e, além disso, distinguem ambas das atribuições de culpa. Assim, enquanto a atribuição causal pertence aos fatores que produzem um evento, a atribuição de responsabilidade envolve um julgamento relacionado à responsabilidade final de um indivíduo pelo evento e, atribuição de culpa é um julgamento avaliativo que concerne à imputabilidade do indivíduo implicado para a censura.

Para Shaver (1985) a responsabilidade é um julgamento feito antes que uma razão seja dada e avaliada. A partir desta perspectiva a culpa não pode ser determinada veridicamente sem se conhecer o motivo da pessoa para seu comportamento. Porém, para Bradbury e Fincham (1990), no relacionamento íntimo, os cônjuges prontamente designam culpa na ausência de um input do parceiro e sem a aparente necessidade de tal input. É então improvável que esta seja uma característica distintiva relevante entre responsabilidade e culpa no relacionamento conjugal. Nesse sentido, a distinção entre responsabilidade e culpa no relacionamento conjugal, parece repousar apenas na extensão em que o julgamento é avaliativo com relação à falta e à imputabilidade para censura.

Além disso, Shultz e Schleifer (1983), argumentam que as atribuições de causa, responsabilidade e culpa podem ser fenômenos distintos, mas também são provavelmente desdobráveis em uma seqüência ordenada. Esse ordenamento é conhecido como o modelo do *vínculo ou da pressuposição* (SHULTZ; SCHLEIFER, 1983), de forma que a designação da culpa pressupõe um julgamento de responsabilidade que, em contrapartida, pressupõe uma atribuição de causa. Ademais, questões referentes à responsabilidade tipicamente emergem

somente quando um indivíduo causou algum evento, e julgamentos de culpa tipicamente emergem somente quando um indivíduo é considerado responsável pelo evento.

Diante do exposto, verifica-se que diferente da responsabilidade, a culpa é primariamente um julgamento avaliativo que envolve falta e imputabilidade para a censura. Assim, quem atribui pode manter alguém responsável por um evento, mas não culpá-lo por isso. Essa última característica realmente parece ser relevante para estudos sobre violência, especialmente a violência conjugal.

Weiner (1986), porém, explicitou não ser necessário manter a distinção entre atribuições de causa, atribuições de responsabilidade e atribuições de culpa. Em seus estudos, julgamentos de intenção e volição são identificados como atribuições causais em vez de atribuições de responsabilidade (CAMPER et al., 1988).

Entretanto, por ser a intenção uma dimensão central na determinação da violência, pode-se argumentar que não deve ser vista como um elemento menor da atribuição causal, mas como um elemento básico da atribuição nos estudos sobre violência. Dimensões adicionais de atribuição que combinam com a intenção para definir o domínio da atribuição da violência tais como evitabilidade e culpa devem ser consideradas da mesma forma. Essa contribuição foi baseada nos estudos sobre de psicologia social sobre violência conforme capítulo 1.

Apesar das lacunas, estudos no campo da violência conjugal sob a base da teoria da atribuição serão apresentados a seguir alguns estudos nesse campo.

3.5 Atribuição de causalidade e violência conjugal

Uma suposição comum dos modelos de atribuição em psicologia social é que as atribuições de um indivíduo afetarão seu comportamento subsequente (HEIDER, 1970; KELLEY, 1973). Por exemplo, Heider (1970) notou que a nossa reação a uma experiência desagradável é fortemente influenciada pela atribuição a uma fonte, a qual podemos ver em uma outra pessoa, nos trabalhos do acaso ou em nós mesmos. Quando um dano é atribuído a um agente pessoal, é mais provável que leve a uma reação agressiva. Esta noção é básica também para aplicações de modelos de atribuição, particularmente na área do matrimônio e relacionamentos íntimos (BAUCOM ; EPSTEIN, 1990).

Só recentemente os pesquisadores começaram a estudar o papel potencial dos processos cognitivos na violência conjugal. Um enfoque comum de pesquisa nessa literatura em desenvolvimento são as atribuições ou explicações que os cônjuges fazem para eventos que ocorrem em seu matrimônio. Especificamente tem havido um interesse em examinar as atribuições causais oferecidas pelos próprios cônjuges.

Segundo Bradbury e Fincham (1992), duas questões que guiaram quase todas as pesquisas em atribuições conjugais concernem se há uma associação entre as atribuições dos cônjuges para eventos conjugais e satisfação conjugal e se essa associação é causal.

Um outro tema que emerge na investigação das atribuições é o problema da violência conjugal. Em particular o fenômeno da auto culpa atraiu atenção considerável para explicar eventos violentos ocorridos nos relacionamentos (ANDREWS ; BREWIN, 1990).

Algumas pesquisas desenvolvidas em torno desse problema tratam de discursos de esposas como um processo atribucional para atos e eventos violentos do parceiro íntimo que são usados com o propósito de manter o relacionamento.

Como explica Eisikovits (1996), a teia de discursos criada pelas parceiras, envolvidas na violência íntima, é funcional para a permanência da união e limita a violência de forma que se torne suportável.

Tais pesquisas são relativamente limitadas e têm-se referido, por exemplo, a temas como: justificativas – discursos nos quais a pessoa aceita a responsabilidade pelo ato em questão, mas nega a qualidade pejorativa associada a ele, como por exemplo a vítima mereceu – e desculpas, que são discursos nos quais a pessoa reconhece a impropriedade do ato, mas nega totalmente a responsabilidade pela sua ocorrência. – por ex. colocar a culpa nela. (ANDREWS; BREWIN, 1990; HOLTZWORTH-MUNROE; HUTCHINSON, 1993; HOLTZWORTH-MUNROE et al., 1992; STAMP; SABOURIN, 1995); técnicas de neutralização, que equilibram o impacto negativo do ato violento alterando seu significado ou direcionando-o para a esperança de uma vida boa (HYDEN, 1994); racionalizações (FERRARO, 1983; FERRARO; JOHNSON, 1983), e estratégias de resistência em relacionamentos violentos (FERRARO, 1983; JONES, 1993).

Contudo, alguns estudos utilizam o termo “discursos” para comparar respostas de homens e mulheres com relação aos tipos, às injúrias e à prevalência dos comportamentos violentos (DOBASH et al., 1998).

A maior parte das pesquisas sobre violência íntima toca apenas indiretamente no tema dos discursos. Os assuntos tratados que fornecem informações relevantes a tais discursos incluem: permanecer ou deixar o relacionamento abusivo (GELLES, 1976; JONES, 1993); atribuição da culpa pela decisão de permanecer ou sair (ANDREWS; BREWIN, 1990; BARNETT; MARTINEZ; KEYSON, 1996) ; maneiras de lidar com a responsabilidade e de assumir a culpa pela violência a outros (CANTOS; NEIDIG; O'LEARY, 1993; HOLTZWORTH-MUNROE et al., 1992); assumindo responsabilidade pelas situações que levam conflitos à violência (HOLTZWORTH-MUNROE et al., 1992; JONES, 1993); perda da esperança e

avaliação da decisão de deixar o relacionamento violento (BERGEN, 1995; EISIKOVITS; BUCHBINDER; MOR, 1998; FERRARO; JOHNSON, 1983) ; fatores que levam uma mulher sem antecedentes criminais a cometer um ato extremo como o assassinato de seu parceiro (BROWNE, 1986).

Embora os estudos previamente mencionados proporcionem importantes informações sobre as atribuições de mulheres em relacionamentos abusivos o pequeno corpo de pesquisa conduzido sobre os processos de atribuição das mulheres envolvidas em violência conjugal produziu resultados conflitantes.

Enquanto, vários relatos iniciais enfatizam que mulheres que sofrem abuso culpavam a si mesmas pela violência (WALKER, 1984), uma revisão dessa literatura concluiu que mulheres fisicamente agredidas freqüentemente listam mais de uma causa para a violência, e normalmente culpavam a si mesmas e ao parceiro ou algum aspecto de sua interação com o parceiro (HOLTZWORTH-MUNROE, 1988).

Friezè (1979), aponta que a literatura sobre os processos de atribuição de mulheres espancadas sugere razões para que se façam previsões opostas sobre os tipos de atribuições sustentadas por essas mulheres.

Isso pode ser evidenciado em pesquisas sobre antecedentes da atribuição relativa ao que leva uma mulher envolvida em um relacionamento conjugal violento a culpar a si mesma e outra a culpar seu agressor. Embora uma das mais importantes pistas situacionais para culpar o parceiro quando a violência é experimentada possa ser sua severidade (HOLTZWORTH-MUNROE, 1988), variáveis como as influências sociais também podem desempenhar um papel importante na formação das atribuições, devido à tendência reportada pelos perpetradores e observadores de culpar a vítima. Em tais situações, a auto culpa pode ser reforçada pelas reações dos outros. A literatura evidencia que o abuso em família parece ocorrer dentro de um contexto de exploração psicológica, em que os que abusam usam seu

poder para manipular a percepção de realidade das vítimas. Por exemplo, Walker (1979), apresenta alguns aspectos que evidenciam que esposas que sofrem abuso podem ser persuadidas por seus maridos de que são incompetentes, histéricas e frígidas.

Frieze (1979); Andrews e Brewin (1990), encontraram que as mulheres são mais inclinadas a culpar a si mesmas enquanto estão no relacionamento do que após o terem abandonado e quando realmente culpam a si mesmas, tendem a fazer atribuições instáveis ou comportamentais, culpando algum aspecto modificável de seu comportamento em vez do caráter.

Bradbury e Fincham (1990), demonstraram que não gostar do cônjuge torna maior a probabilidade de se perceber a causa de eventos negativos como internas ao parceiro.

Shields e Hanneke (1983) reconheceram que a auto-culpa nos estágios iniciais de vitimação pode representar uma tentativa por parte da mulher de manter o relacionamento conjugal, enquanto que uma culpa-do-marido posterior pode representar um rompimento emocional no relacionamento. Essas hipóteses são consistentes com pesquisa sobre mulheres espancadas que encontra uma alteração de auto-culpa para culpa-do-marido no decorrer do tempo (SHIELDS; HANNEKE, 1983).

Uma possível explicação para esses resultados é de que há uma tendência à auto culpa com relação ao primeiro episódio de violência, mas não em geral, conforme sugeriu Frieze (1979).

A violência conjugal tende a envolver incidentes repetidos, e isso pode levar a alterações da culpa no decorrer do tempo. Além disso, uma revisão indica que estudos existentes sobre violência conjugal não distinguem entre atribuições feitas pelas mulheres que estão em relacionamentos violentos daquelas feitas pelas mulheres que já não vivenciam mais a violência conjugal (HOLTZWORTH-MUNROE, 1988). Dessa forma, a culpa pode ser modificada uma vez que a mulher está fora do relacionamento violento.

Nessa perspectiva, poder-se-ia esperar que a pesquisa que enfoca a vitimação precoce produza atribuições que indiquem causas externas para a violência do marido (externas a ele), e que a pesquisa que enfoca a vitimação tardia produza atribuições que indiquem causas internas para a violência do marido (internas a ele), e respectivamente apontem para a permanência ou para o rompimento da relação.

Entretanto, vale lembrar ainda que muitos pesquisadores que trabalham a partir da perspectiva de atribuição de um “mundo justo” encontraram uma tendência tanto em relação aos observadores de culpar as vítimas por seus destinos (COATES; WORTMAN; ABBEY, 1979 apud Shields; Hanneke, 1983 ; LERNER; MILLER, 1978 apud Shields e Hanneke, 1983), quanto encontraram a auto culpa entre as vítimas (CHODOFF; FRIEDMAN; HAMBURG, 1964 apud Shields; Hanneke, 1983; ROSS; DITECCO, 1975 apud Shields; Hanneke, 1983; WORTMAN, 1976 apud SHIELDS; HANNEKE, 1983).

Por outro lado, condizente com alguns relatos (HOLTZWORTH-MUNROE, 1988; HOLTZWORTH-MUNROE et al., 1992; SHIELDS; HANNEKE, 1983) e condizente com a tendência geral de atribuir coisas boas a si mesmo e coisas ruins a fatores exteriores (HEIDER, 1970; FRIEZE; WEINER, 1971), Cantos; Neidig; O’Leary (1993) encontraram que tanto homens quanto mulheres são mais inclinados a culpar o cônjuge (locus de atribuição de culpa) com maior frequência do que a si mesmos para o primeiro e o último episódios de violência. Contudo, significativamente mais maridos que mulheres culpavam a si mesmos pelo último episódio de violência, por exemplo, 61% e 32% respectivamente.

Cantos; Neidig; O’Leary (1993) explicam ainda, que mulheres agredidas tendem a designar menos culpa a si mesmas e mais aos maridos com o aumento da severidade da violência a qual são sujeitas e foram mais inclinadas a ver as causas do abuso como estáveis se tiverem sido mais severamente feridas.

Os resultados apresentados pelos autores acima citados estão de acordo com as previsões da teoria da atribuição, afirmando que comportamentos mais extremos são geralmente vistos como mais prováveis de serem causados pelo agente e com maior intenção do agente (JONES; DAVIS, 1965 apud CANTOS; NEIDIG; O'LEARY, 1993).

Entretanto, no intuito de manter o relacionamento, os parceiros utilizam discursos atribucionais mutuamente validados.

Eisikovits; Goldblatt; Winstok (1999) demonstraram que para tornar um discurso plausível, quando um casal precisa responder por violência severa por tentar permanecer unido, é provável que dê uma explicação relacionada à perda de controle como causa de sua ocorrência (por quê aconteceu). Apontam ainda, três condições preliminares para que sejam gerados discursos baseados na perda de controle. São eles: 1) temperamento explosivo, caracterizado como uma característica inata transmitida de geração em geração e, que está além do controle da pessoa, possui curta duração, proporciona alívio e dissipa-se após a reação quando tudo volta ao normal; 2) vida estressante, sendo esta uma condição mais difusa gerada por fatores interpessoais e sociais, tais como alcoolismo, conflitos íntimos, ou desemprego e 3) fatores situacionais que por sua vez são relacionados a ouvintes e participantes que tanto ajudam a controlar quanto a catalisar a perda do controle.

Os autores acima mencionados entendem que a percepção da violência como uma consequência da perda de controle é funcional para a preservação da união em duas dimensões: Em primeiro lugar, libera o homem de sua responsabilidade por seu comportamento, na medida em que está temporariamente inconsciente do que faz. Em segundo, a perda de controle ocorre e termina dentro de um curto período de tempo e dessa forma não representa o comportamento do homem em geral. Conseqüentemente, o homem é geralmente considerado são e por isso um parceiro que vale a pena (GOLDBLATT, 1989 apud EISIKOVITS; GOLDBLATT; WINSTOK, 1999; PTACEK, 1988 apud EISIKOVITS;

GOLDBLATT; WINSTOK, 1999). Para os referidos autores este tipo de discurso é mais comumente formulado para explicar os problemas relacionados ao estresse, e uma vez que tais atribuições causais são estabelecidas, os agentes incluem a violência e a redefinem como um sintoma de angústia.

Na mesma perspectiva, Andrews (1992); Holtzworth-Munroe (1992); Stamp e Sabourin (1995) admitem que as pessoas que fazem uso desses discursos reconhecem a existência da violência em suas vidas, mas por outro lado negam a responsabilidade por sua ocorrência, que é determinada por fatores que estão além do controle do perpetrador.

Os discursos baseados na perda de controle são paradoxais e contraditórios em sua natureza: Por um lado, o casal chega a uma tentativa de acordo de que o perpetrador não pode controlar seu comportamento; de outro lado, fatores situacionais, são considerados como forças mitigantes da explosão de violência.

O fracasso em prover um discurso bem sucedido pode levar tanto ao aumento gradativo da violência quanto a uma identificação de um discurso alternativo (p.e., centralizar em boas intenções), ou a separação se nenhum discurso articulado é encontrado (EISIKOVITS; GOLDBLATT; WINSTOK, 1999).

Enfim, nessa perspectiva Eisikovits; Goldblatt ; Winstok (1999) consideram que o tipo de explicação causal dado pode tornar-se um refúgio para os parceiros, no sentido de possibilitar a permanência em um relacionamento conjugal violento em que ambos se percebem como vítimas: ele, de sua situação de vida caótica, e ela, da violência dele.

Conclui-se, a partir dos aspectos levantados, que as atribuições que os cônjuges fazem para a violência que ocorre em seu relacionamento conjugal podem estar associadas a sua intenção de permanecer ou de romper o relacionamento.

Dada a falta de concordância, em vários estudos que lidam com relacionamento conjugal violento é de considerável interesse saber até que ponto tais mulheres culpam a si mesmas

pela violência, isto é, se se vêem pessoalmente responsáveis por sua vitimação ou não, e se suas atribuições causais estão relacionadas às suas repostas comportamentais.

Apesar do progresso feito em direção à compreensão das atribuições dos cônjuges em relacionamentos violentos, permanecem questões fundamentais com relação ao seu real impacto para a permanência da vítima nesse tipo de relacionamento. De fato, um primeiro motivo para o estudo das atribuições em relacionamentos conjugais violentos, precisa proporcionar uma explicação para o que leva as mulheres a permanecer ou não no relacionamento, examinando até que ponto as associações entre violência conjugal e atribuições são alteradas quando a mulher decide romper o relacionamento.

Em vista das ligações teórica proposta por Weiner (1985), entre atribuições e afetos seria útil determinar se certas atribuições prevêm diferencialmente expressões afetivas, tais como no caso da mulher ver as causas da violência conjugal como interna instável ao parceiro poderia prever tristeza e angustia, enquanto que ver o parceiro comportar-se intencionalmente e de forma egoísta, ou seja, ver as causas da violência como interna estável poderia prever raiva.

Da mesma forma pode-se prever que o comportamento de permanecer ou romper uma relação conjugal violenta é uma função da variação nas atribuições da mulher abusada no decorrer do tempo.

Uma associação entre atribuições e comportamento na interação conjugal parece plausível, ainda que somente uns poucos estudos tenham tratado este tema (BRADBURY; FINCHAM, 1992).

Um estudo realizado por Fincham; Beach; Nelson (1987) indicou que as atribuições dos cônjuges estavam relacionadas as suas repostas comportamentais e afetivas relatadas, mas somente quando os julgamentos da atribuição concerniam a responsabilidade final dos parceiros por suas ações. Resultados relacionados foram apresentados por Sillars (1985), que

encontrou que o grau em que os cônjuges culpavam seus parceiros covariou com mais comportamento negativo e menos comportamento positivo na interação.

Em síntese, a literatura sugere que as dimensões de *locus*, estabilidade, controle, intenção, evitabilidade e culpa são necessários e importantes para a avaliação das atribuições causais relativas à violência conjugal e para a permanência ou não da mulher no relacionamento.

Concluída a apresentação dos estudos relativos à atribuição causal, o próximo capítulo apresentará as justificativas, os objetivos e a proposta de investigação deste estudo.

CAPÍTULO 4

JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS

4.1 Justificativa

O tema a ser investigado é decorrente da experiência no programa de extensão da Faculdade de Psicologia na Delegacia da Mulher, onde se oferece acolhimento psicológico a mulheres vítimas de violência. Durante o acolhimento tem sido observado, de modo assistemático, que as mulheres que buscam a Delegacia a fim de dar queixas contra os parceiros agressores vivem um relacionamento violento há vários anos. As queixas referem-se à violência física e psicológica que ocorrem, quase sempre, desde o início do relacionamento. Observa-se, também, que a maioria das mulheres que sofrem violência acaba por retirar a queixa e, tempos depois, retornam à Delegacia por estarem mais uma vez sofrendo ameaças, surras, depreciações e todo tipo de violência (MARQUES; RAMOS ; RODRIGUES, 2001; MARQUES et al., 2001; MARQUES et. al., 2000; MARQUES ; PINTO JUNIOR., 1999).

Entender o processo que mantém as mulheres nesta relação pode subsidiar a prática de profissionais que trabalham nesta área, espera-se, ainda, contribuir com sugestões que possam melhorar o atendimento oferecido na Delegacia da Mulher de Uberlândia e gerar hipóteses para novas investigações.

4.2 Objetivos

Considerando que o tema em foco é a violência conjugal, especificamente do homem sobre a mulher, e a permanência das mulheres nesse tipo de relação, o presente estudo orientou-se por dois objetivos.

O primeiro deles foi obter informações sobre a violência conjugal contra mulheres agredidas que recorrem ao apoio policial e/ou jurídico, através dos registros nos arquivos da Delegacia da Mulher Adida ao Juizado Especial Criminal (Boletim de Ocorrência - BO) e Juizado Especial Criminal de Uberlândia (Termo Circunstanciado de Ocorrência - TCO).

Desse modo, a primeira parte deste trabalho teve como objetivos:

- Descrever as características demográficas das mulheres vítimas de violência e de seus parceiros em casos de violência conjugal, registrados em Boletins de Ocorrência da Delegacia da Mulher de Uberlândia e nos Termos Circunstanciados de Ocorrência do Juizado Especial Criminal, que se encontravam em andamento, respectivamente, nos períodos de janeiro a junho de 2004 e janeiro de 2003 a maio de 2004.
- Identificar a queixa que levou as mulheres agredidas a denunciar (Boletim de Ocorrência) e ou formalizar a denúncia (Termo Circunstanciado de Ocorrência) de seus parceiros.
- Identificar o tipo de violência através da “Descrição Penal” e “Incidência Penal”, conforme denominação nos registros dos Boletins de Ocorrência e Termos Circunstanciado de Ocorrência, respectivamente.

Num segundo momento, considerando os dados mundiais que demonstram a alta frequência da manutenção do relacionamento conjugal, mesmo após diversos e contínuos

episódios de agressão, este trabalho teve como foco principal compreender como ocorre o processo decisório de insistir em manter ou desistir do relacionamento abusivo. Esta análise focalizou as atribuições, sentimentos, expectativas e ações em dois momentos: após a primeira (retrospectiva) e última agressão sofridas.

Para este objetivo foi adotada como base teórica a atribuição de causalidade e, como referência, o modelo proposto por Weiner et al. (1972) e as sugestões de Sillars (1981) e Brehm (1985).

Esta abordagem gerou a seguinte proposta de modelo (figura 3) para investigação:

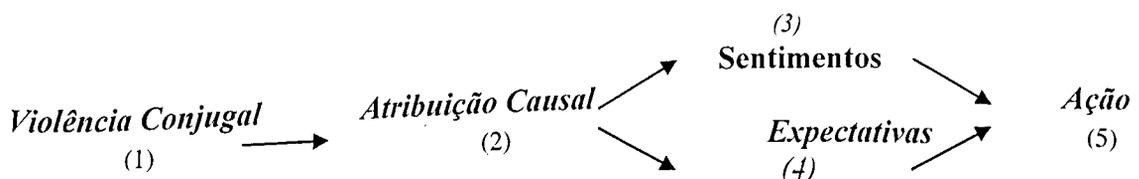


FIGURA 3 - Modelo atribucional de violência conjugal.

Foram analisados as atribuições de causalidade (locus, estabilidade e controlabilidade, da causa percebida), sentimentos, expectativas e comportamentos das mulheres agredidas nos primeiros eventos de violência conjugal e após a tomada de decisão sobre dar queixa na Delegacia da Mulher (TCO).

As variáveis do modelo são definidas a seguir:

(1) = Atos agressivos, físicos ou psicológicos perpetrados pelo companheiro. Agressão praticada pelo parceiro de relações “amorosas” e sexuais estáveis que resultam em sofrimento físico, psicológico, econômico ou sexual à mulher.

(2) = Causa percebida pela mulher para o ato de agressão perpetrado contra ela pelo parceiro.

Atribuição causal à violência sofrida:

- lócus e estabilidade da causa.
- grau de culpa.
- controlabilidade da causa.
- grau de intencionalidade do agente.
- grau de evitabilidade da agressão pelo agente.

(3) = Sentimentos da mulher decorrentes da agressão sofrida. Sentimentos experimentados após a agressão:

- direção dos sentimentos.
- tipo de sentimentos.

(4) = Expectativas da mulher relativas ao futuro com e sem o companheiro. Expectativas:

- expectativas após ter dado queixa.
- expectativas quanto a permanecer no relacionamento.
- expectativas quanto a não permanecer no relacionamento.

(5) = Comportamentos da mulher após ter sido agredida (coping). Ação:

- coping após agressão.
- decisão de dar queixa na delegacia.
- intenção de continuar *versus* abandonar o relacionamento.

Finda a exposição da literatura, dos objetivos e do modelo investigativo, será apresentado a seguir a segunda parte deste trabalho que tratará dos aspectos metodológicos, resultados, discussão e conclusão.

CAPÍTULO 5

MÉTODO

5.1 Amostra

O presente estudo baseou-se em três fontes de dados: levantamento de informações nos arquivos da Delegacia Adida ao Juizado Especial de Uberlândia e do Juizado Especial Criminal de Uberlândia, a saber, Boletim de Ocorrência (BO) e Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) e entrevistas. Dessas fontes originaram-se três amostras distintas de mulheres vítimas de violência conjugal que serão descritas a seguir. Assim, esse estudo foi desenvolvido em duas fases, consistindo a primeira delas no levantamento de dados nas instituições pesquisadas e a segunda, por sua vez, na realização de entrevistas.

5.1.1 Primeira fase

Levantamento dos arquivos da Delegacia Adida ao Juizado Especial de Uberlândia e do Juizado Especial Criminal de Uberlândia:

(1) Levantamento dos dados contidos em todos os Boletins de Ocorrência da Delegacia Adida ao Juizado Especial de Uberlândia no período de janeiro a junho de 2004. O exame de 6.764 Boletins de Ocorrência revelou 876 casos com queixa de relacionamento conjugal violento, os quais fizeram parte deste estudo. No período estudado as idades das mulheres vítimas de violência conjugal registrada na Delegacia da Mulher revelaram média de 30,8

anos com desvio padrão de 9,37 anos. A idade mínima foi de 14 anos e a máxima foi de 69 anos. A análise do desvio padrão em relação à idade média (coeficiente de variação), mostra uma variabilidade de aproximadamente 30% em torno da idade média, ou seja, a variação de idade das vítimas é relativamente alta, fato confirmado pelos valores de idade mínima e máxima.

(2) Levantamento dos dados contidos no Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) que se encontravam em andamento no Juizado Especial Criminal – órgão competente para a conciliação, processo, julgamento e execução de infrações – relativos ao período de janeiro de 2003 a maio de 2004. Dos 1.368 Termos Circunstanciados de Ocorrência foram encontrados 390 referentes à violência conjugal, que fizeram parte desta pesquisa. A análise dos dados relativos à idade da mulher registrados no Juizado revelou média de 32,31 anos com desvio padrão de 9,45 anos, estes resultados se aproximam dos valores observados nos Boletins de Ocorrência registrados na Delegacia da Mulher. A idade mínima foi de 16 anos e a máxima de 64 anos.

Faz-se, ainda necessário apresentar breves esclarecimentos a respeito das instituições pesquisadas.

A Delegacia de Atendimento à mulher tem atribuições para apurar crimes relacionados à violência contra a mulher, seja ela física moral ou sexual. Como agressão física tem-se como exemplo: vias de fato, que é uma contravenção penal que consiste em violência empregada contra a vítima sem acarretar dano a seu corpo (não há vestígios sensíveis à violência), por outro lado, a lesão corporal é caracterizada pela ofensa à integridade corporal ou saúde de alguém, ou seja, qualquer dano ocasionado à normalidade funcional do corpo humano, quer do ponto de vista anatômico, quer do ponto de vista fisiológico ou mental. A lesão corporal pode ser leve, grave, gravíssima ou seguida de morte. Como agressão moral ou

psicológica têm-se: ameaça, injúria, difamação, perturbação do sossego e outros (CAPEZ, 2003).

O Juizado Especial Criminal é o órgão competente para a conciliação, processo, julgamento e execução das infrações de menor potencial ofensivo, ou seja, aquelas que a lei determina pena máxima privativa de liberdade não superior a dois anos, ou pena de multa. Tais crimes são orientados pela Lei 9099/95 que em síntese requerem:

1) Confecção do TCO na Delegacia da Mulher. O TCO é um procedimento destinado a descrever o histórico dos fatos, no qual deverão estar esclarecidos a materialidade dos fatos e a autoria do delito, bem como as circunstâncias nas quais ocorreu o delito. Consta do TCO o artigo da incidência penal, conforme tipificação da autoridade policial, informações sobre a vítima, qualificação do autor do fato, bem como nome, possíveis dados de qualificação, endereços, e testemunhas. Ainda constam assinaturas da Delegada e do escrivão de polícia.

2) Estando a vítima com algum ferimento, ou marcas no corpo, a mesma será encaminhada para exame de corpo delito.

3) O TCO será encaminhado, juntamente com o laudo do exame de corpo delito, ao Juizado Especial Criminal (Poder Judiciário), onde será realizada uma audiência preliminar com um Juiz e um Promotor de Justiça, ocasião em que será aplicado ao agressor pena alternativa, que poderá consistir em pagamento de cestas básicas, prestações de serviço à comunidade e outros.

Acerca da diferença entre BO e TCO, tem-se que o Boletim de Ocorrência é preenchido pela Polícia Militar (polícia ostensiva e preventiva), e consiste apenas no registro de qualquer infração penal, denominada Descrição Penal. Já o TCO, realizado pela Polícia Civil (polícia judiciária, com função de apurar crimes), é a peça que dá início ao processo previsto na Lei 9099/95, onde se registra a Incidência Penal. O TCO, muitas vezes, origina-se de um BO, mas nem sempre isso ocorre, pois há casos em que a vítima não aciona a polícia militar, podendo

procurar diretamente a Delegacia (Policia Civil) para confecção de TCO. Outras vezes, a vítima aciona apenas a polícia militar para fazer o BO.

É importante esclarecer, ainda, que a maioria dos crimes de pequeno potencial ofensivo depende da representação criminal, que consiste na manifestação expressa da vítima no sentido de processar o agressor. Esta representação criminal é a autorização para o início da confecção do TCO. Alguns crimes como ameaça, lesão corporal dependem dessa representação, que só pode ser feita perante a autoridade policial, ou seja, na Delegacia. Assim, nestes crimes, não basta fazer o BO com a Polícia Militar, sendo imprescindível o comparecimento posterior da vítima na Delegacia para formalizar a representação.

5.1.2 Segunda fase

Fizeram parte desta fase da pesquisa 71 mulheres com idade média de 34,69 anos (desvio padrão igual 10,64 anos), que buscaram espontaneamente a Delegacia Adida ao Juizado Especial de Uberlândia, no período de maio a julho de 2004, para dar queixa dos parceiros íntimos agressores. Essas mulheres foram informadas dos objetivos da pesquisa e concordaram em participar da mesma, e então responderam a uma entrevista semi-estruturada.

Essa amostra pode ser caracterizada como de conveniência, não pretendendo ser representativa da população de Uberlândia. Esse tipo de amostra também chamada de intencional ou não-probabilística, não se presta a estimar algum valor da população, mas se presta a obter idéias acerca da variedade de elementos disponíveis nessa população (CHEIN, 1987). Neste tipo de pesquisa há o pressuposto de que o que está sendo investigado é um processo psicológico suficientemente “universal” e uniforme, a ponto de fazer com que diferenças individuais dentro da amostra não se mostrem significativas. Segundo Brehm e Kassin (1990), em Psicologia Social, a maioria das pesquisas utilizam este tipo de amostra,

que, guardadas as devidas proporções, se presta perfeitamente a estudos geradores de hipóteses.

A pesquisa ocorreu com as mulheres que buscaram a Delegacia. Em razão a isso, é uma amostra que limita a possibilidade de usar dados amostrais para estimar os valores reais da população.

Por se tratar de uma amostra de conveniência, seus resultados não podem ser generalizáveis para a população das mulheres agredidas por seus parceiros conjugais, visto que possivelmente existem vítimas que não denunciam a violência.

5.2 Instrumentos

5.2.1 Instrumento utilizado na primeira fase

Foi elaborada uma ficha de registros para coleta de dados nos arquivos das instituições.

A ficha de registro continha: número da ocorrência, bairro, idade e profissão da vítima; bairro, idade e profissão do autor; relação entre vítima e autor; descrição penal e tipo de queixa (ANEXO A). Estes dados foram observados tanto nos Boletins de Ocorrência quanto nos Termos Circunstanciados de Ocorrência.

5.2.2 Instrumento utilizado na segunda fase

Foi elaborado um roteiro de entrevista (ANEXO B), que combina questões fechadas (de múltipla escolha) com outras que requerem respostas mais abertas, previamente submetido à análise semântica, para se verificar a clareza e adequação das questões. O roteiro de entrevista

permitiu às participantes maior liberdade para expressar seus pensamentos e emoções, ao mesmo tempo em que forneceu as informações pretendidas. O conteúdo versou sobre:

1ª. Parte: Dados Pessoais – 12 questões – que teve como objetivo descrever as características sócio-demográficas da mulher (como idade, cor, naturalidade, religião, número de filhos, renda) e de seu parceiro (idade, escolaridade, profissão, renda).

2ª. Parte: Dados sobre a violência conjugal – 8 questões – que permitem avaliar o início, a frequência, os motivos das agressões e os tipos de violência conjugal sofridos pela entrevistada (física, psicológica, econômica e sexual).

3ª. Parte: Consta de 8 questões para identificar a atribuição de causalidade à primeira agressão sofrida – internalidade X externalidade, estabilidade X instabilidade, culpa dos envolvidos, controlabilidade X incontrolabilidade, grau de intencionalidade, grau de evitabilidade pelo agente. Além dessas seguem 4 questões para identificar os sentimentos, os comportamentos e as expectativas decorrentes da primeira agressão e dos motivos para ter permanecido no relacionamento após a agressão.

4ª. Parte: Consta das mesmas questões sobre atribuição de causalidade e identificação dos sentimentos, comportamentos e expectativas, porém relativas a última agressão sofrida, a que levou a entrevistada a procurar a Delegacia da Mulher.

Além destas, havia questões nas partes 3 e 4 para introduzir o tema a ser abordado, e permitir uma reflexão da entrevistada sobre os episódios de violência. Particularmente as perguntas versavam sobre as maneiras pelas quais os conflitos emergiam de acordo com primeira e última agressão: o que aconteceu? Por que ele fez isso? Qual foi a causa principal? Essas questões abertas forneceram material contextual importante para a compreensão dos eventos violentos específicos, e foram fundamentais para o objetivo de que a própria entrevistada apontasse as causas por ela percebida para a violência do parceiro. Tiveram,

portanto, como função maior, mobilizar nas mulheres o estado de prontidão e colaboração para as tarefas proposta de classificação atribucional.

Assim, as partes 3 e 4 examinaram as atribuições das mulheres concernentes às dimensões: *locus* / estabilidade, controle, intencionalidade, evitabilidade e culpa. As dimensões intencionalidade, evitabilidade e culpa solicitavam uma classificação em escalas de 5 pontos, em que extensão concordavam ou discordavam que seu parceiro havia atuado com intenção negativa (de propósito), poderia ter evitado a agressão (se quisesse poderia se controlar e ter evitado a agressão), e o quanto era culpado por seus atos (nada culpado a totalmente culpado). No item culpa as respostas não foram mutuamente exclusivas, de forma que a mulher poderia culpar a si mesma, ao parceiro, a outra pessoa e/ou à situação ao mesmo tempo. Cada uma das possibilidades descritas possibilitou envolver um nível diferente de culpa tanto para a própria mulher como para o parceiro, para outra pessoa ou para a situação.

A medida dos sentimentos foi composta por uma lista de 16 itens onde as classificações eram dicotômicas, e objetivaram estabelecer a presença ou ausência de tais sentimentos. Além disso, as próprias entrevistadas apontaram o tipo de sentimento predominante através de uma medida formada para proporcionar um índice de sentimentos mais estáveis: sentimentos auto-dirigidos, sentimentos contra ele e sentimentos sem alvo.

As questões referentes às expectativas contidas nas partes 3 e 4 foram abertas.

5.3 Procedimentos

5.3.1 Procedimentos de coleta de dados na primeira fase

Para a coleta de dados o primeiro passo foi obter a autorização da instituição para ter acesso aos seus registros e desenvolver o estudo em suas dependências, como parte do serviço de atendimento às vítimas de violência conjugal. Dada a necessidade da instituição em manter um serviço de acolhimento psicológico para as vítimas de violência conjugal e obter maiores informações sistemáticas sobre o serviço oferecido, o projeto foi aceito de imediato (ANEXO C).

A etapa seguinte foi examinar os arquivos da instituição, selecionar e transcrever para a ficha de registro, os dados contidos nos Boletins de Ocorrência e nos Termos Circunstanciados de Ocorrência e, que se referiam a queixas de violência conjugal.

Foram transcritos para uma ficha de registro os dados que se referiam a casos de violência conjugal em que a mulher era vítima. Num primeiro momento foram coletados os dados contidos no Termo Circunstanciado de Ocorrência que se encontravam em andamento no Juizado Especial Criminal, e em um segundo momento os dados referentes aos Boletins de Ocorrência da Delegacia Adida ao Juizado Especial de Uberlândia.

O trabalho de pesquisa foi realizado manualmente, e todos os dados obtidos foram coletados pela pesquisadora, auxiliada num primeiro momento por duas estudantes de graduação de psicologia e num segundo momento, apenas por uma delas, respectivamente no levantamento dos TCOs e dos BOs.

5.3.2 Procedimento de análise dos dados na primeira fase

Os dados registrados nos Boletins de Ocorrência e nos Termos Circunstanciados de Ocorrência foram analisados através de estatística descritiva, teste de contingência de Qui-quadrado que possibilitaram a descrição das características sócio-demográficas da vítima e do agressor assim como das queixas, incidência penal (TCO) e descrição da violência (BO).

Para os Boletins de Ocorrência registrados na Delegacia da Mulher as análises estatísticas consistiram também, da representação da série temporal em um gráfico da proporção de ocorrência ao longo dos seis meses avaliados; da análise da densidade espectral para verificar a ocorrência de picos de registros ao longo da série. As metodologias estatísticas aplicadas neste trabalho encontram-se em Vieira (1998); Arango (2001); Barbeta (2003).

Para estas análises foi utilizado o programa SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 10.0.

5.3.3 Procedimento de coleta de dados na segunda fase

a) Validação Semântica

Inicialmente foi elaborada uma entrevista semi estruturada, com objetivo de coletar dados pessoais da amostra estudada, verificar a incidência da violência e obter informações sobre como as mulheres explicavam as causas da violência cometidas pelo parceiro íntimo e de sua permanência na situação. Após a construção da entrevista semi-estruturada surgiu a necessidade de aplicar um número de entrevistas que permitisse decidir sobre a adequação da quantidade e tipos de perguntas, que deveriam constituir o roteiro para a entrevista.

Foram entrevistadas 10 mulheres que compareceram à Delegacia para prestar queixa de seus parceiros agressores e que concordaram em colaborar com o estudo em questão. Das 10

entrevistas, quatro foram realizadas pela pesquisadora e seis por estudantes do décimo período de psicologia, previamente treinadas.

As entrevistadas tinham entre 18 e 41 anos, e seus parceiros encontravam-se na faixa entre 19 e 54 anos. O tempo de relacionamento de quatro mulheres variou entre 15 e 18 anos, e das demais de até 3 anos. Em média as mulheres tinham dois filhos, e a metade não trabalhava.

Todas as questões elaboradas foram consideradas adequadas para compor a entrevista, a partir da testagem do instrumento junto aos 10 sujeitos.

b) Entrevistas

As entrevistas foram realizadas em sala privativa na Delegacia Adida ao Juizado Especial de Uberlândia. Não houve qualquer forma de interrupção. O horário foi o mais conveniente para a entrevistada, ou seja, no dia e hora que a mulher compareceu à Delegacia para registrar sua queixa. Todas as mulheres foram entrevistadas individualmente pela pesquisadora, que permaneceu de plantão na Delegacia, no período da tarde, de segunda a sexta-feira, no período de maio a julho de 2004.

Na aplicação da entrevista a pesquisadora, no primeiro momento, após a anuência da mulher (ANEXO D), conversou aproximadamente 10 minutos, demonstrando o quanto considerava importante a percepção dela para o presente estudo.

As entrevistas não foram gravadas devido às resistências observadas na sondagem inicial, em razão a isso foram feitas anotações mediante o consentimento das entrevistadas. Em contrapartida as mulheres procuram fazer um relato de forma a permitir todas as anotações, algumas vezes repetindo parte das respostas para que elas fossem totalmente anotadas. Quando as respostas pareciam superficiais a pesquisadora fazia intervenções, para que elas explicassem o significado, ou falassem um pouco mais a respeito. A questão foi dada por

encerrada, após a segunda intervenção, nos casos em que a mulher repetia a mesma coisa, demonstrando não poder explicar melhor. A pesquisadora procurou anotar o relato das mulheres na íntegra, tentando preservar, de forma mais fiel possível, o que foi dito (como erros gramaticais, uso de expressões coloquiais, etc).

Foi assegurado, às mulheres, sigilo completo de suas respostas. Sua identificação foi preservada.

As entrevistas tiveram uma duração média de duas horas e cinquenta minutos. O tempo de duração da entrevista foi um fator crucial para a obtenção de dados confiáveis e válidos. De acordo com Walker (1984) as mulheres espancadas precisam de tempo para perceber a entrevistadora como interessadas nelas, e serem capazes de falar sobre a violência que elas experimentaram. Os problemas previstos por causa da duração das entrevistas, como cansaço, nunca se materializaram para as entrevistadas, mas sim para a entrevistadora.

Ao final da entrevistas todas as mulheres receberam orientações e encaminhamentos necessários de acordo com a demanda de cada uma delas.

5.3.4 Procedimento de análise dos dados na segunda fase

No procedimento de análise da entrevista semi-estruturada foram realizadas dois tipos de análise de respostas: estatística descritiva para as respostas às perguntas fechadas, e criação de categorias para cada uma das questões abertas, a partir da semelhança das respostas das entrevistadas. Essas categorias (ANEXO E) posteriormente foram lançadas na planilha de dados e tiveram suas frequências calculadas. Utilizou-se o teste de contingência do Qui-quadrado para se realizar comparações entre variáveis do estudo.

Para a análise de relações entre as variáveis do estudo foram utilizadas as seguintes técnicas estatísticas:

- Correlação r de Pearson para verificar a relação entre as variáveis contínuas;
- Análise de Variância F de Snedecor para comparar os grupos de acordo com a causa atribuída;
- Qui-quadrado para examinar a relação entre as variáveis categoriais.

CAPÍTULO 6

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo serão apresentados, inicialmente considerando-se as análises relativas à distribuição dos casos de violência conjugal relativas aos Boletins de Ocorrência e Termos Circunstanciados de Ocorrência. Comparações descritivas foram conduzidas pela verificação das variáveis em nível e frequência das diferentes categorias.

Num segundo momento, serão considerados os resultados das entrevistas realizadas pela pesquisadora na Delegacia Adida ao juizado Especial Criminal, onde se buscou investigar o modo como as mulheres entendiam e explicavam a violência conjugal, seus sentimentos, suas expectativas e suas ações após a primeira e última agressão.

Considera-se que conhecer as atribuições causais das mulheres às agressões sofridas, possibilita a compreensão da leitura que fizeram sobre o comportamento violento do parceiro facilitando uma reflexão a respeito das condições e finalidade de seu próprio comportamento.

6.1 Caracterização dos casos de violência conjugal registrados nos boletins de ocorrência e termos circunstanciados de ocorrência.

Levando-se em consideração os dados disponíveis em todos os Boletins de Ocorrência registrados no período de janeiro a junho de 2004 e Termos Circunstanciados de Ocorrência que se encontravam em andamento relativos ao período de janeiro de 2003 a maio de 2004,

procurou-se traçar um perfil da mulher que sofre violência conjugal e de seu parceiro agressor, além de se obter dados sobre a incidência dos vários crimes praticados contra a mulher. Importa esclarecer que os TCOs correspondentes ao período pesquisado que já se encontravam arquivados no Juizado Especial Criminal, não foram solicitados.

Outro ponto a ser destacado é que não havia na Delegacia e no Juizado Especial Criminal de Uberlândia estatísticas específicas acerca da violência conjugal.

6.1.1 Caracterização da vítima

- **Faixa etária e estado civil**

Conforme pode ser visto na Tabela 1, das 876 mulheres que denunciaram os parceiros, no primeiro semestre de 2004, através dos Boletins de Ocorrência, predominou a faixa etária de 21 a 30 anos (41,4%), seguida pela faixa de 31 a 40 anos com 29,2% dos casos registrados, apresentando uma idade média de 30,8 anos, com desvio padrão de 9,37 anos. Esses resultados são similares aos encontrados por Marques e Pinto Junior. (1999), que apontam que a maioria das mulheres vítimas de violência (74,3%), encontram-se numa faixa etária que vai dos 22 aos 40 anos (MARQUES ; PINTO JUNIOR, 1999).

Por outro lado, a análise dos dados registrados no Juizado (TCO) que visam um processo penal, revela um aumento significativo de denúncias de vítimas com idade inferior a 21 anos, tendo em vista que nos Boletins de Ocorrência em 14,2% dos casos registrados, a vítima apresentava-se com menos de 21 anos e nos TCOs de 390 casos, 129 vítimas tinham menos de 21 anos (Tabela 1), o que representa 33,1% dos registros. Encontra-se entre 21 e 40 anos 53,8% dos casos registrados nos TCOs (Tabela 1). A idade média encontrada foi de 32,31

anos com desvio padrão de 9,45 anos. Esses dados estão de acordo com as características da população em geral. Saffioti (1997) trabalhando com dados do IBGE de 1990 observa que a maior incidência de violência de agressões físicas contra a mulher se situa na faixa de 18 a 29 anos (28,7%) e 30 e 40 anos, com 25,3% (SAFFIOTI, 1997).

A Tabela 1 não oferece novidades em relação às idades das mulheres vítimas de violência. Confirma-se mais uma vez que esta população possui uma alta concentração na faixa que vai dos 21 aos 40 anos e apresenta uma idade média de aproximadamente 32 anos, com desvio padrão aproximado de 9 anos, observando-se que as mulheres jovens até 30 anos (61,8%) instauram mais ação penal (TCO) buscando uma reparação dos danos sofridos, do que as mais velhas.

Esses dados estão aproximadamente de acordo com os dados do informe divulgado pela OMS (2002), que mostram que a violência causa aproximadamente 7% dos problemas de saúde das mulheres entre 15 e 44 anos. Neste estudo um detalhamento maior mostra que existe uma grande concentração de violência contra a mulher na faixa etária que vai dos 18 aos 45 anos (85,6%), sendo que em apenas 8,9% dos casos registrados (BO) as mulheres apresentavam idade superior a 45 anos (78 mulheres), em 5,5% (48 mulheres) tinham menos de 18 anos, e 46% encontram-se na faixa que vai dos 18 aos 30 anos.

TABELA 1

Faixa etária das vítimas de violência conjugal, registrados nos Boletins de Ocorrência e nos Termos Circunstanciado de Ocorrência.

Faixa etária da vítima (anos)	Boletim de Ocorrência		Termo Circunstanciado de Ocorrência	
	f	%	f	%
Ate 20	124	14,2	129	33,1
21 a 30	363	41,4	112	28,7
31 a 40	256	29,2	98	25,1
41 a 50	110	12,6	42	10,8
51 a 60	19	2,2	5	1,3
61 a 69	4	0,5	4	1,0
Total	876	100,0	390	100,0

NOTA: Boletim de Ocorrência relativo ao período de janeiro a junho de 2004; Termo Circunstanciado de Ocorrência em andamento relativo ao período de janeiro de 2003 a maio de 2004.

Quanto ao estado civil, observa-se uma tendência que parece permanecer ao longo dos anos. A relação observada entre a vítima de violência conjugal e o autor da violência (Tabela 2) revela que a maioria das mulheres que registraram suas queixas através do BO declarou-se amasiada (34,2%), sendo que entre as amasiadas e ex-amasiadas encontra-se a maior concentração das mulheres vítimas de violência (52%). Esses dados são difíceis de serem comparados a outros, uma vez que muitas mulheres que convivem com o companheiro declaram-se solteiras (45,7%) seguida por casadas (35,7%), como apontado por Deslandes; Gomes; Silva (2000). Entretanto os dados da presente pesquisa são compatíveis com os apresentados por Marques e Pinto Junior. (1999) que mostram que 46,2% de mulheres vítimas de violência conjugal são amasiadas, seguida pelas casadas (29,1%).

TABELA 2

Tipo de relacionamento entre vítima e agressor de violência conjugal, registrados em Boletins de Ocorrências e Termo Circunstanciado de Ocorrência.

Tipo de Relacionamento	Boletim de Ocorrência		Termo Circunstanciado de Ocorrência	
	f	%	f	%
Amásio	300	34,2	91	23,3
Esposo	194	22,1	66	16,9
Ex-amásio	156	17,8	121	31,0
Ex-esposo	103	11,8	50	12,8
Ex-namorado	85	9,7	52	13,3
Namorado	38	4,3	10	2,6
Total	876	100,0	390	100,0

NOTA: Boletim de Ocorrência relativo ao período de janeiro a junho de 2004; Termo Circunstanciado de Ocorrência em andamento relativo ao período de janeiro de 2003 a maio de 2004.

Nota-se que, seguindo a tendência observada nos dados contidos nos Boletins de Ocorrência (Tabela 2), amásios e ex-amásios representam também mais de 50% dos registros no Juizado Especial Criminal.

Esses dados mostram-se compatíveis com uma exaustiva revisão da literatura, realizada por Brownridge e Halli (2002), que demonstraram um número consistentemente maior de relatos de violência pelas mulheres amasiadas do que pelas casadas. De fato, uma inspeção dos resultados apresentados pelos respectivos autores, mostra que a prevalência de violência contra as amasiadas é, tipicamente, entre uma ou duas vezes mais que para as casadas.

6.1.2 Caracterização do autor

- **Faixa Etária**

Com relação a idade do autor, conforme Boletim de Ocorrência foi verificado que estes apresentavam, em média 33,2 anos, com um desvio padrão de 9,39 anos. Esta dispersão representa uma variabilidade de aproximadamente 28 %, revelando, assim como para a idade da vítima uma dispersão de idade, em torno da média, relativamente alta. A idade do autor variou de 17 a 69 anos, apresentando, portanto uma amplitude total de 52 anos.

Verifica-se, conforme Tabela 3, que existe uma concentração de ocorrências na faixa etária do autor entre 21 e 40 anos (62,5%), mas nota-se também um aumento no percentual da idade dos agressores na faixa de 60 a 69 anos quando comparado com a mesma faixa etária das vítimas, respectivamente 0,5% e 1%.

Os dados relativos aos TCOs mostram que a idade média do autor foi de 38,08 anos com desvio padrão de 10,27 anos. A idade do autor variou de 19 a 74 anos, apresentando, portanto uma amplitude total de 55 anos.

Comparando com as informações obtidas nos Boletins de Ocorrência, verifica-se aumento na idade média do agressor.

Com relação a faixa etária do autor das violências, verifica-se que nos casos registrados no Juizado ocorre um predomínio das faixas etárias de 21 a 40 anos (64,6%), conforme revelam os dados apresentados na Tabela 3.

TABELA 3

Faixa etária dos autores de violência conjugal registrado nos boletins de Ocorrência e no Termo Circunstanciado de Ocorrência.

Faixa etária dos autores	Boletim de Ocorrência		Termo Circunstanciado de Ocorrência	
	f	%	f	%
Ate 20	38	4,3	16	4,1
21 a 30	291	33,2	120	30,8
31 a 40	257	29,3	132	33,8
41 a 50	118	13,5	75	19,2
51 a 60	32	3,7	26	6,7
61 a 70	140	16,0	20	4,0
71 a 74	-	-	1	1,4
Total	876	100,0	390	100,0

NOTA: Boletim de Ocorrência relativo ao período de janeiro a junho de 2004; Termo Circunstanciado de Ocorrência em andamento relativo ao período de janeiro de 2003 a maio de 2004.

Esses dados corroboram com estudo realizado por Diniz et al. (2003) cujos resultados revelaram que os agressores encontram-se numa faixa etária de 20 a 30 anos, seguida pela faixa de 30 a 40 anos, conforme BOs. (DINIZ et al., 2003)

Outras informações coletadas tais como bairro e profissão das vítimas e dos agressores apresentaram uma alta variabilidade, indicando que as denúncias de violência contra a mulher ocorrem em diversos bairros de Uberlândia e, tanto a profissão das vítimas quanto as dos autores são diversas, variando de desempregados e do lar até empresários e profissionais liberais.

6.1.3 Magnitude da Violência conjugal.

Os principais tipos de queixas relatadas pelas mulheres vítimas de violência são apresentados na Tabela 4. Os dados registrados nos BOs indicam que 25,7% das queixas são

decorrentes de motivos fúteis, seguidos de ausência de motivos (21,2%). A soma desses percentuais (46,9%) sugere que a violência ocorre independentemente de motivos relevantes. Na seqüência o maior percentual está associado ao uso de bebida e drogas (20,3%). Constam ainda como fatores desencadeantes da violência, fim de relacionamento, ciúmes e outros motivos.

Por outro lado, a análise dos tipos de queixas contidos nos TCOs aponta como queixa principal o fim do relacionamento (47,7%), seguida de motivos fúteis (19,7%) e outros motivos (18,7%). Observa-se que há diferença nos percentuais, visto que praticamente a metade (47,7%) dos casos de denúncia de violência conjugal estão relacionados à não aceitação por parte de agressor do fim do relacionamento. Comparando-se estes dados com os apresentados nos Boletins de Ocorrência, verifica-se um aumento considerável deste tipo de queixa (de 14,6% para 47,7%). O motivo fútil passa a ocupar o segundo lugar nos TCOs, em contraposição ao primeiro lugar nos Boletins. É importante esclarecer que motivo fútil, "*é aquele insignificante, frívolo, em que há desproporção entre o crime praticado e sua causa moral e incapaz de dar ao ato uma explicação razoável*" (CAPEZ, s.d.).

TABELA 4

Principais tipos de queixas das vítimas de violência conjugal, registradas nos boletins de ocorrências e Termos Circunstanciado de Ocorrência.

Tipos de queixas	Boletim de Ocorrência		Termo circunstanciado de Ocorrência	
	f	%	f	%
Denúncia	178	20,3	35	9,0
Bebida/droga	77	8,8	19	4,9
Ciúme	128	14,6	186	47,7
Fim relacionamento	225	25,7	77	19,7
Motivos fúteis	82	9,4	73	18,7
Outros	186	21,2	-	-
Sem motivo	876	100,0	390	100
Total				

NOTA: Boletim de Ocorrência relativo ao período de janeiro a junho de 2004; Termo Circunstanciado de Ocorrência em andamento relativo ao período de janeiro de 2003 a maio de 2004.

Examinando a Tabela 5, relativa às descrições da violência sofrida e à incidência penal, observa-se nos Boletins de Ocorrência que a ameaça à integridade física é o principal tipo de violência, com 30,0% dos casos, seguida pela agressão (27,4%) e lesão corporal com 19,4%. As demais ocorrências responderam por aproximadamente 23%.

Por sua vez, os dados de incidência penal, registrados nos TCOs demonstram que aproximadamente 30% das ocorrências que chegam no Juizado são também devido às ameaças sofridas pelas vítimas e ao se associar a ameaça com outros tipos de ocorrências tem-se 70% dos casos. A lesão corporal, que é a segunda causa, representou 19,5 % das ocorrências e associada a outras incidências observa-se que no total 34,6% das mulheres sofreram lesão corporal. De forma semelhante, se vincularmos vias de fato a outras incidências penais, verifica-se que 25% das mulheres especificaram essa incidência nos TCOs. Chama a atenção a grande associação existente entre ameaça e lesão corporal (12,1%), e ameaça e vias de fato (16,2%) conforme Tabela 5. Portanto, pode-se inferir que geralmente os casos mais graves são levados ao juizado.

Comparando os resultados obtidos nas duas fontes de dados, ou seja, a descrição da violência sofrida (BO) e a incidência penal (TCO), verifica-se grande semelhança, como pode-se observar nos casos de ameaça.

Em relação a esse quesito, Saffioti (1999) observa que em 1988, o número de denúncias de agressão contra a mulher registradas na primeira e terceira DDM de São Paulo foi de 85%, enquanto que o número de ameaças foi de 4,17%. Por outro lado nas mesmas delegacias, no ano de 1992, a pesquisadora acima citada, verifica que as denúncias de agressão caíram para 68% dos casos, e as de ameaça subiram para 21,3% (SAFFIOTI, 1999).

Williams et al.(1999) também fizeram um levantamento dos tipos de delitos de violência contra a mulher registrados na DDM de São Carlos. Verificaram que a média anual de delitos registrados tem sido em torno de 1411. Desses delitos, a média anual de casos de LC tem sido

de 466 casos. Afirmam, entretanto, que a média anual de ameaças (222 casos) vem aumentando ao longo dos anos, chegando a 345 casos no ano de 2000 (WILLIAMS et al., 1999).

TABELA 5

Descrições de violência sofrida pelas mulheres registradas nos Boletins de Ocorrência e registros de Incidência penal conforme Termo Circunstanciado de Ocorrência relativos à violência conjugal.

Descrição da violência e Incidência Penal	BO		TCO	
	f	%	f	%
Ameaça	263	30,0	116	29,7
Ameaça/Danos	-	-	2	0,5
Ameaça/Danos/Lesão Corporal	-	-	1	0,3
Ameaça/Danos/Lesão Corporal	-	-	2	0,5
Ameaça/Invasão Domicílio	-	-	47	12,1
Ameaça/Lesão Corporal	-	-	1	0,3
Ameaça/Lesão Corporal/ Perturbação da Tranqüilidade	-	-	1	0,3
Ameaça/Lesão Corporal/Vias de Fato	-	-	23	5,9
Ameaça/Perturbação Tranqüilidade	-	-	63	16,2
Ameaça/Vias de Fato	-	-	1	0,3
Ameaça/Vias de Fato/Danos	-	-	1	0,3
Ameaça/Vias de Fato/ Perturbação Tranqüilidades	-	-	1	0,3
Danos/Ameaça	-	-	2	0,5
Danos/Via de Fato	-	-	1	0,3
Difamação	2	0,2	1	0,3
Difamação/Calúnia	-	-	1	0,3
Injúria	170	19,4	76	19,5
Lesão Corporal	-	-	6	1,5
Lesão Corporal/Ameaça	-	-	1	0,3
Lesão Corporal/Danos	-	-	1	0,3
Lesão Corporal/Invasão Domicílio	6	0,7	7	1,8
Perturbação Tranqüilidade	-	-	3	0,8
Perturbação Tranqüilidade/Ameaça	-	-	1	0,3
Perturbação Tranqüilidade/Difamação	132	15,1	27	6,9
Vias Fato	-	-	4	1,0
Vias Fato/Ameaça	6	0,7	-	-
Outras	1	0,1	-	-
Violação de domicilio	1	0,1	-	-
Homicídio tentado	9	1,0	-	-
Embriagues	18	2,1	-	-
Danos (patrimonial)	28	3,2	-	-
Atrito verbal	240	27,4	-	-
Agressão	876	100,0	390	100,0
Total				

NOTA: Boletim de Ocorrência relativo ao período de janeiro a junho de 2004; Termo Circunstanciado de Ocorrência em andamento relativo ao período de janeiro de 2003 a maio de 2004.

Estes resultados estão de acordo com a pesquisa apresentada pela Fundação Perseu Abramo (FPA, 2001, apud LIANE; ROVINSKI, 2004), segundo a qual, 31% das denúncias nas Delegacias se dão por ameaça e 21% por espancamento com marcas, fraturas ou cortes (Lesão Corporal).

6.1.4 Tipo de relação entre vítima e agressor, e sua associação à descrição da violência.

A Tabela 6 contém uma comparação entre o status conjugal e a descrição da violência, e revela uma associação significativa, pelo teste de qui-quadrado (qui-quadrado = 112,66; $p < 0,01$), entre as variáveis, ou seja, neste caso ocorre dependência entre a relação do autor com a vítima e a descrição da violência para as denúncias registradas nos BOs. Verifica-se que a agressão é predominante nos casos em que a relação autor/vítima é de amásio ou esposo. Por outro lado, a ameaça é prevalente nos casos em que houve rompimento do relacionamento, como pode ser verificado nos casos relativos a ex-amásio, ex-esposo e ex namorado.

TABELA 6

Análise conjunta da relação autor/vítima e descrição da violência conjugal conforme Boletins de Ocorrências registrados na Delegacia da Mulher de Uberlândia.

Relação vítima/ autor	Descrição da violência						
		Agressão	Ameaça	Lesão corporal	Vias de fato	Outras	Total
Amásio	f	94	58	69	54	25	300
	%	10,7	6,6	7,9	6,2	2,9	34,2
Esposo	f	59	39	42	38	16	194
	%	6,7	4,5	4,8	4,3	1,8	22,1
Ex-amásio	f	45	72	17	10	12	156
	%	5,1	8,2	1,9	1,1	1,4	17,8
Ex-esposo	f	21	49	7	10	16	103
	%	2,4	5,6	0,8	1,1	1,8	11,8
Ex-namorado	f	10	39	22	12	2	85
	%	1,1	4,5	2,5	1,4	0,2	9,7
Namorado	f	11	5	13	7	2	38
	%	1,3	0,6	1,5	0,8	0,2	4,3
Total	f	240	262	170	131	73	876
	%	27,4	29,9	19,4	15,0	8,3	100,0
Teste de Qui-Quadrado		$\chi^2 = 112,66$	$p < 0,01$				

NOTA: Boletim de Ocorrência relativo ao período de janeiro a junho de 2004.

Os dados contidos nos registros do TCOs são apresentados na Tabela 7. Os resultados mostram que dos 122 casos registrados como ameaça, praticamente a metade (N = 60), estava relacionado a amásios ou ex-amásios. Observa-se, entretanto, que o crime mais freqüente cometido pelos amásios é a lesão corporal. Por outro lado, a ameaça, assim como ocorreu nos BOs apresentou a maior incidência nos casos de separação do casal, como pode ser visto nas relações entre ex-amásio, ex-esposo e ex-namorado. Interessante observar que o crime mais denunciado nos TCOs pelas esposas foi o de ameaça, diferenciando-se do que pode ser observado nas denúncias registradas nos Boletins de Ocorrência. Nas demais classes de Incidência Penal a tendência se mantém.

TABELA 7

Análise conjunta da relação autor/vítima e incidência penal dos casos registrados no Juizado Especial Criminal de Uberlândia, relativos à violência conjugal.

Relação vítima/ autor		Incidência Penal								Total
		A	A/LC	A/PT	A/VF	LC	LC/A	Outros	VF	
Amásio	f	21	14	1	18	27	2	2	6	91
	%	5,4	3,6	0,3	4,6	6,9	0,5	0,5	1,5	23,3
Esposo	f	21	6	1	12	12	2	2	10	66
	%	5,4	1,5	0,3	3,1	3,1	0,5	0,5	2,6	16,9
Ex- amásio	f	39	19	11	21	15	-	7	9	121
	%	10,0	4,9	2,8	5,4	3,8	-	1,8	2,3	31,0
Ex-esposo	f	22	3	6	3	8	-	3	5	50
	%	5,6	0,8	1,5	0,8	2,1	-	0,8	1,3	12,8
Ex- namorado	f	17	6	3	8	11	2	2	3	52
	%	4,4	1,5	0,8	2,1	2,8	0,5	0,5	0,8	13,3
Namorado	f	2	1	1	3	3	-	-	-	10
	%	0,5	0,3	0,3	0,8	0,8	-	-	-	2,6
Total	f	122	49	23	65	76	6	16	33	390
	%	31,3	12,6	5,9	16,7	19,5	1,5	4,1	8,5	100,0

NOTA: Termo Circunstanciado de Ocorrência em andamento relativo ao período de janeiro de 2003 a maio de 2004. A = ameaça, A/LC = ameaça / lesão corporal, A/PT = ameaça / perturbação da tranquilidade, A/VF = ameaça / vias de fato, LC = lesão corporal, LC/A = lesão corporal / ameaça, VF = vias de fato.

Os dados relativos ao tipo de relacionamento do autor com a vítima e o tipo de queixa feita em Boletins de Ocorrência pela vítima é apresentado na Tabela 8. Foi verificada dependência entre essas duas variáveis. Observa-se o predomínio de motivos fúteis para a violência perpetrada pelos amásios, bebida e drogas para os esposos e ciúmes para namorados. Já para ex-amásio, ex-namorado e ex-esposo, a violência é devida ao fim do relacionamento.

TABELA 8

Análise conjunta da relação autor/vítima e queixa relativa à violência conjugal. Boletins de Ocorrências registrados na Delegacia da Mulher de Uberlândia.

Queixa		Relação vítima/ autor					Total
		Amásio	Esposo	Ex-amásio	Ex-esposo	Ex-namorado	
bebida/droga	f	86	69	13	8	2	178
	%	9,8	7,9	1,5	0,9	0,2	20,3
Ciúme	f	27	12	10	5	9	77
	%	3,1	1,4	1,1	0,6	1,0	8,8
Fim relac.	f	6	6	46	29	40	128
	%	0,7	0,7	5,3	3,3	4,6	14,6
Mot. Fúteis	f	104	50	29	21	11	225
	%	11,9	5,7	3,3	2,4	1,3	25,7
Outros	f	20	17	20	18	4	82
	%	2,3	1,9	2,3	2,1	0,5	9,4
Sem motivo	f	57	40	38	22	19	186
	%	6,5	4,6	4,3	2,5	2,2	21,2
Total	f	300	194	156	103	85	876
	%	34,2	22,1	17,8	11,8	9,7	100,0

NOTA: Boletim de Ocorrência relativo ao período de janeiro a junho de 2004.

Na Tabela 9 são apresentados os dados relativos à análise conjunta entre o a relação vítima/autor e o tipo de queixa feita através do TCOs pela vítima. Nota-se mais uma vez que motivos fúteis predominam como causa da violência quando a relação vítima autor é de amásio, e da mesma forma que pode ser observado nos BOs, quando o tipo de relação entre vítima e autor é de ex-amásio, ex-esposo e ex-namorado, há o predomínio do motivo fim de relacionamento.

Nota-se que fim de relacionamento representa quase a da metade dos tipos de queixas, e que há um predomínio dessa queixa quando a relação vítima/autor é de ex-amásios, ex-esposos e ex-namorado.

TABELA 9

Análise conjunta da relação vítima/autor e tipo de queixa dos casos registrados no Juizado de Uberlândia, relativos à violência conjugal.

Relação vítima/autor		Queixa				Total	
		Bebida	Ciúmes	Fim rel.	M. fúteis		Outros
				19	24	22	91
Amásio	f	18	8	19	24	22	91
	%	4,6	2,1	4,9	6,2	5,6	23,3
Esposo	f	12	3	15	17	19	66
	%	3,1	0,8	3,8	4,4	4,9	16,9
Ex-amásio	f	2	4	82	19	14	121
	%	0,5	1,0	21,0	4,9	3,6	31,0
Ex-esposo	f	2	1	26	8	13	50
	%	0,5	0,3	6,7	2,1	3,3	12,8
Ex- namorado	f	-	1	41	6	4	52
	%	-	0,3	10,5	1,5	1,0	13,3
Namorado	f	1	2	3	3	1	10
	%	0,3	0,5	0,8	0,8	0,3	2,6
Total	f	35	19	186	77	73	390
	%	9,0	4,9	47,7	19,7	18,7	100,0

NOTA: Termo Circunstanciado de Ocorrência em andamento relativo ao período de janeiro de 2003 a maio de 2004.

6.1.5 Tipo de queixa e descrição penal / incidência penal.

A Tabela 10 mostra a relação entre o tipo de denúncia feita pela vítima e a descrição penal registrada nos BOs. Pode-se observar que a agressão, lesão corporal e vias de fato parece ser predominantemente decorrente de motivos fúteis, enquanto que nos casos de ameaça o predomínio observado decorre da denúncia relacionada ao fim do relacionamento.

TABELA 10

Análise conjunta da descrição da violência e da queixa relativa a violência conjugal registrados nos Boletins de Ocorrências.

Queixa		Descrição da violência					Total
		Agressão	Ameaça	Lesão Corporal	Vias de Fato	Outras	
Bebida/droga	f	59	32	28	36	23	178
	%	6,7	3,7	3,2	4,1	2,6	20,3
Ciúme	f	17	22	22	11	5	77
	%	1,9	2,5	2,5	1,3	0,6	8,8
Fim relac.	f	25	76	11	11	5	128
	%	2,9	8,7	1,3	1,3	0,6	14,6
Motivos Fúteis	f	63	45	59	45	13	225
	%	7,2	5,1	6,7	5,1	1,5	25,7
Outros	f	26	23	11	6	16	82
	%	3,0	2,6	1,3	0,7	1,8	9,4
Sem motivo	f	50	64	39	22	11	186
	%	5,7	7,3	4,5	2,5	1,3	21,2
Total	f	240	262	170	131	73	876

NOTA: Boletim de Ocorrência relativo ao período de janeiro a junho de 2004.

Na análise conjunta da incidência penal e o tipo de queixa (Tabela 11) registrados nos TCOs, também se destaca o tipo de queixa fim de relacionamento como sendo, dentro de todas as classes de incidência penal, a principal causa de queixa. Além disso, a ameaça que aparece como o principal crime cometido contra a parceira está também relacionado a outros tipos de incidência penal. Verifica-se que o crime de ameaça e de lesão corporal é mais denunciado quando se trata da queixa fim de relacionamento e da queixa motivos fúteis, respectivamente.

TABELA 11

Análise conjunta da incidência penal e tipo de queixas dos casos registrados no Juizado de Uberlândia, relativos à violência conjugal.

Queixa		Incidência Penal							Total	
		A	A/LC	A/PT	A/VF	LC	LC/A	OUTROS		VF
					9	8	-	2	2	35
Álcool	f	6	8	-	2,3	2,1	-	0,5	0,5	9,0
	%	1,5	2,1	-	2	6	1	-	1	19
Ciúmes	f	6	3	-	0,5	1,5	0,3	-	0,3	4,9
	%	1,5	0,8	-	0,5	1,5	0,3	-	0,3	4,9
Fim de relação	f	76	22	20	30	19	3	9	7	186
	%	19,5	5,6	5,1	7,7	4,9	0,8	2,3	1,8	47,7
Motivos Fúteis	f	11	8	1	14	24	2	2	15	77
	%	2,8	2,1	0,3	3,6	6,2	0,5	0,5	3,8	19,7
Outros	f	23	8	2	10	19	-	3	8	73
	%	5,9	2,1	0,6	2,6	4,9	-	0,8	2,1	18,7
Total	f	122	49	23	65	76	6	16	33	390
	%	31,3	12,6	5,9	16,7	19,5	1,5	4,1	8,5	100,0

NOTA: Termo Circunstanciado de Ocorrência em andamento relativo ao período de janeiro de 2003 a maio de 2004. A = ameaça, A/LC = ameaça / lesão corporal, A/PT = ameaça / perturbação da tranqüilidade, A/VF = ameaça / vias de fato, LC = lesão corporal, LC/A = lesão corporal / ameaça, VF= vias de fato.

6.1.6 Proporção de boletins de ocorrências com violência contra a mulher no período de janeiro a junho de 2004.

A Figura 4 mostra a série temporal da percentagem diária de casos de violência doméstica contra a mulher registrada em relação ao total diário de boletins registrados na cidade de Uberlândia.

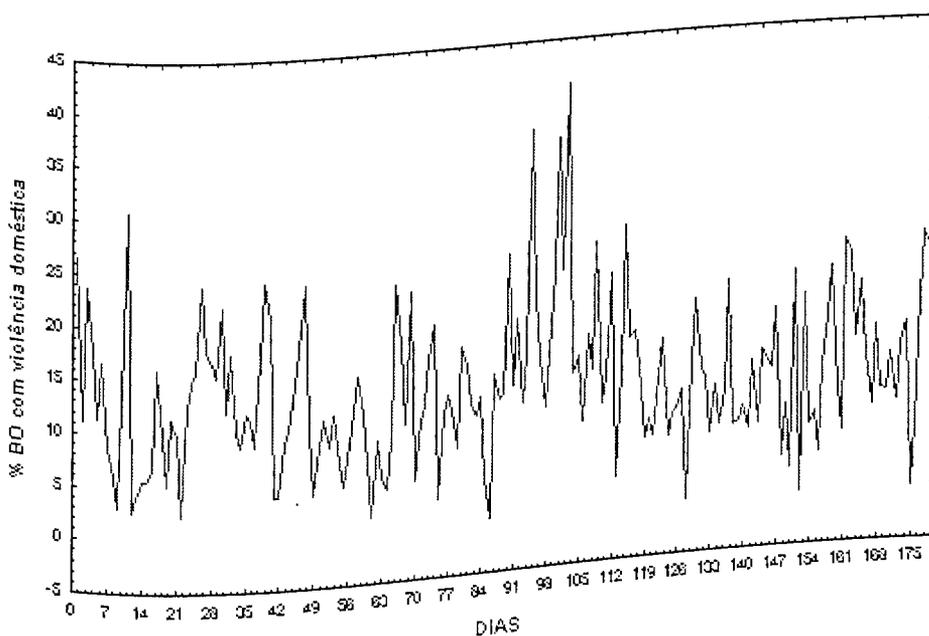
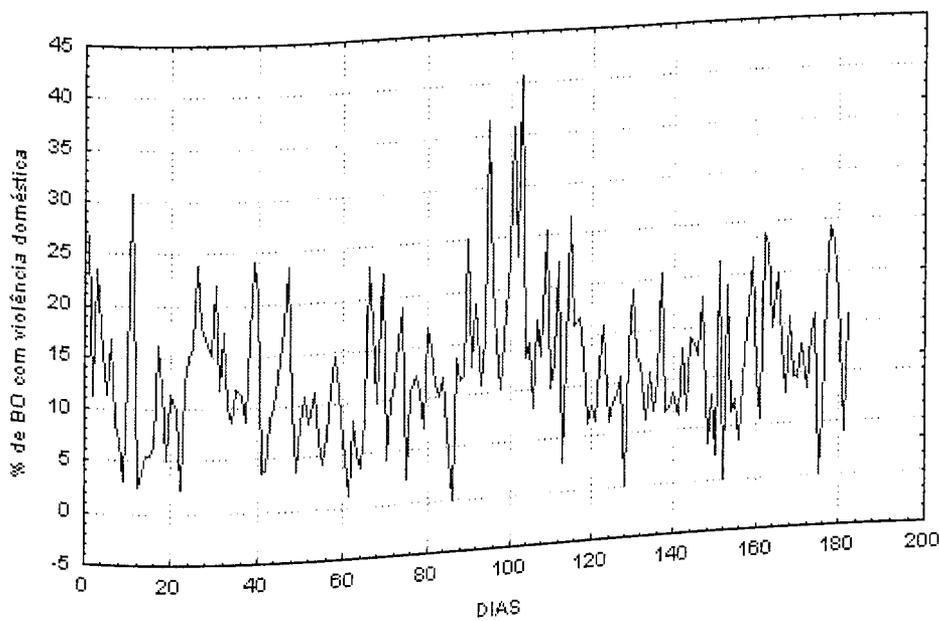


FIGURA 4 - Série temporal da percentagem de Boletins de Ocorrência com violência doméstica contra a mulher. Uberlândia - MG - janeiro a junho de 2004.

Nota-se a ocorrência significativa de picos aproximadamente equidistantes e uma inspeção nos dados obtidos pode-se constatar que estes picos ocorrem, geralmente em fins de semana, ou seja, com uma periodicidade de sete dias.

Na Figura 5 é apresentada a análise da densidade espectral dessa série. Este tipo de análise tem o objetivo de verificar se as ocorrências dos picos são significativas ao longo da

série. Este procedimento se baseia na técnica matemática conhecida como transformada de Fourier.

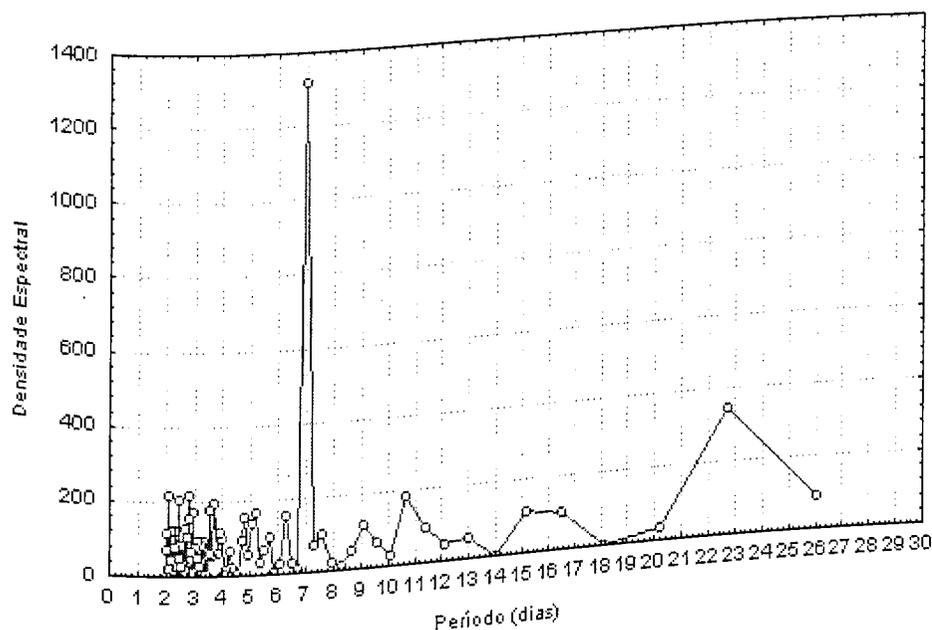


FIGURA 5 - Densidade espectral da percentagem de Boletins de Ocorrências com violência doméstica contra a mulher.

A Figura 5 confirma, estatisticamente, o que foi observado na inspeção visual dos dados, ou seja, a ocorrência de um pico significativo de percentagem de violência doméstica a cada sete dias, com uma densidade espectral acima de 1200 unidades enquanto os demais valores ficaram sempre abaixo de 400 unidades.

Como informação complementar obteve-se ainda informações registradas nos Termos Circunstanciados de Ocorrência de tempo de relacionamento do casal. Entretanto, verificou-se que 163 dos 390 casos pesquisados (41,8% dos casos) não apresentavam essa informação.

Não obstante pode-se observar um baixo índice de registros para tempo de relacionamento inferior a 1 ano e superior a 15 anos. A média de tempo de relacionamento foi de 8,57 anos com desvio padrão de 7,71 anos, mostrando que ocorre uma alta variabilidade (desvio padrão

praticamente igual a média) no tempo de relacionamento dos casais, ou seja, nesta pesquisa foi verificado que as denúncias de violência doméstica contra a mulher ocorreram para casais com apenas um mês de relacionamento até 40 anos de relacionamento.

6.2 Caracterização dos casos de violência conjugal, conforme entrevistas realizadas.

6.2.1 Descrição das participantes das entrevistas

Participaram desse estudo, 71 mulheres vítimas de violência conjugal, que foram entrevistadas individualmente pela pesquisadora.

Quanto à faixa etária as mulheres relataram ter idades variando entre 17 e 59 anos. A idade média foi de 34,69 anos, com um desvio padrão de 10,64 anos. Na Tabela 12 é apresentada a distribuição das idades das mulheres que foram classificadas em nove intervalos de cinco anos cada.

Num primeiro momento pode se observar que havia uma maior concentração de mulheres com idades entre 31 e 35 anos seguidas pela faixa de 36 a 40. Não obstante, percebe-se a tendência de concentração de idades das mulheres entre 21 e 40 anos. Verifica-se que 64,8% das mulheres entrevistadas apresentavam idade neste intervalo.

Estes dados se mostram compatíveis com aqueles verificados nas outras fases desta pesquisa, ou seja, com o levantamento das informações dos Boletins de Ocorrências e dos Termos Circunstanciados de Ocorrência.

TABELA 12

Distribuição de idade das mulheres vítimas de violência conjugal, entrevistadas na Delegacia da Mulher de Uberlândia.

Faixa etária (anos)	f	%
		8,5
15 a 20	6	12,7
21 a 25	9	15,5
26 a 30	11	19,7
31 a 35	14	16,9
36 a 40	12	9,9
41 a 45	7	8,5
46 a 50	6	2,8
51 a 55	2	5,6
56 a 60	4	100,0
Total	71	

NOTA: Entrevistas realizadas no período de maio a julho de 2004.

Em relação à cor 75% as mulheres classificaram a si mesmas como sendo branca, 16,9% como parda e 8,5% como negra.

Quanto à naturalidade, o predomínio é de mulheres de outras cidades, sendo que 39,4% se revelaram oriundas de outras cidades de Minas Gerais, 19,7% do Estado de Goiás, 9,9% de outros estados, isto pode estar associado à própria característica da cidade que recebe uma imigração bastante acentuada por ser considerada cidade pólo do Triângulo Mineiro. Apenas 31% das entrevistadas tinham naturalidade de Uberlândia.

Os dados do estado civil apresentados na Tabela 13 mostram que aproximadamente 50% das mulheres são casadas oficialmente. Deve-se destacar, como visto nas outras fases desta pesquisa, o alto índice de amasiadas (45,1%). Observa-se ainda que 5,6% declararam-se solteiras, apesar de conviverem maritalmente com o agressor.

TABELA 13

Distribuição do estado civil das mulheres vítimas de violência conjugal, entrevistadas na Delegacia da Mulher de Uberlândia.

	f	%
Estado civil	35	49,3
Casada	32	45,1
Amasiada	4	5,6
Solteira	71	100,0

NOTA: Entrevistas realizadas no período de maio a julho de 2004.

Quanto ao bairro residencial, observa-se uma alta dispersão, 29 bairros foram citados pelas mulheres, indicando que a violência contra a mulher ocorre em diversos bairros de Uberlândia. Essa mesma característica é observada em relação à profissão das mulheres. Foi revelado, entretanto, número expressivo de mulheres que se declararam *do lar* (22,5%) enquanto, 18,3% apresentaram-se como domésticas. As profissões das vítimas são bastante amplas, podendo ser observadas profissões como estudante, professora, comerciante, vendedora, ministra de igreja, gary, bordadeira, costureira, faxineira, dentre outras.

A tendência da dispersão é também verificada ao se analisar os dados relativos à religião das mulheres. A Tabela 14 revela que há um predomínio da religião católica (53,5%) seguida pela evangélica (21,1%). Somando-se estes dois segmentos têm-se 74,6% dos casos. Entretanto, chama atenção o fato de 8 diferentes religiões terem sido citadas por 71 mulheres. Além disso, 9,9% das mulheres declararam não terem religião. No quesito sobre a prática da religião, verificou-se ainda que 47,9% das entrevistadas revelaram não serem praticantes.

TABELA 14

Distribuição da religião das mulheres vítimas de violência conjugal, entrevistadas na Delegacia da Mulher de Uberlândia.

	f	%
Religião	38	53,5
Católica	3	4,2
Espírita	4	5,6
Crente	15	21,1
Evangélica	1	1,4
Presbiteriana	7	9,9
Não tem	1	1,4
Testemunha de Jeová	1	1,4
Budista	1	1,4
Adventista	1	1,4
Total	71	100,0

NOTA: Entrevistas realizadas no período de maio a julho de 2004.

A Tabela 15 mostra as informações sobre a escolaridade das participantes e indica que grande parcela das mulheres possui apenas o primeiro grau incompleto, mas foram observados casos em todos os níveis de escolaridade, desde analfabeta até nível superior.

TABELA 15

Distribuição por frequência do nível de escolaridade das mulheres vítimas de violência conjugal, entrevistadas na Delegacia da Mulher de Uberlândia.

	f	%
Escolaridade da mulher	38	53,5
Primeiro grau incompleto	8	11,3
Primeiro grau completo	5	7,0
Segundo grau incompleto	15	21,1
Segundo grau completo	3	4,2
Superior incompleto	1	1,4
Superior Completo	1	1,4
Analfabeta	1	1,4
Total	71	100,0

NOTA: Entrevistas realizadas no período de maio a julho de 2004.

As mulheres entrevistadas declararam possuir uma renda pessoal que varia de zero a três mil reais, ou seja, de zero a 11,5 salários mínimos. A média da renda pessoal foi de R\$ 264,13, o que corresponde a aproximadamente um salário mínimo e o desvio padrão é de R\$

370,85 reais. A mediana foi de R\$ 270,00, ou seja, 50% das mulheres declaram renda inferior a R\$ 270,00 e 50% declaram ter renda superior a este valor.

6.2.2 Descrição dos parceiros

Segundo as respostas das mulheres, conforme se observa na Tabela 16, os parceiros agressores tinham idade entre 19 e 70 anos, apresentaram uma idade média de 39,06 anos e desvio padrão de 11 anos. Os dados mostraram haver um maior número de agressores na faixa de 41 a 45 anos (18,3%). Observou-se que as faixas etárias das vítimas e dos agressores não coincidem, prevalecendo no caso das primeiras de 21 a 40 anos enquanto para os últimos a faixa vai de 31 a 50 anos (62,0%).

Esses dados são similares àqueles verificados nos Termos Circunstanciados de Ocorrência, levantados no Juizado Especial Criminal que revelaram uma idade média do agressor de 38,08 anos com desvio padrão de 10,27 anos, com idade variando de 19 a 74 anos. Tais resultados estão em consonância com a literatura acerca da violência contra a mulher conforme indicado na primeira fase da pesquisa, que descreve a idade das mulheres e dos agressores.

TABELA 16

Distribuição da faixa etária dos parceiros das mulheres vítimas de violência conjugal, entrevistadas na Delegacia da Mulher de Uberlândia.

Faixa etária (anos)	f	%
	2	2,8
15 a 20	9	12,7
21 a 25	6	8,5
26 a 30	10	14,1
31 a 35	11	15,5
36 a 40	13	18,3
41 a 45	10	14,1
46 a 50	7	9,9
51 a 55	2	2,8
56 a 60	1	1,4
66 a 70		
Total	71	100,0

NOTA: Entrevistas realizadas no período de maio a julho de 2004.

Informações relativas às profissões dos agressores apresentaram também uma alta dispersão, assim como indicado no caso das mulheres. As profissões dos parceiros variam numa faixa extensa, podendo ser observados profissionais como: empresário, advogado, militar, garçom, pedreiro, marceneiro, açougueiro, vendedor, publicitário, comerciante, moto-taxista, auxiliar de depósito, empregado rural, dentre outras.

Mais uma vez constata-se que tanto a profissão das vítimas como as dos agressores são bastante diversas variando de desempregados e do lar até empresários e profissionais liberais com curso superior.

Pode se verificar nesta pesquisa que entre os agressores, 81,7% (58 dos 71) estavam empregados, 15,5% estavam desempregados e 2,8% encontravam-se aposentados.

Em sua maioria eles possuem baixa escolaridade, 53,5% possui apenas o primeiro grau incompleto (Tabela 17). As mulheres declararam que 4,2% dos parceiros tinham o terceiro grau completo. Curiosamente pode-se observar que 5,6% das entrevistadas não sabiam o grau de escolaridade de seus parceiros.

TABELA 17

Escolaridade dos parceiros das mulheres vítimas de violência conjugal, entrevistadas na Delegacia da Mulher de Uberlândia.

Escolaridade do parceiro	f	%
Primeiro grau incompleto	38	53,5
Primeiro grau completo	6	8,5
Segundo grau incompleto	7	9,9
Segundo grau completo	4	5,6
Superior incompleto	2	2,8
Superior Completo	3	4,2
Não sabe	4	5,6
Analfabeto	7	9,9
Total	71	100,0

NOTA: Entrevistas realizadas no período de maio a julho de 2004.

Com relação à renda do companheiro verificou-se que das 71 entrevistadas 68 declaram conhecer a renda do companheiro e o valor variou de um mínimo de R\$ 0,00 à R\$ 32.000,00, com média de R\$1.411,18 e desvio padrão de R\$ 4.048,20. Nota-se que a renda declarada de R\$ 32.000,00, seguida por R\$ 10.000,00 e R\$ 6.000,00 elevaram o valor da média e provocaram a alta dispersão avaliada pelo desvio padrão e que uma análise de outra medida de posição, como a mediana de R\$ 545,00 revelou com mais fidelidade à situação da renda do companheiro.

O paralelo entre a renda e escolaridade do parceiro indica o predomínio de níveis baixos em ambos os casos, entretanto os dados também evidenciam a presença de agressores que possuem renda e grau de instrução elevado. Esses indicadores podem estar apontando para a hipótese de que a violência conjugal permeia níveis educacionais e sócio-econômicos variados da sociedade. Ainda assim, nota-se que as denúncias ocorrem com menor frequência nas famílias de maior poder aquisitivo. Este dado pode estar apenas evidenciando que, para as camadas mais altas, a violência conjugal não é denunciada. Se esta hipótese estiver correta, as pesquisas sobre o tema não retratam com exatidão a realidade deste fenômeno.

Estes dados são compatíveis aos encontrados por Pazinoto (apud BRIGA de marido e mulher, 2004) que afirma que embora haja uma tendência a atrelar a violência contra a mulher

contra as classes menos favorecidas, o problema atinge mulheres de diferentes níveis econômicos, e escolaridade. As classes menos favorecidas procuram mais os serviços de policiais e de delegacias, enquanto que as de classes altas e médias procuram outros recursos: médicos, psicólogos e advogados particulares.

6.2.3 Descrição das características comuns ao casal

Considerando-se os resultados relativos à constelação familiar, as participantes da pesquisa informaram que possuíam de zero a oito filhos, sendo que a média de filhos por casal foi de 2,37 filhos com desvio padrão de 1,45 filhos. Estes dados mostram a tendência de concentração do número de filhos entre 1 e 3, sendo confirmados através da distribuição apresentada na Tabela 18.

TABELA 18

Número de filhos das mulheres vítimas de violência conjugal, entrevistadas na Delegacia da Mulher de Uberlândia.

Número de filhos	f	%
0	3	4,2
1	18	25,4
2	21	29,6
3	17	23,9
4	17	11,3
5	8	1,4
6	1	2,8
7	2	1,4
8	1	1,4
Total	71	100,0

NOTA: Entrevistas realizadas no período de maio a julho de 2004.

Em um estudo mais detalhado sobre a idade dos filhos, verificou-se que a idade mínima do primeiro filho das vítimas era de alguns meses e a máxima de 36 anos, com média de 14,49 anos e desvio padrão de 9,70 anos. Já para o segundo filho a idade mínima foi de 2

anos e a máxima de 34 anos (média de 15,16 anos e o desvio padrão de 8,14 anos). Para o terceiro filho, observou-se idade mínima de 2 anos e máxima de 32 (média de 13,83 anos e desvio padrão de 8,79 anos) e para o quarto filho a idade mínima de 4 e máxima de 31 (média de 17,17 anos e desvio padrão de 8,85 anos).

Assim hipotetiza-se que, o número de filhos e a idade dos filhos parece não exercer influência sobre as ações da mulher. Entretanto Snell, Rosenwald e Robey (1964, apud Gelles, 1976) afirmam que a presença de um filho mais velho motiva as mulheres a levar seus parceiros à corte.

Em relação à moradia, 47,9% das entrevistadas declararam residir em casa própria, 39,4% habitam em imóvel alugado e as demais (12,7%) em imóvel cedido.

Considerando o tempo de convivência do casal, ou seja, período no qual o casal compartilha a mesma residência, a média observada foi de 13,31 anos (desvio padrão de 9,48 anos), variando entre o mínimo de menos de 1 ano a 37 anos.

6.2.4 Descrição da violência

Considerando-se a época de origem da violência no relacionamento, 73,3% das mulheres entrevistadas revelaram que esta teve início ainda na fase de namoro ou logo no início do casamento, conforme dados da Tabela 19. O tempo médio que as mulheres sofrem a agressão foi de 12,2 anos (desvio padrão igual a 9,18 anos), com o mínimo de menos de 1 ano e máximo de 38 anos.

Estas informações quando comparadas ao tempo de convívio mostram que o início da agressão pode anteceder em um ano a moradia comum. Observa-se que a fase do namoro já revelava a problemática da violência para 31,0% das mulheres.

TABELA 19

Início das agressões sofridas por mulheres vítimas de violência conjugal, entrevistadas na Delegacia da Mulher de Uberlândia.

	f	%
Início das agressões	22	31,0
Namoro	30	42,3
Início do casamento	5	7,0
Durante a primeira gravidez	6	8,5
Após nascimento do 1º filho	3	4,2
Após nascimento do 2º filho	5	7,0
Após algum evento	71	100,0
Total		

NOTA: Entrevistas realizadas no período de maio a julho de 2004.

A análise da periodicidade das agressões (Tabela 20) indica que as estas ocorrem diária e semanalmente com maior frequência (88,8%), sugerindo que as agressões são uma rotina na convivência do casal.

TABELA 20

Frequência da violência sofrida pelas mulheres entrevistadas na Delegacia da Mulher de Uberlândia.

	f	%
Frequência das agressões	31	43,7
Todos os dias	32	45,1
Semanalmente	4	5,6
Quinzenalmente	3	4,2
Mensalmente	1	1,4
Outros	71	100,0
Total		

NOTA: Entrevistas realizadas no período de maio a julho de 2004.

As causas das agressões são apresentadas na Tabela 21, com as respectivas percentagens de ocorrência (respostas SIM ou NÃO para cada motivo). Verifica-se que: ciúmes, nervosismo do parceiro, agressividade do parceiro e uso de álcool, nesta ordem, são as principais causas apontadas pelas mulheres para as agressões do parceiro, todas com frequências superiores a 50%. Observa-se ainda que a acusação de traição da mulher pelo

parceiro (38,0%) e traição do próprio parceiro são freqüentemente percebidas pelas mulheres como causas das agressões.

TABELA 21

Porcentagem de ocorrência das causas gerais da violência sofrida, relatadas por mulheres vítimas de violência conjugal, entrevistadas na Delegacia da Mulher de Uberlândia.

Causas da agressão	%	
	Sim	Não
Uso de álcool	50,7	49,3
Drogas	14,1	85,9
Jogo	7,0	93,0
Falta de dinheiro	14,1	85,9
Ele a acusa de traí-lo	38,0	62,0
Traição dele	35,2	64,8
Ciúmes	70,4	29,6
As amizades dele	18,3	81,7
Preguiça dele	9,9	90,1
Falta de iniciativa dele	12,7	87,3
Ele é nervoso	42,3	57,7
A sogra	9,9	90,1
A família dele	7,0	93,0
A família dela	98,6	1,4
Ele é agressivo	54,9	45,1
Ele tem problemas psicológicos	32,4	67,6
A culpa é dela	7,0	93,0
Ele é impotente	97,2	2,8
Ele gosta de gay	2,8	97,2

NOTA: Entrevistas realizadas no período de maio a julho de 2004.

A Tabela 22 mostra as causas atribuídas pelas mulheres às agressões em ordem de importância, sendo classificados em primeiro lugar uso de álcool (33,8%) e ciúme (31,0%). Já em segundo lugar há uma redução no percentual do uso do álcool como motivo de 33,8% para 9,9% e ocorrendo a acusação de traição da mulher, que não apareceu no primeiro caso e apresentou um percentual de 16,9%, ficando atrás apenas do ciúme que teve freqüência de 19,7%. Em terceiro lugar, as mulheres destacaram o motivo "ele é nervoso" (19,7%). Além disso, verifica-se ainda um aumento na quantidade dos motivos listados pelas vítimas.

TABELA 22

Classificação das causas da violência dos parceiros, segundo as mulheres entrevistadas na Delegacia da Mulher de Uberlândia.

	Primeiro motivo		Segundo motivo		Terceiro motivo	
	f	%	f	%	f	%
			7	9,9	3	4,2
Uso de álcool	24	33,8	2	2,8	2	2,8
Drogas	2	2,8	1	1,4	1	1,4
Jogo	1	1,4	1	1,4	2	2,8
Falta de dinheiro	-	-	12	16,9	6	8,5
Ele a acusa de traí-lo	-	-	7	9,9	4	5,6
Traição dele	8	11,3	14	19,7	7	9,9
Ciúme	22	31,0	1	1,4	1	1,4
As amigas dele	-	-	2	2,8	3	4,2
Preguiça dele	-	-	1	1,4	2	2,8
Falta de iniciativa dele	1	1,4				
Ele é nervoso	7	9,9	8	11,3	14	19,7
A sogra	-	-	1	1,4	3	4,2
A família dele	-	-	-	-	3	4,2
Ele é agressivo	3	4,2	9	12,7	10	14,1
Ele tem problemas psicológicos	2	2,8	3	4,2	4	5,6
A culpa é dela	-	-	2	2,8	-	-
Ele é impotente	1	1,4	-	-	1	1,4
Ele gosta de gay	-	-	-	-	1	1,4
Não informado	-	-	-	-	4	5,6
Total	71	100,0	71	100,0	71	100,0

NOTA: Entrevistas realizadas no período de maio a julho de 2004.

A análise dos percentuais relativos às causas das agressões contidas nas Tabelas 21 e 22 sugerem que a gênese das agressões é variada, sendo precipitado relacioná-la estritamente a fatores externos ou internos. Por exemplo, 50% dos agressores fazem uso de álcool enquanto percentual quase idêntico não o faz, então relacionar o consumo de bebidas alcoólicas ao ato agressivo seria precoce. Por outro lado, características pessoais tais como “ele é agressivo”, “nervoso”, “tem problemas psicológicos” também são apontadas como causas que geram agressão. Determinar de modo preciso a gênese da agressão conjugal requer investigações que envolvam a presença de fatores diversos, não atribuindo antecipadamente importância a priori a um dado motivo.

Considerando ainda as causas geradoras da agressão, na percepção das mulheres, foram destacados ciúmes, traição do parceiro e acusação de traição dela. Esse núcleo de causas parece estar vinculado à relação propriamente dita, enquanto as demais causas estariam ligadas a fatores internos, como por exemplo, características psicológicas. Tal argumentação necessita de pesquisas que possam oferecer subsídios à mesma.

A seguir, na Tabela 23 os resultados relativos aos tipos de agressão utilizada pelo parceiro são apresentados.

TABELA 23

Porcentagem de ocorrência dos tipos de agressão utilizada pelo parceiro, na violência conjugal, conforme entrevistas realizadas na Delegacia da Mulher de Uberlândia.

Tipos de agressão	%	
	Sim	Não
Espancamento	62,0	38,0
Uso de objetos para infringir dor	49,3	50,7
Uso de armas de fogo	4,2	95,8
Enforcamento	66,2	33,8
Queimaduras	11,7	88,3
Esbofeteia	64,8	35,2
Empurrão	94,4	5,6
Tapas	85,9	14,1
Chutes	60,6	39,4
Socos	71,8	28,2
Outros	77,1	22,9

Nota: Entrevistas realizadas no período de maio a julho de 2004.

É necessário esclarecer que a severidade da violência foi considerada em três níveis: baixa, que é caracterizada por empurrar, agarrar e atirar algo contra o outro; média, que é representada pelos atos de esbofetear, chutar, morder ou esmurrar, e alta que acontece através do espancamento e da ameaça com faca ou arma ou uso delas, conforme sugere Straus (1980 apud BREHM, 1985).

Os dados relativos aos tipos de agressões sofridas pelas mulheres entrevistadas nesta pesquisa revelam os 3 níveis de severidade como pode ser observado na Tabela 23. Entretanto uma inspeção mais profunda nos dados mostra que os vários tipos de agressão ocorrem

concomitantemente, pois as mulheres ao responderem a questão sobre as agressões afirmaram que não há atos isolados, como por exemplo, apenas empurrão, mas empurrão e chutes. O conjunto das respostas revela, portanto, dois níveis de severidade da violência: médio e alto.

Ainda tentando esclarecer a severidade da violência, as mulheres relataram agressões ou ameaças com armamento como, por exemplo, a "roleta russa", ameaças de cortar o pescoço. Outra prática usual nas agressões é o uso de cinto para espancar ou enforcar, bater a cabeça na parede e puxar o cabelo. Vale destacar que embora agarrar ou puxar o cabelo seja considerado usualmente uma violência de baixa severidade, uma das mulheres entrevistadas relatou ter raspado a cabeça por não mais suportar ter frequentemente os cabelos arrancados. Chama atenção ainda a agressão através de afogamento em piscina.

Os tipos de violência empregados pelos agressores em conjunto com a frequência de atos agressivos (diários ou semanais) acentuam a severidade do fenômeno. Possivelmente, o aumento da severidade poderia ocasionar a queixa das agressões sofridas às autoridades competentes, através do Termo Circunstanciado de Ocorrência.

Esses dados são compatíveis com os encontrados por Gelles (1976), que afirma que a frequência com que a esposa é atingida também influencia sua decisão de permanecer com o marido, ou de chamar a polícia, ou de ir a um assistente social, ou de buscar a dissolução do matrimônio. Mulheres agredidas semanalmente a diariamente são mais propensas a chamar a polícia, enquanto as mulheres agredidas com menor frequência (pelo menos uma vez por mês) têm maior inclinação a pedir o divórcio ou a separação legal.

A Tabela 24, por sua vez, mostra os resultados sobre os vários tipos de violência psicológica apontados pelas mulheres.

TABELA 24

Porcentagem de ocorrência dos tipos de agressão psicológica utilizada pelo parceiro, relatadas por mulheres entrevistadas na Delegacia da Mulher de Uberlândia.

Tipos de violência psicológica	%	
	Sim	Não
	66,2	33,8
Pressão	71,8	28,2
Culpa você por tudo de errado	36,6	63,4
Mulher inferior	81,7	18,3
Insultos	78,9	21,1
Calúnia	33,8	66,2
Rejeição	71,8	28,2
Depreciação	90,1	9,9
Humilhação	73,2	26,8
Desrespeito	47,9	52,1
Punição Exagerada	52,1	47,9
Tenta te convencer que é louca	87,3	12,7
Te xinga	71,8	28,2
Aumenta seus erros	78,9	21,1
Inventa erros que você não cometeu	78,9	66,2
Oferece apenas alimento sobrevivência	33,8	40,8
Não deixa dormir	59,2	50,7
Não deixa conviver com familiares	49,3	46,5
Não permite convívio social	53,5	70,4
Proíbe de ter emprego	29,6	76,1
Proíbe de estudar	23,9	18,3
As vezes é violento, as vezes bondoso	81,7	26,8
Faz a ameaça de te espancar	73,2	18,3
Faz ameaça de te matar	81,7	56,3
Ameaça tirar os filhos de você	43,7	62,0
Xinga os filhos	38,0	66,2
Bate nos filhos	33,8	67,6
Te tranca dentro de casa	32,4	63,4
Te tranca fora de casa	36,6	40,8
Te pressiona a confessar algo	59,2	19,7
Se nega a conversar com você	80,3	32,4
Quebra utensílios domésticos	67,6	74,6
Quebra móveis	25,4	64,8
Rasga suas roupas	35,2	83,1
Rasga seus documentos	16,9	70,4
Rasga suas fotos	29,6	47,9
Estraga objetos pessoais	52,1	

NOTA: Entrevistas realizadas no período de maio a julho de 2004.

Os resultados mostram que a violência toma várias formas, e que a agressão psicológica assume no espaço conjugal, um drama vivido por todas as mulheres que participaram desta pesquisa. Os dados apontam como regra geral, a ausência do diálogo, o que evidencia um

comprometimento da comunicação do casal. Observa-se que insultos, calúnia, humilhação, xingamentos, invenção de erros que a mulher não cometeu, ameaças de matar, se negar a conversar e às vezes ser violento, às vezes ser bondoso, aparecem todos com uma frequência superior a 75%. Vale ressaltar que as mulheres que não marcaram o item “às vezes é violento, às vezes é bondoso”, afirmaram que o parceiro é apenas violento, e que das 71 mulheres 10 relataram, que o parceiro queima as roupas dela. Observam-se ainda declarações de que o parceiro aterroriza inventando histórias; agridem e posteriormente levam flores. Há relatos nos quais as mulheres afirmam que o parceiro “é duas pessoas, um é o oposto do outro”.

As agressões de natureza sexual e econômica também foram investigadas junto às entrevistadas. Verificou-se que 20 das 71 mulheres (28,2%) manifestaram que sofrem agressão sexual, enquanto 51 das 71 (71,8) entrevistadas relataram que não sofrem abuso sexual do parceiro.

A análise dos dados relativos ao abuso econômico mostrou que 39,4% das mulheres sofrem este tipo de abuso contra 60,6% que revelaram não sofrer este tipo de abuso, sendo que em 28,2% dos casos o parceiro não dá dinheiro à vítima, em 7,0% ele usa o dinheiro da vítima, em 11,3% o parceiro gasta o dinheiro fora de casa, em 9,9% ele ameaça ir embora e não dar ajuda financeira e em 14,1% dos casos o parceiro esconde o dinheiro.

6.3 Análise das atribuições, sentimentos, expectativas e reações dos sujeitos após a agressão

6.3.1 Análise comparativa da primeira e da última agressão.

- Causas da primeira e última agressão.

Quando questionadas especificamente sobre as causas da primeira e última agressão, as mulheres pronunciaram-se levantando primordialmente, os ciúmes, os problemas psicológicos do parceiro, a questão do álcool e da droga, ciúmes e bebida ao mesmo tempo, a amante, a sogra, provocação dela, rejeição sexual dela, o fato de ele não aceitar a separação e por último rejeição dele, conforme Tabela 25.

TABELA 25

Causas da primeira e da última agressão relatadas por mulheres entrevistadas na Delegacia da Mulher de Uberlândia.

Causas da agressão	Primeira agressão		Última agressão	
	f	%	f	%
Causas da agressão	15	21,1	15	21,1
Problemas psicológicos	12	16,9	12	16,9
Álcool/droga	18	25,4	18	25,4
Ciúme	20	28,2	12	16,9
Ciúmes e bebida	5	7,0	3	4,2
Provocação dela	2	2,8	-	-
Rejeição sexual dela	3	4,2	-	-
Rejeição dele	1	1,4	9	12,7
A outra (amante)	6	8,5	-	-
Ele não aceita separar	3	4,2	2	2,8
A sogra	-	-	71	100,0
Total	71	100,0		

NOTA: Entrevistas realizadas no período de maio a julho de 2004.

Não obstante, nas causas relativas à última agressão, aquela que levou a mulher a buscar ajuda na Delegacia, observa-se um empate entre álcool/drogas e ciúmes e bebida, ficando ambas como a terceira causa principal da última agressão com 16,9%. Entretanto numa análise mais profunda, pode-se dizer que o ciúme em sua somatória com ciúmes e bebida (42,3%) permanece como sendo a principal alegação para as causas das agressões, enquanto o uso de álcool e drogas aliado a ciúmes e bebida (33,8%) subiria para a segunda posição, ficando em terceiro lugar os problemas psicológicos do parceiro no caso da última agressão. Observa-se ainda em relação a esse quesito um destaque para “a outra” (a amante) que se posiciona entre as primeiras quatro causas para as agressões sofridas. Importante ressaltar que as causas das agressões relatadas pelas mulheres permanecem as mesmas, tendo apenas uma pequena alteração quanto ao segundo e terceiro lugar, da primeira para a última agressão.

- **Causas Atribuídas pelas mulheres à violência do parceiro**

Como já apontado anteriormente, inicialmente foi solicitado às mulheres que relatassem sobre a primeira vez que o companheiro a agrediu, o que aconteceu, e porque ele fez isso, de forma que logo em seguida elas mesmas pudessem apontar as categorias causais relacionadas ao locus e à estabilidade da causa da violência, assim definidas por Weiner (1979): interna estável (personalidade, caráter, gênio, “ruindade”), interna instável (estado emocional – nervoso -, estado de saúde, alcoolizado), externa estável (família dele ou dela, os filhos ...) e externa instável (falta de dinheiro, emprego ruim, vizinhança, a situação). O mesmo foi solicitado para a última agressão que a levou à procura de ajuda na Delegacia da Mulher.

Considerando-se os resultados relativos às duas dimensões, isto é, locus e estabilidade da causa da violência do parceiro constata-se na Tabela 26 que as principais causas percebidas na primeira agressão foi a Interna Instável, com 81,7%. Estes resultados indicam que em relação

à primeira agressão, o lócus percebido pelas mulheres da causa da violência é atribuído ao parceiro. Simultaneamente, as mulheres fizeram uma atribuição causal instável, sendo a primeira agressão percebida como uma conseqüência do estado de ânimo do parceiro, estado emocional, perda de controle, etc, ou seja, aquela agressão é atribuída a algo que não perdura no tempo não se tratando de uma característica permanente do parceiro, dado que os fatores instáveis se relacionam ao acaso, ainda que se refiram a estados internos do agressor.

Os resultados relativos à atribuição decorrente da última agressão mostraram que 66,2% das mulheres identificaram as causas como Interna Estável, contra 9,9% na primeira agressão e, portanto, diferenciando-se da primeira atribuição que havia sido identificada como Interna Instável. Conseqüentemente, os resultados mostraram que no segundo momento as mulheres continuaram a atribuir a causa da violência ao próprio parceiro (determinações causais pessoais), mas passaram a considerar a violência como decorrente de características estáveis da personalidade do parceiro, ao invés de instável.

TABELA 26

Frequência e porcentagem das dimensões causais, lócus e estabilidade classificadas por mulheres vítimas de violência conjugal entrevistadas na Delegacia da Mulher.

	Primeira agressão		Última agressão	
	f	%	f	%
Dimensão causal	7	9,9	47	66,2
Interna Estável	58	81,7	23	32,4
Interna Instável	3	4,2	1	1,4
Externa Estável	3	4,2	0	0
Externa Instável	71	100,0	71	100,0
Total				$\chi^2 = 44,7; p \leq 0,01$
Qui-quadrado	$\chi^2 = 122,3; p \leq 0,01$			

NOTA: Entrevistas realizadas no período de maio a julho de 2004.

Tais resultados conduzem a hipótese de que a mudança atribucional poderia se constituir em uma das razões para o rompimento do relacionamento. É provável que as mulheres permaneçam no relacionamento até o momento em que atribuam instabilidade à

violência, e não o façam quando percebem que a violência é uma característica estável do parceiro, inerente à sua personalidade, caráter e temperamento.

Interessante notar que, as atribuições causais impessoais, isto é, aquelas que se referem a uma localização da violência fora do parceiro, ou seja, as externas estáveis, identificadas através do meio sócio-cultural como família, amigos, amante, sogra, surgem apenas com 1,4% para a última agressão, enquanto as externas instáveis relativas às condições sócio-econômica (desemprego e condições financeiras) bem como as relativas às condições ambientais (vizinhança, locais frequentados e exigências sociais), não constaram dentre as atribuições realizadas. Os dados sugerem a necessidade de se investigar o lócus da causa da violência conjugal em uma perspectiva pessoal.

No que se relaciona à atribuição de culpa, o exame da Tabela 27 indica que a maioria das mulheres agredidas fez um julgamento avaliativo que envolve total imputabilidade ao parceiro, respectivamente com 69,0% e 78,9% para a primeira e última agressão, culpabilizando-o pela violência. Houve um acréscimo de aproximadamente 10 pontos percentuais em relação à primeira agressão, especificamente no ponto cinco da escala que equivale a "totalmente". Os resultados mostram que para a primeira agressão 73,2% das mulheres não atribuíram nenhuma culpa a si mesmas, 78,9% revelaram que outra pessoa não teve culpa e 90,1% não culpavam a situação.

Na Tabela 27 pode ainda ser visualizada a classificação da atribuição de culpa feita pelas mulheres em relação à última agressão. Os dados revelaram que 78,9% acreditam que elas não tinham culpa alguma, sendo que o mesmo percentual de mulheres atribuiu culpa total ao parceiro. Na seqüência, 87,37% das mulheres consideraram que outra pessoa, não tinha culpa. Interessante notar que das 71 mulheres nenhuma atribuiu totalmente a culpa à situação, dados estes em consonância com o lócus da causa conforme Tabela 26.

Considerando as classificações das mulheres para atribuição de culpa, tanto para a primeira quanto para a última agressão, verifica-se uma reduzida percentagem de atribuições externas ao parceiro. Tais resultados mostram que, de forma geral, as mulheres culpam em primeiro lugar o parceiro e, em segundo lugar numa percentagem muito menor culpam outra pessoa, em terceiro a si mesmas, e por fim culpam parcialmente a situação.

Os resultados descritos acima foram confirmados quando se considera as médias das categorias causais. Culpa do agressor com médias de 4,45 (DP= 0,95) e 4,68 (DP= 0,75), respectivamente, para a primeira e última agressão se destacam quando comparadas com as médias de outras categorias causais, cujos valores variam de 1,61 a 1,23 (Tabela 27) em uma escala de 1 a 5 pontos.

TABELA 27

Média, desvio padrão e porcentagem das categorias causais de culpa na primeira e última agressão, classificada pelas mulheres vítimas de violência conjugal, entrevistadas na Delegacia da Mulher de Uberlândia.

Ocasão da agressão	Média	Desvio padrão	Nada	Porcentagem			
				Pouco	Mais ou menos	Muito	Totalmente
Culpa do agressor	4,45	0,95	1,4	4,2	11,3	14,1	69,0
Última	4,68	0,75	1,4	1,4	4,2	14,1	78,9
Culpa da vítima	1,58	1,15	73,2	11,3	7,0	1,4	7,0
Última	1,37	0,81	78,9	9,9	8,5	1,4	1,4
Culpa de outra pessoa	1,61	1,29	78,9	4,2	2,8	5,6	8,5
Última	1,34	0,97	87,3	1,4	5,6	1,4	4,2
Culpa da situação	1,23	0,72	90,1	1,4	4,2	4,2	-
Última	1,24	0,85	91,5	1,4	1,4	2,8	-

NOTA: Entrevistas realizadas no período de maio a julho de 2004.

Condizente com relatos anteriores (HOLTZWORTH-MUNROE, 1988; HOLTZWORTH-MUNROE et al., 1990; SHIELDS; HANNEKE, 1983) encontrou-se que as mulheres agredidas são mais inclinadas a culpar o cônjuge do que a si mesmas pela violência à qual estão sujeitas (ANDREWS; BREWIN, 1990; FRIEZE, 1979; HOLTZWORTH-MUNROE, 1988).

Com relação à dimensão controlabilidade, que por sua vez, diz respeito ao grau em que a causa é considerada controlável ou incontrolável, verificou-se que a maioria das entrevistadas (94,4%) acreditava que era possível controlar a violência do parceiro na época da primeira ocorrência. Entretanto esta tendência, inverte-se em relação à última agressão, com a maioria (81,7%) considerando a causa incontrolável, não mais acreditando serem capazes de modificar a causa da ocorrência da violência. Apenas 9,9% das mulheres manifestaram que a causa era controlável e 8,4% não souberam responder. Esse resultado mostra a diferença entre a primeira e a última agressão, passando de controlável a incontrolável, o mesmo que ocorreu na dimensão estabilidade/instabilidade. Tal fato parece ser indicativo de uma mudança de postura da mulher em relação ao parceiro. O qui-quadrado para a primeira agressão foi de 55,9 ($p < 0,0001$), e para a segunda agressão foi de 77,3 ($p < 0,0001$).

Em relação à dimensão da intenção do agressor (Tabela 28), 28,2% das mulheres não atribuíram ao parceiro a intenção de causar danos na primeira agressão. Conforme esclarecimento de algumas entrevistadas, o parceiro agride por que “é descontrolado”, ou porque “ele é de repente” ou devido ao uso de álcool. Por outro lado, 59,2% das mulheres atribuíram intenção total por parte do agressor, isto é, a agressão foi realizada propositalmente, sendo decorrente de um ato deliberado, cujo objetivo final é provocar danos à parceira. Vale ressaltar ainda, como já foi explicitado no capítulo 1, que do ponto de vista da Psicologia Social a intencionalidade do ato é uma característica necessária a toda agressão

(RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, 2001) e que nesse caso, a violência conforme a atribuição das mulheres entrevistadas está de acordo com os modelos de agressão hostil.

Sempre que se fala em violência, não se deve excluir a intencionalidade, ou o propósito deliberado, pois este é o caráter que determina a agressão. Como pode ser observado mais da metade das mulheres reconhecem desde o início a intenção do agressor em ferir e causar danos, entretanto apesar desse reconhecimento acreditam que isso possa ser enfrentado e modificado de alguma forma. Possuem assim, inicialmente uma consciência ingênua de um ato franca e visivelmente hostil, e neste sentido atribuem a agressividade a uma dimensão instável do parceiro.

Quanto à intencionalidade da última agressão, verifica-se que 85,9% das mulheres atribuíram intenção hostil ao parceiro, "ele fez de propósito", índice superior ao da primeira agressão (59,2%). Importante ressaltar nesse quesito que a intenção de causar danos pode se dar tanto através da agressão física quanto através da agressão psicológica, como nos casos de insultos, calúnias e outros. Os resultados parecem sinalizar que com o passar do tempo, cada vez mais, as mulheres atribuem intenção agressiva, de forma que o ataque do parceiro é percebido como servindo primariamente para ferir, seja física ou psicologicamente. A média para a intenção do agredir atribuída ao parceiro para a primeira agressão foi de 3,69 (DP= 1,78) e para a última foi de 4,55 (DP= 1,19) em uma escala de 5 pontos.

TABELA 28

Intencionalidade atribuída à agressão do parceiro relativa à primeira e última agressão pelas mulheres vítimas de violência conjugal, entrevistadas na Delegacia da Mulher de Uberlândia.

Intencionalidade	Primeira agressão		Última agressão	
	f	%	f	%
1 (sem intenção)	20	28,2	1	1,4
2	1	1,4	2	2,8
3	2	2,8	1	1,4
4	6	8,5	61	85,9
5 (fez de propósito)	42	59,2	71	100,0
Total	71	100,0		

NOTA: Entrevistas realizadas no período de maio a julho de 2004.

Apurou-se também a atribuição de evitabilidade da agressão. Do exame da Tabela 29 extraiu-se a informação de que 33,8% das entrevistadas não atribuíram ao parceiro a possibilidade de evitar a primeira agressão, sendo que a maioria delas alegou desequilíbrio do mesmo. Entre as mulheres pesquisadas 57,7% atribuíram que ele poderia ter evitado a agressão inicial.

TABELA 29

Evitabilidade atribuída à agressão sofrida, relativa à primeira e última agressão, segundo entrevistas realizadas na Delegacia da Mulher de Uberlândia.

Evitabilidade	Primeira agressão		Última agressão	
	f	%	f	%
1 (não podia evitar)	24	33,8	18	25,4
2	1	1,4	0	0,0
3	1	1,4	1	1,4
4	3	4,2	1	1,4
5 (podia ter evitado)	2	2,8	51	71,8
Total	41	57,7	71	100,0
	71	100,0		

NOTA: Entrevistas realizadas no período de maio a julho de 2004.

Com relação à evitabilidade, observa-se que houve mudança do padrão de respostas das mulheres do ponto 1 da escala (não podia evitar) para o ponto 5 (podia ter evitado), da

primeira para a última atribuição onde ocorre com a frequência percentual de 71,8%. Considerando-se a escala de 5 pontos, obteve-se uma média de 3,49 (DP= 1,47) e 3,94 (DP= 1,75), respectivamente na primeira e última agressão.

- **Sentimentos das mulheres decorrentes às agressões sofridas**

Considerando-se os sentimentos conseqüentes às agressões sofridas, ressalta-se que em relação à primeira agressão, predominaram os sentimentos de angústia, de revolta, de tristeza, de raiva, de mágoa e de medo, todos com frequência acima de 60%, conforme Tabela 30.

TABELA 30

Distribuição percentual dos sentimentos da vítima após a primeira e última agressão.

Sentimentos	Primeira agressão		Última agressão	
	Sim	Não	Sim	Não
Raiva	66,2	33,8	81,7	18,3
Pena	18,3	81,7	32,4	67,6
Medo	60,6	39,4	70,4	29,6
Revolta	76,1	23,9	78,9	21,1
Culpa	21,1	78,9	14,1	85,9
Ansiedade	47,9	52,1	53,5	46,5
Angústia	81,7	18,3	80,3	19,7
Ódio	36,6	63,4	50,7	49,7
Mágoa	64,8	35,2	67,6	32,4
Calma	1,4	98,6	2,8	97,2
Tristeza	67,6	32,4	53,5	46,5
Depressão	35,2	64,8	53,5	46,5
Ambivalência	29,6	70,4	26,8	73,2
Rejeição	19,7	80,3	56,3	43,7
Aprova	4,2	95,8	4,2	95,8
Nojo	11,3	88,7	49,3	50,7

NOTA: Entrevistas realizadas na Delegacia, no período de maio a julho de 2004.

Em relação à última agressão os sentimentos despertados, que apareceram com maior intensidade nas mulheres são os de raiva e angústia, seguidos pelos de revolta e medo, todos

com frequência acima de 70%. Nota-se ainda que sentimentos como nojo, rejeição e ódio tiveram um acréscimo bastante expressivo da primeira para a última agressão.

Cabe comentar que as mulheres fizeram algumas declarações espontâneas em relação a alguns sentimentos despertados pela violência do parceiro. Especificamente quanto ao sentimento de medo, as vítimas relataram uma alta intensidade, por exemplo “muito, muito, muito, ... medo”, tanto em relação à primeira, quanto em relação à última agressão. Sobre o sentimento de culpa experimentado pelas vítimas, de acordo com as participantes da pesquisa, estes não tem o sentido de culpar a si mesmas pela violência sofrida, mas tem o sentido de culpar a si mesmas por terem permanecido tanto tempo na situação. Neste sentido, as mulheres não se sentem responsáveis ou culpadas pelas agressões sofridas, entretanto, sentem-se culpadas por não terem rompido o relacionamento, que de acordo com elas seria a única maneira de poder ter evitado a situação de violência, por tanto tempo.

Ao se comparar as duas situações pesquisadas, os dados sugerem que os sentimentos de angústia, revolta e mágoa não foram afetados pelo tempo ocorrido entre a primeira e a última agressão, e que esses sentimentos aliados a outros de maior intensidade como o medo e a tristeza subsidiam a permanência da mulher no relacionamento abusivo, dado o estado psicológico decorrente desses sentimentos. A violência que é severa e recorrente deixa as vítimas sentindo-se deprimidas e desmoralizadas.

Esses dados confirmam a pesquisa de Roth e Coles (1995), de acordo com os quais os sintomas decorrentes dos sentimentos de ansiedade, tristeza, depressão contribuem para manter a mulher no relacionamento abusivo.

Como se verá em seguida, parece que o acréscimo de sentimentos negativos contra o parceiro pode levar a mulher a buscar o rompimento do relacionamento, momento este que a mulher se torna capaz de reconhecer no “parceiro” apenas um agressor.

Quando se analisa a primeira classificação feita pelas mulheres dos sentimentos advindos da violência verifica-se que o “sentimento sem alvo” apresentou-se em 50 das 71 entrevistas (70,4%), seguido pelo “sentimento contra ele” com 13 dos 71 casos (18,3%), e por fim os “sentimentos auto-dirigidos” com 11,3% dos casos (8 em 71).

Em se tratando dos sentimentos relativos à última agressão observa-se que 71,8% das entrevistadas classificaram o “sentimento contra ele” como o mais forte, enquanto 16,9% apontaram os “sentimentos auto-dirigidos” e 11,3% os “sentimentos sem alvo”. Assim como na identificação dos sentimentos, esses dados também revelam uma diferença entre os sentimentos da primeira e última agressão. Além disso, confirmam o aumento expressivo de sentimentos de nojo, rejeição e ódio que são dirigidos contra o parceiro.

Esses sentimentos identificados nos dois momentos pesquisados mostraram entre si grandes diferenças percentuais. Aqui de uma forma intensa, ficou evidenciado que à medida que a violência se repete os sentimentos que inicialmente se caracterizavam como não tendo alvo (70,4%), passam a ter uma direção, cujo alvo específico é o parceiro (71,8%).

- **Expectativas das mulheres quanto ao relacionamento conjugal**

Na Tabela 31 são apresentados os comportamentos das mulheres à primeira agressão. Nota-se que 31,0% das mulheres procuram dialogar enquanto 32,4% nada fizeram, isto é, não apresentaram nenhum tipo de resistência frente à primeira agressão sofrida. Poucas mulheres procuraram apoio social (12,9%) sendo que o tipo de ajuda utilizado foi amigos ou família.

TABELA 31

Distribuição de frequência e porcentagem do comportamento das mulheres após a primeira agressão.

Comportamento	f	%
Procurou conversar com ele	22	31,0
Procurou ajuda – amigos, familiares, psicólogos etc	9	12,7
Tentou deixá-lo	6	8,5
Reagiu e também brigou	10	14,1
Não fez nada	23	32,4
Chamou a polícia	1	1,4
Total	71	100,0

NOTA: Entrevistas realizadas na Delegacia, no período de maio a julho de 2004.

Com relação às estratégias de coping, que se referem à ação de enfrentar e de fazer frente a uma ameaça ou um perigo, estas foram diferenciadas, sob uma perspectiva cognitiva, em três categorias: coping focalizado no problema, coping focalizado na emoção (LAZARUS; FOLKMAN, 1984), e coping de evitação.

A Tabela 32 mostra os padrões de luta apontados pelas mulheres para o propósito de enfrentar as agressões do parceiro. Verificou-se que o esforço da maioria (66,2%) concentrou-se no problema a fim de modificá-lo, ou seja, as mulheres relataram tentativas de solucioná-lo, através da mudança do parceiro. Esta estratégia envolve a negociação e uma esperança otimista que esta ligada à redução, ou eliminação de problemas futuros.

Os resultados demonstram que as mulheres acreditavam que o parceiro poderia modificar o comportamento. Tal resultado é compatível com as atribuições relativas às dimensões causais controlabilidade e instabilidade relativa à primeira agressão. Por outro lado, poucas mulheres adotaram a estratégia de coping focalizado na emoção (11,3%), em uma tentativa de aliviar o estado afetivo associado ou resultante da agressão, e 21,1% utilizaram as estratégias de coping evitativo que se contrapõe ao enfrentamento de aproximação e resolução do problema, e focaliza inclusive processos de evitação física. De acordo com Holahan, Moos e Schaefer (1996), a estratégia de evitação e a focalizada na emoção são menos eficientes e

ativas, exceto nos casos em que a pessoa carece de controle sobre o evento estressor e o tempo em que se expõe a ele, ainda que o enfrentamento focalizado no problema conduza a um melhor ajuste e adaptação ante os eventos estressores.

Não obstante, poder-se-ia concluir que o padrão de coping adotado pela maioria realizou pouco para diminuir o impacto ou atenuar a violência do parceiro, não conseguindo reduzi-la ou eliminá-la. É, portanto, necessário saber como a ameaça da violência condiciona os esforços de luta na experiência de violência conjugal, dado que a ameaça de sua recorrência provavelmente venha afetar os processos de enfrentamento da violência.

Devem ser pesquisados, por exemplo, questões relativas à luta eficaz e ineficaz em termos mais específicos. Assim, os estudos sobre coping em violência conjugal precisarão dar mais atenção ao modo como as mulheres administram seu relacionamento.

TABELA 32

Distribuição de frequência e porcentagem das dimensões básicas de enfrentamento (coping) adotado pelas mulheres, após a primeira agressão.

Coping	f	%
	47	66,2
Focalizado no problema	8	11,3
Focalizado na emoção	15	21,1
Evitação	1	1,4
Não fez nada	71	100,0
Total		

NOTA: Entrevistas realizadas na Delegacia, no período de maio a julho de 2004.

Em relação a dar queixa após a primeira agressão, 70 mulheres responderam negativamente, sendo que apenas uma deu queixa através do Termo Circunstanciado de Ocorrência. Entretanto, verificou-se que 11 participantes da pesquisa fizeram o Boletim de Ocorrência após a primeira agressão e 60 não o fizeram, isto representa em termos percentuais 15,7% e 84,3%, respectivamente e mostra o baixo índice de notificação policial após a primeira agressão.

Das 71 mulheres entrevistadas verificou-se que 88,7% das mulheres acreditavam que após a primeira agressão a situação poderia melhorar, 9,9% que poderia piorar e 1,4% que a situação permaneceria a mesma.

Quando foi perguntado "Por que você continuou com ele? Por que permaneceu na relação?", a narrativa das mulheres permitiu identificar motivos mistos, sendo que 45 das entrevistadas (63,40% das 71 das participantes), alegou amor. Foram apontados ainda, os filhos por 19 mulheres (26,76%), a esperança de ele mudar por 19 (26,76%), os aspectos econômicos por 18 (25,35%), as características pessoais das mulheres como paciência, ingenuidade, imaturidade, dificuldades de avaliar a situação, insegurança existencial, comodismo e inexperiência por 15 (21,12%), os valores sociais, como não querer ser mãe solteira, por questões de virgindade, religiosidade, por acreditar que o casamento não deve ser desfeito e vergonha por 13 (18,30%), o medo por 10 (14,08%) e pena dele por 5 (7,04%) mulheres (Tabela 33).

TABELA 33

Distribuição de frequência e porcentagem dos motivos de permanência no relacionamento após a primeira agressão, conforme narrativa das mulheres entrevistadas na Delegacia da Mulher.

	f	%
Motivos de permanência	45	63,40
Amor	19	26,76
Filhos	19	25,35
Esperança de ele mudar	18	21,12
Aspectos econômicos	15	18,30
Característica da mulher	13	14,08
Valores sociais	10	7,04
Medo	05	
Pena dele		

NOTA: Entrevistas realizadas no período de maio a julho de 2004.

A Tabela 33 permite observar a complexidade do problema da permanência em um relacionamento violento e classificá-lo como multi-causal. Nesse sentido, parece que o amor, os filhos, a esperança de ele mudar, os aspectos econômicos, as características das mulheres,

os valores sociais o medo, e até mesmo a necessidade da mulher em proteger o agressor tornam-se uma cilada para que a mulher permaneça em uma relação conjugal violenta, após a primeira agressão.

Conforme indicado por outras pesquisas (GELLES, 1976; STRUBE; BARBOUR, 1983 apud BREHM, 1985), existe um grande número de fatores que determinam o não abandono desse tipo de relacionamento, tal como a independência econômica e o afeto que aparece, em destaque, nos resultados desta pesquisa como uma razão preponderante para continuar investindo no relacionamento. Strube e Barbour (1983 apud BREHM, 1985) relatam que as mulheres mais propensas a ter um comprometimento em um relacionamento conjugal violento são aquelas que citam espontaneamente o amor como razão para ficar.

A Tabela 34 apresenta as respostas à pergunta sobre o que a mulher espera que aconteça após ter dado queixa do parceiro (TCO) após a última agressão. Verificou-se que 33,8% das mulheres têm a expectativa de que ele saia de perto dela, o que de acordo com o relato das mesmas significa não apenas a separação, mas também que ele não a perturbe mais; 16,9% desejam que ele seja punido e corrigido, pagando pelo que fez através da prisão ou de uma "surra" e ao mesmo tempo, que ele receba um corretivo para aprender a respeitar as pessoas e a lei; 15,5% acreditam que continuarão sendo prejudicadas, isto é, que o parceiro a difamará, humilhará, condenará, negará as acusações e a culpará por tudo, não dará sossego e que a violência poderá ficar pior.

Importante ressaltar ainda que 22,5% das entrevistadas têm a expectativa de que ele melhore após a queixa, acreditando que ele pode mudar e melhorar o comportamento, que pare de beber, que se acalme, que se trate e se cuide, que não a xingue e não lhe bata mais. Hipotetiza-se que muitas mulheres ao procurar uma delegacia não estão apenas em busca de proteção policial, mas estão também eminentemente em busca de conseguir mudanças no comportamento do parceiro.

TABELA 34

Expectativas após a queixa (TCO) às autoridades, conforme entrevistas realizadas na Delegacia da Mulher de Uberlândia.

	f	%
O que espera após queixa	11	15,5
Ele vai continuar prejudicando	16	22,5
Que ele melhore	24	33,8
Que ele saia de perto de mim	12	16,9
Punição e correção	3	4,2
Meus direitos	4	5,6
Não sabe	1	1,4
Que ela se modifique	71	100,0
Total		

Nota: Período maio a julho de 2004.

Interrogadas sobre a intenção de continuar o relacionamento com o agressor, 73,2% manifestaram a intenção de deixar o parceiro enquanto 12,7% disseram pretender manter a relação, outros 12,7% apresentaram dúvidas e esperança de ele mudar e 1,4% declararam não conseguir romper o vínculo, conforme revela os dados da Tabela 35. Com relação à intencionalidade do parceiro em manter o relacionamento com a vítima, percebe-se que 67,6% das mulheres acreditam que o parceiro tem intenção de continuar, 14,1% não acreditam que o parceiro queira permanecer no relacionamento e 18,3% não souberam responder (Tabela 35).

TABELA 35

Intenção da mulher e do parceiro em continuar o relacionamento conjugal após a última agressão, conforme percepção das mulheres entrevistadas na Delegacia da Mulher de Uberlândia.

	Intenção da mulher		Intenção do parceiro	
	f	%	f	%
Intenção em continuar a relação	9	12,7	48	67,6
Sim	52	73,2	10	14,1
Não	3	4,2	-	-
Não sei	6	8,5	-	-
Só se ele mudar	1	1,4		
Não consegue romper vínculo	71	100,0	71	100,0
Total				

NOTA: Período maio a julho de 2004.

Na Tabela 36 encontram-se as crenças das mulheres em relação à sua permanência no relacionamento conjugal. Os resultados mostram que as expectativas da maioria são as piores possíveis, revelando que 88,8% encontram-se entre continuar sofrendo muito (26,8%), correr risco de vida (26,8%), piorar o sofrimento (25,4%), um matar o outro (5,6%), ela o matar (2,8%), até ela suicidar-se (1,4%). Por outro lado, 8,5% das mulheres têm a expectativa de que o parceiro mude o comportamento, e em razão a isso pretendem dar mais chances a ele, enquanto que 2,8% pretendem mudar o seu próprio comportamento, através do controle dos próprios impulsos.

TABELA 36

Expectativas das mulheres diante de sua permanência no relacionamento conjugal após a última agressão.

	f	%
O que vai acontecer se continuar com ele	19	26,8
Correrá risco de vida	2	2,8
Ela o mata	4	5,6
Um pode matar o outro	18	25,4
Vai piorar	19	26,8
Continuará sofrendo muito	2	2,8
Vou ter que esforçar e ter paciência	6	8,5
Vamos tentar para ver se dá certo	1	1,4
Eu me suicido	1	1,4
Total	71	100,0

NOTA: Entrevistas realizadas na Delegacia, no período de maio a julho de 2004.

Em outra perspectiva, ao examinar a Tabela 37, verifica-se que as participantes da pesquisa possuem diferentes expectativas em relação ao rompimento do relacionamento conjugal, que se apresentam através das crenças de que terão uma vida digna, ou uma vida solitária e triste, ou de incerteza, outras ainda demonstram medo de perseguição e outras, medo de dificuldades econômicas.

TABELA 37

Expectativas da mulher diante da possibilidade de romper o relacionamento conjugal.

	f	%
Expectativa ao deixar o companheiro	47	66,2
Vida digna	8	11,3
Vida solitária e triste	3	4,2
Vida incerta	7	9,9
Medo de perseguição	6	8,5
Dificuldade econômica	71	100,0
Total		

NOTA: Entrevistas realizadas na Delegacia, no período de maio a julho de 2004.

A crença em uma vida digna (66,2%), apareceu de modo destacado na fala das mulheres que acreditam que terão prazer de viver, poderão ser alguém na vida, que terão paz, que terão sossego para dormir, que serão livres e não prisioneiras, que poderão conversar com as pessoas, que terão alegria, serão felizes, terão uma vida normal e tranqüilidade para obter algumas realizações. Essas mulheres pretendem voltar a estudar, realizar cursos em diversos níveis, arrumar emprego ou continuar trabalhando, aprender a dirigir automóvel e viver a vida com os filhos. Algumas dessas mulheres se dizem traumatizadas com a violência do parceiro, razão pela qual relatam não pretender mais namorar ou ter outros relacionamentos.

Em contraposição à maioria das mulheres acima citadas, 11,3% acreditam que sem o parceiro terão uma vida triste e solitária, que sentirão um vazio e sofrerão muito, não acreditam que conseguirão viver sem ele. De acordo com o relato de algumas entrevistadas o rompimento não seria positivo, pois elas ainda o amam e emocionalmente a separação para elas, se tornará muito dolorosa. Parece que a proximidade emocional dessas mulheres em relação ao parceiro as deixa no escuro, não apenas em relação ao que elas sentem, mas também à sua memória emocional.

Por outro lado, as mulheres que temem a perseguição e as ameaças 9,9%, manifestaram que o parceiro continuará sendo um inferno em suas vidas, que não darão sossego, que

continuarão fazendo maldade. Algumas acreditam que terão de mudar de cidade, temem pela própria vida, e pensam que nada poderá colocar limite no parceiro.

Outras mulheres (8,5%) temem dificuldades econômicas decorrentes da separação, principalmente devido aos filhos, à perda de conforto, às dificuldades de assumir sozinha as responsabilidades exigidas em uma casa, e mesmo por temer as vicissitudes do mercado de trabalho. Importante ressaltar que para algumas dessas mulheres, a perspectiva de ter que voltar para a casa dos pais, devido ao problema financeiro que enfrentará com a separação é tão aterrorizadora, quanto a de permanecer com o parceiro.

Finalmente, 4,2% evidenciam a crença em uma vida essencialmente incerta. Aparece a falta de noção do que virá, e o medo de enfrentar as dificuldades da vida em geral sem a presença do parceiro. O medo dessas mulheres denota uma insegurança frente à vida.

6.3.2 Análise das relações entre as variáveis do estudo

Nesta seção serão analisadas as relações entre as variáveis atribuições de causalidade, de culpa, de intenção e de evitabilidade da agressão e posteriormente as relações entre as atribuições, sentimentos, expectativas e ações.

As análises referem-se à primeira agressão sofrida, reportadas retrospectivamente pelas mulheres e, em seguida, à última agressão sofrida, que as levaram a dar queixa na Delegacia de Mulheres.

Para efetuar estas análises foram utilizadas as seguintes técnicas estatísticas:

- Correlação r de Pearson para verificar a relação entre as variáveis contínuas;
- Análise de Variância F de Snedecor para comparar os grupos de acordo com a causa atribuída;

- Qui-quadrado para examinar a relação entre as variáveis categoriais.

A seguir as análises realizadas serão apresentadas e discutidas.

a) Atribuições de causalidade, de culpa, de intenção e de evitabilidade da primeira agressão

A partir do modelo proposto neste estudo, foram calculadas as percentagens das atribuições relativas às dimensões lócus, estabilidade e controlabilidade da causa para a primeira e última agressões sofridas.

A Figura 4 mostra que 77,5% das mulheres pesquisadas atribuíram causas internas, instáveis e controláveis para a primeira agressão. Quanto à intencionalidade e a evitabilidade da agressão este grupo dividiu-se, porém a maior parte atribuiu intencionalidade à agressão e possibilidade de evitação da mesma pelo agressor.

Em segundo lugar estão as causas internas, estáveis e controláveis, atribuídas por 7 mulheres entrevistadas (9,9%), todas estas atribuíram intencionalidade máxima por parte do agressor e evitabilidade máxima (ele poderia ter evitado).

Apenas 6 mulheres (8,4%) da amostra atribuíram causas externas para as primeiras agressões sofridas, a metade percebendo a causa como estável e outra metade como instável.

Desse modo, a amostra pode ser dividida predominantemente nos seguintes grupos de acordo com a atribuição de causalidade às primeiras agressões sofridas:

- Causa interna, estável e controlável – 7 mulheres
- Causa interna, instável e controlável – 55 mulheres
- Causa externa – 6 mulheres

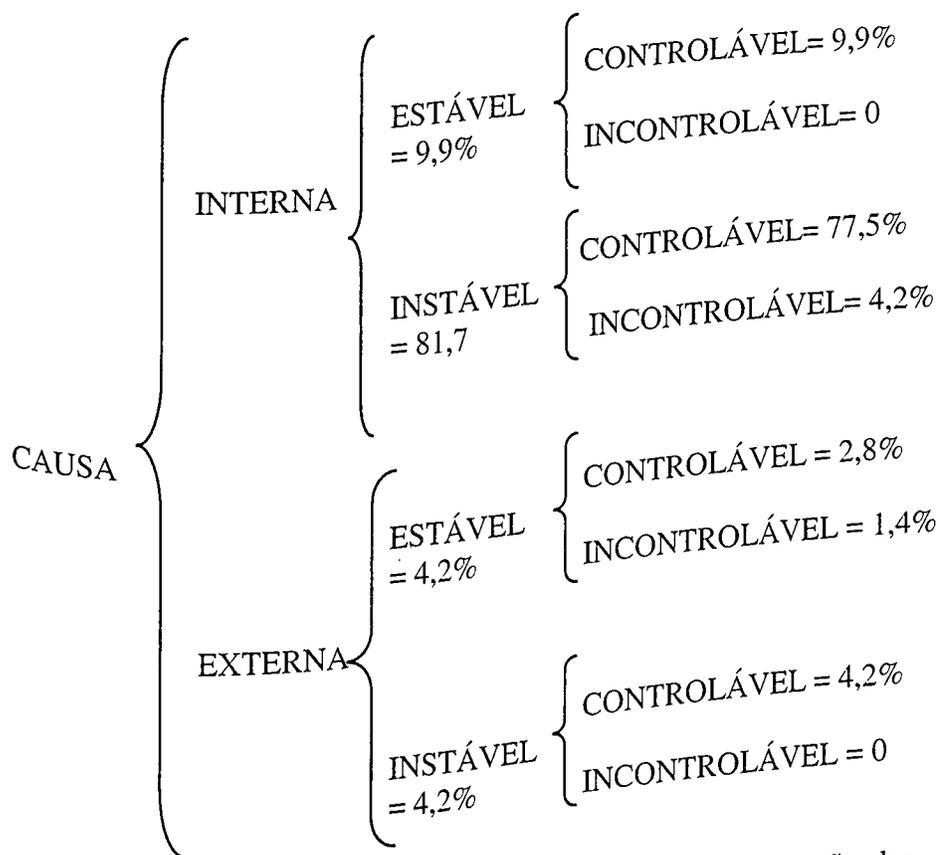


FIGURA 4 - Porcentagem de percepção das causas classificadas de acordo com a internalidade, estabilidade e controlabilidade para a primeira agressão.

O exame da Tabela 38 relativa às médias de atribuição revela que considerando as atribuições culpa dele, culpa dela, culpa da situação e evitabilidade, o teste F (análise de variância) mostrou-se não significativo ($p > 0,05$), portanto não existe diferença significativa entre médias destas variáveis quando se comparam os grupos por atribuição de causalidade. Já para as atribuições culpa de outro e intenção, o teste F foi significativo ($p < 0,05$), sendo que a maior média ocorreu para a causa externa ($X = 3,17$) e a menor para a interna instável ($X = 1,43$) quando se considera a culpa de outro e a maior média foi para interna estável ($X = 5,0$) e a menor para externa ($X = 1$) ao se considerar a intenção. Assim, quando a agressão é atribuída a uma causa interna estável, maior a intencionalidade atribuída ao parceiro ($X = 5$).

Do mesmo modo, quando as mulheres atribuem causas externas à violência, nenhuma intencionalidade ($X = 1$) é atribuída ao parceiro ($F = 11,6$; $p < 0,001$).

Conforme a teoria, quando a causa percebida é externa, a culpa é atribuída mais a outras pessoas do que ao agressor ou a ela mesma ($F = 5,57$; $p < 0,01$).

TABELA 38

Médias em atribuição de culpa, intenção e evitabilidade e resultados de análises de variância para cada tipo de causa atribuída à primeira agressão

Causa	N	Culpa dele X	Culpa dela X	Culpa de outro X	Culpa situação X	Intenção X	Evitar X
Interna estável	7	4,86	1,00	1,71	1,43	5,0	4,47
Interna instável	58	4,48	1,69	1,43	1,14	3,81	3,33
Externa	6	3,67	1,17	3,17	1,83	1,0	3,67
F		2,842	1,553	5,573	2,999	11,601	1,777
p		ns	ns	0,006	ns	0,000	ns

A Tabela 39 mostra os coeficientes de correlação (r de Pearson) entre as variáveis contínuas.

Para verificar a magnitude das correlações entre as variáveis, foi utilizada a orientação de Cohen (1988), segundo a qual coeficientes de 0,10, 0,30, 0,50 ou maior apresentam respectivamente correlações baixa, média ou moderada e elevada.

O exame da Tabela 39 revela três coeficientes de correlação significativos, cujos índices podem ser considerados moderados e elevados, variando de $-0,25$ ($p \leq 0,05$) a $-0,50$ ($p \leq 0,01$), que serão analisados a seguir.

A correlação entre culpabilidade da mulher e culpabilidade do parceiro é negativa, sendo seu coeficiente elevado evidenciando que quanto mais a mulher culpa o parceiro, menos culpa a si mesma ($r = -0,50$; $p < 0,001$). Verifica-se também que a percepção de intenção do parceiro

em agredir se correlaciona negativamente com a percepção de culpabilidade de outra pessoa, o que indica que quanto mais a mulher culpa outra pessoa, menos percebe a intenção do parceiro lhe ferir e lhe causar danos ($r = -0,25$; $p < 0,05$). A dimensão intenção de o parceiro agredir associa-se positivamente ($r = 0,30$, $p < 0,05$) à dimensão culpa do parceiro, o que indica que quanto mais a mulher percebe a intenção do parceiro em agredir, mais o culpa. Não foi encontrada correlação significativa entre a evitabilidade e as outras variáveis nesta análise.

TABELA 39

Coefficientes de correlação (r de Pearson) entre as atribuições de culpa, de intenção e de evitabilidade da primeira agressão.

	1	2	3	4	6	7
1.Culpa dele	-					
2.Culpa dela	-0,50**	-				
3. Culpa de outro	ns	n.s	-			
4.Culpa da situação	ns	ns	ns	-		
6. Intenção de agredir (dele)	0,30*	ns	-0,25*	ns	-	
7.Ele poderia ter evitado agressão	ns	ns	ns	ns	ns	-

NOTA:** $p < 0,01$; * $p < 0,05$; ns = não significativo; N= 71.

b) Relação entre atribuições, sentimentos, expectativas e ações decorrentes da primeira agressão

Para verificar a relação entre atribuição de causalidade, sentimentos, expectativas e ações após a primeira agressão foi feito o cruzamento entre as frequências nestas variáveis e se

aplicou o teste de Qui-Quadrado, exceto nos casos em que havia presença de células com frequência esperada menor do que 5 (Vieira, 1998, p.112).

A Tabela 40 mostra os resultados da análise entre o tipo de causa percebida e o comportamento da mulher. Verifica-se que as maiores frequências 19 e 20 ocorrem respectivamente para o comportamento de procurar conversar com ele e para o comportamento de não fazer nada, quando a mulher atribui causa interna instável à agressão do parceiro.

Uma re-análise da Tabela 40 demonstrou que reunindo os comportamentos “procurou ajuda”, “tentou deixá-lo” e “reagiu e brigou também” (na coluna procurou ajuda), permanecem as caselas com baixa frequência, não se obtendo diferença significativa (qui-quadrado = 6,95; $p = 0,138$), o que implica em somente falar das frequências cruzadas e não em qui-quadrado devido à baixa frequência esperada no cruzamento das variáveis. Dado que houve uma concentração de respostas na categoria causal interna e instável, não foi possível utilizar o teste para verificar se a relação entre a causa e o comportamento após a primeira agressão é significativa ou não.

TABELA 40

Frequências cruzadas do tipo de causa percebida com o comportamento da mulher após a primeira agressão.

Comportamentos	Causa			Total
	Interna estável	Interna instável	Externa estável	
Procurou conversar com ele	2	19	1	22
Procurou ajuda	0	9	0	9
Tentou deixá-lo	2	2	2	6
Reagiu e brigou também	0	7	3	10
Não fez nada	3	20	0	23
Total	7	57	6	70

Os dados apresentados na Tabela 41, relativa ao cruzamento do tipo de causa percebida com coping, mostram que existe um predomínio do coping focalizado no problema com a causa interna instável, observando-se, em 71 entrevistas, 42 casos com esta característica (59,15%).

TABELA 41

Freqüências cruzadas do tipo de causa percebida com *coping* após a primeira agressão.

Coping	Causa			Total
	Interna estável	Interna instável	Externa estável	
Focalizado no problema	3	42	2	47
Focalizado na emoção	0	7	1	8
Coping de evitação	4	9	3	16
Total	7	58	6	71

Os resultados da análise conjunta entre direção dos sentimentos e expectativas sobre a qualidade do relacionamento são apresentados na Tabela 42. Verifica-se que a maioria das mulheres que acreditam na possibilidade da melhora da situação do casal apresenta sentimentos sem alvo, tais como tristeza e angústia.

TABELA 42

Freqüências cruzadas da direção dos sentimentos com as expectativas sobre a qualidade do relacionamento (positivas ou negativas) após a primeira agressão.

Expectativas	Direção dos sentimentos			Total
	Auto-dirigidos	Contra o agressor	Sem alvo	
Piorar a relação	3	3	1	7
Melhorar a situação	5	9	49	63
Total	8	12	50	70

Nota: para este teste foi excluído um sujeito que respondeu a alternativa de expectativa "ficar igual"

A direção dos sentimentos com a ação dar queixa, após a primeira agressão, pode ser analisada na Tabela 43. Entre as 59 mulheres que não deram queixa, a maioria (N = 45) corresponde àquelas que têm sentimentos sem alvo. Entre as 11 mulheres que deram queixa

em decorrência da primeira agressão a maior porcentagem corresponde àquelas que têm sentimentos contra o parceiro. Esta variável satisfaz os critérios para aplicação do qui-quadrado (qui-quadrado = 7,71; $p < 0,05$). Portanto, os sentimentos estão relacionados à decisão de denunciar ou não denunciar o agressor.

TABELA 43

Frequências cruzadas da direção dos sentimentos com a ação queixa, após a primeira agressão.

Direção dos sentimentos	Dar Queixa	Não dar queixa	Total
Sentimentos auto-dirigidos	2	6	8
Sentimentos contra o agressor	5	8	13
Sentimentos sem alvo	4	45	49
Total	11	59	70

NOTA: qui-quadrado = 7,71; $p < 0,05$.

Na Tabela 44 é apresentada a análise das frequências de respostas das expectativas quanto ao relacionamento e reação de coping à primeira agressão. Pode ser observado que a maior parte da amostra ($N = 63$) acreditava que a situação iria melhorar (90,0%) e, entre estas, a maioria ($N = 45$) reagiu à agressão usando estratégia de coping focalizado no problema (71,4%). Estes resultados, podem estar apontando para uma tendência de relação entre coping focalizado no problema e expectativa de melhorar o relacionamento do casal.

TABELA 44

Frequências cruzadas das expectativas quanto ao relacionamento e reação de coping, após a primeira agressão.

Expectativas	Reação de coping		Total
	Focalizado no problema	Coping de evitação	
Piorar a relação	2	3	7
Melhorar a relação	45	13	63
Total	47	15	70

NOTA: para o teste foi excluído um sujeito que respondeu a alternativa de expectativa "ficar igual"

O exame da Tabela 45, relativa à análise conjunta entre as expectativas quanto ao relacionamento e denunciar o parceiro após a primeira agressão, mostra que das 7 mulheres que tinham expectativas de que o relacionamento piorasse após a primeira agressão, 3 denunciaram o parceiro (43%) e 4 não o fizeram (57%). Das 62 mulheres que acreditavam que a relação melhoraria, 7 (11,3%) denunciaram o parceiro, enquanto que 55 (88,7%) não o denunciaram. Nota-se, portanto, que existe uma tendência maior de denúncia do parceiro, quando a expectativa da mulher é de que a situação piore, enquanto que a não denúncia é significativamente maior quando a expectativa é de que a relação do casal melhore.

TABELA 45

Freqüências cruzadas das expectativas quanto ao relacionamento e denunciar o parceiro após a primeira agressão.

Expectativas	Denunciar o parceiro		Total
	Sim	Não	
Piorar a relação	3	55	62
Melhorar a relação	7	59	69
Total	10		

Nota: para o teste foi excluído um sujeito que respondeu a alternativa de expectativa "ficar igual".

c) Atribuições de causalidade, de controlabilidade, de culpa, de intenção e de evitabilidade da última agressão.

A Figura 5 mostra que das 71 mulheres pesquisadas, 70 (98,6%) atribuíram causas internas para a última agressão sofrida e apenas uma atribuiu causa externa. Entre as causas internas, 65,7% foram causas estáveis, sendo a maioria destas considerada incontrolável (58,6%) e 32,9% foram consideradas causas instáveis, sendo também a maioria destas (22,9%) considerada incontrolável.

Entre as 41 mulheres que atribuíram causas interna, estável e incontrolável, a maioria (N = 39) atribuiu intencionalidade máxima e também a maioria (N = 33) atribuiu evitabilidade máxima à agressão.

Para as 23 mulheres que atribuíram causas internas instáveis, a maioria atribuiu evitabilidade máxima (62,5%) e intencionalidade máxima (65,2%) no ato do agressor.

Apenas uma mulher atribuiu causalidade externa (instável e incontrolável) à agressão e 5 mulheres não souberam avaliar a controlabilidade da causa.

Considerando os sub-grupos formados, a amostra pode ser dividida predominantemente no seguinte:

- Causa interna, estável e incontrolável – 41 mulheres
- Causa interna, instável e incontrolável – 16 mulheres
- Causa interna, instável e controlável – 5 mulheres

Para as análises serão considerados os dois grupos com maior número de sujeitos.

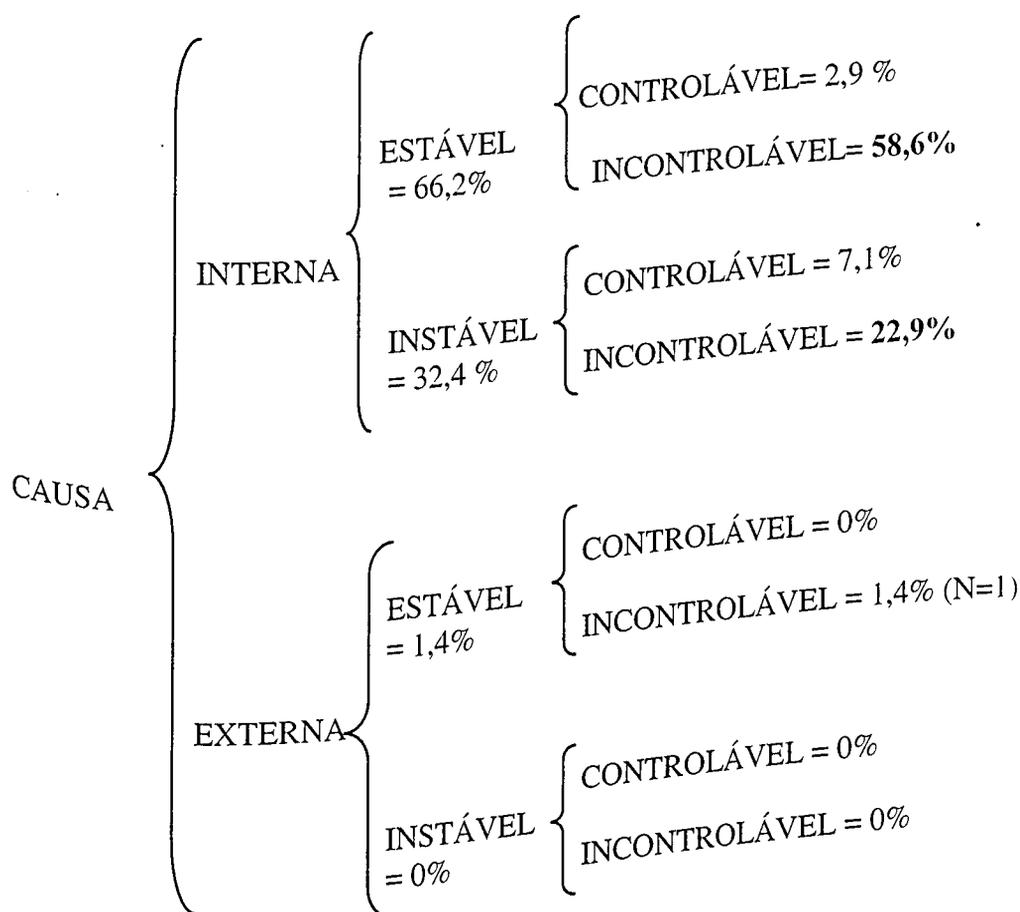


FIGURA 5 - Porcentagem de percepção das causas atribuídas para a última agressão, classificadas de acordo com a internalidade, estabilidade e controlabilidade.

Através de análises de variância one-way foram comparadas as médias de culpa, intenção e evitabilidade para os dois grupos maiores de acordo com a classificação das causas em internas estáveis (N= 41) e internas instáveis (N= 16).

A tabela seguinte (Tabela 46) mostra que a causa interna estável, em comparação com a causa interna instável, está relacionada a culpar mais o agressor ($F = 5,24$; $p < 0,05$), a atribuir menos culpa a si mesma ($F = 12,32$; $p < 0,01$), à atribuição de intenção na agressão ($F = 10,61$; $p < 0,01$) e à atribuição de evitabilidade da agressão ($F = 5,42$; $p < 0,05$).

Os dados da Tabela 46 revelam que não há diferença significativa entre as médias nas atribuições de culpa de outro e culpa da situação a se comparar as categorias de causa interna estável e interna instável.

TABELA 46

Médias em atribuição de culpa, intenção e evitabilidade e resultados de análises de variância para cada tipo de causa atribuída à última agressão.

Causa	N	Culpa dele M	Culpa dela M	Culpa de outro M	Culpa situação M	Intenção M	Evitar M
Interna estável	47	4,81	1,15	1,26	1,26	4,87	4,29
Interna instável	23	4,35	1,91	1,52	1,13	4,09	3,26
		5,24	12,32	n.s.	n.s.	10,61	5,42
		0,02	0,001			0,002	0,02

NOTA: n.s. não significativo

Buscando conhecer as relações entre as variáveis contínuas deste grupo (culpa, intencionalidade, evitabilidade) os dados foram correlacionados através do r de Pearson (Tabela 47). Coeficientes significativos e moderados para as variáveis culpa dela e culpa dele, intenção de agredir e culpa dele, culpa da situação e culpa dela, evitabilidade e intenção de agredir, foram verificados.

Verificou-se que quanto mais culpa atribuída ao agressor, menor a culpa atribuída a si mesma ($r = -0,29$; $p < 0,05$), também é esperado que quanto mais culpa atribuída ao agressor, maior a intencionalidade percebida no ato ($r = 0,41$; $p < 0,001$), assim como quanto mais culpa atribuída a si mesma, maior a culpa da situação ($r = 0,36$; $p < 0,01$) e quanto mais intenção percebida, maior a percepção de que ele poderia ter evitado a agressão ($r = 0,29$; $p < 0,05$). Entre as outras variáveis não houve correlação significativa.

TABELA 47

Coefficientes de correlação (r de Pearson) entre as atribuições de culpa, de intenção e de evitabilidade da última agressão.

	1	2	3	4	6	7
1. Culpa dele	-					
2. Culpa dela	-0,29*	-				
3. Culpa de outro	n.s.	n.s.	-			
4. Culpa da situação	n.s.	0,36**	n.s.	-		
6. Intenção de agredir (dele)	0,41**	n.s.	n.s.	n.s.	-	
7. Ele poderia ter evitado a agressão	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	0,29*	-

NOTA:** p<0,01; *p<0,05; ns = não significativo; N = 71

d) Relação entre atribuições de causalidade, sentimentos, expectativas e ações decorrentes da última agressão.

Para a análise das relações entre as variáveis do modelo proposto foi feito o teste qui-quadrado, quando os requisitos da técnica eram atendidos (VIEIRA, 1998). Importa esclarecer ainda que algumas variáveis foram recodificadas, visando a execução das análises.

Os dados da Tabela 48 mostram que das 47 mulheres que atribuíram causa interna estável à agressão do parceiro, 39 pretendem deixá-lo, 4 tem dúvidas quanto a romper o relacionamento e 4 pretendem continuar com o parceiro. Verificou-se que quando a mulher atribui causa interna estável à agressão do parceiro, isto está relacionado com a decisão dela de não continuar no relacionamento (qui-quadrado = 7,45; p<0,05).

TABELA 48

Freqüências cruzadas do tipo de causa percebida com a intenção de continuar com ele após a última agressão.

Intenção de continuar com ele	Causa		Total
	Interna estável	Interna instável	
Sim	4	6	10
Não	39	12	51
Não sei	4	5	9
Total	47	23	70

NOTA: qui-quadrado = 7,45; $p < 0,05$.

A análise dos dados da Tabela 49 indica a concentração de freqüência de mulheres que classificaram a causa como interna estável e que tinham expectativas de piora no relacionamento caso continuassem com o parceiro. Ressalta-se que 62 das 70 entrevistadas acreditavam que o relacionamento iria piorar, destas 45 atribuíram causa interna estável, enquanto 17 atribuíram causa interna instável. Obteve-se nesse caso uma relação entre a causa estável e as expectativas de continuar no relacionamento (qui-quadrado = 7,27; $p < 0,01$)

TABELA 49

Freqüências cruzadas do tipo de causa percebida com as expectativas se continuar com ele após a última agressão.

Expectativas se continuar com ele	Causa		Total
	Interna estável	Interna instável	
Vai piorar	45	17	62
Vamos tentar para ver se dá certo	2	6	8
Total	47	23	70

NOTA: qui-quadrado = 7,27; $p < 0,01$.

Na Tabela 50 destaca-se a atribuição de causa interna estável com a expectativa após a queixa na delegacia de que ele se afaste dela, mostrando que das 65 entrevistas utilizadas, conforme categorização das entrevistas, 27 estavam enquadradas neste grupo. Vale ressaltar que das 16 mulheres que acreditavam que o parceiro iria melhorar, 7 classificaram como

causa interna estável, ou seja, ocorreu uma incoerência entre a expectativa e a causa, aspecto este que pode ser explicado através do otimismo ingênuo, conforme Rodrigues (2001). Já das 10 que acreditavam na continuidade das agressões, nenhuma classificou a causa da agressão como interna instável. A percepção a respeito da estabilidade da causa está relacionada às expectativas após a queixa (qui-quadrado = 9,01; $p < 0,01$). Quando a causa é estável, a tendência é desejar que o parceiro se afaste, e também a mulher acredita que o parceiro vai continuar lhe prejudicando.

TABELA 50

Frequências cruzadas do tipo de causa percebida para a última agressão com expectativas após a queixa.

Expectativas após a queixa	Causa		Total
	Interna estável	Interna instável	
Ele vai continuar prejudicando	10	0	10
Que ele melhore	7	9	16
Que ele se afaste de mim	27	12	39
Total	44	21	65

NOTA: qui-quadrado = 9,01; $p < 0,01$.

No cruzamento das variáveis direção dos sentimentos e intenção de continuar no relacionamento, verifica-se que as mulheres que apresentaram sentimentos dirigidos contra o agressor (44 das 71 entrevistadas) não têm intenção de permanecer com o parceiro. Destaca-se ainda que considerando a não intenção de permanecer com o parceiro (52 mulheres) apenas 2 apresentaram sentimentos sem alvo e 6 relataram sentimentos auto-dirigidos, reforçando o comentário anterior.

Foi feita uma re-análise dos dados (Tabela 51) em que foram retiradas as opções "sentimento sem alvo" e "não sei", devido à baixa frequência no cruzamento das variáveis na primeira análise. Uma nova análise com as opções restantes, resultou em uma tabela 2 X 2,

para a qual foi calculada a correção de Yates, revelando que a relação entre a direção dos sentimentos após a última agressão e a intenção de continuar com ele é significativa ($p < 0,05$), de modo que a maioria apresenta sentimentos negativos contra o agressor e não pretende continuar vivendo com ele (qui-quadrado = 13,92; $p < 0,01$).

TABELA 51

Re-análise com cálculo da correção de Yates das freqüências cruzadas da direção dos sentimentos com a intenção de continuar com ele após a última agressão.

Intenção de continuar com ele	Direção dos sentimentos		Total
	Auto-dirigidos	Contra o agressor	
Sim	5	44	50
Não	6	46	57
Total	11		

NOTA: qui-quadrado = 13,92; $p < 0,01$.

Os resultados expostos na Tabela 52 estão de acordo com os resultados anteriores, ou seja, a maioria das mulheres (50 em 51) que apresentaram sentimentos contra o agressor (raiva e medo), acreditavam que a situação iria piorar no caso de permanecerem na relação (qui-quadrado = 17,02; $p < 0,001$), verificando-se a relação da direção dos sentimentos com as expectativas caso continue no relacionamento.

TABELA 52

Freqüências cruzadas da direção dos sentimentos com as expectativas se continuar com o parceiro após a última agressão.

Expectativas se continuar com ele	Direção dos sentimentos		Total
	Auto-dirigidos	Contra o agressor Sem alvo	
Vai piorar	7	50	63
Vamos tentar para ver se dá certo	5	1	8
Total	12	51	71

NOTA: qui-quadrado = 17,02; $p < 0,001$.

Com relação a análise dos dados sobre a direção dos sentimentos e expectativa de deixar o parceiro (Tabela 53), verifica-se que das 47 mulheres que acreditavam que teriam uma vida digna, 38 apresentam sentimento contra o agressor, 7 sentimentos auto-dirigidos e 2 sem alvo. Destaca-se ainda que todas as mulheres que manifestaram expectativas de ser perseguida se deixá-lo, apresentaram sentimentos contra o agressor.

No cruzamento de variáveis da Tabela 53, houve muitas freqüências esperadas baixas e foi feita uma segunda análise comparando a resposta "vida digna" com as outras respostas menos otimistas, que foram denominadas expectativas negativas, porém não se encontrou relação significativa entre a direção dos sentimentos e expectativas de vida digna e expectativas negativas (vida solitária e triste e medo de ser perseguida) caso a mulher deixe o parceiro após o último episódio de agressão.

TABELA 53

Freqüências cruzadas da direção dos sentimentos com as expectativas se deixar o parceiro após a última agressão.

Expectativas se deixá-lo	Direção dos sentimentos		Total
	Auto-dirigidos	Contra o agressor	
Expectativas se deixá-lo		38	47
Vida digna	7	4	11
Vida solitária e triste	3	7	7
Medo de perseguição	0	49	65
Total	10		

Na análise da Tabela 54 nota-se que das 63 mulheres que acreditavam que a situação pioraria se continuasse com o parceiro, 52 manifestaram a intenção de deixá-lo, mostrando que a situação já estava insustentável, entretanto 5 mulheres tinham a intenção de continuar o relacionamento e 6 estavam em dúvida, mostrando que provavelmente estas pessoas procurariam a delegacia futuramente. Neste caso o teste mostrou que houve relação entre expectativa e intenção, de modo que a expectativa negativa (vai piorar) está relacionada com a intenção de não continuar no relacionamento (qui-quadrado = 25,99; $p < 0,001$).

TABELA 54

Freqüências cruzadas das expectativas se continuar com ele com a intenção de continuar com ele após a última agressão.

Expectativas se continuar com ele	Intenção de continuar com ele			Total
	Sim	Não	Não sei	
Vai piorar	5	0	3	8
Vamos tentar para ver se dá certo	5	52	9	71
Total	10			

NOTA: qui-quadrado = 25,99; $p < 0,001$.

Na Tabela 55 destaca-se, conforme resultados anteriores, que as mulheres que têm a expectativa de ter uma vida digna se deixar o parceiro, não tem intenção de continuar com ele. Das 7 mulheres que tinham medo de perseguição caso deixasse o parceiro, 6 manifestaram a intenção de não continuar com o parceiro e uma apresentou dúvidas quanto ao deixá-lo.

TABELA 55

Freqüências cruzadas das expectativas se deixar o parceiro com a intenção de continuar com ele após a última agressão.

Expectativas se deixá-lo	Intenção de continuar com ele			Total
	Sim	Não	Não sei	
Vida digna	3	42	2	47
Vida solitária e triste	5	3	3	11
Medo de perseguição	0	6	1	7
Total	8	51	6	65

Entretanto, no cruzamento da intenção de continuar com o parceiro com a expectativa se deixá-lo (Tabela 55), foram encontradas muitas freqüências esperadas baixas. Por esta razão, tentou-se analisar as mesmas variáveis comparando-se apenas as opções de intenção sim e não com as opções de expectativa "vida digna" e "expectativas negativas", através da reunião de categorias com este conteúdo e com correção de Yates. Esta re-análise resultou significativa (qui-quadrado = 10,86; $p < 0,01$), indicando haver relação entre expectativas (positivas X

negativas) e intenção de continuar no relacionamento (não X sim), conforme pode ser visualizado na Tabela 56.

TABELA 56

Re-análise do cruzamento das expectativas se deixar o parceiro com a intenção de continuar com ele após a última agressão.

	Intenção de continuar com ele		Total
	Sim	Não	
Expectativas se deixá-lo		42	45
Vida digna	3	10	17
Expectativas negativas	7		62
Total	10	52	

NOTA: qui-quadrado = 10,86; $p < 0,01$.

Todos esses cruzamentos entre as variáveis relacionadas com as atribuições causais, sentimentos, expectativas e ações decorrentes da primeira e última agressão, bem como as outras análises feitas neste trabalho conduzem à confirmação do modelo proposto, como será comentado no próximo capítulo, onde serão apresentadas algumas conclusões, visando a identificação de suas contribuições e novas possibilidades investigativas.

CAPÍTULO 7

CONCLUSÕES

Este trabalho foi desenvolvido em duas fases. A primeira fase teve por objetivos caracterizar mulheres que sofrem violência conjugal que recorrem ao apoio policial e seus parceiros agressores segundo suas peculiaridades demográficas, identificar as queixas que levaram as mulheres a denunciar a violência e identificar a descrição da violência conjugal e incidência penal, respectivamente conforme registros dos Boletins de Ocorrência e Termo Circunstanciado de Ocorrência. A segunda fase teve como propósito investigar se as atribuições das mulheres para com a violência do parceiro estariam relacionadas a sentimentos, expectativas e comportamentos que exibiram após a primeira (retrospectiva) e última agressão sofrida, de forma que as atribuições que mostram o parceiro sob uma perspectiva negativa covariariam com o comportamento da mulher de romper a relação.

7.1 Conclusões a respeito da 1ª. fase.

Em relação à primeira investigação, apesar da pouca informação contida nos registros de violência conjugal, como ausência do número de filhos e tempo de relacionamento do casal, na maioria dos casos, o conjunto das informações possibilitou analisar aspectos relevantes sobre a violência conjugal.

Os pontos marcantes neste levantamento foram os seguintes:

As mulheres agredidas são, com maior frequência, amasiadas e ex-amasiadas e pertencem a faixas etárias diversas. As de idade pouco elevada são em número maior que as de idade

mais elevada. Isto revela um indicativo de que tanto a juventude, quanto a idade ativa da mulher são importantes fatores de risco para a violência conjugal. As mulheres jovens e maduras estão mais sujeitas à violência conjugal, que é repetida e continuada, perpetua-se cronicamente por muitos anos e, até mesmo, pela vida toda, conforme indicado pela variabilidade de duração do tempo de relacionamento do casal.

A pesquisa revelou que comportamentos violentos são marcas de parceiros das mais variadas idades. Observou-se, entretanto, um aumento no percentual da idade dos agressores em idades muito elevadas quando comparada com a mesma faixa etária da vítima.

No que se refere à moradia e profissão das mulheres e de seus parceiros agressores, constatou-se alta variabilidade. As denúncias de violência conjugal ocorrem em diversos bairros de Uberlândia e, várias são as profissões das vítimas ou dos parceiros agressores, variando de desempregados e do lar até empresários e profissionais liberais. Neste sentido, a violência não é um fato exclusivo de mulheres mal remuneradas e residentes em bairros periféricos, o que sugere que o status socioeconômico parece não interferir na violência conjugal. Tais resultados são compatíveis com os de Pazinoto (apud BRIGA de marido e mulher, 2004) que afirma que embora haja uma tendência a atrelar a violência contra a mulher contra as classes menos favorecidas o problema atinge mulheres de diferentes níveis econômicos e de escolaridade.

As agressões ocorrem com maior frequência nos finais de semana, supostamente quando o casal está em situação de maior proximidade física. Assim, parece que o fator proximidade pode exacerbar as diferenças do casal, agravando os conflitos e, conduzindo a mais violência. Neste sentido, poderia hipotetizar-se que, quanto maior a frequência de exposição de um cônjuge em relação ao outro, mais negativa a atitude de cada um em relação aos estímulos percebidos no par, ou ainda que a interação pessoal do casal não é acompanhada de atribuição de valor gratificante ao parceiro ou parceira. Poderia-se, ainda, levantar o uso de bebida nos

finais de semana como um fator gerador de mais violência. Sugere-se pesquisas futuras para esclarecimento deste tema.

Constatou-se que, o maior índice de queixas de violência conjugal entre Boletins de Ocorrência e Termos Circunstanciados de Ocorrência, foi por motivos de término de relacionamento, motivos fúteis, bebida e drogas, ausência de motivos e ciúmes.

Verificou-se que a ameaça foi identificada como o mais freqüente tipo de violência, seguida por agressão e lesão corporal e, em terceiro lugar vias de fato que consiste em violência empregada que não deixa vestígios sensíveis ou danos ao corpo da vítima.

De forma geral, a prevalência da violência tende a ser maior nos casos da mulher amasiada ou ex-amásia, do que para as esposas ou ex-esposas e namoradas. Os dados mostraram, consistentemente, que as mulheres amasiadas eram mais freqüentemente vítimas de violência pelo parceiro do que mulheres casadas. Do ponto de vista legal amasiadas são tratadas da mesma forma que as casadas quando tem filhos e/ou quando estão vivendo juntos.

Dessa forma legalmente é difícil diferenciar entre amasiadas e mulheres casadas.

Apesar dos diferentes índices de violência nas uniões legais e amasiadas, as razões para este fenômeno não foram bem entendidas. Sugere-se que se busque entender as diferenças de violência nos diferentes status conjugais e se promova uma verificação desta estrutura. Entender por exemplo características do parceiro e da parceira e o que levaram ambos a

união, buscando-se um entendimento sobre o processo que ocorre nestas uniões.

Verificou-se, também, uma diferenciação no tipo de violência relativa ao status conjugal. Entre amasiadas e namoradas, a agressão (BO) e a lesão corporal (TCO) são predominantes, enquanto que as esposas registram mais freqüentemente agressões nos BOs e ameaças nos TCOs. Curioso notar que entre ex-amasiadas, ex-casadas e ex-namoradas predominam as ameaças tanto nos BOs, quanto nos e TCOs. Diante deste fato, sugere-se esta diferenciação como um tema para futuras pesquisas.

Outro aspecto que chamou atenção refere-se ao tipo de queixa. Motivos fúteis, ausência de motivos e, em terceiro lugar, bebida e drogas, mostraram-se como as principais causas das queixas relativas aos Boletins de Ocorrência, enquanto por outro lado, a queixa por fim de relacionamento é prevalente nos casos em que a mulher registra procedimento criminal (TCO), seguida por motivos fúteis. Estes dados revelam que a mulher que decidiu romper ou rompeu o relacionamento formaliza, com maior frequência, a apresentação da queixa-crime ao Juizado Especial Criminal, a fim de que o agressor seja apenado e ela tenha seus direitos protegidos.

Parece, ainda, existir um diferencial entre o tipo de queixa e o status conjugal. A queixa das amasiadas está mais associada a motivos fúteis, as das casadas a motivos fúteis e bebida e as queixas das namoradas a ciúmes. Entre ex-amasiadas, ex-casadas e ex-namoradas predominou a queixa devida a fim do relacionamento, sendo, nesse caso, a ameaça o principal crime cometido. Constatou-se uma vinculação entre ameaça e fim de relacionamento, de modo que o ex-parceiro, não aceitando o rompimento, usa frequentemente a ameaça como estratégia para reverter a situação.

O quadro extraído dos resultados relativos às ex-amásias, ex-esposas e ex-namoradas do presente trabalho, alerta para o drama de que a mulher não está segura mesmo após a separação do parceiro, e que de forma geral a violência continua, e é mais severa quando o relacionamento termina, razão pela qual estas mulheres formalizam queixa crime com mais frequência no momento da separação ou após a separação, o que indica que elas correm mais risco nesse momento. Além disso, deve ser considerado que quando a mulher toma a decisão de romper o relacionamento, ela não tem mais motivos para proteger o parceiro da acusação legal, nem para manter a harmonia do relacionamento. O que a mulher ameaçada pelo ex-parceiro deseja é mantê-lo longe, "que ele se afaste".

Estes dados condizem com os observados por Browne e Williams (1989), que sugerem que o período mais perigoso para uma mulher que sofre agressão é durante os dois primeiros anos após a separação, e com os estudos de Walker (1994) que observou que o temor de risco de violência maior quando se rompe a relação é totalmente justificado, e este medo é um dos motivos pelo qual a mulher permanece no relacionamento. Conforme indicações de Walker (1994), mulheres que abandonam seus agressores têm um risco maior de serem assassinadas por eles do que aquelas que permanecem.

Ressalta-se ainda, a ocorrência de uma mudança nas características do tipo de violência cometida pelos parceiros conjugais. A verificação de que a ameaça foi o crime mais denunciado pelas mulheres difere de outras pesquisas (SAFFIOTI, 1999; WILLIAMS, et.al., 1999), embora confirme que a média anual de ameaças vem aumentando ao longo dos anos, assim como vem diminuindo as agressões, lesões corporais e vias de fato, apesar de ainda elevadas. Talvez isso se dê como decorrência da atual visibilidade social da violência conjugal e devido ao fato de as mulheres, em situação de violência terem a oportunidade de se expressar e poderem buscar intervenções nas delegacias especializadas, o que pode estar inibindo a ação dos parceiros agressores.

É importante notar que a ameaça é considerada violência emocional, uma vez que não há agressão física direta. Outros tipos de violência, na esfera psicológica, como humilhações, difamação, calúnias, injúria, desqualificações, de forma geral não são denunciadas. Hipotetiza-se, diante disso, que existe um aumento na severidade das ameaças, e em razão a isso sugere-se que o abuso não físico, especificamente a ameaça que aterroriza a vítima, receba crescente atenção por parte dos pesquisadores e das autoridades das delegacias especializadas. Ressalta-se ainda, que vários estudos indicam que o abuso emocional estabelece e mantém toda a dinâmica do abuso no relacionamento (DUTTON; PAINTER, 1993; LORING, 1994).

Diante da identificação de diversos cenários de risco de violência, pode-se propor o desenvolvimento de intervenções, tratamento e prevenção, considerando-se o status conjugal, bem como os tipos de queixas.

Sugere-se, ainda, que os serviços prestados pelas delegacias criem um local de acolhimento para que a mulher, que sofre violência, possa expressar suas angústias que não se resumem apenas à aproximação policial e jurídica, dadas as conseqüências da violência física e não física, especialmente as ameaças. Sugere-se que seja possível a realização de acolhimento psicológico nas delegacias para posterior encaminhamento a ajuda especializada, conforme necessidade de cada mulher. A importância da criação deste espaço de acolhimento psicológico nas delegacias deve-se ao fato de que ouvir a demanda dessas mulheres é algo bastante complexo, devido ao constrangimento, vergonha e à própria necessidade de proteger o agressor, conforme verificado na segunda fase da pesquisa. O momento pelo qual a mulher se dirige a uma delegacia exige acolhimento, compreensão e esclarecimentos sobre sua situação, exige, portanto, uma intervenção imediata ao exato momento de sua necessidade. A situação da mulher deveria ser focada não apenas pelo prisma jurídico, deve se procurar entender, por exemplo, o que exatamente a motiva a procurar ajuda? O que ela está buscando naquele momento? Ser ouvida atenta e profundamente é fundamental, razão pela qual é necessário o acolhimento psicológico nas delegacias especializadas.

Além disso, nos casos de violência conjugal, não basta apenas a lei, porque a lei muitas vezes é de uma impotência total frente à situação vivida pelas mulheres. Para que as mulheres sejam bem sucedidas nas suas buscas de ajuda e intervenção às quais recorrem, é necessária a conjugação de esforços de profissionais de diferentes áreas de atuação. É disso também, que depende o sucesso de suas tentativas de romper a sua permanência na situação de violência.

7.2 Conclusões a respeito da segunda fase

O homem moderno enfrenta incontáveis desafios, sendo o principal deles o relativo à violência. A violência não é um comportamento novo, ele pertence à história da humanidade e podem ser encontrados relatos na filosofia, na literatura, nas manifestações culturais e na religião. Os problemas relacionados com a violência são imensos e universais.

Diferentes ciências e abordagens em psicologia têm algo a dizer sobre essa problemática, dentre elas, a psicanálise, que considera que somos resultado de uma complexa interação entre os impulsos sexuais e agressivos e as defesas que, desde a infância construímos para controlá-los, por meio do superego. Nesse sentido poderíamos dizer que a violência é provocada por uma falta de distância entre os impulsos e os atos, como pode ser visto nas agressões dos cônjuges em relação às suas parceiras, bem como na recusa em refletir sobre o que realmente motiva as próprias ações e na atribuição aos outros, pais, parceiros íntimos, muitas vezes indevida, da culpa pelos problemas vividos. A psicanálise afirma que a culpa não é sempre dos outros, uma vez que sua atenção é focada na singularidade, e propõe um caminho de autoconhecimento que depende da própria pessoa.

Do ponto de vista da psicanálise, a violência se mantém e se recria, constantemente, na medida que a pessoa lança mão de artifícios engenhosos para não reconhecê-la. Conseqüentemente ao invés de ser reconhecida, a violência passa a ser representada, a negação exime responsabilidade e culpa. Para Costa (1986), "o maior prejuízo para indivíduos inseridos em ambientes violentos é o obscurecimento do que é fantasia e do que é realidade" (p.53).

De acordo com esse autor, tenta-se "explicar a violência para exorcizar o terror, porque, quando ela é explicada deixa de existir como coisa primeira: é só consequência de uma outra,

que a provocou" (p.45). A explicação tem como função garantir que, em suas bases o mundo está em ordem.

Há, entretanto, outras leituras para o fenômeno em questão, o que nos interessa mais de perto, especificamente a da Psicologia Social, que enfatiza a interação do indivíduo com o ambiente, e exige que se contemple a existência ou não da intencionalidade de causar danos, por parte do agressor, bem como os processos cognitivos afetivos e comportamentais suscitadas, por exemplo, no agredido. Dentre as teorias oriundas da Psicologia Social, foram utilizadas neste estudo as contribuições da Teoria da Atribuição Causal para a análise da permanência da mulher em um relacionamento conjugal violento.

Como já esclarecido no capítulo 3, tal teoria estuda as explicações que os indivíduos oferecem para as causas dos eventos de que são participantes, ou como atores ou como expectadores.

As pessoas explicam porque ocorre um determinado evento considerando, usualmente, a motivação da pessoa que o causou. A necessidade de buscar uma causa para o comportamento de outrem faz parte de uma tendência humana de ir além da informação disponível. Tais deduções são chamadas de *atribuições causais*, que é o processo pelo qual as pessoas usam de vários tipos de informações para realizar inferências a respeito das causas de determinados comportamentos ou acontecimentos. As atribuições são uma conjectura, diz respeito menos às causas reais do comportamento de uma pessoa do que às inferências que o observador faz acerca dessas causas (DELA COLETA, 1982). Portanto, a teoria da atribuição lida com causas percebidas da situação, não com causas reais. Assim, as interpretações causais podem ser precisas ou erradas, funcionais ou disfuncionais. Faz-se uma atribuição em consonância com os próprios conteúdos cognitivos, tais como crenças, valores ou conhecimentos.

O estudo dos mecanismos utilizados pelas pessoas para explicarem suas próprias condutas e ações, e a dos outros, assume particular relevância no contexto, pelo poder exploratório que

ele permite na análise das situações de longo tempo de permanência em um relacionamento conjugal violento. As atribuições ou explicações causais aos comportamentos e/ou eventos tornam-se, assim, ferramentas poderosas para a compreensão das reações frente à violência e ao abuso vivido, em função de seu papel mediador entre os estímulos e as respostas individuais.

Dessa forma, *as atribuições* feitas às causas do comportamento agressivo determinam o tipo de resposta que será dada à provocação.

Fundamentado nas proposições de Weiner (1972, 1986, 1995) e nos estudos de Sillars (1981) e Brehm (1985), que colocaram em evidência as intenções atribuídas, a controlabilidade e a culpa do parceiro nas reações ao conflito interpessoal, o presente estudo pretendeu realizar uma comparação entre os mecanismos atribucionais utilizados por mulheres que sofrem violência conjugal relativa à primeira agressão sofrida e à última que motivou a formalização de um processo penal (TCO), como uma explicação para sua permanência ou rompimento do relacionamento.

Assim, em relação à segunda fase, o principal enfoque desse estudo buscou compreender como as mulheres explicam o comportamento violento de seu cônjuge e, se estas explicações causais estariam relacionadas à intenção de permanecer ou de romper um relacionamento conjugal violento.

Fizeram parte desta fase da pesquisa mulheres que buscaram espontaneamente a Delegacia Adida ao Juizado Especial de Uberlândia, para dar queixa dos parceiros íntimos agressores e responderam a uma entrevista semi-estruturada.

Verificou-se que a prevalência da violência é mais freqüente em mulheres da cor branca, católicas, não praticantes, que possuem o primeiro grau incompleto, e se declararam do lar, com filhos e oriundas de diferentes bairros de Uberlândia. Observou-se, entretanto, mulheres de diferentes religiões, profissões e níveis de escolaridade. A maioria das mulheres

entrevistadas reportou sofrer violência já na fase do namoro ou no início do relacionamento. Em todos os casos, a violência física veio acompanhada da psicológica em forma de intimidação e abuso verbal, sendo estas uma rotina na convivência do casal. As causas da violência sofrida relatadas pelas mulheres são devidas aos ciúmes, ao fato de ele ter problemas psicológicos, usar álcool, de ele ter amante, da combinação ciúmes e bebida, de ela rejeitá-lo sexualmente, de ele não aceitar a separação, por provocação dela e por ele rejeitá-la.

Analisando os resultados obtidos relativos à atribuição causal, evidencia-se a predominância do uso de causas internas do agressor, em detrimento das externas, nas atribuições relativas às duas situações (primeira e última agressão). Entretanto, as atribuições das mulheres foram também qualificadas sob o prisma de outras dimensões conceituais preconizadas por Weiner (1972, 1986, 1995), a estabilidade e controlabilidade.

Dado que as atribuições utilizadas pelas mulheres para explicarem a violência do cônjuge foram eminentemente internas, atribuídas ao parceiro, as considerações relativas às outras duas dimensões causais, estabilidade e controlabilidade, permitiram a distinção qualitativa da atribuição.

Com relação aos dados referentes às dimensões causais acima referidas, observou-se, no que diz respeito à estabilidade X instabilidade e controlabilidade X incontrolabilidade, que as mulheres adotaram, prioritariamente, a instabilidade e a controlabilidade da violência para explicarem a primeira agressão do parceiro. Neste sentido, pode-se dizer que a causa interna instável atribuída ao parceiro manteve-se como explicação básica da violência do parceiro para a primeira agressão. Por outro lado neste primeiro momento, a causa interna estável foi irrelevante para explicar a violência. As mulheres num primeiro momento não conseguem imaginar que o parceiro seja fundamentalmente destruidor. Elas tentam encontrar explicações lógicas para desfazer aquilo que não podem perceber: ele é ciumento. Alimentam assim as

esperanças de que o parceiro mude e compreenda o sofrimento que está infringindo e se arrependa.

Já, quando se observa o resultado referente a estas duas dimensões em discussão, verifica-se uma inversão nas atribuições relativas à última agressão, para a qual, as mulheres atribuíram causas estáveis e incontroláveis. Portanto, a última agressão foi eminentemente explicada através da causa interna estável incontrolável atribuída ao parceiro, isto é, como sendo decorrente da personalidade do mesmo.

Sob a perspectiva da mulher que sofre agressão, isto poderia significar, num primeiro momento, que as mulheres ao atribuírem a violência a causas internas, instáveis e controláveis estariam acreditando que poderiam modificar tal resultado. Conforme a perspectiva teórica de Weiner (1986, 1995), a atribuição a causas instáveis faz com que o indivíduo acredite que pode modificar o resultado no futuro. Diante disso é lícito concluir que estas mulheres podem estar atribuindo a violência do parceiro à causa interna e instável como uma forma de se defenderem do fracasso do relacionamento, na medida que, fazendo esse tipo de atribuição estariam se preparando para reverter a situação da violência. Levando-se em conta, ainda, as características disposicionais (personalidade) como a causa atribuída à última agressão sofrida, pode-se admitir que de alguma forma as mulheres levam muito tempo para compreender que essa situação não é resultante de um comportamento ocasional do parceiro, e sim de um comportamento repetido continuamente.

Os dados aqui obtidos revelaram a adoção sistemática da causa disposicional, interna, instável e controlável, por parte das mulheres que permanecem no relacionamento. As mulheres atribuem a violência a estados transitórios do parceiro e acreditam que podem controlar a ocorrência da agressão. Quando a violência é recente existe, ainda, para as mulheres uma esperança de solução, e especificamente, sua atribuição guia a maneira pela qual ela se comporta para alterar a dificuldade.

A análise das reações das mulheres que atribuíram causa interna instável e controlável para a primeira agressão, mostrou que estas procuraram conversar com o parceiro, ou simplesmente não apresentaram nenhuma reação, acreditavam que a agressão era apenas uma crise e que passaria (instável / controlável), adotaram mecanismos de enfrentamento mais focalizado no problema, numa tentativa de aproximação e busca de solução, apresentaram expectativas de que o relacionamento melhora, não denunciaram o parceiro e manifestaram sentimentos sem alvo, tais como angústia e tristeza.

Os motivos alegados pelas mulheres para permanecer na relação foram em primeiro lugar o amor, seguido pela esperança de ele mudar, os filhos, os aspectos econômicos, algumas características pessoais das mulheres, os valores sociais, o medo e finalmente sentimentos de pena do parceiro. Tudo isso permite à mulher perpetuar a crença de controle da violência que se ajusta à sua necessidade de equilíbrio, e interfere por um longo período nas interpretações ou explicações dadas ao comportamento do parceiro.

Especificamente sobre a alegação de amar o parceiro como motivo de permanência na relação, Strube e Barbour (1983 apud BREHM, 1985), encontraram que as mulheres mais propensas a deixar um relacionamento abusivo, não citavam espontaneamente o amor como razão para ficar no relacionamento.

Por outro lado, observa-se que a busca de rompimento da relação é decorrente de atribuição de causa interna estável e incontrolável à violência do parceiro, de sentimentos negativos contra ele, de expectativas de vida digna se deixá-lo e de que o relacionamento piore caso seja continuado.

No que diz respeito ao julgamento de culpa da violência, tanto para a primeira quanto para a última agressão, evidencia-se que as mulheres não viam a si mesmas como merecedoras, culpadas ou provocadoras da violência. Observou-se que, maior culpa e maior intenção é atribuída ao agressor quando as causas são internas e estáveis. A culpa e a intenção do

parceiro estão relacionadas entre si e este resultado é evidente tanto na primeira, quanto na última agressão. Estas relações são demonstradas pela análise de variância e pelas correlações encontradas.

Constata-se assim, que a mulher percebe a violência conjugal como um acontecimento intencionalmente causado pelo parceiro, podendo ser classificado, portanto, como dentro da causalidade pessoal, conforme teoria da atribuição.

Tais dados são consistentes com os resultados de estudos anteriores (CANTOS; NEIDIG; O'LEARY, 1993), que explicam que mulheres agredidas tendem a designar menos culpa a si mesmas e mais aos maridos, tanto para o primeiro quanto para o último episódio de violência, e a ver as causas do abuso como estáveis se tiverem sido mais severamente feridas. Também são condizentes com a tendência geral de atribuir coisas boas a si mesma e coisas ruins a fatores externos (HEIDER, 1970; FRIEZE; WEINER, 1971) e, conforme previsões da teoria da atribuição, revelam que para as mulheres o comportamento violento do parceiro é visto como intencionalmente causado.

Além disso, a tendência de culpar os outros se caracteriza pelo fato de as pessoas darem a si próprias o mérito do sucesso e negarem a responsabilidade por suas falhas, conforme afirmações de Weiner (1972). Da mesma forma, de acordo com Sillars (1981), existe uma tendência a superatribuir a responsabilidade pelo conflito ao parceiro e a subestimar os efeitos do próprio comportamento.

Diante destes aspectos, a questão que se coloca é se a violência poderia ser também resultante da relação do casal e não apenas da culpa ou das características pessoais do parceiro, isto é, a violência poderia ser fruto daquilo que um desperta no outro, podendo-se argumentar que as mulheres também poderiam provocar reações hostis e negativas e que suas atribuições causais e principalmente suas atribuições de culpa poderiam estar refletindo o próprio efeito que ela tem no parceiro. Esse argumento parece plausível, uma vez que

geralmente os aspectos essenciais da relação são determinados pela suposição que se tem a respeito das condições e das percepções da outra pessoa. De acordo com Heider (1970) uma pessoa não apenas reage ao que a outra pessoa faz, mas reage ao que pensa que a outra percebe, sente e pensa. Além disso, Sillars (1981) sugere que os parceiros falham em perceber a causalidade mútua dos conflitos no relacionamento, uma vez que esse tipo de relação interpessoal cria confusão de informações.

Por outro lado, uma vez que a maioria das mulheres atribuiu causas internas à violência do parceiro, para a primeira e última agressão, sugerindo, por sua vez, que a essência da violência conjugal tem sua origem nas características pessoais do parceiro, isto é, a algo inerente a ele mesmo, questiona-se: os parceiros agressores são indivíduos com características pessoais que apresentam alta predisposição à agressão? Será que eles agredem, frequentemente, por causa de uma característica pessoal hostil? Para melhores esclarecimentos do tema sugere-se estudos a respeito da existência de característica pessoal de hostilidade em parceiros agressores através, por exemplo, de medida por escalas auto-avaliadas, como as PANAS (WATSON; CLARK, 1988).

Quanto aos sentimentos, especificamente ao predomínio dos sentimentos sem alvo relativos à primeira agressão, em sua maioria decorrente da atribuição interna instável, caracterizada pela angústia e pela tristeza, fica evidente que estes desvelam a situação de infelicidade e de desamparo na qual a violência mergulha as mulheres.

Importa esclarecer que, na angústia, a reação do organismo é de paralisação e a nitidez com que a pessoa capta o fenômeno é atenuada (López-Ibor, 1969, apud SIERRA; ORTEGA; ZUBEIDAT, 2003). A angústia é um sentimento vinculado a situações de desespero, e sua característica principal é a perda da capacidade de atuar voluntária e livremente para dirigir os próprios atos (SIERRA; ORTEGA; ZUBEIDAT, 2003).

Conforme observado, os sentimentos sem alvo referem-se a um tipo de sentimento no qual os fatores cognitivos são muito reduzidos. Isto significa que, provavelmente, sequer, o parceiro figure no sentimento. O único aspecto englobado no sentimento sem alvo é que algo seja estancado.

O sentimento sem alvo ou não dirigido pode ser visto como simplesmente desviado de sua direção original. Pode-se falar, então, que existe uma tensão geral para mudar algo, mas algo indeterminado.

Dessa forma, os sentimentos sem alvo são carentes de objeto, e precisamente essa carência é um nada contra o qual não cabe adotar uma atitude concreta de defesa nem de ataque, razão pela qual as mulheres não dão queixa do parceiro, conforme ficou demonstrado através da análise de variância. Assim, os sentimentos estão relacionados à decisão de denunciar ou não denunciar o agressor. Na primeira agressão mais mulheres com sentimentos dirigidos contra o agressor deram queixa na Delegacia da Mulher.

Atendo-se aos dados relativos aos sentimentos decorrentes da última agressão em que as mulheres atribuíram causas internas estáveis à violência, verificou-se a manifestação de sentimentos contra o parceiro, caracterizados pela raiva, revolta, medo, rejeição e nojo que, diferentemente dos sentimentos sem alvo, levou as mulheres a terem ações que buscassem eliminar as fontes desses sentimentos, no caso, o parceiro e sua violência.

A maioria das mulheres que apresentaram sentimentos negativos contra o agressor, não pretendem continuar vivendo com ele. Confirmou-se, portanto, a relação entre os sentimentos, e as ações e intenções, conforme hipotetizado.

Foi também encontrada uma relação entre a direção dos sentimentos e as expectativas caso permaneça no relacionamento, de modo que os sentimentos contra o agressor se associam a expectativas de um relacionamento cada vez pior.

Neste sentido parece que a atribuição interna estável prevê diferencialmente as manifestações afetivas das mulheres que sofrem violência conjugal. Atribuições internas estáveis prevêm: sentimentos contra o parceiro, intenção de romper o relacionamento e expectativas de que o relacionamento piore, dado que os sentimentos contra o agressor evidenciam, pode-se dizer, a expressão de um protesto contra o mesmo (raiva, por exemplo) e a percepção de risco (medo) que a mulher corre no relacionamento.

Através da análise das expectativas, verificou-se que, na primeira agressão, maior intenção atribuída ao agressor relacionou-se a expectativas negativas, na última agressão maior intenção (teve propósito de agredir) foi relacionada com a percepção de que ele poderia ter evitado, e a causa interna estável relacionou-se a expectativas negativas (risco de vida, piorar a situação, continuar sofrendo), com a falta de esperança de que o relacionamento melhore, e com a esperança de que o parceiro se afaste, e medo que o parceiro continue prejudicando.

Na primeira agressão a expectativa positiva, de que a situação iria melhorar, relacionou-se a não dar queixa na Delegacia da Mulher e a maioria das mulheres adotaram estratégia de coping focalizado no problema.

Com referência à postura de enfrentamento adotado pelas mulheres, as mesmas consideram, num primeiro momento (atribuição interna instável controlável), que o processo de violência poderia ser estancado, caso elas buscassem conversar com ele ou simplesmente não fizessem nada, o que as levaram a não denunciar o parceiro, enquanto que ao atribuir causas internas estáveis à última agressão, as mesmas consideram que no futuro continuariam a ser agredidas através de uma violência ainda mais severa, o que conseqüentemente, levou todas as mulheres a denunciar o parceiro.

Finalmente, para a última agressão, as expectativas negativas de permanecer na relação (a situação vai piorar) e expectativas positivas de romper a relação (vida digna), relacionaram-se à intenção de não continuar no relacionamento.

Na última agressão, a causa interna estável e a maior intenção percebida na agressão relacionaram-se com a intenção pessoal de não continuar no relacionamento com o parceiro. As análises mostram ainda uma tendência maior de denúncia do parceiro, quando a expectativa da mulher é de que a situação da violência piore, enquanto que a não denúncia é significativamente maior quando a expectativa é de que a relação do casal melhore.

Em relação às expectativas, foi possível perceber ao longo do trabalho que, para as mulheres entrevistadas, romper uma relação tem o sentido de antes de tudo prever expectativas de um futuro digno sem o parceiro. Parece que a confiança na melhora do futuro pessoal, a crença de se estar caminhando para uma vida melhor, a crença na possibilidade de conquistas e avanços pessoais caso deixe o parceiro, relaciona-se à intenção de romper a relação. As mulheres que apresentam tais expectativas futuras compreendem que é preciso tempo e empenho (trabalhar, estudar) para alcançar tais objetivos e demonstram um compromisso com o próprio desenvolvimento.

Tomando em conjunto os resultados da presente pesquisa, evidenciou-se que o padrão atribucional que as mulheres utilizam ao explicar a violência do parceiro conjugal é caracterizado pela internalidade. Foi possível constatar modificação nas dimensões instável e controlável, seguindo a grande distância para estável e incontrolável, nos sentimentos nas expectativas e nas ações das mulheres.

Esta investigação mostrou relações significativas entre as variáveis do modelo proposto, e apresentou tendências nas atribuições relativas a ficar ou deixar um parceiro violento. Atribuições internas instáveis controláveis podem levar a sentimentos sem alvo, à esperança da resolução do problema, e à permanência da mulher em um relacionamento abusivo e

doloroso, enquanto que as atribuições internas estáveis incontroláveis relacionam-se a sentimentos contra o parceiro, a expectativas negativas junto a ele e a expectativas positivas longe dele e ao desejo de romper o relacionamento.

Assim, através deste estudo pode-se verificar que o estímulo violência conjugal contra a parceira determinou ou co-determinou a mediação cognitiva que resultou numa atribuição causal, onde foram identificadas as seguintes dimensões: *locus da causa*, estabilidade e controlabilidade, que tiveram efeitos diferenciados a nível cognitivo, afetivo e da ação da mulher que sofre a violência. Observou-se que as cognições determinam as respostas afetivas e as expectativas, assim como os comportamentos subsequentes.

Na investigação das atribuições causais verificou-se que a atribuição causal da mulher sobre o comportamento violento do parceiro constituiu fator responsável pelo tipo de ação ou intenção de ação da mulher. Dessa forma aceita-se a existência de uma relação entre a explicação causal da mulher e sua permanência ou não no relacionamento violento, que se expressa nas diferenças entre as atribuições causais relatadas para a primeira e última agressão por mulheres que desejam permanecer no relacionamento e aquelas que irão romper, conforme este estudo pretendia demonstrar.

Pode-se, entretanto, argumentar que relatos retrospectivos de atribuições tenham sido distorcidos pelo atual momento vivido pelas mulheres. Todavia, tomados em conjunto, esses resultados sugerem que as atribuições retrospectivas não estão relacionadas ou foram influenciadas pelo momento atual. As mulheres da amostra apresentaram, por exemplo, pouca dificuldade para responder questões sobre atribuições causais, culpa, intencionalidade e inevitabilidade e deram todos os indícios de haverem considerado o assunto minuciosamente. Isto se estende à habilidade delas em relatar as atribuições passadas, bem como as atuais com facilidade.

Seria interessante, contudo, que futuras investigações procurassem aprofundar a compreensão desses mecanismos.

Embora promissores esses resultados precisam ser replicados. Estudos longitudinais futuros devem examinar violência conjugal e atribuições com diferentes intervalos entre avaliações para determinar quão vigorosa é a associação que prevê.

Outra tarefa para pesquisa futura é determinar o peso relativo das variáveis aqui estudadas na explicação da variância da resposta comportamental.

Além disso, este estudo enfocou somente as atribuições das mulheres em relação aos parceiros violentos, futuras pesquisas podem examinar as atribuições oferecidas pelos parceiros para a violência cometida.

Os dados disponíveis para avaliar a premissa de que as atribuições influenciam a permanência ou o rompimento em um relacionamento conjugal violento são promitentes.

Pode se supor que as atribuições poderiam compreender um componente adicional a ser anexado a intervenções terapêuticas, uma vez que os dados sugerem que as atribuições podem ser significativas durante todo o relacionamento conjugal violento. Implícita nesta proposta está a noção de que atribuições são um componente necessário mas, de maneira alguma suficientes para a compreensão da violência conjugal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABELSON, R. P. Psychological status of the script concept. *American Psychologist*, Washington, v. 36, p. 715-729, 1981.
- ABRAHAM, M. Sexual abuse in South Asian immigrant marriages. *Violence Against Women*, v. 5, p. 591-618, 1999.
- AGRAVAMENTO da violência de gênero. Disponível em: <<http://redesaude.org.br/html/body>>. Acesso em: 25 jan. 2004.
- ALPERT, E. J. Violence in intimate relationships and the practicing internist: new disease" or new agenda? *Annals of Internal Medicine*, Philadelphia, v. 123, n. 10, p. 37 - 746, 1995.
- AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. *APA presidential task force on violence and the family report*. Washington, 1996.
- AMORETTI, R. Bases para a leitura da violência. In: AMORETTI R. et al. (Orgs.). *Psicanálise e violência: metapsicologia, clínica, cultura*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- ANDERSON, C. A. Effects of violent movies and trait irritability on hostile feelings and aggressive thoughts. *Aggressive Behavior*, New York, v. 23, p.161-78, 1997.
- _____. Imagination and expectation: the effect of imagining behavioral scripts on personal intentions. *Journal of Personality and Social Psychology*, Arlington, v. 45, n. 2, p. 293 - 305, 1983.
- ANDERSON C. A.; BUSHMAN, B.J. Human aggression. *Annual Review of Psychology*, Palo Alto, v. 53, p. 27-51, 2002.
- ANDERSON, C. A.; DILL, K. E. Video games and aggressive thoughts, feelings, and behavior in the laboratory and in life. *Journal of Personality and Social Psychology*, Arlington, v. 78, p. 772-90, 2000.
- ANDERSON C. A.; GODFREY S. S. Thoughts about actions: the effects of specificity and availability of imagined behavioral scripts on expectatives about oneself and others. *Social Cognitions*, New York, v. 5, n. 3, p. 238-258, 1987.
- ANDERSON C. A. et al. The interactive relations between trait hostility, pain, and aggressive thoughts. *Aggressive Behavior*, New York, v. 24, p. 161 - 171, 1998.
- ANDREWS, B. Attribution processes in victims of marital violence: Who do women blame and why? In: HARVEY, J.H.; ORBUCH, T. L.; WEBER, A. L. (Eds.). *Attributions, accounts, and close relationships*. New York: Springer-Verlag, 1992. p. 177-193.
- ANDREWS, B.; BREWIN, A. Attributions of blame for marital violence: a study of antecedents and consequences. *Journal of Marriage and the Family*, v. 52, n. 3, p. 757-767, Aug. 1990.

- ARANGO, H. G. *Bioestatística: teórica e computacional*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.
- AZEVEDO, M. A. *Mulheres espancadas: a violência denunciada*. São Paulo: Cortez, 1985.
- BALLONE, G. J. *Violência e saúde*. Disponível em: <[http:// www. Gballone.sites.uol.com.br/temas/ violen_inde.html](http://www.Gballone.sites.uol.com.br/temas/violen_inde.html)>. Acesso em: 24 nov. 2003
- BALLONE, G. J.; ORTOLANI IV. *Comportamento violento*. Disponível em: <[http:// www.psiqweb.med.br/forense/violen.html](http://www.psiqweb.med.br/forense/violen.html)>. Acesso em: 10 out. 2003a.
- _____. *Violência doméstica*. Disponível em: <[http:// www.psiqweb.med.br/infantil/violme.html](http://www.psiqweb.med.br/infantil/violme.html)>. Acesso em: 24 nov. 2003b.
- BANDEIRA, L. O que faz da vítima, vítima? In: OLIVEIRA, D.D., GERALDES E.C. ; R.B. LIMA (Orgs.). *Primavera já partiu: retrato dos homicídios femininos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1998, p.53-95.
- BANDURA, A. Social cognitive theory: an agentic perspective. *Annual Review of Psychology*, Palo Alto, v. 52, p. 1-26, 2001.
- _____. Psychological mechanisms of aggression, In: GEEN, R.; DONNERSTEIN, E. (Eds). *Aggression: theoretical and empirical reviews*. New York: Academic Press, 1983. p. 11-40.
- BARBETTA, P. A. *Estatística aplicada às ciências sociais*. 5. ed. Florianópolis: UFSC, 2003.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Martins Fonte, 1979.
- BARNETT, O. W.; MARTINEZ, T. E.; KEYSON, M. The relationship between violence, social support, and self-blame in battered women. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 11, n. 2, p. 221-233, Jun. 1996.
- BARON, R. A. Aggression as a function of victim's pain cues, level of prior anger arousal, and exposure to an aggressive model. *Journal of Personality and Social Psychology*, Arlington, v. 2, p.117-124, 1974.
- _____. Social and personal determinants of workplace aggression: evidence for the impact of perceived injustice and the type a behavior pattern. *Aggressive Behavior*, New York, v.25, p. 281-296, 1999.
- BARON, R. A.; RICHARDSON, D. R. *Human aggression*. 2nd. ed. New York: Plenum., 1994.
- BAUCOM, D. H.; EPSTEIN, N. *Cognitive-behavioral marital therapy*. New York: Brunner/Mazel, 1990.

- BAUMEISTER, R. F. *Masochism and the self*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, 1989.
- BAUMEISTER, R. F.; SMART, L.; BODEN, J. M. Relation of the threatened egoism to violence and aggression: the dark side of self esteem. *Psychological Review*, Washington, v. 103, p. 5-33, 1996.
- BERG, I. A. Cultural trends and the task of psychology. *American Psychologist*, Washington, v. 20, p. 203-207, 1965.
- BERGEN, R. K. Surviving wife rape. *Violence Against Women*, v. 1, p. 117-138, 1995.
- BERKOWITZ, L. Frustration on aggression hypothesis: examination and reformulation. *Psychological Bulletin*, Washington, v. 106, p. 59 - 73, 1989.
- _____. On the formation and regulation of anger and aggression: a cognitive-neoassociationistic analysis. *American Psychologist*, Washington, v. 45, p. 494 -503, 1990.
- _____. Pain and aggression: some findings and implications. *Motivation Emotion*, New York, v. 17, p. 277 - 293, 1993a.
- _____. *Aggression: its causes, consequences, and control*. New York: McGraw-Hill, 1993b.
- BERKOWITZ, L.; LEPAGE, A. Weapons as aggression-eliciting stimuli. *Journal of Personality and Social Psychology*, Arlington, v. 7, p. 202-207, 1967.
- BETTENCOURT, B. A.; MILLER, N. Gender differences in aggression as a function of provocation: a meta-analysis. *Psychological Bulletin*, Arlington, v. 119, p. 422-447, 1996.
- BLEICHMAR, E. Dependências amorosas. In: NO TE lo piense, vem a discutir nosotras. Madrid: Comision anti-agresiones y coordinadora de grupos de mujeres de barrios y pueblos del movimiento feminista de Madrid, s. d.
- BRADBURY, T. N.; FINCHAM, F. D. Attributions in marriage: review and critique. *Psychological Bulletin*, Arlington, v. 107, n. 1, p. 3 - 33, Jan. 1990.
- BRADBURY, T. N.; FINCHAM, F. D. Attributions and behavior in marital interaction: interpersonal relations and group processes. *Journal of Personality and Social Psychology*, Arlington, v. 63, n.4, p. 613-628, Oct. 1992.
- BRAGHINI, L. *Cenas repetitivas de violência doméstica: um impasse entre eros e tanatos*. Campinas: Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000. (Coleção teses).
- BRANDÃO, E. R. *Nos corredores de uma delegacia de mulher: em estudo etnográfico sobre as mulheres e a violência conjugal*. 1996. 202 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, Rio de Janeiro, 1996.

- BRASIL. Código penal brasileiro. Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: <<http://www.edutec.net/Leis/Gerais/cpb.htm>>. Acesso em: 9 março 2004.
- _____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996. Fundamenta-se nos principais documentos internacionais que emanaram declarações e diretrizes sobre pesquisas que envolvem seres humanos. Disponível em: <<http://> >. Acesso em: 24 jan. 2004.
- _____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Programa de prevenção, assistência e combate à violência contra a mulher – Plano Nacional. **Diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo Política para as Mulheres**. Brasília, 2003.
- BREHM, S. S. *Intimate relationships*. New York: Random House, 1985.
- BREHM, S. S.; KASSIN, S. M. *Social psychology*. Boston: Houghton Mifflin, 1990.
- BREHM, S. S.; KASSIN, S. M. *Social psychology*. Boston: Houghton Mifflin, 1990.
- BRIGA de marido e mulher: chegou a hora de meter a colher. Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/a_acerv/jornal_crp/131/frames/fr_secao_aberta.htm>. Acesso em: 26 jan. 2004.
- BROWNE, A. Assault and homicide at home: When battered women kill. In: L. SAXE, L.; SAKS, M. J. (Eds.). *Advances in applied social psychology*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1986. v. 3, p. 57-79.
- BROWNE, A.; WILLIAMS, K. Resource availability for women at risk and partner homicide. *Law and Society Review*, Beverly Hills, v. 23, p. 75-94, 1989.
- BROWNE, A.; WILLIAMS, K. Resource availability for women at risk and partner homicide. *Law and Society Review*, Beverly Hills, v. 23, p. 75-94, 1989.
- BROWNRIDGE, D. A.; HALLI, S. S. Understanding male partner violence against cohabiting and married women: an empirical investigation with a synthesized model. *Journal of Family Violence*, v.17, n. 4, p. 341-361, Dec. 2002.
- BUSHMAN, B. J. Moderating role of trait aggressiveness in the effects of violent media on aggression. *Journal of Personality and Social Psychology*, Arlington, v. 69, p. 950-960, 1995.
- _____. Priming effects of violent media on the accessibility of aggressive constructs in memory. *Personality and Social Psychological Bulletin*, Beverly Hills, v.24, p. 537-545, 1998.
- BUSHMAN, B. J.; ANDERSON C. A. Is it time to pull the plug on the hostile versus instrumental aggression dichotomy? *Psychological Review*, Washington, v. 108, p. 273 – 279, 2001.
- BUSHMAN, B. J.; BAUMEISTER, R. F. Ameaçada egotism, narcissism, self-esteem, and direct and displaced aggression: Does self-love or self-hate lead to violence? *Journal of Personality and Social Psychology*, Arlington, v. 75, p. 219 – 229, 1998.
- BUSS, D. M.; SHACKELFORD, T. K. From vigilance to violence: mate retention tactics in married couples. *Journal of Personality and Social Psychology*, Arlington, v. 72, p. 346-361, 1997.

- CAMARGO, M. Violência e saúde: ampliando políticas públicas. *Jornal da Rede Saúde*, 22, p.6-8, 2000.
- CAMPAÑA INTERACERENCIAL CONTRA LA VIOLENCIA HACIA LAS MUJERES Y LAS NIÑAS. Programa de Naciones Unidas para el desarrollo PNUD. Proyecto Regional RLA/014. **Informe Nacional Brasil**. 1998. Disponível em: <<http://www.undp.org.rblac/Gender/campaign-spanish/brasil.pdf>>. acesso em: 25 jan. 2004.
- CAMPBELL, A. Staying alive: evolution, culture, and women's intrasexual aggression. *Behavioral and Brain Sciences*, Edinburg, v. 22, p. 203-252, 1999.
- CAMPBELL, J. **O poder do mito**. Tradução de Carlos Felipe Miosés. São Paulo: Palas Athena, 1990.
- CAMPER, P. M. et al. Causal attributions for interactional behaviors in married couples. *Cognitive Therapy and Research*, New York, v. 12, n. 2, p. 195-209, Apr. 1988.
- CANTOS, A. L.,; NEIDIG, P. H.; O'LEARY, K. D. Men and women's attributions of blame for domestic violence. *Journal of Family Violence*, v. 8, n. 4, p. 289-302, Dec. 1993.
- CAPEZ, F. **Direito penal**. Parte especial: apostila do curso do professor Damásio. 6. ed. São Paulo: Paloma, 2003.
- CASCARDI, M.; LANGHINRICHSEN, V. ; VIVIAN, D. Marital aggression: impact, injury and correlates for husbands and wives. *Archives of Internal Medicine*, Chicago, v. 152, p. 1178-1184, 1992.
- CHARNY, I. W. **Anatomia do genocídio: uma psicologia da agressão humana**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- CHEIN, I. Uma introdução à amostragem. In: KIDDER, L. H. (Org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987.
- COLLINS A. M.; LOFTUS E. F. A spreading activation theory of semantic processing. *Psychological Review*, Washington, v. 82, p. 407 - 428, 1975.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de ética profissional do psicólogo** (Resolução CPF nº 002/1987). Disponível em: <http://www.crpsp.ogr.br/a_orien/codigo/fr_Codigo_etica_indice.htm>. Acesso em: 10 jan. 2004.
- COSTA, J. F. **A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- _____. **Violência e psicanálise**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

- CRICK, N. R.; DODGE, K. A. A review and reformulation of social information processing mechanisms in children's adjustment. *Psychological Bulletin*, Washington, v. 115, p. 74-101, 1994.
- DELA COLETA, J. A. **Atribuição de causalidade: teoria e pesquisa.** Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas. 1982.
- DELA COLETA, J. A.; GODOY, S. A. Atribuição de causalidade ao sucesso e fracasso e reações emocionais; pesquisas brasileiras com os modelos de Bernard Weiner. *Psicologia, Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 2, n. 2, 1986. p.145 - 156
- DELA COLETA, M. F. et al. Estilo atribucional e perfil psico-social de mulheres vítimas da violência doméstica. In: REUNIÃO ANUAL DE PSICOLOGIA, 30., 2000, Brasília. *Anais...* Brasília: Prática, 2000. p. 269.
- DESLANDES, S. F. et al. Caracterização dos casos de violência doméstica contra a mulher atendidos em dois hospitais públicos do Rio de Janeiro. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 129-137, jan./mar, 2000).
- DILL, J.; ANDERSON, C. A. Effects of justified and unjustified frustration on aggression. *Aggressive Behavior*, New York, v. 21, p. 359-369, 1995.
- DINIZ et al. Violência conjugal: vivências expressas em discursos masculinos. *Revista Escola de Enfermagem USP*, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 81-88, 2003.
- DOBASH, R. E. ; DOBASH, R. P. **Violence against wives: a case against the patriarchy.** New York: Free, 1979.
- DOBASH, R. P. et al. Separate and intersecting realities. *Violence Against Women*, v. 4, p. 382-414, 1998.
- DOLLARD, J. et al. **Frustration and aggression.** New Haven: Yale University, 1939.
- DOSSIÊ violência contra a mulher: glossário. Disponível em: <http://www.redesaude.org.br/dossies/html/body_vi-glossario.html>. Acesso em: 26 jan. 2004.
- DUTTON, D. G. ; PAINTER, S. The battered woman syndrome: effects of severity and intermittency of abuse. *American Journal of Orthopsychiatry*, Menasha, v. 63, p. 641-622, 1993.
- ECHEBURUA, E. **Personalidades violentas.** Madrid: Piramides, 1998.
- EIBL-EIBESFELDT, I. **Love and hate: the natural history oh behavior patterns.** New York: Schocken, 1974.
- EISIKOVITS, Z. C. The aftermath of wife beating: strategies of bounding violent events. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 11, n. 4, p. 459-474, Dec. 1996.

- EISIKOVITS Z.; BUCHBINDER, E.; MOR, M. What it was it won't be anymore: Reaching the turning point in coping with intimate violence. *Affilia*, Thousand Oaks, v. 13, p. 411-434, 1998.
- EISIKOVITS, Z.; GOLDBLATT, H.; WINSTOK, Z. Partner accounts of intimate violence: towards a theoretical model. mark families in society: *Journal of Contemporary Human Services*, v. 80, n. 6, p. 606-619, Nov./Dec. 1999.
- ENTENDENDO a agressão. Disponível em: <<http://www.ibam.org.br/viomulher/info104>>. Acesso em: 11 jan. 2004.
- FEDERAL BUREAU INVESTIGATION 1951-1999. **Uniform crime reports for the United States**. Washington, DC, 1999.
- FERRARO, K. J. Rationalizing violence: how battered women stay. *Victimology*, Washington, v. 8, p. 203-212, 1983.
- FERRARO, K. J.; JOHNSON, J. M. How women experience battering: the process of victimization. *Social Problems*, Brooklyn, v. 30, n. 3, p. 325-339, 1983.
- FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. rev.. aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 1838p.
- FINCHAM, F. D. Clinical applications of attribution theory: problems and prospects. In : HEWSTONE, M. (Ed.) **Attribution theory: social and functional extensions**. Oxford: Blackwell, 1983. p. 187-203.
- FINCHAM, F. D.; BRADBURY, T. N. The impact of attributions in marriage: empirical and conceptual foundations. *British Journal of Clinical Psychology*, London, v. 27, p. 77-90, Feb. 1988.
- FINCHAM, F. D.; BEACH, S. R.; NELSON, G. Attribution processes in distressed and nondistressed couples: 3. Causal and responsibility attributions for spouse behavior. *Cognitive Therapy and Research*, New York, v.11, n. 1, p. 71-86, Fev. 1987.
- FOLLINGSTAD, D. R. et al. The role of emotional abuse in physically abusive relationships. *Journal of Family Violence*, v. 5, p. 107-120, 1990.
- FORGAS, J. P. Affect in social judgments and decisions: a multiprocess model. *Advances in Experimental Social Psychology*, Orlando, v. 25, p. 227-275, 1992.
- FREUD, S. Além do princípio do prazer (1920). In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Comentários e notas de James Strachey; em colaboração com Anna Freud; assistido por Alix Strachey: Alan Tyson, direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1987a. v. 28.
- _____. O Futuro de uma ilusão (1927). In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Comentários e notas de James Strachey;

em colaboração com Anna Freud; assistido por Alix Strachey: Alan Tyson, direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1987b. v. 20.

_____. O mal estar na civilização (1930). In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Comentários e notas de James Strachey; em colaboração com Anna Freud; assistido por Alix Strachey: Alan Tyson, direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1987c. v. 20.

_____. Porque a guerra (1914). In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Comentários e notas de James Strachey; em colaboração com Anna Freud; assistido por Alix Strachey: Alan Tyson, direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1987e. v. 23.

_____. Psicologia de grupo e análise do eu (1921). In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Comentários e notas de James Strachey; em colaboração com Anna Freud; assistido por Alix Strachey: Alan Tyson, direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1987d. v. 28.

FRIEZE, I. Children's attributions for success and failure. In: BREHM, S.; KASSIN, S.; GIBBONS, F. (Eds.). **Developmental social psychology: theory and research**. New York, Oxford University, 1981.

FRIEZE, I. H. Perceptions of battered wives. In: FRIEZE, I. H., BAR-TAL, D., and CARROLL J. S. (Eds.) **New approaches to social problems: applications of attribution theory**. San Francisco: Jossey-Bass, 1979.

FRIEZE, I. H.; WEINER, B. Cue utilization and attributional judgments for success and failure. **Journal of Personality**, Durham, v. 39, p. 591-606, 1971.

GAY, P. **Freud: uma vida para o nosso tempo**. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GEARY, D. C. et al. Sexual jealousy as a facultative trait: evidence from the pattern of sex differences in adults from China and the United States. **Ethology and Sociobiology**, Amsterdam, v. 16, p. 355-383, 1995.

GEEN, R. G. **Human aggression**. 2nd. ed. Taylor: Francis, 2001.

GELLES, R. J. Abused wives: why do they stay? **Journal of Marriage and the Family**, Menasha, v. 38, n. 4, p. 659-668, 1976.

GONDOLF, E. W. **Battered women as survivors: an alternative to treating learned helplessness**. Lexington, 1988.

_____. Evaluation program for men who batter: problems and prospects. **Journal of Family Violence**, v. 2, p. 95-108, 1987.

GOODMAN, L. et al. Male violence against women: current research and future directions. **American Psychologist**, Washington, v. 48, p. 1054-1087, 1993.

- GRANT, J.P. (Org.). **O pior dos abusos: a violência contra a mulher. Situação mundial da infância.** Brasília: Unicef. 1995.
- GREENE, L.; SHARMAN-BURKE, J. Uma viagem através dos mitos: o significado dos mitos como um guia para a vida. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- GREGORI, M.F. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista.** Rio De Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- GROSSI, M. P. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, J. M. ; GROSSI, M. P. (Orgs.). **Masculino, feminino, plural.** Santa Catarina: Mulheres, 1998. p.
- HEIDER, F. **Psicologia das relações interpessoais.** Tradução de Mario Tabarim. São Paulo: Pioneira: 1970.
- HEISE, L. Gender-based abuse: the global epidemic. **Caderno de Saúde Pública,** Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p.135 - 145, 1994. Suplemento.
- HIRIGOYEN, M. F. **Assédio moral: a violência perversa no cotidiano.** 5. ed.. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- HOLAHAN, C.; MOSS, R.; SCHAEFER, J. "Coping, Stress Resistance, and Growth: Conceptualizing Adaptive Functioning". **HANDBOOK OF COPING.** Compilado por ZEIDNER, M.; ENDLER, N. New York- USA. Wiley Jhon & Sons, INC. 1996.
- HOLTZWORTH-MUNROE, A. Causal attributions in marital violence: theoretical and methodological issues. **Clinical Psychology Review,** Tarrytown, v. 8, n. 3, p. 331-344, 1988.
- HOLTZWORTH-MUNROE, A. Attributions and martially violent men: the role of cognitions in marital violence, In: HARVEY, J.; ORBUCH, T.; WEBER, A. L. (Eds.) **Attributions accounts, and close relationships.** New York: Springer-Verlag, 1992. p. 165-175.
- HOLTZWORTH-MUNROE, A.; HUTCHINSON, G. Attributing negative intent to wife behavior: the attribution of maritally violent vs. non-violent men. **Journal of Abnormal Psychology,** Washington, v. 102, n. 2, p. 206-211, May 1993.
- HOLTZWORTH-MUNROE, A. et al. A. Violent married couples' attributions for violent and nonviolent self and partner behaviors. **Behavioral Assessment,** Elmsford, v. 14, n. 1, p. 53-64, Apr. 1992.
- HOROWITZ, R.; SCHWARTZ, G. Honor, normative ambiguity, and gang violence. **American Sociological Review,** Washington, v. 39, p. 238-251, 1974.
- HUESMANN, L. R. The role of social information processing and cognitive schema in the acquisition and maintenance of habitual aggressive behavior. In: GEEN, R. G. ; DONNERSTEIN, E. **Human aggression: theories, research and implications for policy.** New York: Academic , 1998. p. 73-109.

- _____. An information-processing model for the development of aggression. **Aggressive Behavior**, New York, v. 14, p. 13-24, 1988.
- _____. Psychological processes promoting the relation between exposure to media violence and aggressive behavior by the viewer. I **Journal of Social Issues**, New York, v. 42, p. 125 - 140, 1986.
- HUESMANN, L. R; GUERRA NG. Children's normative beliefs about aggression and aggressive behavior. **Journal of Personality and Social Psychology**, Arlington, v. 72, p. 408-419, 1997.
- HUNZIKER, M. H. L. Considerações metodológicas sobre o estudo da incontrolabilidade. **Psicologia**, São Paulo, v. 8, n.3, p. 61 - 77, 1982.
- HYDEN, M. Woman battering as a marital act: Interviewing and analysis in context. In: RIESSMAN, C. K. (Ed.). **Qualitative studies in social work research** Newbury Park: Sage, 1994. p. 95-111.
- IMBER-BLACK, E. **Os segredos na família e na terapia familiar**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1994.
- IPAS e a violência contra a mulher. Disponível em: <<http://www.ipas.org.br/violencia.html>>. Acesso em: 03 jan. 2004.
- JOHNSON, R. N. **Agressão no homem e nos animais**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1979.
- JONES, R. K. Female victim perceptions of the causes of male spouse abuse. **Sociological Inquiry**, Austin, v. 63, n. 3, p. 351-361, 1993.
- KELLEY, H. H. The process of causal attribution. **American Psychologist**, Washington, v. 28, p. 107-128, 1973.
- LAZARUS, R. & FOLKMAN, S. **Stress, appraisal and coping**. New York: Springer, 1984.
- LIANE, S.; ROVINSKI, R. **Dano psíquico em mulheres vítimas de violência**. Rio de Janeiro: Lumen, 2004
- LLOYD, W. C. **Organization violence: creating prescription for change**. San Francisco: Quorum Books. 1994.
- LLOYD-BOSTOCK, S. Commonsense morality and accident compensation, O. FARRINGTON, O.; HAWKINS, K; BOSTOCK, S. (Eds.). **Psychology, law and legal processes**. New York: MacMillan, 1979.
- LORENZ, K. **A Agressão: uma história natural do mal**. Tradução de Maria Isabel Tamen. São Paulo: Martins Fontes. 1973.

- LORING, M. T. **Emotional abuse**. New York: Lexington Books, 1994.
- MACHADO, L. Z. Matar e morrer no feminino. In: OLIVEIRA, D. D., GERALDES, E.C.; LIMA, R.B. (Orgs.). **Primavera já partiu: retrato dos homicídios femininos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1998. p.96-121.
- MALAMUTH, N. et al. Using the confluence model of sexual aggression to predict men's conflict with women: a 10-year follow-up study. **Journal of Personality and Social Psychology**, Arlington, v. 69, p. 353-369, 1995.
- MANUAL de diagnóstico e estatística de distúrbios mentais DFSM – III – R. Tradução de L. H. S. Barbosa. 3. ed. rev. São Paulo: Manole, 1989.
- MALUF, M. R. **Temas de psicologia: a motivação, a criança, a formação profissional**. 1994. Tese (Livre Docência) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MARCUS-NEWHALL, A. et al. Displaced aggression is alive and well: a meta-analytic review. **Journal of Personality and Social Psychology**, Arlington, v. 78, p. 670-689, 2000.
- MARQUES, T. M.; PINTO JUNIOR, H. A relação entre violência contra a mulher e sua história de vida. **Texto & Contexto-Enfermagem**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 326-329 maio/ago. 1999.
- MARQUES, T. M.; RAMOS, E.; RODRIGUES, S. G. O ciclo interminável. **Revista da Sociedade de Psicologia do Triângulo Mineiro**, Uberlândia, v. 5, n. 7, p.79, 2001. Resumo do trabalho apresentado na Reunião da Sociedade de Psicologia do Triângulo Mineiro, Uberlândia
- MARQUES, T. M. et al. O lado oculto da violência Doméstica. **Revista da Sociedade de Psicologia do Triângulo Mineiro**, Uberlândia, v.5, n. 7, p. 80, 2001. Resumo do trabalho apresentado na Reunião da Sociedade de Psicologia do Triângulo Mineiro, Uberlândia.
- MARQUES, T. M. et al. Plantão psicológico para mulheres em situação de violência conjugal. In: **MOSTRA NACIONAL DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA: psicologia e compromisso social**, 8., 2000, São Paulo.
- MARSH, R. L.; HICKS J. L.; BINK M. L. Acti-vation of completed, uncompleted, and partially completed intentions. **Journal of Experimental Psychology**, Arlington, v.. 24, p. 350-61, 1998.
- MARSHALL, L. L. Development of the severity of violence against women scales. **Journal of Family Violence**, v. 7, p.103-121, 1992.
- MEICHENBAUN, D. **A clinical handbook/practical therapist manual for assessing and treating adults with post-traumatic stress disorder (PTSD)**. Waterloo: Institute Press. 1994.
- MICHAUD, Y. **A violência**. Tradução de L. Garcia. São Paulo: Ática. 1989.

- MILLER, M. S. **Feridas invisíveis**. Tradução de Denise Maria Bolanho. São Paulo: Summus, 1999.
- MISCHEL, W. Personality coherence and dispositions in a cognitive-affective personality system (CAPS) approach. In: CERVONE, D.; SHODA, Y. (Eds.) **The coherence personality: social-cognitive bases of consistency, variability, and organization**. New York: Guilford, 1999. p. 37-60.
- _____. Toward a cognitive social learning reconceptualization of personality. **Psychological Review**, Washington, v. 80, p. 252-283, 1973.
- MISCHEL, W.; SHODA, Y. A cognitive-affective system theory of personality: reconceptualizing situations, dispositions, dynamics, and invariance in personality structure. **Psychological Review**, Washington, v. 102, p.246-68, 1995.
- OESTERMAN, K. et al. Cross-cultural evidence of female indirect aggression. **Aggressive Behavior**, New York, v. 24, p. 1-8, 1998.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Violency and injury prevention**. Disponível em: www.who.int/violency_injury_prevention/raw/violence.htm. Acesso em: 20 dez.2002.
- OSORIO, A. B. **O que é violência contra a mulher?** Disponível em: <http://www.ibam.org.br/Viomulher/infore19.htm>. Acesso em: 18 jan. 2004.
- PATTERSON, G. R.; DEBARYSHE, B. D.; RAMSEY, E. A developmental perspective on antisocial behavior. **American Psychologist**, Washington, v. 44, p. 329-35, 1989.
- PATTERSON, G. R.; REID, J. B.; DISHION, T.J. **Antisocial boys**. Eugene: Castalia, 1992.
- PEDERSEN, W.C.; GONZALES, C.; MILLER, N. The moderating effect of trivial triggering provocation on displaced aggression. **Journal of Personality and Social Psychology**, Arlington, v. 78, p. 913-927, 2000.
- PINKER S. **Tábula rasa: a negação contemporânea da natureza humana**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- RANGEL, O. **Violência contra a mulher: as desventuras do vitimismo e as armadilhas da cumplicidade**. Disponível em: http://www.ubmulheres.org.br/telas/revista/enc_39.asp. Acesso em: 14 nov. 2004.
- RODRIGUES, A. **Psicologia social**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- RODRIGUES, A.; ASSMAR. E. M. L.; JABLONSKI, B. **Psicologia social**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- ROTH, D. L.; COLES, E. M. Battered Woman Syndrome: a conceptual analysis of its status vis à vis DSM IV Mental Disorder. **Medicine and Law**, Tel Aviv, v.14, p 641-658, 1995.

- SAFFIOTI, H. I. B. No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. In: MADEIRA, E. R. (Org.). **Quem mandou nascer mulher?** estudos sobre crianças e adolescentes no Brasil. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos tempos, 1997. p. 135-211.
- _____. A impunidade da violência doméstica. **Noticias Fapesp**, São Paulo, jan./fev.1999.
- _____. Violência contra a mulher e violência doméstica. In: BRUSCHINI, C.; UMBEHAUM, S. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos, 2002. p. 321-338.
- SAFFIOT, H. I. B. E.; ALMEIDA, S. S. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.
- SÃO PAULO. Governo do Estado de São Paulo. Conselho Estadual da Condição Feminina, **Alguns homens conseguem marcar a vida de uma mulher: um problema de todos e de todas**.
- SAUL, L. J. **The hostile mind: the sources and consequences of rage and hate**. Nova York: Randon House, 1956.
- SCANZONI, J. H. **Sexual bargaining**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1972.
- SCHANK, R. C.; ABELSON, R. P. **Scripts, plans, goals and understanding: an inquiry into human knowledge structures**. Hillsdale: LEA, 1977.
- SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. L. P. Violence against women: interfaces with health care, interface. **Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v.3, n. 5, p. 11 -26, 1999.
- SEDIKIDES, C.; SKOWRONSKI, J. J. Towards reconciling personality and social psychology: a construct accessibility approach. **Journal of Social Behavior Personality**, Corte Madera, v.5, p. 531-546, 1990.
- SHAKESPEARE, W. **Otelo: o mouro de Veneza**. 2. ed. Tradução de Onestaldo de Pennafort. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956. (Obras Imortais, 5).
- _____. **The attribution of blame: causality, responsibility, and blameworthiness**. New York: Springer-Verlag, 1985.
- SHEPARD, M. F. ; CAMPBELL, J. A. The abusive Behavior Inventory: a measure of psychological and physical abuse. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 7, p. 291-305, 1992.
- SHIELDS, N. M.; HANNEKE, C. R. Attribution processes in violent relationships: perceptions of violent husbands and their wives. **Journal of Applied Social Psychology**, Silver Spring, v. 13, n. 6, p.515.527, 1983.

- SHULTZ, T. R.; SCHLEIFER, M. Towards a refinement of attribution concepts. In: JASPARS, J.; F. D. FINCHAM, F. D.; HEWSTONE, M. (Eds.). **Attribution theory and research: conceptual, developmental, and social dimensions**. New York: Academic, 1983. p. 37-62.
- SIERRA, J. C.; ORTEGA, V.; ZUBEIDAT I. Ansiedade, angustia y estrés: três conceptos a diferenciar. **Mal estar e subjetividade**. Fortaleza, v. III, n. 1, p. 10-59, 2003.
- SILLARS; A. L. Atributions and interpersonal conflict resolution. In: HARVEY, J. H.; ICKES, W.; KIDD, R. F. **New directions in attribution research**. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1981. v. 3, p. 279-304.
- _____. Interpersonal perception in relationships. In: ICKES, W. (Ed.) **Compatible and incompatible relationships**. New York: Springer-Verlag, 1985. p. 277-305.
- SOARES, B. M. **Mulheres invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- SOMMERS, C. H. **Who stole feminism?** New York: Simon & Schuster, 1994.
- STAMP, G. H.; SABOURIN, T. C. Accounting for violence: An Analysis of male spousal abuse narratives. **Journal of Applied Communication Research**, Annandale, v. 23, n. 4, p. 284-307, Nov. 1995.
- STERNBERG, K. J.; LAMB, M. E. Violent families in parenting and child development. In: AUTOR. **Nontraditional families**. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1999. p. 305-325.
- STRAUS, M. A. Measuring intrafamily conflict and violence: the conflict tactics (CT) scales. **Journal of Marriage and the Family**, Menasha, v. 41, p. 75-88, 1979.
- _____. A general systems theory approach to the development of a theory of violence between family members. **Social Science Information**, London, v. 12, p. 105 - 125, June 1973.
- _____. Physical assaults by wives: a major social problem. In: GELLES, R. J.; LOESKE, D. R. (Eds). **Current controversies on family violence**. Newbury Park: Sage, 1993. p. 67-87.
- _____. Social stress and marital violence in a national sample of american families. **Annals of New York Academy of Science**, v. 347, p. 229-250, 1980.
- _____. **Physical violence in american families: risk factors and adaptations to violence in 8,145 families**. New Jersey: New Brunswick, 1990.
- STRAUS, M. A. ; GELLES, R.. J. Societal change and change in family violence from 1975 to 1985 as revealed by two national surveys. **Journal of Marriage and the Family**, Menasha, v. 48, p. 465-478, 1986.

- STRAUS, M. A.; GELLES, R. J.; STEINMETZ, S. K. *Behind closed doors: violence in american families*. Nova York: Doubleday, 1980.
- TEDESCHI, J.T.; FELSON, R.B. *Violence, aggression, and coercive actions*. Washington, DC: American Psychological Association, 1994.
- _____. Consciousness and control: the case of spontaneous personal characteristics inferences. *Journal of Personality and Social Psychology*, Arlington, v. 13, p. 337-54, 1994.
- TELES, M. A. A.; MELO, M. *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasiliense, 2002. (Primeiros passos).
- THIBAUT, J. W. ; KELLEY, H. H. *The social psychology of groups*. New York: Wiley, 1959.
- TOLMAN, R. M. Psychological abuse of women. In: AMMERMAN, R. T. ; HERSEN, M. (Eds.). *Assessment of family violence: a clinical and legal sourcebook*. New York: John Wiley, 1992. p. 291 -310.
- TRUNINGER, E. Marital violence: the legal solutions. *Hastings Law Journal*, v. 23, p. 259-276, Nov. 1971.
- VALA, J.; MONTEIRO, M. B. *Psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
- VIEIRA, S. *Introdução à bioestatística*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- VIOLÊNCIA contra a mulher: o inimigo dorme ao lado. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/salaleitura/violencia.htm>>. Acesso em: mar. 2004.
- WALKER, L. E. *The battered woman*. New York: Harper & Row. 1979.
- WALKER, L. E., Psychology and domestic violence around the world. *American Psychologist*, Washington, v. 54, n. 1, p. 21-29, 1999.
- _____. *The abused woman: a survivor therapy approach*. New York. Newbridge Communications, 1994.
- _____. *The battered woman syndrome*. New York: Springer, 1984.
- _____. The Battered woman syndrome is a psychological consequence of abuse. In: GELLES, R. J.; LOESEKE, D. R. (Eds.), *Current controversies on family violence*. Newbury Park: Sage. 1993. p. 133-152.
- WATSON, D.; CLARK, L.A. Development and validation of brief measures of positive and negative affect: The PANAS Scales. *Journal of Personality and Social Psychology*. Arlington, v. 54, p. 1063-1070, 1988.

- WEINER B. *Achievement motivation and attribution theory*. Morristown: General Learning Press, 1974.
- _____. "Spontaneous" causal search. *Psychological Bulletin*, Washington, v. 97, p. 74-84, 1985.
- _____. *Judgements of responsibility: A foundation for a theory of social conduct*. New York: Guilford, 1995.
- _____. A theory of motivation for some classroom experiences. *Journal of Educational Psychology*, Dorchester on Thames, v. 71, p. 3-25, 1979.
- _____. *Attribution theory*. Disponível em: < <http://tip.psychology.org/weiner.html> >. Acesso em: 13 set. 2004.
- _____. *An attributional theory of motivation and emotion*. New York: Spring-Verlag, 1986.
- _____. *Theories of motivation from mechanism to cognition*. Chicago: Markham Book form Rand Mc Nally College, 1972.
- _____. *An attributional theory of motivation and emotion*. New York: Spring-Verlag, 1986.
- _____. *Achievement motivation and attribution theory*. Morristown: General Learning, 1974.
- WEINER, B.; RUSSELL, D.; LERMAN, D. Afectives consequences of casual ascription. In: HARVEY, J. H.; ICKES, W. J.; KIDD, R. F. (Eds.). *New directions in attribution research*. New York: Lawrence Erlbaum, 1978. v. 2.
- WEINER, B. et al. Perceiving the causes of success and failure. In: JONES, E. E. et al. (Eds.). *Attribution: perceiving the causes of behavior*. New Jersey: General Learning, 1972.
- WILLIAMS, L. C. A. *Violência doméstica: há o que fazer?* Disponível em: <<http://www.Ufscar.br/~cech/aprev/vd.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2004.
- WILLIAMS, L. C. A. et al. Um mapeamento da violência denunciada na Delegacia da Mulher. In: REUNIÃO ANUAL DE PSICOLOGIA, 29., 1999, Campinas. *Resumos de Comunicação Científica..* Campinas: SBP, 1999.
- WIMER, S.; KELLEY, H. H. An investigation of the dimensions of causal attribution. *Journal of Personality and Social Psychology*, Arlington, v. 43, n. 6, p. 1142-1162, 1982.

YENTZEN, J. et al. Destructive hostility: the Jeffrey Dahmer Case (A psychiatric and forensic study of a serial Killer). *American Journal of Forensic Medicine and Pathology*, New York, v.15, n. 4, p. 283-294, 1994.

ZILLMANN, D. Transfer of excitation in emotional behavior. In: CACIOPPO, J. T.; PETTY, R. E. (Eds.). *Social psychophysiology*. New York: Guildford, 1983a. p. 215-240.

ZILLMANN, D. Arousal and aggression. In: GEEN, R. G.; DONNERSTEIN, E. *Aggression: theoretical and empirical reviews*. New York: Academic, 1983b. p. 75-102.

ANEXO B

QUESTIONÁRIO SOBRE VIOLÊNCIA CONJUGAL

1ª PARTE: DADOS PESSOAIS

1. Idade: ()

2. Cor: _____

3. Naturalidade: _____

4. Estado Civil: () Casada () Amasiada () Solteira Outros _____

5. Bairro: _____

6. Religião _____

Praticante? () Sim () Não

7. Escolaridade:

1º grau incompleto ()	2º grau completo ()
1º grau completo ()	superior incompleto ()
2º grau incompleto ()	superior completo ()

8. Profissão: _____

9. Composição Familiar

	Idade	Escolaridade	Profissão	Trabalho atual	Sexo
PARCEIRO					
FILHOS					
1.					
2.					
3.					
4.					
5.					
6.					

10. Salário

a. Renda pessoal (apenas da mulher) _____

b. Renda familiar (de todos, inclusive da mulher) _____

11. Moradia: () Casa Própria

() Alugada

() Cedida

12. Há quanto tempo você vive com ele?
_____ anos

2ª PARTE: DADOS SOBRE A VIOLÊNCIA CONJUGAL

1. Em que época começaram as agressões?
 namoro no início do casamento durante a 1ª. gravidez
 após o nascimento do 1º., 2º. ... filho após acontecer -----
 após _____ anos de união
2. Há quanto tempo você sofre agressão? _____ anos.
3. Com que frequência vocês brigam?
 todos os dias
 semanalmente
 quinzenalmente
 mensalmente outros _____
4. Quais são os motivos das brigas?
 Uso de álcool drogas jogo
 Falta de dinheiro traição sua traição dele
 Ciúmes as amigadas dele preguiça dele
 falta de iniciativa dele ele é nervoso a sogra
 a família dele a sua família ele é agressivo
 ele tem problemas psicológicos e por isso agride a culpa é sua
 Outro motivo. Qual? _____
5. Quais são os tipos de agressão (física) utilizada por seu parceiro?
 espancamento
 uso de objetos para te infringir dor (facas etc). Quais? _____
 uso de armas de fogo (revolver, espingarda)
 enforcamento
 queimaduras
 esbofeteia
 empurrão
 tapas
 chutes
 socos
 outros. Quais? _____
6. Ele usa outras formas de agredir? (agressão psicológica)
 pressão (seu parceiro controla o que você faz, como por ex. verifica se você arrumou a casa, etc)
 culpa você por tudo o que acontece de errado
 considera a mulher inferior (desconsidera a avaliação da realidade que você faz)
 insultos
 calúnia
 rejeição
 deprecição
 humilhação

- desrespeito
- punições exageradas
- tenta te convencer de que você é louca
- utiliza palavras de baixo calão para referir-se a você (te xinga)
- aumenta seus erros
- inventa erros que você não cometeu
- oferece a você apenas alimento suficiente para sua sobrevivência
- não deixa você dormir o suficiente, te acorda durante a noite
- não permite que você conviva com seus familiares
- não permite que você tenha convívio social
- te proíbe de ter emprego
- te proíbe de estudar
- às vezes é violento, às vezes é bondoso, isto é, altera fúria com proteção
- faz ameaça de te espancar
- faz ameaça de te matar
- faz ameaça de tirar seus filhos de você
- xinga os filhos para te atingir
- bate nos filhos para te atingir
- te tranca dentro de casa
- te tranca fora de casa
- te pressiona a confessar algo que você não fez
- se nega a conversar, ao ver que você espera que ele comente algo com você
- quebra utensílios domésticos
- quebra móveis
- rasga suas roupas
- rasga seus documentos pessoais
- rasga suas fotos, recordações, objetos pessoais
- outros. Quais? _____

 não

7. Ele te agride sexualmente? sim

- te força a ter relações
- outros. Quais? _____

 não

8. Ele controla o dinheiro? sim

- não dá dinheiro
- usa seu dinheiro
- gasta o dinheiro fora de casa
- ameaça ir embora e não te ajudar financeiramente
- esconde o dinheiro

3ª PARTE: CAUSAS DA AGRESSÃO, SENTIMENTOS, EXPECTATIVAS E COMPORTAMENTOS DECORRENTES DA 1ª AGRESSÃO

1. Qual foi a primeira vez que seu companheiro te agrediu? O que aconteceu?

2. Por que você acha que ele fez isso (agressão) da primeira vez?

Causa Principal? _____

CLASSIFICAÇÃO DA CAUSA PERCEBIDA :

- 1. Interna Estável () Ex: personalidade, caráter, gênio, "ruindade", ...
- 2. Interna Instável () Ex: estado emocional (nervoso...), estado de saúde, alcoolizado, ...
- 3. Externa Estável () Ex: família dele ou dela, os filhos, ...
- 4. Externa Instável () Ex: falta de dinheiro, emprego ruim, vizinhança, a situação...

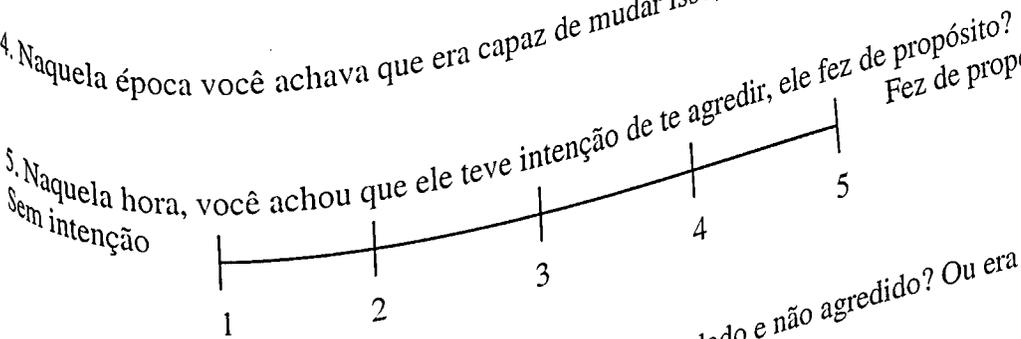
3. Você acha que alguém teve culpa? Quanto?

- a) Culpa dele? Nada() pouco () +ou- () muito () totalmente culpado ()
- b) Culpa sua? Nada() pouco () +ou- () muito () totalmente culpada ()

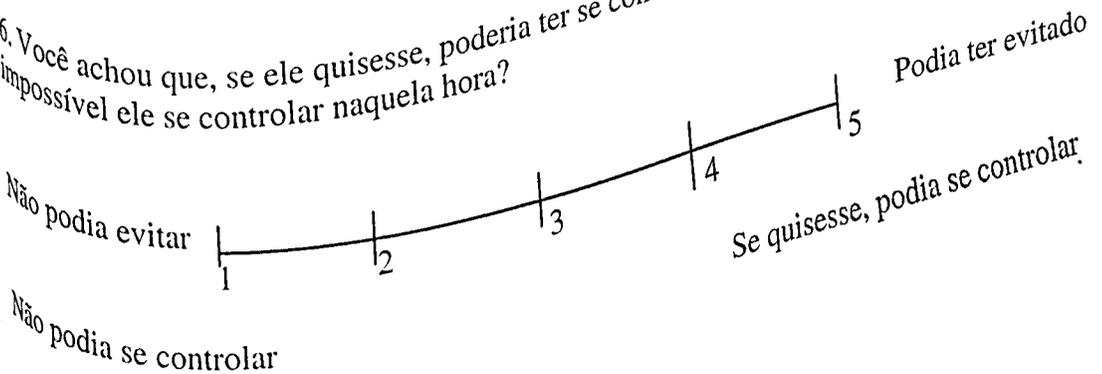
ou a causa foi outra?

- c) culpa foi de outra pessoa? Nada() pouco () +ou- () muito () totalmente culpado ()
- d) culpa da situação, ambiente, circunstâncias Nada() pouco () +ou- () muito () totalmente culpado ()

4. Naquela época você achava que era capaz de mudar isso, de controlar a agressão?



6. Você achou que, se ele quisesse, poderia ter se controlado e não agredido? Ou era impossível ele se controlar naquela hora?



7. Depois que ele te agrediu daquela vez, como você se sentiu? Quais foram os sentimentos?

- () raiva
 () pena
 () medo
 () revolta
 () culpa
 () ansiedade
 () angustia
 () ódio
 () mágoa

- () calma
 () tristeza
 () depressão
 () ambivalência (às vezes pena, às vezes raiva)
 () rejeição
 () às vezes você acha que ele está certo - aprova
 () nojo

CLASSIFICAÇÃO DOS SENTIMENTOS

1. sentimentos auto-dirigidos? () Ex: culpa, raiva de mim, ...
 2. contra ele? () Ex: raiva dele, medo dele, ...
 3. sentimentos sem alvo? () Ex: tristeza, angústia, ...

8. O que você fez?

- () Procurou conversar com ele
 () Procurou ajuda – amigos, familiares, psicólogos etc
 () Tentou deixá-lo
 () Reagiu e também brigou
 () Não fez nada
 () Outra opção. Qual? _____

CLASSIFICAR POR REAÇÃO DE COPING

- Coping focalizado no problema () = mudar uma pessoa, ambiente ou uma relação
 Coping focalizado na emoção () = administrar as emoções negativas relacionadas com o estresse
 Coping de evitação () = afastamento, fuga, ... () Não

9. Você deu queixa da primeira vez? () Sim

10. Por que?

Achei que não fosse acontecer mais ()

Achei que ele ia continuar me agredindo ()

melhorar ()

11. O que você esperava que acontecesse?

Piorar a relação ()

ficar igual ()

12. Por que você continuou com ele? Por que permaneceu na relação?

4ª PARTE: CAUSAS DA AGRESSÃO, SENTIMENTOS E EXPECTATIVAS ATUAIS

(atribuição de causalidade para a agressão que levou a mulher à delegacia)

1. Por que você decidiu procurar ajuda da Delegacia da Mulher, neste momento?
2. Por que você acha que ele fez isso? Por que ele te agrediu? Qual foi a causa?

CLASSIFICAÇÃO DA CAUSA PERCEBIDA

- a) Interna Estável () Ex: personalidade, caráter, gênio, "ruindade", ...
- b) Interna Instável () Ex: estado emocional (nervoso...), estado de saúde, alcoolizado,
- c) Externa Estável () Ex: família dele ou dela, os filhos,...
- d) Externa Instável () Ex: falta de dinheiro, emprego ruim, vizinhança,...

3. Você acha que alguém teve culpa? Quanto?

- a) Culpa dele? Nada () pouco () +ou- ()
- b) Culpa sua? Nada () pouco () +ou- ()

muito () totalmente culpado ()
muito () totalmente culpada ()

Ou a causa foi outra?

- c) culpa foi de outra pessoa? Nada () pouco () +ou- () muito ()
- d) culpa da situação, ambiente, circunstâncias Nada () pouco () +ou- () muito ()

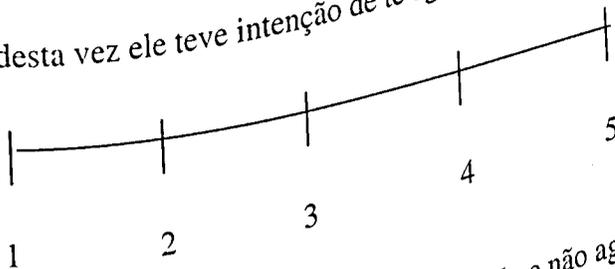
totalmente culpado ()

totalmente culpado ()

4. E agora, você acha que é capaz de mudar isso? Sente-se capaz de controlar a causa das agressões?

5. Você acha que desta vez ele teve intenção de te agredir, ele fez de propósito?

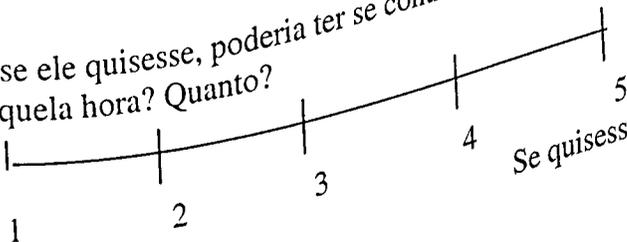
Sem intenção



Fez de propósito

6. Você acha que, se ele quisesse, poderia ter se controlado e não agredido? Ou era impossível ele se controlar naquela hora? Quanto?

Não podia evitar



Podia ter evitado

Não podia se controlar

Se quisesse, podia se controlar

7. Como você se sentiu quando ele te agrediu? Quais foram os sentimentos?

- raiva
- pena
- medo
- revolta
- culpa
- ansiedade
- angustia
- ódio
- mágoa

- calma
- tristeza
- depressão
- ambivalência (às vezes pena, às vezes raiva)
- rejeição
- às vezes você acha que ele está certo / aprova
- nojo

CLASSIFICAÇÃO DOS SENTIMENTOS

1. sentimentos auto-dirigidos? () Ex: culpa, raiva de mim, queria morrer
2. contra ele? () Ex: raiva dele, medo dele
3. sentimentos sem alvo? () Ex: tristeza, angustia

8. O que você espera que aconteça após ter dado queixa de seu parceiro?

9. Você tem a intenção de continuar com ele?

10. E ele, você acha que ele tem a intenção de continuar com você, ou não?

11. O que você acha que vai acontecer se você deixar o seu companheiro?

12. E se você continuar com ele, o que você acha que vai acontecer?

13. Você quer me dizer alguma coisa que eu não perguntei?

14. Como você está se sentindo agora?

ANEXO C

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Conselho Nacional de Saúde
Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS (versão outubro/99)

Resumo da Pesquisa: **VIOLÊNCIA CONJUGAL: ESTUDO SOBRE A PERMANÊNCIA DA MULHER EM RELACIONAMENTOS ABUSIVOS.**

3. Código: 7. 07

4. Nível: (D) diagnóstico I () II ()
7. Fase: (Só área temática 3) III () IV ()

6. Código(s):

5. Conhecimento Científico: Ciências Humanas
6. Temática(s) Especial (s): Psicologia

10. Grupos Especiais : <18 anos () Portador de Deficiência Mental () Embrião /Feto () Relação de Dependência (Estudantes , Militares, Presidiários, etc) () Outros (x) Não se aplica ()

11. 3 opções) Violência Conjugal, Psicologia Social, Permanência em relacionamentos abusivos.

PESQUISADOR RESPONSÁVEL

Nome: **TANIA MENDONÇA MARQUES**

Total: 30

13. CPF: 004.688.838-19

19. Endereço: Rua Bernardo Cupertino n. 1356

20. CEP: 38.400 - 444

21. Cidade: Uberlândia

22. U.F. M. G.

15. Profissão: Psicóloga

17. Cargo: Docente

23. Fone: (34) 3231-1256

24. Fax

25. Email: taniamarques@triang.com.br

Instituição a que pertence: Universidade Federal de Uberlândia

Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Res. CNS 196/96 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica.

Data: 02/02/2004

INSTITUIÇÃO ONDE SERÁ REALIZADO

Assinatura

29. Endereço: Rua João Pinheiro n. 1728 - Bairro Aparecida

30. CEP: 38.400 - 712

31. Cidade: Uberlândia

32. U.F. M. G.

33. Fone: (34) 3212-5610

34. Fax:

Local de Atendimento à Mulher Adida ao Juizado Especial Criminal

Localização: Polícia Civil de Minas Gerais

País Estrangeira: Sim () Não (x)

Projeto Multicêntrico: Sim (x) Não () Nacional () Internacional () (Anexar a lista de Centros Participantes no Brasil)

Compromisso (do responsável pela instituição) :Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Res. CNS 196/96 e suas Complementares e como condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução

Assinatura

Nome: **Aparecida Maia Costa Oliveira**

Data: 02/02/2004

Cargo: Delegada de Polícia

Assinatura

Não se aplica (x)

PATROCINADOR

ANEXO D

TERMO DE ESCLARECIMENTO E CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO
EM PESQUISA

Estamos desenvolvendo um estudo sobre violência conjugal. Gostaria de saber se você poderia responder algumas perguntas que fazem parte dessa pesquisa para que possamos entender as brigas do casal. É importante que você saiba que seu nome não aparecerá na pesquisa e você não terá nenhum tipo de risco físico ou psicológico e suas respostas serão analisadas juntamente com as respostas de outras pessoas, de forma que é impossível saber quem respondeu. A pesquisa tem como objetivo entender os motivos que levam uma mulher a permanecer em um relacionamento conjugal violento. A sua participação não implicará em nenhum custo financeiro. Você poderá se retirar a qualquer momento da pesquisa, sem prejuízo do acolhimento psicológico realizado na Delegacia da mulher. Qualquer dúvida você poderá ligar para:

Profa. Tânia Mendonça Marques – Tel.: 3231-1256 (Pesquisadora responsável)
Tel.: 3218-2235
Faculdade de Psicologia - Tel.: 3236-1600 / 32125610
Delegacia da Mulher - Tel.: 3239-4131
Comitê de Ética em Pesquisa/UFU

Assinatura da Mulher Participante da Pesquisa

ANEXO E

O que você espera que aconteça após ter dado queixa de seu parceiro?

CATEGORIA	RESPOSTAS	FREQUÊNCIA
1. Ele vai continuar prejudicando	1. Ele vai tentar me prejudicar por isso. Vai me difamar, mas desta vez eu não volto atrás. Das outras vezes não gerou processo./3 Tenho medo que ele me mate ou mande alguém me matar. Espero as ameaças por telefone, depois dele receber a intimação./6. O meu medo é esse. Eu quero um laudo pra ele ver o que é dele e é meu. Não sei como a cabeça dele vai reagir. Acho que ele não vai dar sossego. Sempre que ele fez isso eu voltei./28. Ele vai ficar com raiva, por eu ter dado queixa./34. Não sei o que vai acontecer. Ele vai ficar com raiva de mim. Mas ele me está acusando de algo que eu não fiz./46. Ele vai me humilhar muito até eu resolver separar dele. Até chegar o papel, ele vai beber e me xingar, e dizer que não tem medo de polícia. Eu já dei uma queixa./51. Acho que ele vai continuar do mesmo jeito, por causa das pingas. Quando ele não bebe, ele não aparece lá em casa./53. Não sei. Eu nunca fiz isso. Estou com medo dele me matar./57. Acho que ele vai pedir DNA, vai negar as acusações e tentar tirar o filho, por raiva./70. Ele vai ficar pior, e mesmo assim eu dou a queixa, porque eu não gosto dele mais. Ele vai tentar aproximar de mim./71. Ele vai me culpar por tudo o que aconteceu. E vai tentar me condenar.	11 15,49%

2. Que ele mude o comportamento, que ele melhore	<p>2. Que pare de beber. Não suporto mais ele bêbado./ 4. Que mude. Que Deus resolva isso dessa vez./8. Que ele mude, não me agrida mais./ 11. Que ele mude, mas, mudar ele ninguém dá conta./16. Ele diz que vai mudar se ele não mudar vou ter que me separar./21. Ele tem três processos. Que melhorasse./22. Que ele mude. Já que eu tenho que ficar com ele pra não aturar a minha família. A minha mãe não conversa comigo./24. Que ele me conquiste como mulher que case comigo, que melhore, que pare de beber./26. Que ele possa mudar, ou piorar./30. Acho que quando ele souber que eu vim aqui, ele vai ficar triste e falar que gosta de mim. Espero que ele mude o comportamento dele./35. Que ele tente melhorar um pouco. Porque se eu não tivesse dado queixa poderia ter acontecido coisa pior./38. Que ele pare de me agredir. Que ele se trate, se cuide./39. Que ele se acalme. Senão vai virar uma tentação na minha casa. Ele vai até lá, arreventa portão, machuca e agride o meu pai./49. Que possa melhorar. Que o casamento acabe da melhor forma, amigavelmente./52. Acho que ele vai arrumar advogado. Eu penso que ele vai ficar manso e não vai me agredir mais./66. Que ele me dê sossego, que não me xingue e não me bata./</p>	16 23,53%
3. Que ele saia de perto de mim	<p>5. Entrar os papéis para separação e ele sair de casa./7. Sei que o sofrimento dele é pior que o meu e é triste o problema dele eu sei que ele também sofre, que ele faça o tratamento dele e arrume o canto dele. Eu vou separar, cansei./9. Parece que eu ia sair dessa, que eu estava tirando uma pedra de cima de mim. Quero poder entrar na minha casa e pegar as minhas coisas, me separar dele, e voltar para minha terra./12. Eu não quero lembrar que ele existiu, eu detesto ele./17. Eu quero paz./18. Eu quero que ele saia da casa, e me deixe com a neta de 14 anos./20. Que eles tirem ele da minha casa e me deixem sossegada./23. Que ele pare de me ameaçar e vá viver a vida dele./25. Penso porque deixei que ele me deixe e vá viver a vida dele e não perturbe a minha. Se bem, que ele sempre viveu a dele. Ele não tinha hora de chegar e de sair./27. Porque a minha amiga falou: - Se ficar o bicho pega, se correr o bicho come. Eu quero sair da casa./29. Que vocês tirem ele de perto de</p>	24 33,80%

	<p>mim./32. Que agilize a minha separação./33. Que ele me deixe em paz./40. Que ele saia da minha vida./41. Que ele separe de mim./44. Não sei. Espero que ele saia e vá embora./48. Que tome as providências. Primeiro, uma intimação. Que tivesse uma lei, de que ele não possa chegar perto de mim./50. Pegar o filho de volta e não ter que vê-lo mais./56. Espero que a solução seja separar para que eu possa viver em paz./60. Quero a separação./63. Não quero mais ficar com ele./64. Que ele deixe, eu viver minha vida./67. Que ele me deixe em paz. Quero ter o direito de sair, namorar, e que ele ajude os filhos como pai./68. Espero que o relacionamento tenha um fim, que a gente entre num acordo./</p>	
4. Punição e correção (corretivo)	<p>10. Quero que ele seja punido e aprenda a respeitar as pessoas./31 Que ele seja punido o mais rápido para não aprontar mais./36. Quero que ele pague por tudo o que ele fez comigo. Se ele não pagar o que fez comigo, ele vai fazer com outra. O que ele fez comigo, ele vai fazer com ele pague pelo que fez. Meus filhos estão em estado de choque, ele quebrou a casa toda./42. Que quero mudar a minha vida. Quero que ele leve um corretivo./45. Que a polícia prenda ele. Pra dar um basta nele tem que prender./47. Não vai ser preso. Mas a intenção é que ele já me agrediu tanto e eu nunca fiz nada. E que se ele fizer de novo, ele vai ter agravante. Vai dar uma dor de cabeça para ele pegar advogado./54. Que o juiz chame ele e explique pra ele que existe lei. Ele não tem respeitado autoridade, eu não quero mais./55. Que ele seja punido. Se bem que não acontece nada./58. Espero que dêem um corretivo nele (uma surra)./59. Que o prendam e não soltem./62. Que ele fosse preso, pagasse pelo que fez, e que não pudesse ver o filho, e que ele se tratasse do alcoolismo./</p>	12 16,90%

5. Direitos	13. Eu não larguei por medo dele, e dele não me sentia obrigada a cuidar dele porque ele é doente. Quero sair da casa, porque ele manda eu sair, mas eu não vou ficar sem direito a casa./ 14. A minha intenção, esperança é que se um dia eu precisar eu seja atendida e tenha proteção. Ele fez todas as ameaças./69. Espero que as autoridades vejam isso./	03 4,22%
6. Não sabe	15. Não sabe./65. Não sei./ 37. Estou com medo de seguir em frente. Estou deprimida, 20 anos de pancada. Quando penso que tenho que encontrar com ele é a mesma coisa de ter morrido alguém, meu coração fecha. Ele pegou tudo que ela tinha e vendeu. Eu tinha casa, meu dinheirinho. Tive que vender até minhas máquinas de costura./61. Eu não sei. Eu não estou bem. Primeiro preciso de um tratamento./	04 5,63%
7. Que ela mude o próprio comportamento	19. Eu é que tenho que ser forte fazer tudo certinho. Acho que tenho que ser mais paciente.	01 1,41%
Total		71

O que você acha que vai acontecer se você deixar o seu companheiro?

CATEGORIA	RESPOSTAS	FREQÜÊNCIA
I. Vida digna	<p>1. Vou ser feliz. Vou morar num apartamento do filho mais velho e devagar vou levando o caçula./ 3. Tudo de bom, vou ter mais prazer de viver, sair, ser alguém na vida, penso em estudar. /4. Minha vida vai ser maravilhosa, vou viajar e meu filho me ajuda./5. Terminar meus estudos. Fazer curso de Enfermagem. Minhas filhas vão arrumar emprego. Vou continuar trabalhando./ 9. Volto pra minha terra, vou estudar, já amadureci idéias. /10. Minha vida vai ser boa, não vou mais ser agredida. Me sinto como um passarinho que saiu da gaiola que ninguém vai me trancar. /11. Que vai melhorar, penso em ir a luta procurar um serviço, fazer curso, estudar./12. Vai ser normal, vou trabalhar e tocar o barco pra frente. /15 Vou ficar mais sossegada, sem ninguém para jogar as coisas na minha cara. /17. Vou ter paz, vou viver uma vida digna, trabalhar e viver livre. Eu fui muito oprimida com ele. /18. A vida vai ser melhor. Vou trabalhar e ajudar minha neta. /20. Vou viver uma vida mais sossegada, e trabalhar em roça, não de doméstica./ 25. Primeiro preciso sair do relacionamento. Vou trabalhar, continuar trabalhando. Tenho vontade de fazer curso e também dirigir, entrar numa outra escola./ 26. Vai melhorar, vou viver minha vida com meus filhos e vou continuar trabalhando. /27. Boa demais (sorri), vou poder trabalhar, chegar em casa, não ter briga, vou poder educar meus filhos. Minha mãe vai poder me visitar, vou poder conversar com as pessoas. Vou comprar carro pra andar com meus filhos./ 28. Vai ser melhor. Vou ter sossego, privacidade. Vou poder sair de casa, ir a um vizinho. Meus filhos vão ter mais liberdade. Minha família melhora comigo./ 29. Boa, vou ter paz. Vou chegar do serviço, fazer um leite quente e ninguém mexe comigo./ 30. Vai ser uma vida normal se ele não tirar nada de dentro de casa. Eu quero paz./ 31. Melhorar. Vou entregar papel na rua./ 32. Vou me livrar dele, ser independente. Penso em estudar, continuar trabalhando. Uma mulher não nasceu pra ser, maltratada, humilhada dentro do lar./ 33. Boa demais - durmo bem, não tomo mais remédio, trabalho./36. Tudo de bom! Vou criar meus filhos, por eles bonitinhos, trabalhar muito, vencer e crescer na vida e ser feliz, porque nunca fui. Sei que vou chegar em casa e não ter ninguém pra me espancar./ 37. Eu não vou depender dele pra nada. Eu trabalho. Acho que vou viver mais, não vou ter uma pessoa me prejudicando. Eu não tenho alegria./38. Difícil, mas bem melhor, bem mais tranqüila pra viver. Mais espaço,</p>	46

liberdade de falar e de rir. Arrumar serviço e cuidar dos filhos./39. Vai ficar, às mil maravilhas. Vai ficar boa. Arrumo um serviço, coloco alguém pra olhar minha filha./ 40. Eu vou passar com dificuldade, mas vou ser mais feliz. É melhor do que ser maltratada./ 41. Terminar a faculdade continuando trabalhando e seguindo a vida./43. Eu quero trabalhar, cuidar dos meus filhos melhor./ 44. Vai melhorar demais. Vou ter sossego pra dormir, comer, trabalhar. Eu fico no serviço com a cabeça quente pensando o que vai acontecer em casa./ 45. Será uma maravilha. Vou poder ser feliz, ter minha vida. Quero encontrar um namorado./46. Se eu largar ele, ele vai morrer. Eu dou conta de sobreviver financeiramente. Só acho ruim de ter de vender a casa pra dividir, e o serviço ficar longe. Vou me sacrificar./ 47. Vou ter tranquilidade pra estudar sossegada, vou ter sossego. Sou amparada na casa da minha mãe, lá eu tenho harmonia./ 49. Penso que vai ser melhor. Que não vou ter alguém pra me agredir e chamar a atenção o tempo todo. Pretendo trabalhar e ajudar os meus filhos./ 50. Tranquila, trabalhar, cuidar do filho, terminar a casa./ 51. Viver melhor. Cuidar bem dos meus filhos e ter uma bela vida./53 Mudança de vida. Vou voltar a estudar, vou ter mais segurança. Porque eu, com a experiência que eu tive, eu quero me corrigir. Estou com trauma, não quero namorar, nem casar./ 56. Felicidade e sucesso / e o mesmo pra ele./ 57. Já deixei! Vida digna./ 58. Nada. A vida vai melhorar./ 59. Já deixei! / 60. Uma paz, alegria. Vou ter maus pedaços financeiramente. Vou ter liberdade, poder receber a família em casa. Vou trabalhar e estudar. Vou curtir os meus filhos que eu não curti./ 63. Vou pra frente, ele só me derruba./ 67. Financeiramente não vai ser fácil. Tenho o objetivo de fazer um curso de segurança, entrar em outra profissão pra ganhar mais. Esse é o meu objetivo: ser feliz e criar meus filhos. Gosto de rir./ 69. Vai ser excelente, excelente. Eu vou trabalhar e viver pros meus filhos, porque homem eu não quero mais./ 70. Vai ser melhor. Eu vou arrumar um emprego, e vou começar a estudar o ano que vem. Vou comprar as coisas pro meu filho. Eu tenho um filho com problemas e ele nunca ajudou. Ele fala que vai tirar a filha da escola pra ela não sair de casa./ 71. Vou ter paz, sossego. Vou lutar, trabalhar e criar os filhos. Pretendo estudar.

2. Vida solitária e triste e sofrida	8. Não sei, vai ser uma vida sozinha, eu e minha filha./19. Vai ser difícil minha vida por causa do cotidiano./21. Um vazio./24. Vou me sentir inútil e muito triste./34. Eu dou conta, trabalho, ele não me dá nada mesmo. Vou ficar chateada./ 55. Eu vou sofrer, mas vou viver melhor. Mas acho que eu não dou conta de ficar sem ele./ 62. Vai ser difícil financeira e emocionalmente. Ainda o amo. Também a preocupação de mãe é grande. Não vejo lado positivo./64. Ele não vai superar, ele vai morrer de beber. Eu já socorri ele uma vez. Eu vou continuar sofrendo o resto da vida./	8
3. Medo existencial, vida incerta	6. Vai ser difícil, não vai ser fácil. Não tenho noção./7. Não sei o que vai ser. Acho que vou sair por uns tempos pra dar uma descansada. Vou viajar pra Brasília./61. Tenho medo de não dar conta de enfrentar a vida aí fora sem um marido. Só que ele não quer me respeitar./	3
4. Medo de ser perseguida	13. Depois que vi que posso ter uma vida digna, que seja a vontade de Deus. Ele vai continuar fazendo ameaça./14. Se ele me der sossego, vou ter uma vida normal com meus filhos./16. Tenho medo dele me perseguir. Eu não tenho intenção de viver errada, queria que ele confiasse em mim./ 23. Vou ficar com muito medo dele. Depois vai ser maravilhoso. Vou estar livre dele, de coisa de apanhar e falar em bater./ 42. Ele vai ser um inferno na minha vida. Não vai me dar sossego e não vai me ajudar. Vou Ter que arrumar um emprego./48. Tudo de bom, uma maravilha. Se ele deixar de me perseguir./52. Sem ele vai ser um mar de rosas, vou respirar fundo, vou ter sossego, vou dormir e comer sossegada. Ele só não me persegue quando ele está tontinho. Separada dele eu tinha que mudar de cidade./ 68. Não vai ser fácil em todos os sentidos. Ele pode querer fazer maldade comigo. Ele sempre me ameaça. Se eu largar ele, ele me mata. Ele não tem medo de nada./	8

6. Dificuldades econômicas	<p>2. Agora vai pesar por causa do bebê de dois meses, mas eu sou responsável, trabalhadeira./ 22. Vou ter que voltar pra casa dos meus pais, perder a liberdade, ver o pai bater na mãe, tudo que acontece é briga. Quando sai, o pai tranca na rua e tenho um irmão drogado. Lá não tem liberdade, até pra tomar banho. Tudo o meu pai pega de pau./ 35. Não vai ser fácil. É difícil criar uma filha sozinha. Pagar aluguel, escola pra ela. Votar pra casa dos pais não é a mesma coisa. Talvez possa achar um companheiro e criar minha filha. Ele é carinhoso com a filha. Ele tem medo do que pode acontecer se eu arrumar outro, e eu também. Padrasto pode estuprar a filha de outro./54. Um pouco complicado. Ele é o meu companheiro há 18 anos. Ele dá conforto pra nós. Mas entre ele beber e eu ficar com ele bêbado, eu prefiro passar fome./ 65. Eu não consigo as assumir responsabilidades, pagar conta, ir no médico./ 66. Não faço a mínima idéia. Pensei que eu ia continuar trabalhando, que ele fosse me dar pensão, mas eu estou desempregada, e ele me tomou um filho.</p>	6
Total		71

O que você acha que vai acontecer se você continuar com ele?

CATEGORIA	RESPOSTAS	FREQUÊNCIA
1. Corre risco de vida – ele a mata	Ele vai chegar a ponto de me matar / ele já tentou me matar / Eu vou pro caminho da morte. A frieza dele, ele pode me matar / O pior – ele me matar / De certo modo, vou morrer. Porque, do jeito que ele faz! pode me matar / Ele vai me matar / Vai sair morte. Vai me matar / /Eu vou morrer. É morte na certa. Ou ele me mata com as próprias mãos, ou eu caio de infarto / Desde que começou só piorou. Eu vou ser personagem do Linha Direta / Acho que ele pode até me matar. O pior vai acontecer / , me bater, até me matar / Uma tragédia. Eu não posso continuar. Ele vai me matar / É capaz dele me matar, com a queixa / Ele ia me matar / Ele vai me matar / Ele vai me matar, ele está desequilibrado / ele me mata porque ele é doido / Corro risco de vida / Ele pode até me matar /	20
2. Ela o mata	Eu vou matar ele quando ele me fizer raiva / Não sei, às vezes penso em matar ele. Eu fico lembrando das coisas que ele já fez comigo. Sinto ódio, ódio, ódio /	2
3. Um pode matar o outro	Um acaba matando o outro / Um vai matar o outro / Ou ele me mata, ou eu mato ele, e o meu lado emocional vai acabar / Ou ele me mata, ou eu mato ele /	4
4. Vai piorar	Vai ser um inferno, cada vez pior / Vai ser cada vez pior / Vai ser um inferno / Ele vai ficar bonzinho dois meses e depois vai continuar e aumenta as agressões/ Pode não me matar, mas vai deixar meu corpo todo cheio de cicatriz / A tendência é piorar. Ele vai me bater mais. A liberdade acaba 100% / Piorar. Ia ter briga, não ia poder sair / Nossa muito ruim, triste / Mudança não vai ter. Vai ter briga igual a todos esses anos. Pode haver uma tragédia / O mundo vai acabar, vai ser angústia, tristeza e amargura. Vai ser vida sofrida / As coisas iriam piorar e eu não daria conta de me livrar dele / Não quero nem saber mais dele. Essa possibilidade não existe / A gente vai brigar mais do que brigava / Chegar à loucura / Vai piorar / Vou continuar na angústia, uma nuvem escura em cima de mim e de meus filhos / Tenho medo dele me agredir e de meu filho matar ele / Tudo de ruim. Vou apanhar e ser prisioneira no cativoiro. Ele me segue, me tortura.	17

5. continuará sofrendo muito	Vou ficar presa, vou à igreja, e continuar trabalhando/ Acho que ia continuar do mesmo jeito, ele quando bebe fica agressivo. E a doença dele vai e volta. Eu tenho pena dele, mas se eu ficar eu vou sofrer o resto da vida / As mesmas coisas que aconteceram estes anos todos: sofrimento, a vida foi um calvário / Vai ser essa vida, vou continuar a trabalhar pro pai dele. E ele vai continuar me batendo / Eu vou apanhar, ele vai judiar de mim / Continuando ou não a ameaça vai ser do mesmo jeito / Vai continuar do mesmo jeito: as brigas, a bebida e o ciúme por causa da impotência / Vai continuar do mesmo jeito existindo os atritos / Vai ficar na mesma bagunça. Falta de respeito / Vai ser um transtorno. Ele vai brigar do mesmo jeito / Vai ser briga constante e agressividade/ Pra viver com ele tem que viver só em casa, lavando, passando. Ele não vai dar nada para ela mesmo / Vou viver a mesma vida sofrida, que vivi estes 14 anos / Já que ele é agressivo, vai continuar bebendo, agredindo, ameaçando / Ele vai continuar me batendo e minha filha vai crescer vendo isso / A mesma coisa. Ele vai ficar me traindo sempre / Eu acho que vou morrer. Eu estou me apagando interiormente. Minha filha pediu pra eu me arrumar / Vai continuar igual tá. Briga e mais briga, e ciúmes // Eu vou ter que engolir tudo, vou ter que aceitar transar com ele.	19
6. Vou ter que mudar	Eu vou ter que mudar, passar a entender ele controlar meus impulsos / Eu vou ter que esforçar, ter paciência.	2
7. Vamos tentar pra ver se dá certo	Que ele melhore, pare de usar droga / Penso que ele muda, que os problemas podem acabar. Vamos mudar de casa. Não vai ter telefone e a ex-mulher não vai ligar / Se ele parar de beber e jogar no bicho, vai ser boa. Se ele não parar de beber e jogar não dá pra ficar junto / Eu não vou querer que ele fique no boteco bebendo mais / Não sei como vai ser. Eu saí de casa e não voltei para lá ainda. Vamos tentar mais uma vez pra ver se dá certo. Também eu vejo que ele gosta de mim / Está difícil pra ele melhorar. Mas eu vou dar mais uma chance pra ele. Se ele continuar na galinhagem eu desquito.	6
8. Suicídio da mulher	Ou eu faço uma coisa comigo, me suicido. Ou ele me perseguirá, até ficar me atormentando a vida toda /	1
Total		71

FU00034811-6